SUMÁRIO

OS AUTORES

Fábio Wanderley Reis é doutor em Ciência Política pela Universidade de Harvard (EUA) e professor do Departamento de Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais.

Bolivar Lamounier é doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Editou, com a colaboração de Fernando Henrique Cardoso, o livro Os Partidos e as Eleições no Brasil, publicado pela Editora Paz e Terra em 1976.

Olavo Brasil de Lima Jr. é professor do Instituto Universitário de Pesquisas di Rio de Janeiro. Colabora regularmente na revista Dados.

Hélgio Trindade é doutor em Ciência Política pela Universidade de Paris. Entre seus trabalhos publicados destaca-se Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30 (Difel, 1974).

Judson de Cew é doutor em Ciência Política pela Universidade de Connecticut. Lecionou no Departamento de Ciência Política da UFMG em 1971-1972, e no Departamento de Ciências Sociais da UFRS de 1973 a 1977. É atualmente professor do Departamento de Ciência Política da Flórida International University (EUA).

APRESENTAÇÃO

Os autores reunidos neste volume vêm há algum tempo estudando a problemática dos partidos políticos, do processo político-eleitoral, e das alternativas institucionais que se abrem diante do atual regime brasileiro. Os trabalhos aqui apresentados dão continuidade ao que já haviam publicado, mas ao mesmo tempo resultam de um esforço coletivo de pesquisa que talvez seja inédito entre nós e que, por isso mesmo, merece ser relatado.

Ninguém desconhece que a eleição de 1974, dados os seus resultados até certo ponto imprevistos, retirou os partidos políticos e o processo eleitoral do limbo a que haviam sido atirados pelo regime autoritário e dramatizou a urgência de uma reformulação político-institucional. No terreno acadêmico, esse acontecimento teve o efeito de revigorar um campo de estudos até certo ponto abandonado. Testemunho desse renovado interesse foi por exemplo a coletânea *Os Partidos e as Eleições no Brasil,* editada em 1975 por Bolivar Lamounier e Fernando H. Cardoso. Foi a partir dos trabalhos produzidos em 1974, incluídos na referida coletânea, que um grupo de pesquisadores decidiu dar continuidade a esta linha de estudos. Em novembro de 1975, sob os auspícios do Departamento de Ciência Política da UFMG, realizou-se em Belo Horizonte um seminário intitulado *As eleições e o problema institucional,* e discutiu-se a possibilidade de pesquisar em vários estados, de maneira padronizada e comparativa, as eleições municipais previstas para 1976. O presente livro, baseando-se em pesquisas feitas em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, é o resultado desse projeto. Para melhor compreendê-lo, é conveniente recordar aqui alguns aspectos da conjuntura.

As análises do regime vigente no Brasil convergem com muita frequência na indicação de seus pilares básicos. O principal deles é sem dúvida a coesão das forças armadas. Mas essa coesão não se baseia exclusivamente no profissionalismo e nas características específicas da organização militar. Ela é também assegurada e cimentada por princípios de legitimação externos à organização militar, ou seja, por influxos provenientes da opinião pública civil: por manifestações, recomendações, pressões e incentivos imensamente variados. Sem negar a enorme heterogeneidade de suas fontes e conteúdos, é porém lícito afirmar que o

processo de legitimação passou por duas fases distintas, encontrando-se agora numa terceira. A primeira foi o próprio signo sob o qual se fez o movimento militar de 1964: uma legitimação eminentemente negativa, *contra a subversão e a corrupção.* A segunda, a partir de 1967, foi o crescimento econômico, as altas taxas de expansão do PNB, o ufanismo, a entronização de uma particular concepção de eficiência. Em todo esse período, até 1974, os intentos de formular uma legitimação autoritária *permanente* defrontaram-se invariavelmente com sinais imediatos de inviabilidade, contestados que eram a cada passo dentro do próprio círculo das elites governamentais, econômicas, religiosas e intelectuais do país. E, portanto compreensível que, esgotadas as condições que haviam favorecido o ciclo ufanista, a busca da legitimidade se identificasse cada vez mais com os anseios, antes reprimidos, de *normalização* institucional; e também que o processo eleitoral e os partidos políticos reassumissem nesse processo um papel destacado.

Nesta linha de raciocínio, parece incontestável que as eleições de 1974 tiveram um significado crucial. De um lado, tornou-se patente que o eleitorado *não* emprestava ao regime a legitimidade que muitos de seus agentes julgavam possuir. Este ponto torna-se ainda mais evidente se considerarmos que a campanha daquele ano se desenvolveu sob uma atmosfera ainda carregada de expectativas e memórias do autoritarismo no seu auge, e que o voto de oposição destinava-se a um partido sabidamente frágil, desconexo, de escasso valor como veículo para a realização imediata de metas práticas. Por outro lado, e isto por certo não passou desapercebido aos orientadores da política oficial, a tendência oposicionista mostrou-se mais acentuada nas grandes cidades, nas regiões mais desenvolvidas, nas zonas densamente industrializadas: ou seja, precisamente ali onde maiores haviam sido os benefícios econômicos dos anos precedentes. Ali, sobretudo, onde se localizam os elementos mais dinâmicos do processo econômico, tornando-se portanto evidente que o regime se apoiava, como ainda se apoia, numa entidade partidária quase certamente fadada à estagnação.

Sabe-se que o voto, visto sob o ângulo do Direito ou da Teoria Política, expressa um *mandato,* unia vontade coletiva unificada, um acordo ou desacordo com o grupo dirigente e suas políticas. Sociologicamente, entretanto, nem sempre é possível interpretar nesses termos uma manifestação eleitoral. Sabem os sociólogos, como sabem os políticos, os governantes, os dirigentes de partido, que os milhões de votos depositados nas urnas expressam algo às vezes muito mais complexo do que o *sim* e o *não,* a preferência pelo partido *A* ou pelo partido *B.* Existe o voto altamente informado sobre as atividades do governo, mas existe também o voto casual, o voto desinformado, o voto clientelístico. O voto *ideológico* convive com o voto de *cabresto.*

Na conjuntura que se abriu após a eleição de 1974, a necessidade de *ponderar* esses ingredientes apresentou-se de maneira aguda. Em que medida, com efeito, poder-se-ia pretender ver nos resultados de 1974 uma manifestação definida sobre o regime? É fácil ver que esta questão, embora referida às condições particulares daquele ano, encerram uma indagação muito mais ampla e sem dúvida decisiva para a própria teoria da democracia, a saber: a questão da *racionalidade* do voto e do processo eleitoral. Na história brasileira, o descompasso entre as instituições e o comportamento, ou seja, entre normas de representação que *supõem* a racionalidade do eleitor e condições sociais que não a favorecem ou não a permitem, é um tema clássico. Desde a República Velha, quando os críticos do modelo adotado em 1891 denunciavam o antagonismo do Brasil *legal* com o Brasil *real,* até as últimas eleições do período pré-1964, quando se lamentava o voto de *clientela* e se almejava o voto *ideológico,* não poucos observadores da realidade brasileira viram nessa dicotomia a questão central.

Nas circunstâncias de 1974, como dizíamos, estes problemas se reapresentaram de maneira particularmente aguda. Ter-se-ia dado, durante o período autoritário, e apesar dele, um "amadurecimento" sem precedentes do eleitorado brasileiro? Que parcela dos eleitores teria dado ao voto um sentido consciente e preciso de oposição ao regime, e portanto de retorno à democracia e ao Estado de Direito? Por certo, não faltaram indícios (a coletânea *Os Partidos e as Eleições no Brasil,* já citada, demonstra-o cabalmente) de que uma grande parte do eleitorado orientou-se por percepções muito difusas dos partidos e das alternativas por eles representadas. Para muitos, o MDB era o partido dos "pobres", do "homem comum"; a ARENA, dos "ricos", do "governo". E nada mais. Surgia, assim, a possibilidade de interpretações muito diversas: de um lado, a possibilidade de afirmar que, apesar de tudo, o comportamento diante das urnas não fora errático, obedecendo inclusive a clivagens sócio-econômicas facilmente perceptíveis, pelo menos nas grandes cidades. De outro, a

possibilidade de afirmar que tudo não passara de um protesto não só desinformado, mas também difuso, instável, e portanto facilmente reversível em pleitos futuros.

A eleição municipal prevista para 1976 apresentava-se assim como uma oportunidade apropriada para um exame mais aprofundado das questões acima referidas. Seu caráter local, longe de prejudicar de antemão as indagações que nos interessavam, de certa forma as favorecia, pois teríamos a contraposição de fatores puramente locais às preocupações mais amplas da política nacional, tendo em vista que o governo Geisel cogitou, até certo momento pelo menos, de transformar o pleito numa ocasião plebiscitária para confirmar ou não as tendências observadas em 1974. É certo que essa intenção prevaleceu tão somente ao nível retórico: procurou-se, ao contrário, através da Lei Falcão, retirar da campanha os elos que a tomariam mais significativa em escala nacional. Pareceu-nos, entretanto, que o projeto se justificava mesmo naquelas condições. Partindo do pressuposto de que o processo eleitoral brasileiro, em que pese a prolongada tradição brasileira de cerceamento à participação e, em particular, as duras restrições dos últimos 15 anos, revela notáveis continuidades, vimos na eleição de 1976 uma oportunidade para apreender de maneira mais precisa em que consistiria essa *lógica* subjacente.

Em que sentido caberia falar de uma lógica no processo eleitoral? Desde logo, no sentido de que as diferenciações entre capital e interior, entre grandes e pequenas cidades, entre bairros ricos e pobres nas grandes capitais, fartamente documentadas até mesmo para o período de 1945 a 1964, permitem descartar a hipótese de um comportamento eleitoral errático. Tratava-se, porém, em 1976, de ultrapassar este nível superficial, quase morfológico, e examinar de maneira mais próxima o microcosmo das atitudes, percepções, expectativas e frustrações que se associam ao voto. Supúnhamos, além disso, que os diversos condicionamentos que agem sobre o comportamento eleitoral seriam eles mesmos estruturados de maneira diversa em diferentes *contextos* sócio-econômicos, como os representados por cidades basicamente industriais, ou basicamente agrário-comerciais, ou basicamente administrativas. Haveria, em outras palavras, diferentes *lógicas* no voto urbano, ou diferentes maneiras de se concretizar a grande lógica que há várias décadas se observa no contraste entre o urbano e o não-urbano.

Com estes objetivos em mente, projetamos uma pesquisa por amostragem nas três semanas imediatamente anteriores à eleição de 15 de novembro de 1976. Aplicar-se-ia à população adulta de quatro cidades um questionário razoavelmente longo, capaz de fornecer elementos para uma análise detalhada da decisão de votar e de seus correlatos sócio-econômicos, informacionais, e ideológicos. As cidades escolhidas, tendo em vista a existência de apoio local para a organização da pesquisa e de importantes diferenças entre elas no tocante à estrutura sócio-econômica, foram Presidente Prudente (São Paulo), Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), Niterói (Rio de Janeiro), e Juiz de Fora (Minas Gerais).

A pesquisa em ciências sociais, e em particular a pesquisa sobre partidos e comportamento eleitoral, tem enfrentado não poucas dificuldades no Brasil. Mesmo no presente caso, em que pese o apoio das entidades abaixo nomeadas, a escassez de recursos financeiros, a urgência de outras tarefas pelas quais os autores são responsáveis em suas respectivas instituições, e outras dificuldades, impediram uma interação mais frequente, de tal forma que os resultados aqui apresentados não possuem o caráter rigorosamente comparativo e padronizado que havíamos almejado. Baseiam-se em instrumentos de pesquisa padronizados, mas são ainda ensaios independentes, sob a responsabilidade individual de cada um. Na conclusão final, o organizador, Fábio Wanderley Reis, salienta os pontos de convergência mais importantes entre os quatro estudos.

Cabe nesta oportunidade um agradecimento especial à Fundação Ford, que doou os recursos necessários para a realização dos quatro *surveys,* e à FUNDEP – Fundação para o Desenvolvimento da Pesquisa da UFMG –, que se encarregou da administração financeira e contábil, e o fez com a flexibilidade indispensável na execução de trabalhos desta natureza. Agradecemos ainda aos entrevistadores e à população das quatro cidades, os entrevistados, pela colaboração prestada.

PRESIDENTE PRUDENTE: O CRESCIMENTO DA OPOSIÇÃO NUM REDUTO ARENISTA *

Bolivar Lamounier

Introdução
Urbanização e Comportamento Eleitoral

Estudos realizados em 1974 indicaram claramente a existência de uma inclinação oposicionista nas principais cidades do país, fato posteriormente confirmado em sucessivas pesquisas de opinião[1]. Um dos reflexos mais notórios dessa tendência foi o crescimento do MDB – crescimento que se deve medir não somente através da votação obtida em 1974 e em 1976, mas sobretudo, talvez, nos atrativos que a legenda passou a oferecer como veículo de ingresso na vida pública. Não resta dúvida de que algumas mudanças se veem operando, e de que elas tiveram em 1974 o seu ponto de inflexão ascendente, em franco contraste com a existência meramente vegetativa do MDB até então.

Em que consiste, porém, a referida, inclinação "oposicionista" da opinião pública? Trata-se de um sentimento difuso de insatisfação, ou haverá nela algo mais estruturado? Será um fenômeno limitado às grandes capitais, ou terá a esta altura alcançado um raio de difusão mais amplo? Tais são, em forma resumida, as questões que motivaram a realização de

---

* Diversas pessoas colaboraram na realização deste trabalho. A pesquisa de campo em Presidente Prudente não teria sido possível sem a colaboração das professoras Mariangela Dincao e Dulce Whitaker, e do eficiente trabalho de supervisão realizado por Celina Duarte, Berenice Lacroix e Shiguenoli Miyamoto. Contou também o autor com a colaboração de Maria Dalva Gil Kinzo em todas as fases do trabalho, desde a pesquisa de campo até a redação final. Maria do Carmos C. Souza fez atenta leitura do texto e ofereceu inúmeras sugestões. A Marcelo C. Gouveia e Ivaldo Silva devo especiais agradecimentos pelo zelo demonstrado no processamento dos dados.

[1] Ver LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. *Os Partidos e as Eleições no Brasil.* Rio: Paz e Terra, 1976. Sobre a série de pesquisas do Instituto Gallup, ver "A opinião pública já sabe o que é a democracia", na revista *Isto é*, nº 40, 28 de setembro de 1977.

um estudo comparativo das eleições municipais de 1976 em Presidente Prudente (SP), Caxias do Sul (RS), Juiz de Fora (MG) e Niterói (RJ).

Sabe-se que o comportamento eleitoral, como de resto qualquer manifestação da opinião pública, jamais se apresenta homogêneo, mas sim como um agregado de diferentes interesses e percepções. Neste sentido, as indagações acima expostas precisariam ser desde logo redefinidas como uma busca das diferentes níveis de organização da opinião coletiva, ou das diferentes linhas de clivagem que acabam por encontrar no resultado das urnas uma expressão mais simples. Esta advertência torna-se ainda mais necessária se lembrarmos que a própria conjuntura política de 1976 reforçou o desejo que normalmente se tem de extrair das urnas uma interpretação clara e unívoca, ou, como se diz na linguagem da teoria política, um *mandato.* O MDB, fortalecido pela vitória de 1974, mas já submetido à força corrosiva da rotina, do desencanto, e das dissensões internas, precisava reafirmar-se, mostrando novos avanços. Por seu lado, o governo sentia claramente a necessidade de "recuperar a ARENA", ou seja, de neutralizar as evocações da derrota de 1974, tanto assim que o próprio Presidente da República empenhou-se pessoalmente na campanha, emprestando-lhe algumas vezes certo sabor plebiscitário.

Estas são evidentemente preocupações próprias e legítimas do discurso político, que se caracteriza por uma elevada pretensão de síntese. Cumpre porém distingui-las da análise empírica, que, como vimos, procura reconstituir o processo pelo qual percepções e interesses diferenciados se agregam para formar o resultado eleitoral. Além disso, é necessário salientar desde o início as circunstâncias particulares nas quais se travam os pleitos municipais. Nestes, é compreensivelmente maior a presença de motivações locais, maior o peso das lealdades imediatas, e menor, segundo se supõe, o relevo dos alinhamentos propriamente ideológicos. Poder-se-ia mesmo considerar que estas características da eleição municipal torná-la-iam impróprias para o estudo das questões acima mencionadas, ou seja, das transformações mais amplas que se estariam atualmente processando na opinião pública brasileira.

Na realidade, optamos por dar a esta questão a formulação inversa, definindo como objeto do estudo precisamente a extensão em que até mesmo as eleições municipais poderiam estar sendo permeadas por preocupações semelhantes às que se refletem nos pleitos estaduais e

federais. É afinal de contas perfeitamente possível que o caráter "local" das eleições municipais se haja alterado, ou se venha a alterar, como consequência da urbanização, do adensamento das comunicações, e da expansão da rede viária. Estas transformações de infraestrutura já produzem visíveis ressonâncias no terreno político, redefinindo velhos problemas "locais" como novos problemas "urbanos" que exigem atenção até mesmo das mais altas esferas do governo federal; e provocando o aparecimento de disputas ideológicas em cenários municipais antes impermeáveis a preocupações dessa natureza.

Para bem compreender o alcance da inversão de ótica acima referida, é conveniente partir de duas constatações básicas. A primeira é que já se configurou no Brasil uma rede urbana extensa, não mais redutível ao velho modelo do urbano como algo limitado às grandes capitais e a sua circunvizinhança imediata[2]. Trata-se, hoje, de uma, rede amplamente distribuída no espaço. A segunda constatação é que, muito embora o dinamismo da expansão urbana possa dever-se em última análise ao processo global de industrialização, não se pode dizer que os maiores centros urbanos sejam invariavelmente centros industriais importantes. Tem-se, na realidade, um sistema urbano caracterizado por elevado coeficiente de diferenciação e especialização funcional, circunstância facilmente observável quando se atenta para a existência de cidades de porte considerável e ao mesmo tempo destituídas de qualquer base industrial. Neste sentido, ao invés da visão tradicional que simplesmente contrasta o *localismo* das disputas municipais com o caráter eventualmente *ideológico* das campanhas estaduais e nacionais, parece-nos mais apropriado tomar como centro de atenção os novos processos que se acham em gestação, notadamente o impacto do sistema urbano sobre a atividade política. O presente ensaio é uma contribuição neste sentido, baseando-se principalmente na pesquisa realizada em Presidente Prudente, município localizado no extremo-oeste paulista, nas três semanas que precederam a eleição municipal de 1976.

[2] Cf. FARIA, Vilmar – "Uma Tipologia Empírica das Cidades Brasileiras", CEBRAP, mimeo, 1975.

Primeira Parte
As Eleições de 1976 em Presidente Prudente

Ao mesmo tempo em que o presidente Ernesto Geisel emprestava caráter plebiscitário à eleição de 1976, advertindo que o sucesso da ARENA ser-lhe-ia necessário mais tarde para a efetivação de seus planos de reforma política, buscou o seu governo forçar o que pleonasticamente se poderia chamar de *municipalização* do pleito: uma tentativa de confinar ao máximo a disputa ao âmbito local. O principal instrumento utilizado nesse esforço foi, como é notório, a Lei Falcão, que restringiu o acesso dos dois partidos à televisão e ao rádio. Tal esforço haveria de ser forçosamente eficaz numa cidade distante dos principais centros e que se baseia quase que inteiramente na grande pecuária e no comércio. O setor industrial de Presidente Prudente ocupa apenas 25% da força de trabalho do município e praticamente se resume em indústrias tradicionais, notadamente no setor alimentício, no tratamento do couro e outros ramos igualmente associados à atividade agropastoril. O campo, que num passado mais ou menos distante assistiu à expansão cafeeira, e posteriormente à disseminação de diversas culturas em regime de pequena propriedade, assiste hoje a um acelerado retorno à grande propriedade, à medida que as terras vão sendo utilizadas para a pecuária de corte. As últimas informações disponíveis, de 1970, certamente defasadas, situam em apenas 16% a parcela da força de trabalho empregada no setor primário. Restam, portanto, 59% para o comércio e demais serviços, predominantemente urbanos. É fácil ver que, numa estrutura desse tipo, as oportunidades de emprego dependerão frequentemente de favores e lealdades pessoais: uma teia de relações propícia ao que se poderia chamar de neocoronelismo urbano. Será, de qualquer modo, uma estrutura pouco receptiva ao apelo oposicionista, nos termos da disputa partidária que hoje se trava no Brasil.

Com efeito, sofreu o MDB contundente derrota em Presidente Prudente. A margem a favor da ARENA (ver Tabela I) foi nada menos que 4.5 votos contra 1 do MDB, para a Prefeitura, e 3.6 contra 1, para a Câmara Municipal.

Para melhor avaliar a significação destes números, e em particular o que eles indicam como fragilidade local do MDB, comparemo-los com os resultados de outras grandes cidades paulistas. Pelo Censo de 1970, tinha

São Paulo 57 municípios com mais de 30 mil habitantes na zona urbana. Excluída a capital e quatro outros municípios cujos prefeitos são nomeados, o MDB ganhou a Prefeitura, em 1976, em 23 – das restantes 52 cidades. Nas 29 onde a vitória coube à Arena, somente três deram a este partido uma margem mais expressiva sobre o MDB do que Presidente Prudente: a saber, Rio Claro, 17 a 1; Tupã, 8 a 1; Itu, 7 a 1.

Tabela I – resultados oficiais da eleição de 1976 para a prefeitura e para a câmara municipal, em presidente prudente.

Partidos	**Prefeitura**	**Câmara Municipal**
ARENA	32.559	30.230
MDB	7.300	8.429
Votos em branco e nulos	1.874	3.074
Total	*41.733*	*41.733*

Fonte*:* TRE-SP, *Boletim Eleitoral,* ano XVI, nº 5, 1977.

Observe-se que Presidente Prudente, apoiada sobre uma estrutura sócio-econômica de certo modo rudimentar, é apesar de tudo uma cidade de porte considerável, registrando 92 mil habitantes no Censo de 1970. Se tomarmos como base de comparação somente as cidades que em 1970 possuíam mais de 100 mil habitantes, constatamos que em 1976 o MDB ganhou 10 das 15 prefeituras disputadas, e fez maioria em 10 das 17 câmaras municipais. Trata-se, portanto, de uma categoria de cidades nitidamente receptiva ao apelo oposicionista. Nesta categoria, nos casos em que se verificou a vitória da ARENA, a margem de votos foi modesta, com uma exceção: Jundiaí, onde o partido situacionista alcançou quase 4 votos para cada voto dado ao MDB.

Dir-se-á, entretanto, que a comparação mais apropriada seria aquela que tomasse Presidente Prudente como um termo médio, e não como o limite inferior da categoria. A Tabela II mostra o número de votos dados à ARENA para cada voto dado ao MDB, em 1972 e 1976, nas cidades que em 1970 possuíam entre 60 e 120 mil habitantes. Considerando primeiramente as eleições de 1976, vê-se que a oposição ganhou a Prefeitura em 7 das 16 cidades desta categoria, e fez maioria na Câmara em 5 das 15 cidades onde apresentou candidatos. É portanto óbvio que a receptividade ao MDB é menor nesta faixa do que na categoria que compreende as cidades de mais de 100 mil habitantes. Observe-se, entretanto, que somente num caso – Rio Claro – obteve a ARENA uma margem de votos maior para a Prefeitura do que em Presidente Prudente; e em nenhum caso (excetuando-se Rio Claro, onde o MDB não concorreu) uma margem maior para a Câmara de Vereadores. Ou seja, os resultados de Presidente Prudente são realmente extremos, dentro desta categoria de cidades, sendo talvez inevitável interpretá-los como o desfecho "normal" de uma disputa travada a 500 km da capital, numa sociedade assentada sobre uma base econômica pouco diferenciada, e sem a intervenção das comunicações de massa para retirá-la de seu ensimesmamento.

Tabela II – Número de votos dados a ARENA para cada voto dado ao MDB nas cidades paulistas que possuíam entre 60 e 120 mil habitantes em 1970, nas eleições municipais de 1972 e 1976.

Cidade	**População urbana (em milhares)**	**Prefeitura**		**Câmara municipal**	
		1972	**1976**	**1972**	**1976**
Americana	62	0.92	0.80	0.85	0.76
Araçatuba	87	(*)	2.37	(*)	3.14
Araraquara	85	(*)	0.77	1.74	1.24
Diadema	68	0.79	0.32	1.32	0.71
Franca	87	26.70	1.24	8.44	1.38
Guarujá	90	4.38	0.86	1.83	0.99
Limeira	77	5.73	1.05	2.35	1.11
Marília	76	(*)	3.69	6.21	2.61
Mauá	102	0.49	0.69	0.58	0.61
Mogi das Cruzes	110	(*)	1.32	2.04	1.40
Presidente Prudente	93	53.62	4.46	6.81	3.59
Rio Claro	70	2.60	17.50	3.28	(*)
São Carlos	76	(*)	. 1.37	3.49	1.50
São José do Rio Preto	110	38.29	1.38	11.00	1.98
São Vicente	116	(*)	0.63	2.82	0.82
Taubaté	100	0.59	2.55	0.86	1.48

(*) O MDB não apresentou candidatos.
Fonte dos dados originais: TRE-SP, *Boletim Eleitoral,* Ano XVI, nº 5, 1977.

Esta interpretação, contudo, é apenas parcialmente válida. A própria Tabela II, acima, fornece alguns elementos que a contestam. A enorme variação que se observa na razão ARENA/MDB entre os 16 municípios,

tanto para a Prefeitura como para a Câmara, por si só lança alguma dúvida sobre uma interpretação tão estritamente determinista das relações entre a base econômica e o processo político eleitoral. Este ponto torna-se ainda mais evidente quando examinamos a evolução havida entre 1972 e 1976. Verifica-se, com efeito, que até mesmo os 4.5 contra 1 sofridos pelo MDB em Presidente Prudente em 1976 constituem um bom resultado quando comparados aos 53.5 contra 1 de 1972. Em Franca, onde havia perdido de quase 27 contra 1, o MDB é vencido por estreita margem em 1976, dando-se o mesmo em São José do Rio Preto, onde passa de 38 para 1.38 contra 1. Temos ainda o caso de Rio Claro, na direção inversa: a ARENA aumenta em 1976 a sua margem, passando de 2.6 para 17.5 contra 1.

Mais importante, porém, como contrapeso a uma interpretação demasiado simplista dos resultados de Presidente Prudente, é o re-exame da própria história eleitoral da cidade. O que se observa, com efeito, é que o município não se afasta significativamente da média paulista quando se trata de eleições estaduais ou nacionais. Localizado no extremo-oeste do estado, sede administrativa da região da Alta Sorocabana, é de se supor que fossem bastante precárias as suas comunicações com a capital antes da construção da rodovia Castello Branco, e antes das facilidades de telecomunicação hoje existentes. Apesar disso, como dizíamos, o exame de sua história eleitoral desde 1947 sugere que a população local respondia de maneira mais ou menos imediata às reverberações da política estadual e nacional. Esta afirmação pode ser ilustrada para o período anterior a 1964 com o eterno confronto entre o janismo e o ademarismo; para o período posterior, com os resultados da eleição de 1974. Ver-se-á em ambos os casos que os detentores do poder local não foram capazes de determinar inteiramente os resultados dos pleitos estaduais e federais no âmbito do município.

De 1947 a 1962, a prefeitura de Presidente Prudente esteve basicamente nas mãos de caciques locais, sob a cobertura partidária do PSP e do PSD. Fossem quais fossem, entretanto, as alterações na aliança dominante local, tudo indica que ela foi impotente diante de uma consistente tendência do eleitorado prudentino a negar seu apoio ao ademarismo, mesmo quando era esta a força dominante no Estado; e a concedê-lo ao janismo, muito embora faltasse a este, como é notório, uma organização partidária comparável à comandada por Adhemar de Barros no interior do estado. Senão, vejamos. Em 1947, eleito Adhemar para o

governo do estado, Presidente Prudente dava-lhe um percentual de votos inferior à sua média no estado, permitindo ao candidato do PSD, Mário Tavares, derrotá-lo no município. A diferença entre a votação local e a média estadual do velho chefe do PSP tornar-se-ia ainda mais nítida em 1954, propiciando a Jânio Quadros uma vitória rotunda em Presidente Prudente: 45% dos sufrágios, contra 29% de Adhemar. Esta história repete-se em 1958, quando o candidato janista, Carvalho Pinto, obtém 58% dos votos (dez pontos percentuais acima de sua média no estado), novamente impondo a Adhemar um duro revés. Mesmo nas duas eleições presidenciais de que participou, 1955 e 1960, quando seria lícito esperar mais de sua condição de paulista, a *performance* local do ademarismo foi medíocre. Mas é sobretudo no pleito estadual de 1962 que encontramos alento para a hipótese de que o eleitorado prudentino acompanha a média paulista quando se trata de eleições estaduais ou federais. Compartilhando, sem dúvida, a decepção de todo o país com o janismo após a renúncia de agosto de 1961, ele finalmente concede a Adhemar a vitória sobre Jânio.

A recapitulação que acabamos de fazer é por certo impressionista, possivelmente sujeita a boa margem de erro. Nenhuma dúvida parece porém cabível no que se refere à vitória local de Orestes Quércia, candidato do MDB ao Senado em 1974[3]. Refletindo mais uma vez os ventos políticos que varriam o estado, concede-lhe Presidente Prudente o mesmo dilúvio de votos com que foi agraciado nas maiores cidades paulistas. Neste caso, é necessário que se tenha em mente o controle arenista da prefeitura e da Câmara, obtido em 1972 por uma margem de votos simplesmente avassaladora; e também o fato de que o MDB *não* consegue derrotar a ARENA em Presidente Prudente na votação para a Câmara Federal, e o faz por estreita margem no que se refere à Assembleia Legislativa. Não obstante, obtém Orestes Quércia nada menos de 64% dos votos, praticamente o mesmo que a sua média estadual, contra 29% dados a Carvalho Pinto, num total de quase 37 mil votantes. Este resultado indica

[3] Em 1966 a ARENA vence as eleições em Presidente Prudente por larga margem: 3.0, 3.1 e 5.6 votos para cada voto do MDB, respectivamente para a Assembleia, Câmara Federal e Senado. Nas eleições municipais de 1968, a diferença a favor da ARENA foi de 23 a 1 para prefeito e 3.6 a 1 para a Câmara Municipal. A primeira vitória do MDB se verifica na votação para o Senado em 1970, mas com apenas 150 votos de frente, num eleitorado de 38 mil. Nesse mesmo ano, a vitória arenista para a Assembleia e para a Câmara é total: 12 e 13 votos para cada voto emedebista, respectivamente.

que o processo eleitoral de Presidente Prudente não é tão inteiramente previsível a partir dos dados estruturais e da hegemonia local da ARENA quanto se poderia inicialmente supor. A importância da televisão na disputa de 1974 não desmente, mas ao contrário, confirma, a existência de uma fluidez potencial no comportamento do eleitorado – consequência da abertura do município às correntes de opinião mais amplas do estado.

Os candidatos e a campanha

Poder-se-ia objetar que a história eleitoral de Presidente Prudente confirma precisamente o *localismo* dos pleitos municipais, em contraste com o caráter possivelmente *ideológico* daqueles que se travam nos níveis superiores. Essa quase total desvinculação entre o voto ao nível municipal e nos demais níveis deve-se, sem dúvida, à inexistência de um contingente mais significativo de operários industriais, à quase total rarefação de associações autônomas, sindicais ou de outra natureza, e até mesmo à pouca especificidade da vida estudantil, pouco diferenciada das demais áreas de atividade em Presidente Prudente. Deve-se entretanto considerar que ela é também produto do processo político local, e em particular, sob o atual regime, da fragilidade local do MDB. É o que veremos em seguida, analisando as opções e vicissitudes com que ele se defrontou no decorrer da campanha de 1976.

A convenção da ARENA foi realizada no final de agosto, dela resultando a homologação de três sublegendas[4]. Contudo, dois dos três candidatos escolhidos foram impugnados pelo TRE, o que deixou o partido situacionista com apenas um candidato até o final de setembro. Tratava-se de Antonio Sandoval Neto, homem idoso, três vezes prefeito da cidade, e unanimemente descrito pelos observadores locais como um velho cacique, legítimo remanescente do coronelismo. Sua penetração entre as camadas pobres, mercê de uma imagem paternalista longamente cultivada, era perceptível. Dono de uma capacidade quase mítica de comprar votos na boca da uma, mantendo durante a campanha a expectativa de uma farta distribuição de mantimentos nas vilas pobres para decidir a eleição na

[4] O retrospecto da campanha, a seguir, baseia-se em KINZO, Maria D'Alva e MIYAMOTO, Shiguenoli – *Eleições Municipais de 1976*: *Acompanhamento do Processo Eleitoral,* relatório de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, CEBRAP, mimeo, 1977.

última hora, Sandoval inspirava considerável respeito a seus adversários, quer no MDB, quer na própria ARENA.

Do lado emedebista, colocava-se agudamente a questão de decidir qual deveria ser o objetivo do partido. Tinha ele plena consciência de ser uma minoria num reduto arenista, não obstante a vitória para o Senado em 1974. Assim, "ou bem se lançava um único candidato com força suficiente para suplantar os candidatos arenistas" – candidato esse que o partido não possuía em seus quadros; ou então se utilizavam as três sublegendas para obter o maior número de votos para o MDB[5]. A primeira alternativa pareceu inicialmente viável, tendo mesmo havido uma tentativa de articulação em tomo do padre Francisco Leão, diretor de uma instituição filantrópica local, tido como imbatível. Por razões diversas, entre as quais, segundo se propalava, poderiam estar inclusive certas promessas de auxílio financeiro oferecidas pelo governo estadual, o referido sacerdote não aceitou candidatar-se pelo MDB. A partir daí, sem dúvida convencido de que a derrota seria inevitável, o MDB resolveu lançar três candidatos, optando, ao que parece, por uma campanha singela; ou até mesmo, segundo alguns observadores, por uma discreta colaboração com aquele que viria a ser, entre os dois candidatos da ARENA, o vitorioso. Homologadas as três sublegendas, a oposição lançou os seguintes candidatos: o vereador Nelson Porto Alegre, o médico Cidônio Lemos Jardim, e o vice-presidente do diretório municipal, Júlio Dias Goulart.

Como veremos adiante, nenhum dos candidatos apresentou uma plataforma definida, ou um diagnóstico distinto a respeito dos problemas do município. Mais do que nas propostas, a percepção dos eleitores parece se haver centrado na *credibilidade* de um candidato para realizar alguma coisa. Todos os candidatos falavam na necessidade de atrair indústrias, inclusive situando nesta ótica o problema local de emprego. Referiam-se, todos, à precariedade dos serviços municipais, em particular ao problema da conservação das vias públicas, objeto de queixas generalizadas. Água, esgotos, iluminação: todo o conhecido repertório das deficiências urbanas. Consciente, talvez, de que esse terreno não lhe oferecia qualquer vantagem, procurou o MDB, não um diagnóstico distinto a respeito dos problemas do município, mas sim sobrepor a estes as conhecidas bandeiras do partido em nível nacional. Reclamava (talvez em atenção ao Senador Franco Montoro,

[5] S. KINZO, e MIYAMOTO, *op. cit.*

uma das figuras nacionais do MDB a visitar Presidente Prudente durante a campanha), a autonomia municipal. Criticava, notadamente na ocasião das visitas de Montoro e Quércia, a Lei Falcão, a centralização excessiva, a política salarial, o empobrecimento do trabalhador. Esforçaram-se, aliás, os três candidatos do MDB, por dar ao menos uma demonstração externa de unidade, percorrendo juntos o centro da cidade, comparecendo juntos ao palanque no comício do Senador Quércia, e assim por diante, a muitos dando a impressão de estarem combatendo no limite de suas forças.

Em nenhum momento, porém, puderam sequer esboçar uma ameaça à hegemonia local da ARENA. Essa fragilidade se deveu, sem dúvida, à própria carência de apoio por parte das forças economicamente mais poderosas do município, até porque somas vultosas foram investidas na campanha, em benefício do partido situacionista. Boa parte do fracasso do MDB deve entretanto ser creditado à sua incapacidade de formular um diagnóstico distinto sobre os problemas municipais. Sob este aspecto, as campanhas individuais dos três candidatos foram suficientemente ilustrativas. Um deles, Júlio Dias Goulart; parecia depositar toda a sua fé no fato de ser filho de um dos fundadores da cidade. Invocava constantemente sua condição de pioneiro prudentino, quiçá pretendendo passar uma mensagem cifrada contra um dos candidatos da ARENA, empresário adventício que ali fez fortuna. Recorria também às bandeiras nacionais da oposição, ao *Vote no MDB, você sabe porquê,* subestimando, talvez, o enfraquecimento a que estariam sujeitas estas mensagens numa disputa municipal sem o concurso da televisão e do rádio.

Nelson Porto Alegre, vereador nas duas últimas legislaturas, sequer se empenhava em traduzir em sua campanha as principais bandeiras do MDB. Partidário do AI-5 (conforme entrevista realizada no dia 9/11/1976) fazia questão de ressaltar sua "total independência" em relação ao partido. "Estou no MDB porque ele representa oposição", dizia. Suas críticas eram dirigidas sobretudo ao custo de vida, em nível nacional, e à incompetência das administrações anteriores, no município.

O terceiro candidato, Cidônio Lemos Jardim, pelo menos não errava na avaliação de seu prestígio na cidade. Médico respeitado, deve ter percebido a potencialidade eleitoral de sua imagem afável, ligeiramente paternalista, a ponto de não procurar reforçá-la com mensagens mais nítidas sobre os problemas do município. Destacava, como é natural, as

necessidades locais nos setores de saúde, educação e serviços sociais, e indicava, em termos tão vagos quanto os demais candidatos, a necessidade de um plano de industrialização, urbanização e desenvolvimento agrícola. Denunciava a imprensa local, "comprada pela ARENA". Comprada ou não, tinha certamente razão em salientar que o MDB, privado do rádio e da televisão, tampouco obtinha divulgação ao nível local. Embora se confirmasse o prognóstico de que seria Cidônio o mais votado dos emedebistas, o fato é que duas décadas como médico popular não foram suficientes para torná-lo um candidato realmente competitivo nas eleições de 1976.

Somente no final de setembro, como vimos, é que a ARENA iria lançar o seu segundo candidato, Paulo Constantino, empresário bem sucedido, diretor-proprietário da Empresa de Transportes Andorinha. Entre ele, que procurava personificar a "modernização", a experiência empresarial, a implantação na prefeitura local dos mesmos métodos de trabalho que lhe valeram sucesso na área privada, e Sandoval, o velho cacique, é que se iria travar o verdadeiro confronto. As imagens de um e outro que se foram formando durante a campanha não poderiam ser mais antagônicas, sendo mesmo cabível indagar se não haveria nelas uma representação ideológica em estado larvar.

Sandoval apresentava-se como "um homem do povo e que sabe tratar o povo", e calcava sua campanha no lema *Um Governo Humano.* Falava nas mesmas coisas que os demais – industrialização, água, esgotos, asfalto – mas acrescentava-lhes uma marca muito pessoal: a promessa de baixar os impostos decretados pelo prefeito em exercício, o que muitos na cidade entendiam como promessa de voltar a velhos tempos de leniência tributária.

Sandoval Neto não representava qualquer contestação aos potentados políticos e econômicos de Presidente Prudente, ao contrário do MDB, que pelo menos de maneira vaga, e às vezes ritualística, invocava temas da oposição em plano nacional. Apenas, ao contrário de campanhas anteriores, o velho cacique fora como que expelido do pequeno círculo, Q "senadinho", que dirige a política arenista local.

Desta vez, era Paulo Constantino, o *self-made man* local, quem se beneficiava desse apoio. Ao nível dos símbolos da campanha, entretanto, o elemento decisivo parece ter sido a efetiva transferência de sua imagem *empresarial* para o terreno político: "administrador jovem e dinâmico",

“homem de decisões firmes”, a ele, Paulo Constantino, é que estaria reservada a missão de modernizar Presidente Prudente. Tratava-se, na realidade – segundo Kinzo e Miyamoto – de “incutir nos eleitores que colocar Paulo Constantino na Prefeitura seria o mesmo que trazer para a administração municipal a organização empresarial que ele conseguiu implantar em sua empresa de transportes. Seria transformar a cidade numa grande empresa, planejada por uma equipe de técnicos para *crescer com segurança*”.

A mensagem central – modernizadora, empresarial – juntavam-se pelo menos duas outras que conviria também mencionar. Uma, a de que Constantino representaria a *continuidade* administrativa, fato reiteradas vezes sublinhado pelo prefeito em exercício, mas ao qual não faltaram elementos de apreciável valor cênico. Em plena campanha, empenha-se o prefeito na conclusão e inauguração de obras públicas, e apresenta na praça principal a maquete do futuro Parque do Povo, gigantesco projeto de recuperação da área conhecida como Fundo do Vale, a ser transformada em área de lazer e esportes.

Outra, a quase total ausência, durante a campanha, de referências à ARENA, ou mesmo aos temas propagandísticos então difundidos pelo governo federal. Não se vê a sigla da ARENA no material de propaganda da sublegenda 2, pela qual se candidatava o empresário Paulo Constantino. Diversos membros do governo estadual estiveram em visita à cidade durante a campanha, mas nenhum foi convidado a apresentar-se em comícios ao lado dos candidatos locais. Dizia-se mesmo que o deputado federal Herbert Levy não foi atendido quando solicitou sua inclusão entre os oradores em um comício. Segundo explicação do *O Imparcial,* esta fora uma das condições da candidatura Paulo Constantino: ninguém de fora deveria participar de seus comícios, nem que fosse o governador do estado. Diria ele, após a vitória: “Se fôssemos derrotados, só nós deveríamos assumir essa responsabilidade, porque pretendíamos realizar uma campanha *à moda da casa”*

O voto para prefeito

O crescimento da candidatura Paulo Constantino permitia prever uma vitória por boa margem. Embora persistisse até as últimas horas o mito de uma “virada” a favor de Sandoval, fruto de lealdades passadas ou de

expedientes de última hora, era possível antever o resultado pelo menos duas semanas antes. Nem mesmo a propalada hegemonia do velho cacique na zona rural se confirmou, como veremos adiante. A Tabela IV mostra os resultados oficiais em comparação com os obtidos em nossa pesquisa.

Tabela III – Resultados oficiais da votação para prefeito de Presidente Prudente, em 1976, em comparação com os resultados da pesquisa por amostragem (Em porcentagens).

Partidos	**Candidatos**	**Resultados Oficiais (*)**	**Resultados da Pesquisa (%) (**)**
ARENA	Constantino	65	78
	Sandoval	17	11
	Cidônio	11	6
MDB	Porto Alegre	4.5	3
	Goulart	2.5	2
Total (100%)		*39.859*	*468*

(*) Excluídos os votos em branco e nulos. Fonte*:* Juízo da 101ª Zona Eleitoral de São Paulo.
(**) Excluídos 105 indecisos, 10 que não pretendiam votar ou que o fariam em branco, 10 que se recusaram a responder, e 270 não eleitores ou eleitores de outras localidades, porém residentes no município. Total de entrevistados: 863.

A comparação das porcentagens oficiais com as da pesquisa indica que esta última (1) ofereceu uma base correta de previsão da *ordem* de votação dos candidatos, e (2) que superestimou em 13 pontos percentuais a votação de Paulo Constantino, subestimando em 6 pontos a votação de Sandoval e em 7 a do MDB. Reintroduzindo no cálculo 69 indecisos que sabiam pelo menos o *partido* para o qual iriam votar, chega-se a uma previsão bastante satisfatória da distribuição dos votos entre a ARENA e o MDB, como se observa na Tabela IV.

Explicar o voto, como dissemos no início deste trabalho, é o mesmo que revelar como variadas motivações e percepções se agregaram na opção por um candidato. Neste sentido, adquire particular relevo o estudo das semelhanças ou diferenças no comportamento de distintas camadas sociais, pois é na acentuação ou na neutralização das propensões destas que se encontra quase sempre o cerne de uma estratégia eleitoral. No caso de Presidente Prudente, o êxito da estratégia neutralizadora pode ser pressentido na simples magnitude da vitória do candidato arenista Paulo Constantino; e também no fato de ter ele sobrepujado dois contendores,

Sandoval, de um lado, o MDB, de outro, que em princípio dispunham de certa capacidade de penetração junto às camadas populares.

Tabela IV – Votação dos dois,partidos para a Prefeitura de Presidente Prudente, em 1976, em comparação com os resultados da pesquisa por amostragem (em porcentagens).

Partidos	**Resultados Oficiais (*)**	**Pesquisa (**)**
ARENA	82	86
MDB	18	14
Total (100%)	*39.859*	*537*

(*) Excluídos os votos em branco e nulos. *Fonte:* Juízo da 101ª Zona Eleitoral de São Paulo.
(**) Excluídos 36 indecisos entre os dois partidos, 10 que não pretendiam votar ou que o fariam em branco, 10 que se recusaram a responder, e 270 não eleitores ou eleitores de outras localidades, porém residentes no município.

O que procuraremos demonstrar, com efeito, é que os derrotados de Presidente Prudente – talvez por não terem formulado um diagnóstico alternativo sobre os problemas sócio-econômicos do município, ou talvez, no caso do MDB, por não disporem dos instrumentos de comunicação necessários para vincular os problemas locais à doutrina partidária como um todo – deixaram o campo livre para uma quase total neutralização das clivagens sociais. O êxito da imagem "empresarial" e "modernizadora", de Paulo Constantino deve-se em grande parte ao predomínio de um vocabulário "administrativo" dentro do qual o debate forçosamente se canalizaria para a exaltação ou contestação das "realizações" e da "competência" dos postulantes ao cargo.

Neutralização das clivagens sócio-econômicas

A quase unanimidade *constantinista* da eleição de 1976 em Presidente Prudente fica desde logo patente no fato de não se haver registrado qualquer diferença significativa na votação das zonas rural e urbana. Não que a zona rural, compreendendo menos de 5% dos eleitores, pudesse ter um peso decisivo nos resultados. Mas era este, sem dúvida, um dos principais contrastes na imagem pública dos dois candidatos arenistas; e também entre Sandoval, de um lado, e os representantes do MDB, obviamente ansiosos por assistir à liquidação política do velho coronel, de outro. Além disso, poder-se-ia imaginar – e este era efetivamente um

cálculo que muitos observadores locais faziam – que a imagem coronelística de Sandoval mantivesse seu fascínio na periferia da cidade, onde não são poucos os migrantes rurais de origem recente. O fato, de qualquer modo, é que não se confirmou a propalada hegemonia rural do velho chefe, derrotado em todas as 8 seções rurais de Presidente Prudente. Demonstrando, talvez, o apelo generalizado de sua imagem "modernizadora", Constantino obteve mais de metade dos votos em 7 seções, perdendo numa delas para o médico Cidônio Lemos Jardim, principal candidato do MDB. Em termos globais, foram desprezíveis as diferenças observadas entre as zonas rural e urbana, como demonstra a Tabela V.

Tabela V – Resultados da votação para prefeito de Presidente Prudente, em 1976, nas zonas rural e urbana do município (Em porcentagens). (*)

Partidos	**Candidatos**	**Zona rural**	**Zona urbana**
ARENA	Constantino	60	61.5
	Sandoval	20	16
MDB	Cidônio	8	10
	Porto Alegre	5	4.5
	Goulart	2	3
Brancos e nulos		5	5
Total (100%)		*1.547*	*40.186*

(*) *Fonte dos dados originais:* Juízo da 101ª Zona Eleitoral de São Paulo.

Envolvido na campanha de Constantino, dizia no dia 23 de outubro *O Imparcial:*

> Por mais que ele se esforce, a mensagem de Sandoval Neto não se dirige aos jovens. Sua linguagem não os atinge. É a mesma, com algumas variações, dos palanques dos anos 50 e 60.

O fato, entretanto, é que tampouco Constantino exerceu um apelo mais forte em relação a qualquer grupo etário. Seu percentual de votos é exatamente o mesmo nas faixas de 18 a 28, 29 a 40 e 41 ou mais anos de idade. O de Sandoval é ligeiramente mais alto no mais velho destes três grupos e o do MDB, nos dois grupos mais jovens. Pode-se entretanto afirmar com razoável segurança que sexo e idade não foram fatores relevantes de diferenciação entre as escolhas para prefeito.

O mesmo não pode ser afirmado do *status* sócio-econômico em geral. Algumas diferenciações se mantiveram, como veremos em seguida. Na

Tabela VI apresentamos a relação entre escolaridade, um importante indicador de posição sócio-econômica, e voto para prefeito. Colocamos numa mesma categoria os três candidatos do MDB e também aqueles que se diziam indecisos *entre* os candidatos deste partido. Conservamos em categorias separadas os indecisos entre os candidatos da ARENA e os que se diziam indecisos inclusive em relação aos partidos. O fato mais importante a ressaltar nesta tabela é sem dúvida a maioria constantinista em *todos* os níveis de escolaridade, muito embora sua votação aumente à medida em que passamos dos níveis mais baixos para os mais altos (de I para V). Observe-se, também, que a votação de Sandoval é efetivamente maior nos níveis I e II, enquanto a do MDB, pouco diferenciada, segue mais ou menos o padrão de Constantino. Poder-se-ia ainda sugerir que a parcela de "indecisos da ARENA", um pouco maior nos três primeiros níveis do que nos dois, superiores, mantém certo paralelo com a votação de Sandoval, e portanto permite compreender o aumento desta na véspera do dia 15, como havíamos sugerido anteriormente.

Tabela VI – Escolaridade e intenção de voto para prefeito (Presidente Prudente, 1976). (Em porcentagens).

Escolaridade (*) **Intenção de voto (**)**		**I**	**II**	**III**	**IV**	**V**	**Total**
	Constantino	58	59	64	66	66	64
ARENA	Sandoval	18	14	8	10	5	9
	Indecisos	9	9	10	5	6	7.5
MDB		9	9	16	12	16	13
Indecisos entre os dois partidos		6	9	2	7	7	6.5
Total (100%)		*34*	*118*	*137*	*95*	*189*	*573*

(*) I. Analfabeto + MOBRAL; II. Primário, 1ª – 3ª série; III. Primário completo; IV. Primário, 5ª série a ginasial completo; V. Colegial ou mais.
(**) Excluídos os que não pretendiam votar ou que o fariam em branco, os que se recusaram a responder, os não eleitores, e os que eram eleitores em outros municípios.

Tabela VII – Posição na ocupação e intenção de voto para prefeito, segundo o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976).

Posição na ocupação* **Intenção de voto****			**Empregador administrador**	**Empregado regular**	**Autônomo**	**Empregado temporário**	**Total**
Escolaridade baixa ***	*ARENA*	Constantino	89	72	59.5	37	65
		Sandoval	–	8	9	37	11
		Indecisos	–	6	17.5	10	10
	MDB		11	14	14	16	14
	Total		*9*	*78*	*57*	*19*	*163*
Escolaridade alta ***	*ARENA*	Constantino	82	70	67	80	71
		Sandoval	6	6	7	10	7
		Indecisos	–	7	5	10	6
	MDB		12	17	21	–	16
	Total		*17*	*125*	*43*	*10*	*195*

(*) Excluídos, devido ao pequeno número de casos, os arrendatários e parceiros, os membros da família que participam do trabalho sem remuneração, e algumas situações especiais, de difícil definição; e também os que não trabalham.
(**) Excluídos os que não pretendiam votar ou que o fariam em branco ou anulariam o voto; os indecisos entre os dois partidos; e os não eleitores ou eleitores de outras localidades, embora residentes no município. Incluídos em MDB os três candidatos desse partido e também os que não haviam ainda decidido entre eles.
(***) Escolaridade baixa corresponde a 4º o primário completo ou menos; alta, 5º primário para cima.

Analisemos em primeiro lugar os entrevistados de *baixa* escolaridade. Entre estes, parece razoável admitir que as posições na ocupação encontram-se nesta tabela numa ordem descendente, da esquerda para a direita, bastante próxima da hierarquia social realmente existente. Esta suposição deve-se principalmente ao fato de que, nos níveis mais baixos de escolaridade, a categoria *autônomo* é muitas vezes uma zona de transição entre os empregados regulares, de um lado, e os ambulantes, biscateiros, bóias-frias e assemelháveis, de outro. Ou seja, entre empregos regulares, de um lado, e situações de trabalho totalmente instáveis ou

intermitentes, de outro. Se é correta esta interpretação, verifica-se que a votação de Paulo Constantino, embora amplamente majoritária, não deixa de ser socialmente diferenciada. Da quase homogeneidade de 89% entre os *empregadores* e *administradores,* ela cai para um mínimo de 37% entre os *empregados temporários.* O pequeno número de casos (nove) na categoria empregadores e administradores não parece prejudicar esta inferência. O apoio destes a Constantino se confirma, aliás, entre os entrevistados de escolaridade mais alta. Constata-se também que a votação de Sandoval segue a direção oposta, ou seja, aumenta proporcionalmente à medida que descemos na escala representada pelas quatro posições, da esquerda para a direita. Confirma-se, assim, sua penetração nos setores "marginais", pois os empregados temporários de baixa escolaridade são tipicamente serventes de pedreiro, faxineiros, alguns tipos de emprego doméstico, e assemelháveis.

Tomemos agora os entrevistados de *alta* escolaridade. Observa-se facilmente que a maioria constantinista se mantém nas quatro categorias ocupacionais. Chama a atenção, contudo, o fato de que ele obtém 80% dos votos na categoria dos empregados temporários: uma proporção claramente mais elevada do que a obtida entre os empregados *regulares* e entre os *autônomos.* Poder-se-ia supor que essa inversão se deve à própria natureza do emprego *temporário* entre as pessoas mais instruídas. Aqui, essa forma de trabalho não é necessariamente a mais desvantajosa. Ela compreende vendedores a domicílio, viajantes, motoristas sem um empregador definido, professores e outras funções que não necessariamente se distinguem das camadas médias da sociedade em *status* ou em orientação ideológica. Esta interpretação é reforçada pelo fato – de que os *autônomos* – uma categoria, bastante semelhante em se tratando de pessoas instruídas – são aqui mais constantinistas do que os autônomos de baixa escolaridade (67% e 59%, respectivamente). Conclui-se, portanto, que a votação de Constantino teve apesar de tudo certa conotação classista, ou seja, certo apelo diferencial segundo os estratos ocupacionais. Embora superior a 50% em 9 das 10 comparações permitidas nesta tabela o apoio recebido pelo principal candidato da ARENA não foi homogêneo entre as categorias ocupacionais.

Outro aspecto da estrutura social que se tem mostrado relevante para a compreensão do comportamento eleitoral é o sentimento *subjetivo* de pertencer a esta ou àquela classe social. Pode ocorrer (é aliás um fato dos mais frequentes) que indivíduos que compartilham uma mesma situação sócio-econômica objetiva *se vejam* como membros de classes sociais

inteiramente diversas. Em Presidente Prudente, entre os entrevistados com nível de instrução igual ou inferior à 4ª série primária, 15% identificaram-se com as classes "rica" e "média alta"; 29% com a classe "média baixa"; 36% com as classes "trabalhadora" e "operária"; e 20% com a classe "pobre". Essa enorme dispersão sugere a existência de diferentes referências ou identidades subjetivas, as quais possivelmente têm algo a ver com o comportamento eleitoral. Pesquisas anteriores a 1964 mostraram, por exemplo, que os trabalhadores urbanos *que se identificavam como tais* mais frequentemente votavam no PTB do que aqueles que não assumiam tal identificação. Da mesma forma, estratos médios eram mais frequentemente udenistas quando se identificavam com a "classe média" do que quando afirmavam uma identificação distinta[6].

Questões desta natureza vêm ultimamente adquirindo uma importância ainda maior, se considerarmos que uma das imagens subjacentes à inclinação "oposicionista" mencionada no início deste trabalho é precisamente a caracterização do MDB como partido dos "pobres". Seria esta, segundo Fábio Wanderley Reis, uma das características que permitem atribuir um *padrão* ao emedebismo dos menos favorecidos[7].

Poder-se-ia entretanto conjeturar que esta visão do MDB como o partido "popular" seja um fenômeno limitado às grandes capitais, ou,pelo menos algo que se forma *a partir* delas, num movimento do "centro" para a "periferia" em cada Estado. Numa cidade distante, como Presidente Prudente, não haveria talvez surpresa em descobrir que o "emedebismo" se baseia na realidade em um núcleo "ilustrado", nos setores mais instruídos da classe média, nos profissionais liberais, e assim por diante. Ser

[6] Ver SOARES, Gláucio – *Sociedade e Política no Brasil,* Difel, 1973, pags. 197-204. Comentando a relação entre classe subjetiva e comportamento político, escreve Soares: "Enquanto a identificação com a classe pobre parece ser vazia de conotação ideológica, a identificação com a classe trabalhadora e com a operária é indicadora de *cadres* ideológicos. O PTB geralmente fazia sua campanha em termos de ambas as classes, mas a propaganda comunista era dirigida principalmente aos "operários", que representam os trabalhadores na indústria" (*ibidem*).

[7] "A grande frequência com que o voto pelo MDB se mostra relacionado com a percepção desse partido como um partido dos pobres, dos trabalhadores ou do povo, por contraste com a imagem da ARENA como o partido dos ricos. do governo ou da elite. é entre outras coisas o que nos permite afastar a hipótese de um comportamento errático diante das urnas": REIS, Fábio Wanderley – "As Eleições em Minas Gerais", *in:* LAMOUNIER, B., *op. cit.* pág. 148.

identificado como partido dos “pobres” seria neste sentido algo a ser ganho, uma medida de avanço partidário: fato, aliás, facilmente compreensível se lembrarmos que a um dos candidatos arenistas, Sandoval Neto, é que se associava no município tal imagem. À luz destas hipóteses, são particularmente sugestivas as relações entre a identificação subjetiva com as classes e a intenção de voto para prefeito. De um lado, confirma-se mais uma vez a neutralização das diferenças sócio-econômicas pela candidatura Paulo Constantino, que obtém mais de 50% das preferências em *todas* as categorias subjetivas de classe. De outro, porém, constata-se a permanência de alguma diferenciação, e no sentido esperado: ou seja, tanto Sandoval quanto o MDB obtêm frações proporcionalmente maiores do eleitorado que se identifica com as camadas sociais inferiores. As diferenças percentuais não são marcantes, mas sua direção é clara.

Se a diferenciação rural/urbana foi completamente neutralizada pelo principal candidato da ARENA, o mesmo não pode ser afirmado com igual certeza no que diz respeito a outros indicadores de estratificação sócio-econômica, como a escolaridade; a posição na ocupação e a identificação subjetiva com uma classe. Tomadas em conjunto, as Tabelas VI, VII e VIII sugerem que a votação para prefeito conservou apesar de tudo certo caráter diferencial: de um lado, Constantino, com uma margem de adesão proporcionalmente maior nas camadas sociais mais altas; de outro, Sandoval e o pequeno bloco do MDB, com um apelo ligeiramente mais forte na direção das camadas sociais inferiores. Ao mesmo tempo, pode-se claramente notar que a votação de Constantino superou a marca de 50% mesmo entre os grupos de posição sócio-econômica mais baixa. Este é sem dúvida o aspecto-decisivo da eleição prudentina de 1976. Para melhor compreendê-lo, será: necessário investigar alguns dos mecanismos que permitiram a formação de tão ampla maioria.

O mecanismo clássico de diluição das clivagens sócio-econômicas durante os confrontos eleitorais é naturalmente a não apresentação de plataformas definidas: a técnica de compartilhar “anseios” difusos sem entretanto especificar as soluções que serão efetivamente levadas à prática, e muito menos como se distribuem socialmente os custos de soluções alternativas. Referimo-nos acima ao teor difuso da campanha. Cumpre porém reiterar que a apresentação ou não de plataformas distintas e de diagnósticos alternativos não é uma questão puramente intelectual. Ela tem a ver com a própria maturidade organizacional dos partidos e com o grau de

liberdade permitido durante a campanha. Nas condições de 1976, nada há de surpreendente no fato de que as mensagens partidárias se hajam situado no plano puramente simbólico de duas concepções sobre o que seria o “bom governo municipal”: de um lado, a concepção paternalista de Sandoval Neto, de outro, a imagem do governo-empresa, esposada por Paulo Constantino.

Tabela VIII – Identificação subjetiva com uma classe social e intenção de voto para prefeito, segundo o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976).

Classe social * **Intenção de voto****		**Rica/Superior/Média alta**	**Média baixa**	**Trabalhadora operária**	**Pobre**	**Total**
Escolaridade baixa ***	*ARENA* Constantino	89	72	59.5	37	65
	ARENA Sandoval	–	8	9	37	11
	ARENA Indecisos	–	6	17.5	10	10
	MDB	11	14	14	16	14
	Total	*9*	*78*	*57*	*19*	*163*
Escolaridade alta ***	*ARENA* Constantino	82	70	67	80	71
	ARENA Sandoval	6	6	7	10	7
	ARENA Indecisos	–	7	5	10	6
	MDB	12	17	21	–	16
	Total	*17*	*125*	*43*	*10*	*195*

(*) Excluídos os que antes declararam não saber que classes existem é os que declararam não pertencer a qualquer classe.
(**) Excluídos os que não pretendiam votar, ou que o fariam em branco, ou anulariam o voto; os indecisos entre os dois partidos; e os não eleitores ou eleitores em outras localidades, embora residentes no município. Incluídos em MDB os indecisos entre os três candidatos desse partido.
(***) Escolaridade baixa corresponde a 4º primário completo ou menos; alta, 5ª primário para cima.

Outro fator digno de nota é que a imagem do governo permanecia bastante positiva em Presidente Prudente nos últimos meses de 1976. Em que pese a declarada intenção do candidato vitorioso, Paulo Constantino, de fazer uma campanha “à moda da casa”, isto é, sem auxílio das lideranças estaduais e nacionais da ARENA ou do próprio governo, o fato é que, na véspera da eleição, quase 75% dos entrevistados consideravam *ótimo* ou *bom* o governo Geisel; 62% diziam o mesmo sobre Paulo Egydio; e 68%

tinham a mesma opinião a respeito do prefeito em exercício, Walter Lemes Soares.

A intenção de votar no MDB era efetivamente superior à média entre aqueles que se declaravam insatisfeitos com o governo, nos três níveis; mas o que os dados sugerem, na verdade, é que a ARENA local possivelmente arrecadaria alguns dividendos se explorasse mais a fundo na campanha a imagem positiva dos governos estadual e federal. Se não o fez, de duas, uma: ou se equivocava na apreciação do estado de ânimo da opinião pública ou, o que é mais provável, foi levada a esta estratégia devido ao conflito interno que se estabelecia entre suas facções. Com efeito, do ponto de vista de Constantino, candidato apoiado pela prefeitura e pelos potentados econômicos do município, a invocação dos governos estadual e federal poderia render votos para a legenda, mas não necessariamente para ele como candidato individual. Pairando alguma incerteza sobre o efeito dessa estratégia: no desenrolar da campanha, compreende-se facilmente que ele tenha preferido evitar os riscos que uma associação mais estreita com forças externas ao município poderia trazer. Verifica-se assim que a abrangência da candidatura Constantino deveu-se a uma estratégia cuidadosa, englobando todos os fatores mencionados até aqui, e mais um, sem dúvida, decisivo: a força por assim dizer autônoma da identificação predominantemente arenista do município.

A identificação partidária

Ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, preferência ou identificação *partidária* e escolha de *candidatos* não são conceitos redundantes. A identificação com um partido é uma *atitude* que alguns eleitores têm e outros não. Como tal, ela pode variar em intensidade, pode ser menos ou mais durável, pode ou não admitir um eventual voto por candidato do partido adversário, e assim por diante. O que se sabe com certeza é que ela influencia decisivamente o comportamento eleitoral, sendo talvez o elemento mais atuante na estruturação das opções. Sob este aspecto, como veremos em seguida, as eleições municipais de 1976 em Presidente Prudente não fugiram à regra. Dizer isto, porém, se resolve alguns problemas, suscita outros tantos, visto que apenas aguça o desejo de compreender o que, por sua vez, determina a identificação partidária. A esta última questão dedicaremos os capítulos finais, deste trabalho. Antes,

porém, trataremos de determinar em que medida a eleição municipal de Presidente Prudente assumiu caráter partidário aos olhos do eleitorado.

Teoricamente, a identificação partidária é uma atitude e, como tal, uma síntese de percepções e experiências diversas. Operacionalmente, ela pode ser definida como a opção por um partido em resposta a uma pergunta como esta: "O Sr. se considera da ARENA, do MDB, ou de nenhum dos dois?" O primeiro elemento a considerar, portanto, é que alguns eleitores declaram alguma identificação, outros não. O segundo é a opção *entre* os dois partidos. Advirta-se, entretanto, que muitos eleitores tenderiam a dar uma resposta positiva se, em lugar da noção aí sugeri da de "pertencer" a um partido, perguntássemos simplesmente: "O Sr. tem alguma simpatia por algum dos partidos, ou sente-se indiferente entre eles?" Existe, em outras palavras, uma diferença de grau ou de intensidade que é preciso também levar em conta. Por todas estas razões, incluímos em nossa pesquisa uma série de instrumentos, numa tentativa de captar as diferentes dimensões que se podem considerar inerentes ao conceito de identificação partidária.

Temos, em primeiro lugar, uma noção *forte:* a identificação entendida como "ser de um ou de outro partido, ou de nenhum dos dois". Em seguida, aos que expressaram alguma preferência, perguntamos: "O Sr. se considera muito ou pouco identificado com (o partido)?" Em terceiro lugar, indagamos aos que não manifestaram qualquer identificação: "mesmo não tendo preferência, o Sr. se sente *um pouco mais inclinado* pelo MDB ou pela ARENA?", dando-lhes portanto uma oportunidade para reiterar sua indiferença ou para admitir uma inclinação, ainda que ligeira[8]. A estas três medidas, de natureza claramente subjetiva ou atitudinal, podemos acrescentar como indicador de consistência ou inconsistência de comportamento partidário o voto dado em 1974 para senador, deputado federal e deputado estadual. Discutiremos mais adiante se a evocação do voto passado pode ser vista como um dado objetivo ou se, ao contrário, estaria também ela influenciada por uma tendência subjetiva a minimizar eventuais inconsistências.

No total, 65% dos entrevistados declararam-se identificados com a ARENA, 15% com o MDB e os demais com nenhum dos dois. Mantendo o

[8] *Identificação* e *preferência* partidária serão usados alternativamente, como sinônimos. Chamaremos de *inclinação* partidária a admissão de simpatia por um dos dois partidos após uma manifestação inicial de indiferença.

mesmo formato das tabelas anteriores, isto é, separando os entrevistados segundo seu nível de escolaridade, estudamos na Tabela IX as relações entre esta variável e a intenção de voto para prefeito.

Tabela IX – Preferência partidária e intenção de voto para prefeito, segundo o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976).

Preferência partidária * / Intenção de voto**			ARENA	MDB	Nenhum	Total
Escolaridade baixa **	*ARENA*	Constantino	74.5	20	37	64
		Sandoval	14	5	19	13
		Indecisos	11	–	19	10
		MDB	0.5	75	25	13
		Total	*206*	*40*	*16*	*262*
Escolaridade alta **	*ARENA*	Constantino	84	17	74	72
		Sandoval	9	–	3	7
		Indecisos	7	–	7	6
		MDB	–	83	16	15
		Total	*189*	*42*	*31*	*262*

(*) Excluídos os que não pretendiam votar ou que o fariam em branco, *ou:* anulariam o voto; os indecisos entre os dois partidos; e os não eleitores ou eleitores de outras localidades, embora residentes no município. Foram incluídos em MDB os indecisos entre os três candidatos desse partido.
(**) Escolaridade baixa corresponde a 4º primário completo ou menos; alta, 5ª série primária para cima.

O impacto da identificação partidária sobre a intenção de voto não deixa margem a dúvidas. Entre 206 arenistas de nível baixo e 189 de nível alto, somente *um* indivíduo se declarou disposto a votar num dos candidatos do MDB. Em menor grau, a recíproca é verdadeira: somente 25% dos emedebistas de nível baixo e 17% dos de nível alto admitiam votar nos candidatos da ARENA.

Entre aqueles que não se declararam identificados com qualquer dos dois partidos, existe entre os entrevistados de escolaridade baixa uma dispersão evidente: nem mesmo Constantino alcança aí metade das adesões. Neste grupo, ao contrário dos que se identificam com a ARENA ou com o MDB, é decisivo o impacto do nível de instrução: a parcela favorável a Constantino eleva-se de 37 para 74% quando passamos do nível baixo para o nível alto, com a correspondente diminuição do percentual de sandovalistas, indecisos e emedebistas. Convém frisar este ponto, dado que o efeito da variável educação é bastante reduzido dentro dos dois grupos partidariamente identificados. Entre os arenistas, por exemplo, o percentual de adesões a Constantino aumenta apenas 9.5 pontos quando passamos do nível baixo para o nível alto (74.5 e 84%, respectivamente), e praticamente não varia entre os emedebistas (20 e 17%). A intenção de votar no MDB segue idêntica tendência, aumentando de 8 pontos percentuais quando comparamos os emedebistas de nível baixo com os de nível alto (75 e 83%).

Parece lícito concluir, à luz destes dados, que o fenômeno decisivo da eleição em Presidente Prudente foi a capacidade da candidatura Constantino de reter para si a quase totalidade dos votos arenistas e ao mesmo tempo de penetrar numa razoável extensão do território (desde logo minoritário) da oposição. Este raciocínio confirma-se ainda mais quando estudamos a intenção de voto também em função da *intensidade* da identificação partidária (ver Tabela X). Vemos que o percentual favorável a Constantino atinge 84% entre os arenistas *muito* identificados com o partido. Depreende-se facilmente que entre os arenistas de nível educacional alto e muito identificados com o partido, o constantinismo alcançou uma quase total unanimidade.

Tabela X – Intensidade da identificação partidária e intenção de voto para prefeito (Presidente Prudente, 1976).

Identificação partidária e intensidade	**Intenção de voto**				
	Constantino	***Sandoval***	***Indecisos da ARENA***	***MDB (todos)***	***Total 100%***
ARENA, muito	84	11	5	0	*151*
ARENA, pouco	77	11	11.5	0.5	*236*
MDB, pouco	24	4	0	72	*58*
MDB, muito	22	0	0	78	*28*

Sugerimos anteriormente que a *inclinação* por um partido, ou seja, a admissão de alguma simpatia *após* a recusa em se identificar como sendo *de* um ou *de* outro, pode ser vista como um indicador suplementar de identificação partidária. Cerca de 80% dos entrevistados declararam de início alguma preferência, sendo consequentemente pequena a parcela dos que admitiram alguma inclinação neste segundo estágio. A pequena expressão quantitativa desse subgrupo é entretanto compensada pela comprovação adicional que esta pergunta oferece da realidade da preferência partidária como fator de orientação das opções eleitorais. Para melhor ilustrar este ponto, reintroduzimos na Tabela XI à parcela dos indecisos *entre* os dois partidos no que diz respeito à intenção de voto. Deve-se frisar que a reiteração da indiferença partidária através desta pergunta corresponde ao máximo imaginável de alheamento em relação às duas agremiações hoje existentes no Brasil. Por isso mesmo, vale a pena ressaltar nesta tabela a alta porcentagem de eleitores que ainda se achavam indecisos quanto ao partido em que iriam votar. Temos, com efeito, que 21% dos "inclinados" da ARENA, sentiam-se indecisos entre os partidos, o mesmo acontecendo com 21% dos "inclinados" do MDB, com 39% dos que reiteradamente não se identificaram com qualquer dos dois partidos e com 28% no total desta tabela. Para se ter uma noção clara da "inclinação" como uma medida atenuada de identificação partidária, basta comparar estas cifras com o percentual de indecisos entre os dois partidos no total da amostra, que é de apenas 4%. Estes dados indicam que o fenômeno dos indecisos interpartidários nesta eleição específica acha-se quase totalmente contido dentro do fenômeno mais genérico da ausência de identificação partidária, sendo suficiente observar, sob este aspecto, que os 28% a que se refere a Tabela XI correspondem a 21 dos 36 indecisos interpartidários existentes no total (863) dos entrevistados. Esta digressão permitir-nos-á apreciar melhor, mesmo na verbalização diluída dos meramente "inclinados", a eficácia da identificação partidária como fator de estruturação das opções eleitorais. Com efeito, a Tabela XI revela, a exemplo do que havíamos visto nas tabelas anteriores, que simplesmente não ocorrem deserções em direção ao MDB entre aqueles que admitem alguma inclinação arenista, e que o êxodo emedebista em direção à ARENA só se configura em relação a Paulo Constantino. Dizendo-o de outro modo: mesmo entre estas pessoas que declaram uma identificação partidária rarefeita, uma mera "inclinação", os arenistas não cogitaram de votar nos candidatos do MDB, e os emedebistas limitaram seu leque de

opções, excluindo totalmente o velho cacique Sandoval. Se não votassem nos candidatos do próprio MDB, votariam em Constantino. Se não votassem em Constantino, votariam no MDB.

Tabela XI – "Inclinação" partidária e intenção de voto para prefeito (Presidente Prudente, 1976).

Inclinação partidária * **Intenção de voto****		**ARENA**	**MDB**	**Nenhum**	**Total**
	Constantino	62	43	32	47
ARENA	Sandoval	7	–	6	5
	Indecisos	10	–	10	8
	MDB	–	36	13	12
	Indecisos entre os dois partidos	21	21	39	28
Total (100%)		*29*	*14*	*31*	*74*

(*) Excluídos 80% dos entrevistados: os que declararam uma preferência mais forte, no sentido de "pertencer" a um dos dois partidos.
(**) Excluídos os que não pretendiam votar, ou que o fariam em branco, ou anulariam o voto; os não eleitores ou eleitores de outras localidades, embora residentes no município. Foram incluídos em MDB os indecisos entre os três candidatos desse partido.

Naturalmente, o fenômeno da identificação partidária é determinado por fatores contextuais mais abrangentes, quer no tempo, quer no espaço. Somente a partir da geografia sócio-econômica da região sorocabana é que podemos compreender por que Presidente Prudente permanece um "reduto arenista", em flagrante contraste com a tendência oposicionista de tantas outras cidades de igual *porte*. Da mesma forma, a amplitude nacional da vitória do MDB em 1974 passou a contar ela mesma como um elemento propulsor autônomo, vale dizer, como um fator temporal de realinhamento das identificações partidárias. Neste sentido, o voto de 1974; pelas circunstâncias até certo ponto singulares que o cercaram, deve ser analisado em conjunção com os demais indicadores do conceito genérico de identificação partidária. Em que medida, em outras palavras, haveria consistência entre o voto de 1974 e o de 1976? A questão é pertinente, de um lado porque a consistência constituiria uma "prova" adicional da realidade da identificação partidária como fator de orientação do voto, e de outro, porque o voto de 1974 revestiu-se de uma dimensão simbólica por si mesma produtora de identificação. Os dados de nossa pesquisa permitem

estudar essa relação, visto que além da intenção de voto para prefeito em 1976, solicitamos também aos entrevistados um retrospecto de como votaram nas eleições legislativas de 1974.

Advirta-se, porém, que a margem de distorção na evocação do voto passado pode ser considerável. Solicitados a relatar como votaram em 1974, muitos entrevistados parecem ter cedido à tentação inconsciente de compatibilizar o passado com as inclinações do presente, inflando bastante a parcela que teria cabido à ARENA em 1974. É o que se percebe na Tabela XII, onde comparamos o resultado efetivamente observado naquele ano com o obtido através da memória dos entrevistados na pesquisa realizada em novembro de 1976.

Tabela XII – Resultados oficiais da eleição de 1974 em Presidente Prudente em comparação com a memória do voto obtida através da pesquisa em 1976 (Em porcentagens).

	1974: resultados oficiais			**1976: memória ***		
	Senado	*Câmara Federal*	*Assembleia Estadual*	*Senado*	*Câmara Federal*	*Assembleia Estadual*
ARENA	29	42	40	43	71	72.5
MDB	64	39	42	55	26	24.5
Brancos/Nulos	7	19	18	2	3	3
Total (%)	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*

(*) Em ARENA e MDB se incluem os que se lembraram da sigla e/ou dos candidatos nos quais votaram. O cálculo das porcentagens exclui os que não possuíam titulo no momento da pesquisa, ou que o possuíam noutro município, mas que não obstante declararam ter votado. Contudo, sua inclusão não altera substancialmente os resultados apresentados na tabela.

Como se vê, a memória do voto reduz drasticamente os percentuais do MDB e de brancos e nulos, consequentemente dando à ARENA uma diferença para mais de 14 pontos (43 *menos* 29) no caso do Senado; e de 29 e 32.5 respectivamente, no que se refere à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. Esta distorção poderia dever-se a três fatores: *(a)* possíveis, mas improváveis, inadequações do processo de amostragem (ver anexo 1); *(b)* uma tendência subjetiva a compatibilizar uma inclinação *atual* de votar pela ARENA com a memória de 1974, "corrigindo-se", neste caso, a opção anterior pelo MDB; e *(c)* sobre-representação de arenistas entre os que efetivamente se lembram de como votaram em 1974. Existem boas razões

para crer que os dois últimos fatores estejam de fato operando, como veremos em seguida.

Considere-se, em primeiro lugar, que metade dos entrevistados aptos a votar em 1974 não se lembra do partido ou dos candidatos pelos quais votou naquele ano, no que diz respeito à Câmara Federal e à Assembleia Legislativa. Não resta dúvida de que o esquecimento se acha fortemente associado com a posição sócio-econômica dos entrevistados (o custo de *reter* informações, da mesma forma que o custo de obtê-las, é afinal de contas muito maior, em termos proporcionais, para as camadas menos favorecidas da população). Se o voto emedebista houver sido proporcionalmente mais frequente entre estas camadas, em 1974, nada haverá de estranho nos elevados percentuais agora atribuídos à ARENA, e nem será necessário supor que o sucesso arenista de 1976 haja induzido uma tendência generalizada a tomar "consistentes" as duas opções. Esta interpretação é porém enfraquecida pelo fato de que, *entre os que se lembram de como votaram em* 1974, é bastante tênue a associação entre emedebismo e posição sócio-econômica no que diz respeito à Câmara Federal e a Assembleia.

Feitas estas advertências, examinemos a relação entre o voto em 1974 e a intenção de voto em 1976. Na Tabela XIII, essa relação é; apresentada separadamente para os entrevistados de baixa e alta escolaridade. Chama a atenção, em primeiro lugar, o fato de que o voto em 1974 continua a ser um fator de diferenciação entre os dois partidos. Observa-se, entretanto, que o voto emedebista para o Senado em, 1974 tem um poder de retenção relativamente baixo em relação ao voto, de 1976. Somente 21.5% dos 121 eleitores de Orestes Quércia, no nível de baixa escolaridade, iriam votar nos candidatos do MDB para prefeito. Essa proporção é sensivelmente maior (56 e 61 por cento, respectivamente) no que se refere ao voto emedebista para a Câmara Federal e para a Assembleia Legislativa. Entre os de escolaridade mais alta, o poder de retenção do voto emedebista para o Senado é ligeiramente maior (26%) e o dos outros dois votos sensivelmente menor (44 e 50%, respectivamente).

Se compararmos as porcentagens de Sandoval e Constantino entre os que votaram no MDB em 1974, veremos que a principal modificação que se opera em função da escolaridade é o virtual desaparecimento dos sandovalistas, quando passamos do nível baixo para o nível alto. Neste

último, como seria de esperar, dá-se uma polarização mais nítida: os que não ficaram com o MDB, aderiram à Arena de Constantino.

Se nos voltarmos agora para os que votaram na ARENA em 1974, deparamo-nos com uma continuidade simplesmente espantosa. Tomando a coluna que corresponde ao voto arenista para o Senado, vemos que a soma dos percentuais de Constantino, Sandoval e indecisos da ARENA alcança nada menos de 94 no nível baixo e 97 no nível alto. Os percentuais correspondentes para a Câmara Federal são 95 e 98, e para a Assembleia, 95 e 95, respectivamente. Estes dados permitem concluir, portanto, que houve efetivamente consistência partidária no voto, entre 1974 e 1976, mas também que essa consistência, em Presidente Prudente, foi muito maior entre os arenistas do que entre os emedebistas.

Tabela XIII – Intenção de voto para prefeito e voto para o Senado, Câmara e Assembleia em 1974, segundo o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976).

Voto em 1974			**Senado**		**Câmera Federal**		**Assembleia Legislativa**	
Intenção de voto em 1976			ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
Escolaridade baixa *	*ARENA*	Constantino	67	64	73	32	70	33
		Sandoval	15	12	16	12	16	6
		Indecisos	12	3	6	–	9	–
	MDB		6	21	5	56	5	61
	Total		*78*	*121*	*83*	*25*	*76*	*18*
Escolaridade alta *	*ARENA*	Constantino	80	69	84	53	80	47
		Sandoval	10	2	6	3	9	–
		Indecisos	7	3	8	–	6	3
	MDB		3	26	2	44	5	50
	Total		*99*	*107*	*89*	*36*	*78*	*32*

(*) Escolaridade baixa é igual a primário completo ou menos; alta, primeiro ginasial ou mais.

As eleições de 1976: conclusão

Nossa tentativa de explicar o voto para prefeito em Presidente Prudente pôs em relevo dois fatores: de um lado, a eficácia da imagem "modernizadora" de Paulo Constantino, o principal candidato da ARENA; de outro, a força aglutinadora da identificação partidária com a ARENA. Vimos que estes fatores neutralizaram completamente a diferenciação expressa em termos de idade, sexo e residência rural ou urbana; e quase completamente a diferenciação sócio-econômica propriamente dita, ou seja, as diferenças que se expressam em termos de escolaridade, de ocupação e de identificação subjetiva com as diferentes classes sociais. Saliente-se, entretanto, que neste contexto o *quase* tem uma importância analítica considerável, pois a existência ou não de um embrião de política "classista" num município pouco industrializado como Presidente Prudente é uma questão-chave para a compreensão das mudanças que se vêm operando no comportamento eleitoral brasileiro. Nossos dados indicam com suficiente clareza que o outro candidato da ARENA, Antonio Sandoval Neto, conservava certa capacidade de projetar um perfil próprio, mais voltado para os eleitores de posição sócio-econômica inferior. Era, contudo, um perfil estreitamente associado à sua reputação de chefe tradicional, a julgar pela sua penetração entre os empregados dos setores mais humildes, e em especial entre os de ocupação irregular ou intermitente; ou ainda, o que é provavelmente um outro ângulo de visão sobre o mesmo fenômeno, entre aqueles que subjetivamente se identificam com os "pobres" e que veem nas relações de favor e compadrio um critério básico de opção eleitoral. O MDB, ao contrário do que se deveria talvez supor, não projetou nesta direção uma imagem comparável à de Sandoval, aproximando-se sob muitos aspectos da imagem do próprio Constantino. Este, embora amplamente majoritário, exerceu uma atração especial sobre os grupos de *status* mais elevado: sobre os mais escolarizados, os que exercem ocupações de elevado prestígio, aqueles, enfim, cujos interesses se casavam melhor com a imagem "empresarial" do candidato.

Trata-se, entretanto, de uma diferenciação muito tênue. O aspecto decisivo da eleição prudentina foi sem dúvida a pouca saliência, ou a neutralização, das clivagens sócio-econômicas, a qual pode ser compreendida desde logo como reflexo do baixo nível de diferenciação sócio-econômica do município, da debilidade de sua base industrial, de seu

relativo isolamento geográfico, e assim por diante. Com os dados de nossa pesquisa, foi entretanto possível dar mais alguns passos e mostrar que o êxito do principal candidato da ARENA se deveu à fusão de duas forças poderosas: de um lado, um anseio generalizado de "modernização", consubstanciado em vagas promessas de industrialização; de outro, as poderosas forças-locais do governismo. A "dobradinha" com o prefeito em exercício, que era por sua vez apenas o lado mais ostensivo de um consenso dos principais potentados econômicos do município, rendeu dividendos eleitorais consideráveis.

Mas sobretudo, beneficiou-se o candidato Paulo Constantino da identificação majoritariamente arenista do município, principal fator de estruturação das opções eleitorais em novembro de 1976. A importância deste fator é de tal ordem que uma breve recapitulação dos dados apresentados poderá ser útil. Vimos, em primeiro lugar, pela Tabela IX, que embora a porcentagem de constantinistas aumentasse ligeiramente em função do nível de escolaridade, era sobretudo a identificação partidária que estabelecia claramente o divisor de águas entre as diversas candidaturas. Vimos também, pela Tabela X, que a intensidade das identificações partidárias contribuía para tornar ainda mais definidos os diversos campos de influência. Vimos ainda que, apesar da fragilidade da organização local da oposição, o eleitor emedebista de 1974 mantinha-se em certa medida fiel ao partido na eleição de 1976: em pouco mais de 20% no que se refere ao voto de 1974 para o Senado, mas em proporção substancialmente mais alta, superior a 50%, no que diz respeito ao voto de 1974 para a Câmara e para a Assembleia. Do lado arenista, o mesmo fenômeno: mais de dois terços dos entrevistados que votaram em Carvalho Pinto em 1974 optaram por Constantino em 1976. Proporções quase idênticas foram observadas entre os que sufragaram os candidatos da ARENA para a Câmara e a Assembleia naquele ano. Verifica-se, portanto, independente das criticas que a ela se devam fazer sob outros pontos de vista, que a atual organização partidária tem algum papel na estruturação das opções eleitorais, mesmo no acanhado cenário do município. Quando nada, é ainda a identificação com um ou com outro partido o principal elemento aglutinador. Se o frágil MDB prudentino não pôde evitar uma sangria considerável na eleição municipal, em comparação com a votação obtida em 1974, nossos dados não deixam margem a dúvida no tocante às lealdades arenistas: nelas, sobreh1do, e talvez sem o saber, é que se apoiou o candidato vitorioso para neutralizar os

indícios de clivagem sócio-econômica presentes na disputa. Estas são razões suficientes para justificar um estudo mais detido do fenômeno subjetivo da identificação partidária.

Segunda Parte
Determinantes da Identificação Partidária

A identificação partidária é provavelmente a melhor pista para a elucidação dos problemas aludidos no início deste ensaio. Nosso ponto de partida, como se recorda, foram algumas indagações relativas à atual inclinação "oposicionista" da opinião pública. Essa inclinação, conforme se tem muitas vezes apontado, ora parece estruturada e ora inestruturada, ora pobre e ora rica de conteúdo, dependendo do ângulo ou do momento conjuntural em que se situem os observadores. E pobre no sentido de que, inegavelmente, amplas parcelas do eleitorado mostram-se assaz desinformadas sobre muitas questões básicas do atual debate político. Um exemplo notório é o Ato Institucional nº 5: pode-se estimar que no máximo 30% do eleitorado têm conhecimento dele e do debate que se trava no país visando sua revogação ou sua substituição por "salvaguardas eficazes".

Contudo, pode-se também argumentar que o referido fenômeno "oposicionista" é rico de conteúdo no que diz respeito à sua relativa estabilidade no tempo. Essa estabilidade sugere uma continuidade de experiência política dificilmente imaginável há alguns anos, quando o modelo autoritário parecia dotado de maior vitalidade. A aparente continuidade entre o velho trabalhismo e o atual emedebismo é um exemplo do que estamos afirmando.

A identificação partidária é um elemento-chave para a compreensão das estruturas, digamos assim, psicológicas, subjacentes às atuais correntes de opinião. É ela que confere ao voto uma previsibilidade bastante razoável mesmo na ausência de configurações ideológicas mais sedimentadas ao nível popular. Saliente-se, entretanto, que a ênfase que estamos dando a este conceito não se prende simplesmente à eventual singularidade da atual situação política brasileira. Trata-se, ao contrário, de um conceito-chave ha interpretação do comportamento eleitoral que desde os anos quarenta se vem constituindo em vários países como um corpo teórico integrado. Como afirma Judson de Cew, a identificação partidária, definida como "uma

disposição pessoal em declarar-se psicologicamente ligado a um partido político", é demonstravelmente um dos mais importantes elementos de estruturação das opções eleitorais[9].

De que maneira poderia o conceito de identificação partidária contribuir para a compreensão dos problemas propostos no início deste trabalho? Desde logo, como vimos no capítulo anterior, mostrando que as opções eleitorais, mesmo ao nível municipal, não se reduzem inteiramente a injunções personalísticas ou clientelísticas. Neste particular, basta lembrar que essas opções apresentam uma continuidade no tempo que não pode ser explicada satisfatoriamente pelo mutável ir e vir das lideranças individuais. A presença de personalidades marcantes contribui para a formação de identificações partidárias, mas estas não se dissolvem naquelas. Ao mesmo tempo, isto não quer dizer que a identificação com tal ou qual partido implique automaticamente em subscrever tal ou qual repertório ideológico. No pequeno círculo das elites intelectualizadas, é comum associarem-se estas duas coisas de maneira íntima. Ao nível do eleitorado como um todo, ou, com mais forte razão, entre os eleitores de uma "metrópole regional" como Presidente Prudente, a relação entre partido e ideologia é algo a ser investigado empiricamente, e não algo que possa ser dado como conhecido de antemão. Mesmo que se possa adivinhar o repertório "típico" de atitudes ou opiniões sustentado por um arenista ou por um emedebista, resta a questão, eminentemente quantitativa, de se saber que parcela da população se enquadra nos tipos respectivos, e que parcela deles se afasta.

Vimos anteriormente que 80% dos entrevistados declararam alguma preferência entre os dois partidos – ou seja, identificaram-se com um ou com outro –; 17% declararam não ter qualquer preferência, e os restantes 3% não quiseram ou não souberam responder à pergunta. É este, portanto, o dado sobre o qual focalizaremos nossa atenção, daqui para a frente. Trataremos em primeiro lugar do fato puro e simples de *ter* ou *não ter* preferência, deixando para um momento posterior a *direção,* arenista ou emedebista, das preferências declaradas. Ou seja: investigaremos em primeiro lugar que fatores influenciam a tendência a declarar-se identificado com algum dos partidos, ou a afirmar uma indiferença entre ambos.

[9] DE CEW, Judson – *Political Experience and Electoral Behavior in Brazil: Rio Grande do Sul, 1950-1974.* Tese de Doutoramento, The University of Connecticut, 1977, pág.218.

1 – Independentes, indiferentes ou marginais?

Independentes, indiferentes e marginais são termos frequentemente utilizados para designar a *ausência* de identificação partidária. O termo independente tem certa conotação intelectualizada, designando de preferência aqueles eleitores que não votam partidariamente, e muito menos em termos de personalidade, mas sim em termos programáticos, analisando a posição assumida por candidatos ou partidos diante de questões concretas. Esta noção sugere uma primeira hipótese: a de que os eleitores sem partido venham a ser aqueles que se conduzem de maneira propriamente ideológica. Tratar-se-ia aqui do raciocínio segundo o qual a oposição ao sistema político e ao modelo econômico vigentes no país deveria também acarretar a rejeição de ambos os partidos atualmente existentes[10]. Temos, assim, uma primeira hipótese: a de que o percentual de identificação partidária deveria ser mais elevado entre os que assumem uma posição "pró-sistema" do que entre os que se definem como "antissistema" numa série de itens de opinião. Parece desnecessário acentuar que pró-sistema e antissistema são termos casuais, meros recursos para abreviar a exposição.

O termo *indiferente* sugere uma segunda hipótese: a de que as camadas menos privilegiadas na estrutura sócio-econômica, seriam talvez as menos inclinadas a se identificarem com qualquer dos dois partidos. Céticas quanto à intenção ou quanto à capacidade de qualquer dos partidos

[10] Esta hipótese, como também as duas que discutiremos em seguida, são comuns na literatura da Ciência Política. Sabe-se que o conceito segundo o qual o chamado "voto flutuante" seria característico do eleitor bem informado, que decide de maneira autônoma, foi radicalmente revisto a partir do trabalho de Berelson, Lazarsfeld e McPhee, *Voting: a Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign* (University of Chicago Press, 1954). Constatou-se, ao contrário, que um forte interesse pela política acha-se em geral associado à uma forte identificação partidária, sendo raros os casos de eleitores *ao mesmo tempo* interessados e independentes. Não obstante, conjectura Ursula Schmiederer que na Europa, "en contraposición con Norteamérica, los votantes fluctuantes parecen corresponder a la imagen del elector interesado, que políticamente se decide de acuerdo con sus intereses". Contudo, além de não apresentar a comprovação empírica para sua tese, esta autora encarrega-se ela mesma de ressalvar que não é esta a percepção dos políticos profissionais europeus: "No es esto, sin embargo, lo que hacen los partidos (europeus) cuando intentan ganar el elector supuestamente abstencionista mediante consignas caracterizadas por un grado mínimo de contenido intelectual". (Artigo "El comportamiento electoral", *in* ABENDROTH, Wolfgang – *Introducción a la Ciencia Política,* Editorial Anagrama, 1971, pág. 370).

em executar políticas em seu benefício, essas camadas manter-se-iam indiferentes em relação a eles[11]. Compareceriam, é claro, à votação, mas esse comportamento estaria apenas respondendo à exigência legal, e teria como corolário uma opção meramente personalista ou clientelista entre os candidatos, sem qualquer vínculo psicológico com as siglas partidárias. No outro extremo da estrutura sócio-econômica, os indivíduos melhor aquinhoados teriam não somente maior interesse no processo político-eleitoral, mas também maior facilidade de apreensão das mensagens partidárias, e por conseguinte tenderiam a ser mais frequentemente "identificados".

Teríamos, finalmente, uma terceira hipótese: a ausência de identificação partidária dever-se-ia sobretudo a situações de marginalidade, objetiva ou subjetiva. Esta hipótese tem um ponto de contato com a anterior, mas não se confunde com ela. Referimo-nos aqui a fatores que podem estar em parte correlacionados com fatores sócio-econômicos, tais como a renda individual ou a escolaridade, mas que não se reduzem a estes. A habilitação eleitoral é um bom exemplo. Sabe-se que muitos indivíduos habilitados a votar não regularizam a tempo a documentação pertinente. Muitos não transferem o título da localidade de residência anterior para a presente, limitando-se a justificar pelo correio o não comparecimento. Outro exemplo seria o daqueles que declaram não ter interesse em política, em geral, ou no resultado das eleições, em particular. Estes não são necessariamente indivíduos desprivilegiados na hierarquia sócio-econômica. São, antes, indivíduos marginalizados ou que se automarginalizam em relação ao processo político enquanto tal.

"Examinaremos, assim, três hipóteses: a da *indiferença"* devida a situações de desprivilégio sócio-econômico, a da *independência* ideológica, e a da *marginalização* frente ao processo político-eleitoral. A ser correta a primeira, deveríamos encontrar um percentual de identificação

[11] Referindo-se a pesquisas sobre apatia política feitas nos Estados Unidos, escreve a mesma Ursula Schmiederer: "Cuando la situación conflictiva originada por el antagonismo de clase social y la presión social es experimentada como sólo individual, existe la tendencia a sustraerse de ella mediante la pasividad, la apatía política y la abstención electoral. En los Estados Unidos, la escasa participación electoral de las capas económicamente débiles y de los negros puede interpretarse como una resignación individual, por el convencimiento de que el cumplimiento del deber ciudadano no cambiaria en absoluto la propia situación discriminada" (*in* Abendroth, *op. cit.* pág. 354).

substancialmente mais baixo entre os grupos menos privilegiados quanto à "renda ou ao nível de instrução. Esse percentual deveria também ser substancialmente mais baixo entre os que emitem uma opinião "antissistema" do que entre os que se definem como "pró-sistema" caso seja correta a noção segundo a qual o antipartidarismo, nas condições atuais, é fruto daquela primeira posição ideológica. Finalmente, deveria ser substancialmente inferior entre aqueles que, por várias razões, mantêm uma posição de marginalidade frente ao processo político-eleitoral. A Tabela XIV explora a primeira hipótese, apresentando a porcentagem de identificados em função da escolaridade e do nível de renda. Saliente-se uma vez mais que não estamos aqui tratando de arenistas *ou* emedebistas, mas sim do percentual somado de ambos. Os casos de não resposta na pergunta sobre identificação partidária foram eliminados para fazer com que o complemento destas porcentagens corresponda ao percentual dos que *não* se identificam com qualquer dos dois partidos. Segue-se que a tabela deve ser lida da seguinte maneira: 83% dos 119 indivíduos com escolaridade apenas primária que recebem até Cr$ 1.084,00 têm alguma identificação; entre os 94 que recebem de Cr$ 1.085,00 a Cr$ 2.400,00 esse percentual se eleva para 89%; e assim por diante.

Tabela XIV – Porcentagem de eleitores que declararam alguma identificação partidária, por nível de renda e de escolaridade (Presidente Prudente, 1976) (*)

Escolaridade	**Até primário completo**		**Primeiro ginasial ou mais**	
Renda mensal	*%*	*N*	*%*	*N*
I. Até Cr$ 1.084	83	(119)	83	(36)
II. Cr$ 1.085 a Cr$ 2.400	89	(94)	85	(61)
III. Cr$ 2.401 a Cr$ 5.800	86	(52)	81	(78)
IV. Cr$ 5.801 ou mais	83	(12)	89	(27)

(*) Excluídos os que não tinham renda própria a declarar e os casos de não resposta nas variáveis renda e preferência partidária.

Pode-se facilmente observar que nem a escolaridade nem a renda exercem um efeito apreciável sobre o percentual de identificação. No que se refere à renda, as diferenças são pequenas e não exibem o padrão ascendente exigido pela hipótese. Entre os eleitores de baixa escolaridade, por exemplo, o percentual aumenta ligeiramente do nível I para o nível II de renda, mas declina deste para o III e do III para o IV. Entre os que possuem instrução superior ao primeiro ginasial, a comparação do nível I com o nível

IV pareceria confirmar a hipótese formulada, mas a queda no nível IV desautoriza tal conclusão. No que diz respeito à escolaridade, tampouco se percebem diferenças substanciais, devendo mesmo observar-se que, dentro dos três primeiros níveis de renda, o percentual de identificados declina, em vez de aumentar, ou seja, segue a direção inversa da esperada pela hipótese que estamos estudando. Uma importante ressalva se impõe, entretanto. Se subdividíssemos nesta tabela o grupo de baixa escolaridade, tomando Separadamente o grupo dos *analfabetos,* teríamos uma diminuição considerável da taxa de identificação, de quase 83 para apenas 64 por cento. Este fato merece alguma reflexão. De um lado, não deixa de ser expressivo encontramos 64% dos analfabetos, ou seja, de um grupo de não eleitores, declarando *alguma* preferência entre os partidos. De outro, os restantes 36% que se declaram indiferentes poderiam ser vistos como apoio à hipótese sócio-econômica anteriormente exposta, ou seja, como prova de que, realmente, o apelo dos partidos se esvai sensivelmente entre os *muito* pobres. Contudo, é necessário convir que a hipótese não se confirma satisfatoriamente: *não* constatamos uma tendência *contínua* à elevação do percentual de identificados à medida que se eleva o nível de instrução. Constatamos, sim, um corte abrupto, devido ao analfabetismo. A nosso ver este é mais um efeito do que chamaríamos de marginalidade frente ao processo político-eleitoral do que um efeito da escala de posições sócio-econômicas enquanto tal. O alcance desta afirmação tornar-se-á mais claro adiante, quando considerarmos os indicadores de marginalização propriamente ditos.

Referimo-nos também à possibilidade de que a taxa de identificação varie em função de posições ideológicas, e em particular em função do contraste entre atitudes "pró" e "antissistema". O questionário aplicado à população de Presidente Prudente na véspera das eleições de 1976 contém diversos itens que se prestam ao exame desta hipótese. Trabalharemos aqui com uma pergunta a respeito da chamada Lei Falcão e com sete outros itens nos quais se expunha uma controvérsia atual e se solicitava a opinião do entrevistado em termos de "concordar mais" com uma ou com outra entre as teses conflitantes. O quadro a seguir dá a classificação das alternativas "pró" e "antissistema", com a respectiva distribuição percentual das respostas.

A hipótese segundo a qual atitudes ideológicas poderiam estar associadas com a taxa de identificação partidária implica em tratar estes itens de opinião como variáveis independentes, ou seja, como possíveis

"causas" da presença ou ausência de identificação com os partidos. Tomada em sentido estrito, esta operação pareceria imprópria, visto que alguns dos itens utilizados (por exemplo a Lei Falcão) referem-se a "objetos" temporalmente posteriores à formação das simpatias partidárias. Consideramos, apesar disso, que a operação é legítima no sentido de que estas opiniões se acham de alguma forma associadas a divisões ideológicas mais amplas e pelo menos tão antigas quanto os próprios partidos. Neste sentido, se for correta a hipótese segundo a qual os indivíduos que não se identificam partidariamente respondem a uma motivação ideológica "antissistema", deveremos encontrar percentuais de identificação substancialmente mais baixos entre estes do que entre os "pró-sistema" nos oito itens acima descritos.

Considerando que a atitude "independente" possivelmente requer certo grau de íntelectualização, tabulamos separadamente, na Tabela XV, os que possuem instrução igualou inferior ao primário completo e os que possuem o primeiro ginasial ou mais. A última coluna à direita mostra o percentual de identificação partidária entre os que não souberam responder a cada um dos itens em questão, sem subdividi-los por nível de instrução. A leitura da Tabela XV é, pois, a seguinte: entre os eleitores que têm apenas o curso primário *e que* concordam com a Lei Falcão (opinião pró-sistema), 87% têm *alguma* identificação, seja com a ARENA, seja com o MDB. Os restantes 13% não têm identificação. Entre os que possuem apenas instrução primária, mas que discordam da Lei Falcão (opinião antissistema), 84% têm identificação e, portanto, 16% não têm; e assim por diante.

Vejamos, portanto, em que medida é sustentável a noção segundo a qual a "independência" em relação aos partidos poderia ser ela mesma uma atitude de fundo ideológico. O resultado é curioso. A julgar somente pela *direção* das porcentagens, ou seja, pelo seu declínio cada vez que passamos dos "pró" aos "antissistema", poder-se-ia talvez dar como confirmada a nossa hipótese. Constata-se, com efeito, que somente em um caso – o do item V, Ato Institucional, entre os que possuem somente o primário completo – a diferença observada contraria a expectativa de que o percentual de identificados fosse maior entre os eleitores "pró" do que entre os "antissistema".

Tabela XV – Porcentagem de eleitores que declararam alguma preferência partidária, segundo algumas opiniões políticas e por nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976). (*)

Escolaridade	**Até primário completo**		**1º ginasial ou mais**		**Não souberam responder a pergunta**
Opinião Pública	*Pró-Sistema*	*Antissistema*	*Pró-Sistema*	*Antissistema*	
I. Lei Falcão	87	84	84	79	68
II. Voto direto ou indireto	91	85	83	82	66
III. Participação dos militares no governo	87	84	85	78	70
IV. Aumento de salários para corrigir desigualdades excessivas	91	83	84	82	61
V. AI-5	87	97	86	76	81
VI. O Brasil é um país “que vai pra frente”.	84	77	84	78	40
VII. O Brasil é tão democrático quanto outros países.	86	83	83	82	79
VIII. Governo eleito *x* governo eficiente.	85	85	85	72	62

(*) O complemento destas porcentagens corresponde aos que *não* têm preferência entre ARENA e MDB.

Contudo, a magnitude das diferenças observadas não permite dá-la como confirmada. A diferença em pontos percentuais entre os “pró” e os “anti” é bastante modesta, como se pode facilmente observar. Entre os de instrução apenas primária, e deixando de lado o caso do item Ato Institucional, essa diferença atinge um máximo de 8 pontos (91 menos 83) no item IV, e entre os que possuem instrução mais alta, um máximo de 13 (85 menos 72) no item VIII. É bem verdade que entre os mais instruídos que emitem opiniões “antissistema”, o percentual de identificados é sempre

inferior à média global de 83%. Este resultado, considerado isoladamente, pode ser visto como um indício de que a hipótese que estamos estudando não é de todo descabida; mas por certo não altera a conclusão que se impõe pelo exame da tabela em seu conjunto, a saber: que o *fenômeno da “independência” partidária como atitude ideológica, se existe, e no caso particular de Presidente Prudente, refere-se apenas a uma minúscula parcela dos eleitores melhor instruídos.* A melhor prova desta afirmação pode ser encontrada, *contrario sensu,* na última coluna à direita, onde apresentamos os percentuais de identificação entre os que não souberam responder às perguntas em questão. Aí, com efeito, a taxa de identificação é sensivelmente inferior à média global em quase todos os casos, aproximando-se dela somente nos itens V e VII. Daqueles, por certo pouco numerosos (N=10) que sequer souberam (ou quiseram) posicionar-se diante do *slogan* “este é um país que vai para a frente”, somente 40% declararam uma preferência entre os dois partidos. Estes resultados sugerem uma vez mais que, antes de ser um fenômeno ideológico, o não partidarismo parece ser um correlato da marginalização frente ao processo político e frente aos temas atualmente em debate no país. Passemos, portanto, ao exame desta última hipótese.

Vimos anteriormente que a taxa de identificação partidária é muito mais baixa entre os analfabetos do que entre os alfabetizados, mesmo quando estes últimos possuem apenas um nível elementar de escolaridade e se encontram, por conseguinte, em posição sócio-econômica não muito distinta. Sugerimos que essa diferença no que diz respeito à identificação poderia dever-se, não ao problema da escolarização em si mesmo, mas antes ao *status* negativo do analfabeto, que implica uma situação específica de marginalidade política. Raciocínio semelhante poderia aplicar-se àqueles que não souberam (ou não quiseram e por isso disseram que não sabiam) responder às sete perguntas de opinião examinadas há pouco. Como é óbvio, estas pessoas não necessariamente são portadoras de alguma condição objetiva de marginalidade, como o analfabetismo. O que as caracteriza, antes de mais nada, é o simples fato de não terem uma opinião a expressar diante da controvérsia que lhes é exposta. Poder-se-ia considerar que essas pessoas possivelmente se encontram abaixo de um difuso patamar social e psicológico no qual se inicia o processo de participação. Vimos, com efeito, que também entre elas é substancialmente mais baixo o índice de identificação com os partidos. Dentro desta mesma ordem de ideias,

poderíamos conjeturar que o simples fato de se estar ou não habilitado a votar no município onde se reside haveria de exprimir para algumas pessoas uma situação de marginalidade ou de automarginalização política. Esta seria uma sub-hipótese através da qual poderíamos estudar a hipótese mais ampla do não partidarismo como fruto da marginalização. Na Tabela XVI apresentamos a taxa de identificação em função de cinco categorias de marginalização político-eleitoral. A primeira categoria corresponde aos "integrados": no caso, os eleitores habilitados a votar no próprio município. A segunda compreende aqueles que se encontram habilitados, porém em outra localidade. A terceira engloba os que perderam ou que por alguma razão não tiraram o título; a quarta, os que não o possuem por serem analfabetos; e a quinta, os que não o tiraram por não serem brasileiros natos ou naturalizados, muito embora residam no município desde longa data. Não parece descabido considerar que estas cinco categorias (com exceção, talvez, das duas últimas, cuja ordenação entre si pode ser arbitrária) correspondem a graus crescentes de marginalização frente ao processo político, ou, pelo menos, em relação às organizações partidárias locais. Seja como for, é expressivo o declínio da identificação partidária da primeira até a última, formando um padrão razoavelmente nítido.

*Tabela XVI – Porcentagem de eleitores que declararam alguma identificação partidária, segundo sua situação no tocante à habilitação eleitoral (Presidente Prudente; 1976). **

Situação eleitoral	**%**	**Nº**
I. Têm título válido no município	88	(568)
II. Têm título válido noutro município	84	(117)
III. Não tiraram/perderam título	68	(73)
IV. Não têm por serem analfabetos	66	(61)
V. Não têm por não serem brasileiros natos ou naturalizados	37	(16)

(*) Excluídos os que não souberam responder e os casos de recusa nas variáveis situação eleitoral e preferência partidária. O complemento das porcentagens corresponde aos que não têm preferência entre ARENA e MDB.

Mais uma vez, parece confirmar-se a hipótese segundo a qual a identificação partidária é sobretudo um fenômeno vinculado à própria participação no processo político. Nesta perspectiva, parece crucial o exame da taxa de identificação em função das variáveis sexo e idade, no suposto de que ambas se associam a condições também diferenciais no que se refere

à participação política. No caso da variável sexo, contudo, a exata determinação das situações menos ou mais produtoras de marginalidade política exigiria o exame simultâneo de uma série de fatores, notadamente o exercício ou não de ocupação remunerada fora do domicílio, o tipo de trabalho etc., o que tornaria demasiado extensa esta análise. Anote-se, entretanto, que os resultados colhidos em Presidente Prudente confirmam ao menos ligeiramente a noção segundo a qual a taxa de identificação partidária tenderia a ser mais baixa entre as mulheres do que entre os homens. Oitenta e cinco por cento destes, em comparação com 81% das mulheres, declararam alguma: preferência entre os partidos.

O fator idade é muitas vezes decisivo no realinhamento da *direção* das preferências partidárias. Circunstâncias históricas particulares não raro produzem uma atração diferencial do "voto jovem" por este ou aquele partido. Que dizer, entretanto, da relação entre a idade e a taxa de identificação como tal, independente de sua direção? Aqui, a hipótese mais plausível parece ser a de uma relação curvilínea: taxas pouco expressivas entre os jovens, um aumento significativo na meia idade e novamente um declínio, quando a idade avançada resulta em crescente desinteresse pela atividade política. Conforme se pode verificar pela Tabela XVII, nossos dados confirmam integralmente esta hipótese no que se refere aos homens, mas não para as mulheres. Entre os homens, o percentual de identificados cresce do primeiro para o segundo grupo, atinge o máximo (90%) na faixa de 36 a 45 anos, e declina novamente a partir daí. Entre as mulheres, o percentual do grupo mais jovem é comparável ao dos homens da mesma idade, mas é substancialmente mais baixo nos dois seguintes. Confirma-se, entretanto, o relativo apartidarismo no grupo mais velho, onde o percentual (68%) é, aliás, claramente inferior ao masculino na faixa etária correspondente.

Se aceitarmos que os papéis sociais mais frequentemente associados ao sexo feminino, aos muito jovens e aos muito velhos, são produtores de marginalização política, teremos encontrado aqui alguma confirmação suplementar para a hipótese que relaciona tal condição com a ausência de identificação partidária. Referimo-nos, convém repetir, a um fenômeno de marginalidade objetiva, como pudemos verificar no caso dos analfabetos ou em relação aos distintos graus de habilitação eleitoral; mas também a um fenômeno subjetivo, se considerarmos que o não partidarismo também se associa ao desinteresse declarado pela política, ao desinteresse pelas

eleições, à inexistência de identificação partidária entre os pais, e mesmo à não percepção de diferenças entre os dois partidos. Não se confirmam satisfatoriamente, a nosso ver, as duas outras hipóteses: a de que a não declaração de uma preferência partidária poderia dever-se a uma postura ideológica antissistema ou a uma condição sócio-econômica desprivilegiada.

Tabela XVII – Porcentagem de eleitores que declararam alguma identificação partidária, por sexo e idade (Presidente Prudente, 1976). (*)

Idade	Masculino		Feminino		Total	
	%	*(N)*	*%*	*(N)*	*%*	*(N)*
18 a 25	85	(96)	85	(120)	85	(216)
26 a 35	87	(100)	80	(117)	83	(217)
36 a 45	90	(108)	82	(90)	86	(198).
46 a 55	81	(58)	79	(58)	80	(116)
56 e +	74	(46)	68	(44)	71	(90)
Total	*85*	*(408)*	*80*	*(429)*	*83*	*(837)*

(*) Excluídos 26 casos de "não sabe" e "recusa" na variável preferência partidária. O complemento das porcentagens corresponde aos que não têm preferência entre ARENA e MDB.

Qual será, entretanto, o alcance destas observações? São duas, em nosso entender, as implicações da análise aqui desenvolvida. A primeira é a de que os não identificados são de certa forma inacessíveis às mensagens partidárias, precisamente por estarem situados além de certas barreiras, que são difusas, em grande parte subjetivas, mas nem por isso menos reais. A segunda é que, ao contrário do que muitas vezes se afirma, *não são baixos,* atualmente, no Brasil; os índices de identificação partidária. Os dados disponíveis mostram, com efeito, que a parcela de pessoas dispostas a declarar uma preferência é bastante elevada[12]. É porém necessário não confundir esta questão, que apenas se refere à presença de um fator genérico de orientação das opções eleitorais, com outras questões, também legítimas, que a reflexão sobre os partidos suscita. Em particular, é necessário distingui-la da questão relativa ao grau de estruturação ideológica, ou, dizendo-o de outra forma, aos demais conteúdos que eventualmente podem associar-se à identificação partidária como tal. Orientação ideológica *não* é sinônimo de identificação partidária: a análise empírica tanto encontra situações em que a identificação, no sentido aqui definido, facilita a apreensão de signos ideológicos, quanto situações em que, ao contrário, a dificulta. Este bem pode ser o resultado de uma situação prévia de quase monopólio eleitoral, como o exercido pela ARENA e Presidente Prudente. Sob tais condições, torna-se essencial compreender como e por que uma oposição começa a viabilizar-se. É o que tentaremos fazer em seguida, analisando a *direção* das identificações partidárias.

[12] DE CEW, *op. cit.* capítulo V.

2 – Arenistas e emedebistas: quem são?

São três as indagações principais que se apresentam quando tratamos da direção, arenista ou emedebista, da preferência partidária. A primeira tem a ver com a existência ou não de diferenças significativas na composição sócio-econômica dos eleitorados arenista e emedebista. A segunda refere-se à existência ou não de alguma continuidade nas afiliações partidárias antes e depois de 1965, ou seja, entre o sistema multipartidário extinto pelo Ato Institucional nº 2 e o atual bipartidarismo. A terceira diz respeito à presença ou não de fatores propriamente ideológicos como condicionantes das identificações partidárias.

Bases Sociais da ARENA e do MDB

Tem-se observado que os adeptos do MDB são predominantemente os *underdogs:* os menos instruídos, os assalariados de renda baixa, os que exercem ocupações manuais, e assim por diante. Numa pesquisa realizada em São Paulo em 1974, observou-se que 85% dos homens e 72% das mulheres que exerciam ocupações de nível muito baixo, tais como serviços domésticos, ambulantes, biscateiros e trabalhadores manuais não qualificados definiam-se como adeptos do MDB. Essa proporção baixava para 62% entre as ocupações classificadas como de nível médio e para 49% entre as de nível alto, portanto não deixando margem para dúvida no que diz respeito à relação entre opção partidária e posição na escala sócio-econômica[13]. Dados apresentados por Judson De Cew mostram idêntica tendência para o eleitorado de Porto Alegre. Confirma-se inclusive a associação, também encontrada em São Paulo, entre a afiliação emedebista e uma autoimagem de "pobre" ou "trabalhador". Servindo-se de uma

[13] LAMOUNIER, B. – "Comportamento Eleitoral em São Paulo", *in:* LAMOUNIER e CARDOSO, *op. cit.*

classificação dos entrevistados segundo a classe social a que *julgam* pertencer, ou seja, segundo a definição subjetiva que eles mesmos se atribuem, em termos de classe social, mostra De Cew que a parcela de adeptos do MDB cresce de 30% entre os que se veem como *classe média alta* para 49% entre os que se concebem como *trabalhadores,* e para 60% entre os que se descrevem como *pobres*[14].

Deve-se, portanto, admitir que, pelo menos rios últimos anos, e pelo menos nas capitais maiores, os eleitorados arenista e emedebista se distinguem fortemente no que diz respeito à sua composição sócio-econômica. Impõe-se contudo a ressalva de que os dados citados provêm de cidades grandes e densamente industriais; e mais que isso, de capitais onde a continuidade da experiência política não pode ser posta em dúvida. Que dizer, entretanto, das chamadas metrópoles periféricas: cidades grandes, porém localizadas em regiões pouco industrializadas e menos densas no que se refere à mobilização política anterior ao regime de 1964? Nestas, o mais provável é obviamente que a dificuldade de penetração eleitoral do MDB seja reflexo de uma insuficiente disseminação da sigla entre as camadas sociais inferiores. Nessas condições, não se observariam as mencionadas diferenças de composição sócio-econômica entre os agregados arenista e emedebista. Poder-se-ia, aliás, constatar até mesmo o inverso, vale dizer, uma adesão proporcionalmente mais forte ao MDB entre as camadas ilustradas da classe média, enquanto as chefias tradicionais asseguram a penetração arenista entre as camadas populares. Dados colhidos em Salvador em 1971 confirmam em boa parte esta hipótese, embora não se possa saber com exatidão se tal resultado se deve realmente à estrutura social da cidade, à fase ainda embrionária de crescimento do partido oposicionista, ou a ambas as coisas. Observou-se, de qualquer modo, que entre os homens era somente ao nível dos profissionais liberais e das ocupações não manuais de nível alto que o percentual de adesões ao MDB ultrapassava sensivelmente a média global de 28% (considerando-se somente os que declararam alguma preferência entre os dois partidos). Entre as mulheres, o pequeno número de casos nessa faixa ocupacional não permitiu uma verificação satisfatória da hipótese, mas constatou-se um percentual também expressivo entre as que exerciam ocupações de nível

[14] DE CEW, *op. cit.,* pág.273.

baixo, como as funções domésticas e assemelháveis[15]. Deve-se. portanto concluir que o nascente MDB de 1971 apoiava-se em Salvador numa aliança – ao nível das preferências populares, bem-entendido – de profissionais de nível elevado com empregados de nível muito baixo no setor doméstico – estes, presumivelmente, sendo a camada social na qual a autoimagem de "pobres" é mais comum.

Eis aí, portanto, dois "modelos" do eleitorado emedebista. Um, próprio das cidades industriais com intensa tradição política trabalhista ou populista: aí, o partido oposicionista tem forte penetração nas camadas de baixa renda, o que desde logo lhe assegura ampla maioria nas preferências eleitorais. É sem dúvida o caso de Porto Alegre, de São Paulo, e do Rio de Janeiro. Salvador (em 1971) é o contrário: é o modelo de um partido minoritário cuja influência praticamente se limita a certos setores de nível educacional ou profissional elevado, irradiando-se de maneira muito irregular para as faixas inferiores da estrutura sócio-econômica.

Chega-se facilmente à conclusão, com base nos dados apresentados na primeira parte deste estudo, que o caso de Presidente Prudente assemelha-se bastante ao de Salvador em 1971. Verificamos, com efeito, que o percentual de cada partido praticamente não varia em função do nível de instrução, tomado aqui como indicador de posição sócio-econômica: Uma diferença expressiva surge somente quando o grupo de baixa escolaridade é subdividido em alfabetizados e analfabetos. Entre estes últimos, o percentual de *arenistas* se eleva de cerca de 80 para 88%. Este resultado se confirma, aliás, quando analisamos a preferência partidária em função da posição na ocupação. Entre os empregados temporários ou irregulares de pouca instrução, categoria que compreende bóias-frias e outras situações igualmente precárias, o percentual de arenistas é na realidade um pouco superior ao que se verifica entre os empregados permanentes e entre os autônomos. Entre os empregadores e administradores, como seria de esperar, o índice de arenismo se eleva para mais de 90%. Este resultado vem confirmar a impressão generalizada de uma maior simpatia pela ARENA entre as elites econômicas, mesmo considerando-se que, em Presidente Prudente, o MDB ainda não se configurou como o lado "popular". Fenômeno – praticamente idêntico se

[15] LAMOUNIER, B. – "Organização da Produção, Emprego e Comportamento Político: O Caso de Salvador", CEBRAP, mimeo., 1977.

delineia quando a preferência partidária é analisada em função da localização subjetiva dos eleitores na estrutura de classes, ou mais exatamente, na estrutura imaginária à qual a linguagem habitual se refere quando fala em “classe média alta”, “classe média baixa”, “classe trabalhadora” e “classe. pobre”. Existe, efetivamente, alguma relação entre partido e classe ou estrato social, mas é uma relação muito tênue, produzindo somente pequenas variações em torno da média global e comportando mesmo uma importante inversão, ou seja, maior arenismo, entre as camadas *muito* baixas onde se encontram os analfabetos e as ocupações demasiado desvantajosas.

Os dados que acabamos de apresentar parecem sugerir que a opção partidária em Presidente Prudente nada tem a ver com a estratificação social. Dizê-lo desta maneira seria porém incorrer em exagero. Bem ou mal, o MDB obteve 7 mil votos na eleição municipal, demonstrando uma força eleitoral que não se explica satisfatoriamente apenas como uma insatisfação dos segmentos ilustrados da classe média. Existem, sem dúvida, modos e mecanismos de diferenciação sócio-econômica capazes de aumentar a receptividade local ao apelo oposicionista. Um mecanismo dessa natureza poderia ser por exemplo uma tendência inconformista mais acentuada entre indivíduos cujo nível de renda não corresponde àquilo que *julgam* merecer, dados os seus títulos de escolaridade. É o que sugere a Tabela XVIII.

* * *

A leitura do restante deste trabalho será facilitada se nos fixarmos neste momento em alguns dados básicos da pesquisa. Foram entrevistados 863 indivíduos, dos quais 693 declararam alguma preferência partidária: 565 pela ARENA e 128 pelo MDB. O percentual de arenistas é portanto 81.5%, excluindo os sem partido. Com exceção das Tabelas XX, XXII, XXIV e XXV, estaremos apresentando o percentual *de arenistas* em diversas subdivisões da amostra, o qual deverá ser sempre comparado com esta média global. Subentende-se, além disso, que o complemento corresponde sempre ao MDB. Assim, na Tabela XVIII, vemos que o percentual de arenistas é de 79%, e o de emedebistas 21%, entre os eleitores de baixa escolaridade e nível I de renda; de 84% e 16%, respectivamente, no nível II de renda; e assim por diante.

* * *

Percebe-se pela leitura da primeira coluna à esquerda que, entre os eleitores de *baixa* escolaridade, as diferenças de renda não exercem qualquer efeito apreciável sobre a preferência partidária. Entre os que possuem o ginasial ou mais, entretanto, a parcela de arenistas cresce monotonicamente em função da renda. Além disso, a diferença entre os níveis I e IV é agora substancial, nada menos de 26 pontos percentuais. Constata-se, portanto, que os indivíduos de baixa renda, porém de alta escolaridade, mostram-se sensivelmente *menos* arenistas do que a média, dando-se b inverso com os indivíduos de alta escolaridade *e* alta renda. Os primeiros parecem ilustrar o célebre conceito de *privação relativa,* que aponta para situações de discrepância entre o que as pessoas julgam merecer e o que de fato auferem como compensação. É lícito supor que tais pessoas, via de regra mais sensíveis em relação ao problema de “injustiça” existente em semelhante situação, tendam com maior frequência a desenvolver sentimentos de inconformismo. Mais importante, todavia, é o fato de que tais sentimentos se acham aí melhor instrumentalizados: dado o seu nível educacional mais elevado, essas pessoas dispõem de recursos que lhes permitem mapear com maior presteza as alternativas políticas existentes e compreender melhor a posição representada por cada um dos partidos. Naturalmente, não estamos atribuindo à discrepância escolaridade/renda qualquer virtude miraculosa como força produtora de realinhamentos políticos. Afirmamos apenas que, nas condições que caracterizam uma “metrópole periférica”, e diante de um predomínio majoritário da ARENA, este bem pode ser um dos mecanismos de difusão da identificação partidária oposicionista.

Nossa análise das bases sociais da ARENA e do MDB limitou-se até aqui a indicadores clássicos de posição na hierarquia sócio-econômica; Existem contudo pelo menos duas boas razões para incluir nesta rubrica as variáveis sexo e idade. A primeira razão é que sexo e idade muitas vezes reforçam desigualdades sociais e são de qualquer forma indicativos de predisposições associadas a diferentes papéis na estrutura social e na divisão social do trabalho. A existência ou não de uma atração diferencial dos partidos em função do sexo e da idade é portanto algo a ser investigado, dado que desigualdades sociais muitas vezes se “traduzem” nestas duas categorias. Além disso, sexo e idade acham-se continuamente associados à *entrada* e *saída* de figurantes no processo político-eleitoral. Historicamente,

inclusive, a expansão do sufrágio e da participação política se deu em grande parte pela incorporação dos jovens e das mulheres. Ora, quase nunca a expansão (ou contração) do eleitorado se dá de maneira neutra, uniformemente distribuída entre as forças contentoras. Mudanças na quantidade de participantes, ou na composição por sexo e idade do eleitorado, refletem-se muitas vezes no peso relativo dos eleitorados partidários[16].

Tabela XVIII – Porcentagem de identificações com a ARENA, segundo o nível de:renda e de escolaridade (Presidente Prudente, 1976).

Renda (*)	Escolaridade				Total	
	Baixa		*Alta*			
	%	*(N)*	*%*	*(N)*	*%*	*(N)*
I.	79	(99)	70	(30)	77	(129)
II.	84	(84)	75	(52)	81	(136)
III.	84	(45)	82	(63)	83	(108)
IV.	80	(10)	96	(24)	91	(34)
Total	*82*	*(238)*	*80*	*(169)*	*81*	*(407)*

(*) I. até Cr$ 1.084,OO;II. Cr$ 1.085.00 a Cr$ 2.400,00; m. Cr$ 2.401,00 a Cr$ 5.800,00; IV. Cr$ 5.801,00 ou mais. Foram excluídos os que não declararam preferência entre os partidos, além dos casos de "não sabe" e recusa em ambas as variáveis.

A *taxa* de identificação partidária, ou seja, a parcela do eleitorado que declara alguma identificação com qualquer dos partidos existentes, é de certa forma um índice de participação política, e portanto um indicador dos movimentos de expansão ou contração dos corpos de adeptos dos diferentes partidos. Deve-se portanto esperar que variações nessa taxa, por exemplo entre gerações, produzam alterações na relação interpartidária de forças. É sob este aspecto que os dados de Presidente Prudente parecem sugestivos e talvez sintomáticos de um processo de mudança política mais abrangente. Vimos pela Tabela XVII que não se confirma, em Presidente Prudente,

[16] A expansão dó eleitorado emedebista em 1974, no município de São Paulo, ê um claro exemplo desta afirmação, no que diz respeito ao fator idade, os mais jovens sendo substancialmente menos arenistas do que os mais velhos. Constatou-se, além disso, um notável efeito de interação entre idade e nível de instrução, facilmente visualizável pela menção dos casos extremos: havia apenas 12% de arenistas entre os menores de 28 anos com instrução primária ou menos, e 50% entre os maiores de 45 anos com instrução colegial ou mais. Ver LAMOUNIER – "Comportamento Eleitoral em São Paulo", *op. cit.* pag. 32.

para o caso das mulheres, a relação esperada entre idade e taxa de identificação partidária. Essa relação, convém lembrar, é a de uma taxa mais elevada nas faixas etárias médias, e menos elevada entre os muito jovens e entre os mais idosos. Ao contrário do que ocorre entre os homens, a taxa feminina declina em vez de aumentar quando passamos do primeiro grupo etário, de 18 a 25 anos, para os três subsequentes, que compreendem as mulheres de 26 a 55 anos; e volta a declinar, desta vez conforme o esperado, no grupo de 56 anos ou mais. Este padrão sugere uma provável mudança no comportamento da *geração feminina mais jovem,* seja no sentido de uma participação mais ativa na vida política, seja, pelo menos, no de rejeitar o papel estereotipado da mulher dona de casa, que "não entende" de política e não forma uma opinião própria sobre os partidos. Em que medida, porém, estaria esse aparente aumento na *taxa* de identificação entre as mulheres jovens associado a diferenças na *direção,* arenista ou emedebista, dessa mesma identificação? É o que procuramos responder na Tabela XIX.

Tabela XIX – Porcentagem de identificações com a ARENA, por sexo e idade (Presidente Prudente, 1976).

Idade	Homens		Mulheres		Total	
	%	*(N)*	*%*	*(N)*	*%*	*(N)*
18-25	80	(82)	71	(102)	75	(184)
26-35	88	(87)	81	(94)	84	(181)
36-45	78	(97)	84	(74)	81	(171)
46-55	72	(47)	85	(46)	78	(93)
55 ou +	82	(34)	93	(30)	87	(64)
Total	*83*	*(347)*	*80*	*(346)*	*81*	*(693)*

(*) Excluídos 144 indivíduos sem preferência partidária e 26 casos de não resposta.

Observemos, em primeiro lugar, que os homens são ligeiramente mais arenistas (83%) do que as mulheres (80%). Além disso, a coluna do total, à direita, revela que não existe um padrão ascendente regular, mas sim uma diferença entre os dois extremos etários: os jovens são claramente *menos* arenistas (75%) do que os velhos (87%). O mais significativo, contudo, é o exame dos percentuais internos, que correspondem ao controle por sexo. Há entre os homens uma total ausência de padrão, ao passo que entre as mulheres a proporção de arenistas vai aumentando de maneira consistente em função da idade. Este resultado vem confirmar inteiramente a hipótese que havíamos formulado: a saber, que as mulheres de idade mais

avançada mostram-se notavelmente mais propensas a harmonizar sua opção com a corrente majoritária no município. Entre as mulheres da faixa mais jovem, o arenismo se reduz para 71%, 10 pontos percentuais abaixo da média global. Esta redução, cumpre observar, é uma das mais acentuadas nesta série de quadros sobre as bases sócio-econômicas dos partidos. Encontráramos 69% de arenistas entre aqueles que se autodefinem como membros da classe "operária"; 70% entre os eleitores de alta escolaridade porém de renda muito baixa, e agora, 71% entre as mulheres de 18 e 25 anos. Nenhum destes resultados, como é evidente, permite falar-se em polarização partidária em Presidente Prudente: trata-se, sem sombra de dúvida, de um "reduto arenista". Não obstante, as três categorias que acabamos de citar são sugestivas. Elas parecem indicar, com efeito, que a força corrosiva da urbanização e das comunicações com o resto do país acha-se afinal de contas presente, forçando um declínio ainda que ligeiro na quase unanimidade arenista.

A Transmissão das Afiliações Políticas

Em que pese o propalado amorfismo dos antigos partidos, diversos estudos têm mostrado que as afiliações anteriores exerceram certa influência sobre as preferências entre os atuais partidos. Obviamente não nos referimos aqui aos militantes das duas organizações, aos que ativamente procuram exercer cargos partidários ou candidatar-se a postos eletivos, dado que em relação a estes a própria instituição da sublegenda é muitas vezes prova cabal da continuidade de seus compromissos com o período anterior. Referimo-nos ao corpo eleitoral como um todo, inclusive àqueles que raramente desempenham qualquer ato de participação política. Em que medida seriam as atuais identificações ainda tributárias das divisões de opinião política formadas naquele período? Uma pesquisa realizada em 1974 na capital paulista mostrou que apenas 1/3 das pessoas então maiores de 28 anos ainda declarava uma preferência entre os partidos antigos. Entre essas pessoas, era porém palpável o processo de transferência das antigas lealdades para as atuais organizações. Cerca de 70% dos antigos eleitores do PSD e do PTB optaram pela legenda emedebista, em contraste com os do PSP e da UDN, que deram ao MDB somente 43 e 32 por cento,

respectivamente, de seus antigos adeptos[17]. No Rio Grande do Sul, como seria de esperar em função da histórica bipolaridade gaúcha, Judson de Cew relata uma tendência igualmente consistente: enquanto 2/3 dos ex-petebistas identificaram-se com o MDB, uma proporção quase idêntica do polo "antitrabalhista" (PL, UDN e PSD) abraçou a legenda da ARENA[18]. Dados colhidos em Belo Horizonte por ocasião das eleições de 1974 confirmam estas tendências. Quase 60% dos adeptos belo-horizontinos do ex-PSD e quase 70% dos adeptos do ex-PTB declaram-se agora emedebistas, em contraste com apenas 28% dos ex-udenistas[19]. Pode-se entretanto imaginar que essa continuidade seja característica dos centros urbanos mais politizados e não daqueles onde os antigos partidos corresponderam plenamente à imagem que deles se faz como agrupamentos meramente clientelísticos.

O questionário aplicado em Presidente Prudente em novembro de 1976 recolheu informações que permitem investigar o impacto das antigas afiliações sobre as atuais, ao nível da massa de eleitores. Logo após as perguntas sobre a preferência atual, apresentamos aos entrevistados duas outras:

a. E entre os partidos que existiam no Brasil até 1965, o Sr. tinha alguma preferência?
b. Seus pais ou as pessoas mais velhas de sua família, tinham alguma preferência entre os antigos partidos?

Ao contrário do que se fizera em 1974 na pesquisa de São Paulo, não se estabeleceu qualquer restrição quanto à idade, a fim de obter respostas até mesmo de eleitores que eram menores em outubro de 1965, quando foram extintos os antigos partidos. Uma visão global dos resultados pode ser obtida através da Tabela XX.

Observa-se que 26% dos entrevistados declararam alguma preferência própria, enquanto 33% referiram-se a alguma preferência de seus pais. Em termos absolutos, 224 indivíduos declararam ter tido uma

---

[17] LAMOUNIER, B. – "As Razões de um Resultado Inesperado", revista *Visão,* 27 de janeiro de 1975.
[18] DE CEW, *op. cit.,* 254.
[19] REIS, Fábio Wanderley; *op. cit.,* pág. 140.

preferência entre os partidos antigos; destes, 146 manifestaram alguma preferência entre os quatro grandes (PSD, UDN, PSP e PTB).

Tabela XX – Preferência partidária do entrevistado e de seus pais entre os antigos partidos (Presidente Prudente, 1976).

Respostas	**Entrevistados**	**Pais**
Tinham alguma preferência	26	33
Não tinham preferência	54	23
Não sabe/não se lembra	20	44
Total (100%)	*(863)*	*(863)*

Na Tabela XXI, mostramos os percentuais de identificação com a ARENA (o complemento correspondendo às opções pelo MDB) em função daqueles quatro e dos que se disseram sem preferência entre os antigos partidos, desprezando os que se dispersaram entre os partidos menores e os que não falaram propriamente em partidos, mas sim em personalidades ou em "tendências" políticas (Getúlio, o janismo etc.).

Tabela XXI –. Porcentagem de identificação com a ARENA, segundo a preferência do entrevistado e de seus pais entre os antigos partidos (Presidente Prudente, 1976). (*)

Partidos antigos	**Entrevistado**		**Pais do entrevistado**	
	%	*(N)*	*%*	*(N)*
PSD	81	(32)	89	(27)
UDN	81	(27)	79	(28)
PSP	77	(31)	77	(40)
PTB	79	(38)	82	(49)
Nenhum	80	(360).	83	(150)

(*) Dos 146 que se identificavam com os quatro partidos antigos da tabela, 18 foram excluídos porque não se identificam nem com a ARENA, nem com o MDB.

Estes resultados dão plena confirmação à hipótese de que, em Presidente Prudente, ao nível da massa de eleitores, as antigas agremiações não mais determinam as opções entre os partidos atuais, por mais que ainda existam como ponto de referência para a pequena elite de militantes. Como se não bastasse a insignificância numérica dos que ainda se referem a uma afiliação antiga, verifica-se nesta tabela que os quatro maiores partidos forneceram contingentes proporcionalmente quase iguais à ARENA e ao MDB. O único desvio digno de nota se dá entre os 27 indivíduos que se dizem filhos de ex-pessedistas, onde o percentual de adesões à ARENA se

eleva para 89%. Naturalmente, isto não quer dizer que a influência familiar não seja um importante veículo",de transmissão da experiência política; mas sim que a experiência político-partidária de Presidente Prudente não foi marcante no período anterior a 1965, ou, se o foi, que se esvaiu durante a última década. No que diz respeito à preferência *atual* de pais e filhos, a influência daqueles sobre estes é nítida.

A Tabela XXII apresenta esta informação, reintroduzindo no cálculo os entrevistados sem preferência partidária. Esta modificação no procedimento que vínhamos seguindo permitirá uma melhor visualização da concordância entre as opções partidárias no seio da família. Salta aos olhos, nesta tabela, um aspecto do que se costuma designar pela expressão "reduto arenista": o expressivo contingente de eleitores que, embora conscientes da afiliação emedebista dos pais, prefere o partido majoritário no município, a ARENA. Entre os eleitores que descrevem seus pais como apartidários, o efeito do contexto local é ainda mais nítido. Mais da metade deles declara preferir a ARENA e, não menos significativo, o percentual dos que também se declaram apartidários (30%) sobrepuja o daqueles que optam pelo MDB. Os dados aqui apresentados sugerem, portanto, que não houve, ou já se diluiu, qualquer efeito das antigas sobre as atuais afiliações. Mas indicam também que a preferência dos pais se harmoniza com a dos filhos, e que essa concordância, ou influência, tende a ser mais acentuada quando a preferência dos pais coincide com a tendência predominantemente arenista do município. Contudo, é preciso não superestimar o alcance desta observação. Dizer, afinal de contas, que os filhos de arenistas se inclinam maciçamente em direção à ARENA não nos exime da tarefa de compreender por que o fazem.

Tabela XXII – Identificação partidária dos entrevistados, segundo a preferência atual dos pais (Presidente Prudente, 1976). (*)

Entrevistado	**Pais**		
	Arenistas	*Emedebistas*	*Apartidários*
ARENA	84	34	52
MDB	9	54	18
Nenhum	7	12	30
Total (100%)	*(398)*	*(67)*	*(148)*

(*) Excluídos os que não souberam responder e os casos de recusa nas duas variáveis (preferência dos pais e preferência do entrevistado).

3 – A estruturação ideológica [20]

A terceira indagação mencionada no início deste capítulo refere-se à extensão em que fatores ideológicos poderiam ser vistos como condicionantesdas1identificações populares com a ARENA ou como MDB. Seria grave equívoco confundir esta questão com a das bases sociais dos dois eleitorados. A composição menos ou mais "popular" do corpo de adeptos de um partido não assegura que as percepções ou opiniões sustentadas por estes sejam necessariamente distintas daquelas sustentadas pelos adeptos do partido adversário, ou, pelo menos, não indica o grau e os limites dentro dos quais tal afirmação é verdadeira. Esta, diga-se de passagem, é uma advertência quase desnecessária quando se considera a insistência da maioria dos analistas no caráter *difuso* das identificações com os atuais partidos. Como observou Fernando Henrique Cardoso, mesmo nas eleições de 1974, o papel do MDB "foi menos o de *representar* interesses definidos de um grupo ou classe, e mais o de *simbolizar* um protesto"[21]. Não se contesta, portanto, que o partido oposicionista haja assumido nos últimos anos um sentido simbólico como o lado "mais popular", e também certo sentido de "antigoverno". O que se pretende é investigar em que medida esse "protesto" pode ser decomposto em ingredientes distintos, e em que medida poderia haver nele alguma percepção mais precisa das questões atualmente em debate.

O problema da estruturação ideológica é bem mais complexo do que os analisados anteriormente, nos quais consideramos o efeito de variáveis isoladas sobre a preferência: partidária. Trata-se, aqui, de um conceito que requer o tratamento simultâneo de um grande número de variáveis. Desde logo, cumpre distinguir as percepções e opiniões que se formam como resposta a situações próximas e concretas daquelas que dizem respeito a "objetos" mais remotos, como as instituições e regras de jogo do regime vigente. Mesmo falando de situações que afetam de maneira próxima a vida do entrevistado, algumas outras distinções se impõem. Quando diz que nos "últimos tempos" as coisas melhoraram ou pioraram, ou que vão melhorar ou piorar nos "próximos anos", o entrevistado expressa apenas uma percepção difusa, para a qual contribuem as mais variadas experiências e expectativas. É diferente do juízo que ele faz quando se refere à qualidade dos serviços públicos – água, esgotos, escola, atendimento médico – existentes em seu bairro. Embora este Último juízo tampouco, esteja isento de subjetividade, pode-se sem dúvida afirmar que corresponde razoavelmente bem a uma realidade objetiva e diferenciada. Contudo, a constatação de que os serviços a seu alcance são precários ou mesmo inexistentes não necessariamente conduz a um sentimento de inconformismo. O indivíduo pode achar, por exemplo, que existe um esforço governamental, no sentido de suprir tais necessidades, e que esse esforço o alcançará em breve. Nesta hipótese, a credibilidade do governo como provedor de serviços impede ou retarda a conversão de desvantagens sociais em oposição política. Temos, finalmente, as opiniões políticas propriamente ditas – opiniões sobre o comportamento do governo e sobre as regras básicas do regime – que podem ou não estar correlacionadas, na mente do eleitor, com a credibilidade do governo como provedor de serviços, ou mesmo com a qualidade dos serviços locais aos quais ele tem acesso.

As considerações feitas no parágrafo anterior permitem distinguir quatro tipos de indicadores, aos quais daremos os seguintes rótulos:

1. Percepção do Passado e do Futuro Imediatos.

2. Qualidade dos Serviços Públicos Locais.

3. Avaliação do Desempenho do Governo como Provedor de Serviços.

4. Opiniões Políticas.

Nosso problema é portanto examinar o impacto de cada um destes conjuntos sobre a preferência partidária, e posteriormente a relação que eles mantêm entre si.

[20] Falamos em "estruturação" ideológica para exprimir o que Phillip Converse chama de *constraint*: "o sucesso que teríamos ao prever, com base no conhecimento inicial de que um indivíduo tem determinada opinião, que ele manterá também algumas outras opiniões ou atitudes". Referem-se portanto estes termos à interdependência existente entre as percepções, atitudes e opiniões que formam um sistema ideológico. Ver do autor citado "The Nature of Belief Systems in Mass Publics", in: APTER, David – *Ideology and Discontent,* Free Press, 1964.

[21] CARDOSO, F. H. – "O Voto e a Representação Política", *in:* LAMOUNIER e CARDOSO*, op. cit.,* pág.57.

Percepção do Passado e do Futuro Imediatos

Essa percepção foi operacionalizada em nossa pesquisa através de duas perguntas. A primeira dizia: *Falando da vida no Brasil, de modo geral, de uns três ou quatro anos para cá, o Sr. acha que as coisas melhoraram, não melhoraram nem pioraram, ou pioraram?* As respostas foram colhidas inicialmente em cinco categorias (melhoraram muito, melhoraram um pouco, não melhoraram nem pioraram, pioraram um pouco, pioraram muito), relegando-se a uma sexta categoria residual as respostas do tipo "depende", "para uns melhoraram, para outros não; etc. A segunda pergunta, com o mesmo formato de resposta, era esta: *E daqui para frente, o Sr. acha que as coisas vão melhorar, vão piorar, ou não vão mudar muito nos próximos três ou quatro anos?* Na análise a seguir, não levaremos em conta, para maior simplicidade, os matizes de "muito" e "pouco" e chamaremos de "otimistas" os que sentiram ou esperam alguma melhora, e de "pessimistas" os que sentiram ou temem alguma deterioração em sua situação pessoal.

Como seria de esperar, as pessoas de posição sócio-econômica mais elevada (mais escolarizadas) tendem a ser mais otimistas em ambas as perguntas. Além disso, o percentual de otimistas é ligeiramente maior em relação ao futuro do que em relação ao passado, independentemente do nível de escolaridade. A Tabela XXIII mostra o efeito destas duas variáveis sobre a preferência partidária.

Tabela XXIII – Porcentagem de identificações com a arena e percepção do passado e futuro imediatos, segundo o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976). (*)

Percepção	**Escolaridade**				**Total**	
	Baixa		*Alta*			
	Passado	*Futuro*	*Passado*	*Futuro*	*Passado*	*Futuro*
Melhor	85	87	87	87	86	87
Igual	84	79	67	64	77	66
Pior	76	69	66	68	74	68

(*) O complemento destas porcentagens corresponde ao MDB. Por exemplo, entre os que sentiram melhoras nos últimos anos – passado, melhor – e que possuem um nível baixo de escolaridade, 85% são ARENA, 15% são MDB.

Percebe-se sem dificuldade que ambas as variáveis – passado e futuro – mantêm certa relação com a preferência partidária, mas o efeito das

expectativas quanto ao futuro é mais forte. A diferença entre os que sentiram sua vida *melhorar* e os que a viram *piorar* nos últimos anos é de 9 pontos percentuais no grupo de baixa escolaridade, de 21 no de alta, e de 12 no total. No que se refere ao futuro, as diferenças são 18, 19 e 19, respectivamente. Em todos os casos, a, diferença observada é obviamente no sentido de um *declínio* da porcentagem de arenistas quando passamos dos que viram ou esperam alguma melhora aos que sentiram ou antecipam dificuldades em sua vida. Observe-se, além disso, que o efeito da escolaridade é considerável no que diz respeito à visão dos "últimos anos": o arenismo declina 21 pontos (87 menos 66) no grupo mais escolarizado, em contraste com apenas 9 (85 menos 76) no grupo menos escolarizado. No caso das expectativas quanto ao futuro, não há diferenças em função da escolaridade, até porque a distância entre os "otimistas" e "pessimistas" já é considerável no grupo mais baixo.

Estes resultados, especialmente o efeito da escolaridade aumentando as diferenças quando se trata da percepção do passado, sugerem claramente que o "fim do milagre" não se traduz no plano político de maneira uniforme. Ao que tudo indica, o "oposicionismo" surge primeiro, e mais acentuadamente, entre aqueles que dispõem de recursos, intelectuais e outros, suficientes para identificar causas políticas na deterioração de sua situação individual, e para associar tais causas a um dos partidos, no caso, a ARENA. Este resultado tem um ponto de contato com o encontrado anteriormente, quando vimos que o arenismo declina sensivelmente entre os eleitores de escolaridade alta e renda baixa. Percebe-se em ambos os casos a provável existência de uma insatisfação, juntamente com os recursos pessoais que permitem expressa-la no terreno político. Contudo, como sugerimos há pouco, estas alusões ao passado e ao futuro, da mesma forma que a discrepância entre renda e educação, fornecem apenas uma base genérica para conjeturas como as que acabamos de fazer. Sínteses difusas de experiências e expectativas diversas, percepções deste tipo permitem inferir que o declínio do arenismo acha-se de algum modo associado a uma insatisfação, mas nada nos dizem sobre os componentes desse sentimento. Não respondem, por exemplo, se ele se deve à inadequação dos serviços municipais básicos, a uma crescente descrença no governo como provedor de serviços, a descontentamentos com o próprio regime político e econômico vigente, ou a um pouco de tudo isso.

Qualidade dos Serviços Locais

Com este rótulo estamos designando um conjunto de 8 perguntas através das quais solicitamos uma avaliação do entrevistado a respeito dos serviços públicos existentes em seu próprio bairro. A avaliação foi feita em três categorias pré-fixadas; (a) *muito bom, ótimo,* (b) *bom, regular,* e (c) *mau, péssimo,* com uma quarta, *não há atendimento,* quando o entrevistado declarava a inexistência pura e simples de qualquer um dos 8 serviços mencionados. A Tabela XXIV mostra a distribuição das respostas. Verifica-se desde logo que os serviços mais frequentemente avaliados como *ótimos* (mais de 50% das respostas) são escola primária, fornecimento de água e transporte coletivo. No outro extremo, somando as categorias *péssimo* e *não há atendimento,* vemos que cerca de 40% dos entrevistados avaliam negativamente o atendimento médico, a remoção de lixo, a conservação das ruas e a rede de esgotos. É mínimo (5%) o percentual que avalia como *péssimo* ou *inexistente* o serviço escolar. Deve-se entretanto notar que o percentual dos que *não souberam responder* a este item é elevado (cerca de 12%). Tudo indica, portanto, que a simples existência de uma escola nas proximidades da residência provoque uma resposta positiva; ou ainda, que a propaganda governamental tenha maior êxito neste setor do que, por exemplo, no tocante ao atendimento médico, cuja precariedade é vivida mais diretamente pelos adultos entrevistados.

Tabela XXIV – Distribuição das respostas dadas a 8 itens referentes a qualidade dos serviços municipais (Presidente Prudente, 1976). (*)

Itens	**O serviço é:**			**Não há atendimento**	**(N)**
	Ótimo	*Regular*	*Péssimo*		
I. Escola primária	61	34	2	3	(755)
II. Água	55	31	3	11	(858)
III. Transporte coletivo	54	32	5	9	(822)
IV. Esgotos	39	22	5	33	(858)
V. Atendimento médico	33	24	6	38	(827)
VI. Iluminação pública	30	41	21	8	(859)
VII. Remoção de lixo	27	34	19	20	(858)
VIII. Conservação das ruas	21	40	32	7	(860)

(*) O cálculo das porcentagens exclui os casos de recusa e os que não souberam responder, razão pela qual os totais na coluna (N) não coincidem com o total da amostra, que é de 863.

Trataremos mais adiante do problema da *intercorrelação* entre estes itens, vale dizer, da medida em que a avaliação feita por um indivíduo a respeito de um serviço permite prever que ele fará a mesma avaliação a respeito de outro. Observe-se, porém, desde logo, que a intercorrelação existente é um pouco mais forte entre os *menos* escolarizados, isto é, entre as camadas de posição sócio-econômica mais baixa. Este é um ponto importante para a compreensão do conjunto de indicadores que estamos agora considerando. Como dissemos há pouco, nem mesmo itens desta natureza, são, isentos de subjetividade:os mesmos serviços de um bairro podem ser avaliados positivamente por uns e negativamente por outros. Em itens de opinião política, por exemplo, pode-se em geral supor que, entre os mais escolarizados, os recursos intelectuais mais abundantes conduzam a avaliações mais consistentes, ou seja, mais previsíveis entre si. Vemos, entretanto, que isto *não* é o que ocorre na avaliação dos serviços municipais. Analisando as 10 intercorrelações possíveis entre 5 destes 8 itens, verificamos, com efeito, que em 7 casos elas são mais altas entre os *menos* escolarizados. Este resultado sem dúvida se deve à precariedade *geral* dos serviços de infra-estrutura nos bairros pobres, ao passo que os serviços oferecidos às camadas médias e altas são efetivamente mais diferenciados: a conservação das ruas, por exemplo, pode achar-se aquém do que essas camadas desejariam, mas elas não têm maiores queixas do atendimento médico, até porque não dependem tanto de serviços públicos, neste particular. Existem, portanto, pelo menos duas fontes de variação nestas perguntas aparentemente tão simples. Uma, propriamente subjetiva, nas avaliações que diferentes indivíduos fazem de *um mesmo serviço;* e outra, mais objetiva, que provém das diferenças de qualidade efetivamente existentes *entre os serviços de um mesmo bairro.* Essa variação permite-nos afirmar que estes itens não são um simples substituto dos indicadores mais comuns de posição sócio-econômica, mas sim uma *zona proto-ideológica:* uma área de transição onde os dados brutos da situação sócio-econômica começam a mesclar-se com avaliações e expectativas mais abrangentes.

Com efeito, a análise do impacto exercido pelos itens da Tabela XXIV sobre a preferência partidária conduz a resultados até certo ponto surpreendentes. De um lado, e como seria de esperar, o percentual de arenistas declina sistematicamente quando comparamos os que acham os serviços municipais *ótimos* ou, pelo menos, *regulares,* com os que os julgam *maus* ou *péssimos.* Esse declínio se verifica, em 15 das 16

comparações possíveis quando subdividimos os entrevistados segundo o seu nível, alto ou baixo, de escolaridade. Por outro lado, e ao contrário do que se deveria talvez esperar, o referido declínio no percentual de arenismo *não* se acentua quando passamos da categoria *mau* ou *péssimo* à daqueles que simplesmente não desfrutam de qualquer atendimento. Essa acentuação, esperada, só se verifica, na realidade, em 2 dos 16 casos possíveis. Em 4 outros se constatam que o percentual de arenismo não varia, vale dizer, que a inexistência pura e simples de atendimento não se distingue da avaliação negativa dos serviços como promotora de "deserções" em relação à ARENA. Mas nas 10 restantes, o que se observa é efetivamente uma *inversão* do padrão esperado: a porcentagem de identificações com a ARENA *aumenta,* em vez de diminuir, quando passamos dos que vituperam os serviços municipais àqueles que simplesmente não os possuem. É bem verdade que em 4 destas inversões a base das porcentagens é muito pequena (entre 6 a 9 casos), mas o padrão formado, pelas 10 parece suficientemente claro[22].

Parece plausível supor que os *não atendidos* pelos serviços municipais sejam em geral ainda mais pobres do que os insatisfeitos com os serviços de que desfrutam. A ser correta esta hipótese, confirmar-se ia com o último resultado do parágrafo anterior um outro que já havíamos encontrado ao analisar as bases sociais dos dois partidos, a saber: que os *muito pobres* de Presidente Prudente ainda não relacionam sua situação – no caso, os serviços que lhes faltam – com as alternativas oferecidas pelo atual regime partidário. Mantém-se desta forma sua identificação com a ARENA, e isto se dá, sem dúvida, por razões muito variadas. Para uns, o vínculo partidário talvez seja apenas a "sublimação" de alguma relação de fidelidade pessoal. Para outros, a carência dos serviços municipais talvez se deva a "maus prefeitos", individualmente, e não ao partido ou quem sabe, à

[22] Três dos 8 itens utilizados (escola primária, transporte coletivo e atendimento médico) aplicam-se tão bem aos setores rurais quanto aos urbanos. Nos demais (água, esgotos, iluminação, conservação e limpeza pública), é óbvio que o *não há atendimento* significa coisas distintas num e noutro caso. Contudo, excluindo da análise, os setores rurais, vemos que os resultados não alteram substancialmente as conclusões do texto. Com efeito, entre os residentes urbanos, em 7 das 16 comparações a porcentagem de arenistas *aumenta,* em vez de diminuir, quando passamos do *péssimo* ao *não há atendimento.* Num caso, não há variação, e existem 6 outros em que, efetivamente, aquele percentual diminui. Existem ainda 2 itens nos quais a comparação é impossível, dada a inexistência de casos na categoria *não há atendimento.*

expectativa de que somente a ARENA, como partido do governo, é que poderá vir um dia a atendê-los, e não o MDB, que sob este aspecto, não representaria realmente uma alternativa. Seja como for, a existência das inversões acima referidas não nos deve desviar do que talvez seja o ponto mais importante, em termos de prognóstico político: do fato de que existe efetivamente uma tendência a responsabilizar a ARENA quando os serviços são vistos como deficientes. E ainda: que essa tendência se acentua bastante, em quase todos os casos, entre os *mais* escolarizados, sugerindo a possibilidade de que insatisfações desse tipo venham a associar-se com avaliações também negativas acerca do desempenho governamental ou mesmo a respeito do regime político vigente.

O desempenho do governo

O terceiro dos quatro conjuntos acima aludidos, qual seja, o das avaliações do desempenho governamental, distingue-se do conjunto "serviços locais" por envolver uma referência direta à credibilidade do governo como provedor de serviços. Trata-se, em outras palavras, de uma série de indicadores na qual se solicita explicitamente uma avaliação da ação governamental em alguns setores que afetam a vida do entrevistado. Os setores avaliados são saúde, habitação, escola primária e policiamento da cidade, além de um quinto, o custo de vida, que não corresponde propriamente à ideia de um "serviço". O formato utilizado consistiu em pedir diretamente uma avaliação do governo (sem distinguir entre os níveis federal, estadual e municipal) em cada um dos cinco setores. Perguntamos, por exemplo: O *Sr acha que o governo está conseguindo resolver satisfatoriamente o problema do atendimento médico através do INPS?* Ou ainda: O *problema da casa própria através do BNH?* O *problema do policiamento da cidade?* As respostas foram colhidas em três alternativas pré-fixadas: (a) *sim, muito bem* (b) *sim, mais ou menos,* e (c) *não.* Na análise a seguir, designaremos estas três categorias como os que acham *muito bom, regular* e *insatisfatório,* respectivamente, o desempenho do governo. A Tabela XXV mostra a distribuição global das respostas. Percebe-se que o desempenho governamental é avaliado. Como *muito bom* por nada menos de 75% dos entrevistados no que se refere à escola primária, por 58% no tocante ao policiamento, por 48% com relação ao

atendimento médico, mas por apenas 23% no item casa própria e por 6% no que se refere ao custo de vida[23].

Outro ponto sugestivo aparece quando subdividimos os entrevistados segundo o nível de escolaridade, o que não é feito na Tabela XXV.

Tabela XXV – Distribuição das respostas dadas a 5 itens de avaliação do desempenho governamental (Presidente Prudente, 1976). (*)

Itens	O desempenho é:			(n)
	Muito bom	*Regular*	*Insatisfatório*	**(100%)**
I. Escola primária	75	22	3	(795)
II. Policiamento da cidade	58	34	8	(808)
III. Atendimento médico através do INPS	48	36	15	(804)
IV. Casa própria através do BNH	23	34	43	(6311)
V. Custo de vida	6	37	57	(848)

(*) O cálculo das porcentagens exclui os casos de recusa e os que não souberam responder, razão pela qual os totais na coluna (N) não coincidem com o total da amostra, que é de 863.

Constata-se, então, e ao contrário do que se deveria talvez esperar, que o percentual de avaliações positivas (desempenho *muito bom)* é sistematicamente *mais baixo* entre os *mais* escolarizados. Se aceitarmos que a instrução superior ao primário é indicativa de camadas sociais mais privilegiadas, o que se verifica, em outras palavras, é que essas camadas acham-se *menos* frequentemente dispostas a ajuizar como *muito bom* o desempenho governamental nos cinco setores mencionados. É certo que em dois casos – custo de vida e casa própria – a diferença percentual no sentido apontado é pequena e deve ser desprezada. É também certo que os mais escolarizados não necessariamente saltam para o extremo oposto, a ponto de superarem os menos escolarizados no percentual dos que consideram efetivamente *insatisfatório* o desempenho governamental[24]. Ressalve-se ainda que em nenhum caso o percentual de juízes negativos (atuação *insatisfatória* do governo) entre os menos e os mais escolarizados difere em mais de 9 pontos, o que é pouco. Apesar de tudo, o *padrão* formado pelos cinco itens em conjunto parece suficientemente claro: *as camadas mais privilegiadas dão indícios mais frequentes de descrença na atuação governamental.*

Na linha de raciocínio seguida anteriormente, a propósito dos serviços locais, deveríamos portanto esperar que as identificações com a ARENA sejam menos frequentes entre os que avaliam negativamente a ação do governo, independentemente do nível de escolaridade. Haveria, em outras palavras, um efeito “autônomo” desta variável, uma vez controlada, a posição sócio-econômica (escolaridade) dos entrevistados. A Tabela XXVI mostra que isto é efetivamente o que ocorre, verificando-se uma diminuição no percentual de arenistas toda vez que passamos das avaliações “satisfatório” e/ou “mais ou menos” para a avaliação “insatisfatório”.

Constata-se que as diferenças são substanciais e sempre na direção esperada. Deve-se ressaltar que no item escola primária a base das porcentagens na categoria “insatisfatório” é pequena. No conjunto, porém, é inequívoco o efeito das avaliações sobre a preferência partidária.

Dois outros aspectos chamam a atenção nesta tabela. O primeiro é que o efeito da escolaridade no sentido de acentuar as diferenças extremas no percentual de arenistas não ocorre em todos os casos. Ele existe no item custo de vida (93 menos 80 na linha de escolaridade *baixa* e 100 menos 72 na linha da *alta),* e em menor grau nos itens casa própria e policiamento, mas não nos outros dois (atendimento médico e escola primária). A acentuação das diferenças no item custo de vida parece sugestiva das razões que levam parte da chamada “classe média” insatisfeita a retirar seu apoio ao partido governista.

O segundo ponto é mais complexo. Vimos pela Tabela XXVI que o percentual de arenistas é menor entre aqueles que se declaram insatisfeitos com a atuação governamental em cada um dos cinco setores. Porém, uma leitura mais atenta revela, como veremos a seguir, que o percentual de arenistas *entre os insatisfeitos* acha-se por sua vez correlacionado com o percentual de insatisfeitos *no total de cada item.* Na Tabela XXVII convertemos em porcentagens o número de insatisfeitos que aparece entre parênteses na Tabela XXVI, e ordenamos os cinco itens no sentido crescente desse percentual. Assim, o item escola primária é o que tem

[23] Excluídos os que não souberam responder. Observe-se que estes são uma parcela elevada (26%) no item “casa própria através do BNH”.

[24] Esse salto ocorre em três itens – atendimento médico, escola e policiamento mas não nos outros dois: casa própria e custo de vida. Não deixa de ser sintomático que as camadas baixas mantenham uma avaliação francamente negativa em relação aos itens custo de vida e casa própria, nos quais o aspecto econômico é mais acentuado.

menos insatisfeitos, e aparece em primeiro lugar. Vêm em seguida o policiamento, o atendimento médico, a casa própria e o custo de vida. Lendo os percentuais de insatisfeitos e de arenistas *entre* os insatisfeitos, constatamos que as duas séries se acham estreitamente associadas. Verifica-se apenas uma ligeira inversão no item casa própria, entre os eleitores de alta escolaridade. De modo geral, quanto menor a parcela de insatisfeitos, menor o percentual de adesões à ARENA, e portanto, maior o de adesão ao MDB.

Tabela XXV – Porcentagem de identificações com a ARENA, segundo a avaliação do desempenho governamental em cinco setores e o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976). (*)

DESEMPENHO GOVERNAMENTAL / ESCOLARIDADE	ATENDIMENTO MÉDICO			CUSTO DE VIDA			CASA PRÓPRIA			ESCOLA PRIMÁRIA			POLICIAMENTO DA CIDADE		
	Satisfatório	Regular	Insatisfatório	Satisfatório	Regular	Insatisfatório	Satisfatório	Regular	Insatisfatório	Satisfatório	Regular	Insatisfatório	Satisfatório	Regular	Insatisfatório
Baixa	84 (209)	86 (132)	70 (43)	93 (27)	85 (154)	80 (225)	87 (68)	87 (77)	73 (123)	83 (297)	85 (75)	50 (6)	85 (255)	84 (116)	58 (19)
Alta	85 (108)	80 (113)	73 (52)	100 (14)	86 (115)	72 (149)	90 (58)	79 (95)	74 (91)	83 (201)	75 (60)	50 (10)	86 (146)	77 (105)	52 (23)

(*) Os números entre parênteses são as bases utilizadas para o cálculo das porcentagens: Escolaridade *baixa* corresponde à 5ª série primária ou menos; *alta,* ao primeiro ginasial ou mais. O complemento das porcentagens corresponde às identificações com o MDB.

A leitura dos casos extremos é suficientemente expressiva. No item escola primária, a parcela dos insatisfeitos com o desempenho governamental é desprezível: 2 e 4 por cento, respectivamente, entre os menos e os mais escolarizados. Aí, precisamente, é onde se verificam os percentuais de arenistas mais baixos desta tabela (50% e 50%). O item custo de vida acha-se no outro extremo: cerca de 55% dos entrevistados criticam a atuação do governo nesse setor. Entre esses, o percentual de arenistas é bem mais alto (80 e 74, respectivamente). Naturalmente, não é difícil explicar essa tendência. Os que sustentam uma opinião majoritária, ainda que de oposição ao governo, como é o caso do custo de vida, compartilham muitas outras características que empurram a preferência partidária para a média global da amostra. Inversamente, os que sustentam uma opinião fortemente minoritária, como os 2% de baixa escolaridade que

se acham insatisfeitos com o governo no setor escolar, presumivelmente tiveram por isso mesmo sua percepção aguçada para as alternativas oferecidas *pelos* dois partidos; ou, quem sabe, tornaram-se críticos da atuação governamental precisamente em virtude de uma forte identificação prévia com o partido oposicionista.

Tabela XXVII – Porcentagem de insatisfeitos com a atuação governamental em cinco setores e porcentagem de arenistas entre os insatisfeitos, segundo o nlvel de escolaridade (Presidente Prodente; 1976). (*)

Setores	**Escolaridade**			
	Baixa		*Alta*	
	% Insatisfeitos com a atuação governamental	*% Arenistas entre os insatisfeitos*	*% Insatisfeitos com a atuação governamental*	*% Arenistas entre os insatisfeitos*
Escola primária	2	50	4	50
Policiamento	5	58	8	52
Atendimento médico	11	70	19	73
Casa própria	46	73	37	72
Custo de vida	55	80	54	74

(*) As porcentagens de "insatisfeitas com a atuação governamental" foram calculadas com base nos números absolutos mostrados entre parênteses na Tabela XXVI. Seu complemento corresponde à soma dos "satisfeitos" com as que avaliam como "regular" a atuação governamental. O complemento das porcentagens de arenistas corresponde às identificações com o MDB.

Mais do que procurar as explicações, interessa-nos porém salientar o que essa tendência sugere no tocante aos prognósticos político-eleitorais. Supondo, de maneira simplista, que os itens custo de vida e escola primária trabalham separadamente sobre a preferência partidária, é fácil calcular que a insatisfação quanto ao primeiro conduz ao partido oposicionista muito mais eleitores que o segundo. Contudo, precisamente por ser maciça, a insatisfação com o custo de vida é difusa, vale dizer, pouco correlacionada com outras avaliações da política governamental ou do regime vigente no país. Embora dê muitos votos à oposição, deve-se portanto concluir que a insatisfação desse tipo não pode constituir por si só um núcleo estável de ideologia partidária. Para melhor compreender em que consiste atualmente esse núcleo, devemos complementar esta análise com a do quarto conjunto de indicadores a que nos havíamos referido.

Opiniões Políticas

Para estudar a relação entre opiniões políticas e preferência partidária, dispomos de 15 itens nos quais se solicitou a concordância ou discordância do entrevistado a propósito de teses relevantes para o atual debate político ou para a campanha eleitoral de 1976. Desses quinze, dez mantêm alguma relação com a preferência partidária e cinco absolutamente não discriminam entre ARENA e MDB, em. Presidente Prudente. Deixaremos de considerar estes cinco[25], e dois outros: um referente à participação de Geisel na campanha e outro ao chamado processo de "estatização" da economia. A exclusão do item sobre a participação de Geisel na campanha deve-se a sua implicação partidária demasiado óbvia. A do item sobre estatização obedece a razões mais substantivas. É nossa intenção examinar a preferência partidária em função de *dois perfis,* um "pró" e outro "antissistema", conforme as definições estabelecidas no Quadro I. Mais do que em qualquer dos outros itens, pareceu-nos visivelmente arbitrário classificar nesses termos as opiniões "estatizante" e "antiestatizante". Restam-nos, portanto, precisamente os 8 itens utilizados quando tratamos da taxa de identificação partidária. (Ver Quadro I).

Interessa-nos portanto estabelecer em que medida a identificação com um ou com outro partido se associa a opiniões políticas específicas. Nos termos da disputa política hoje existente no país, e a ser correta a hipótese segundo a qual essa associação existe, dever-se-iam verificar as seguintes condições: 1) o percentual de arenistas deveria ser mais alto entre os eleitores "pró" do que entre os "antissistema" recorrendo aqui novamente à classificação estabelecida no Quadro I; 2) a diferença percentual entre os "pró" e os "anti" deveria ser maior entre os eleitores de alta do que entre os de baixa escolaridade – no suposto, é lógico, de que os mais escolarizados têm maior capacidade de associar suas opiniões à sigla

[25] São os seguintes os cinco itens excluídos da análise: (I) "o povo não tem capacidade para votar *bem*" *versus* "o povo quando vota sabe o que está fazendo"; (II) "os analfabetos também deveriam ter o direito de votar" *"versus"* é melhor manter a situação atual, isto é, não dar aos analfabetos o direito de votar"; (III) "as discussões e debates" entre os partidos são inúteis" *versus* "os partidos ajudam o povo a compreender muitos problemas e portanto prestam um grande serviço ao país"; (IV) "o governo deve controlar mais as empresas estrangeiras que funcionam no Brasil" *versus* "elas não precisam ser controladas pelo governo"; (V) "a próxima eleição (a de 1976) será como qualquer outra" *versus* "terá uma importância muito maior".

partidária que melhor as expressa. Estas duas condições implicam em que o percentual de arenistas deva ser *máximo* entre os eleitores pró-sistema de alta escolaridade; *médio* entre os de baixa escolaridade; e *mínimo* entre os antissistema de escolaridade alta. O exame desta hipótese é feito na Tabela XXVIII.

Tabela XXVIII – Porcentagem de identificações com a ARENA, segundo algumas opiniões políticas e por nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976). (*)

Escolaridade	**Alta**	**Baixa**	**Baixa**	**Alta**
Opinião	*Pró-Sistema*	*Pró-Sistema*	*Antissistema*	*Antissistema*
I. Lei Falcão	86	85	75	61
II. Voto direto ou indireto	93	86	81	72
III. Participação dos militares no governo	89	87	71	48
IV. Aumento de salário para corrigir desigualdades excessivas	97	82	82	76
V. AI-5	87	86	67	59
VI. O Brasil é um país "que vai pra frente"	84	84	61	48
VII. O Brasil é tão democrático/menos democrático quanto outros países	91	82	80	64
VIII. O importante é o governo ser eleito/eficiente	82	83	77	64

(*) O complemento destas porcentagens corresponde às identificações com o MDB.

Quadro I – Classificação das alternativas de resposta "pró" e "antissistema" em oito itens de opinião política, com as respectivas porcentagens (Presidente Prudente, 1976).

Pergunta	**Resposta pró-sistema**	**%**	**Resposta antissistema**	**%**	**Não sabe / discorda de ambas / recusa-se a responder %**
I. Lei Falcão	A proibição aos candidatos de falarem pelo rádio e pela televisão	67	A proibição aos candidatos de falarem pelo rádio e pela televisão *não foi* uma boa	19	14

	foi uma boa medida		medida		
II. Voto direto		27		67	6
III. Participação dos militares no governo	A participação dos militares ainda é necessária	67	Os militares devem deixar o governo	18	15
IV. Aumentas salários	Ainda não é conveniente aumentar os salários	18	Já é hora de aumentar os salários para corrigir desigualdades excessiva	74	8
V. AI-5	O AI-5 ainda é necessário	32	O AI-5 deve ser abolido	10	58
VI. O Brasil é um país que vai pra frente	Concorda em que vai pra frente	88	Acha que está parado ou andando para trás	8	4
VII. O Brasil é menos democrático / tão democrático quanto qualquer país	Concorda que o Brasil é tão democrático quanto qualquer país	58	Concorda que o Brasil é menos democrático que qualquer outro país	22	20
VIII. O importante é o governo ser eleito / eficiente	Concorda que o importante é fazer muita coisa, mesmo que não seja eleito	76	Concorda em que o importante é ser eleito, mesmo que às vezes os que são eleitos não sejam muito capazes, ou não façam muita coisa	15	9

Lendo os percentuais da esquerda para a direita, verifica-se sem dificuldade que a primeira condição se confirma de maneira quase completa. Os itens seguem de maneira precisa a ordenação prevista, dando-se apenas uma ligeira inversão nas duas primeiras colunas do item VIII.

A segunda condição a verificar era a de que a distância em pontos percentuais entre os "pró" e os "anti" fosse maior entre os eleitores de *alta* do que entre os de *baixa* escolaridade. A comprovação se obtém subtraindo da primeira coluna os percentuais da quarta, e da segunda os da terceira. No

item Lei Falcão, por exemplo, a diferença é de 25 (86 menos. 61) entre os eleitores de alta escolaridade, e de apenas 10 (85 menos 75) entre os de escolaridade baixa. seguindo este procedimento, constata-se sem dificuldade que a citada condição se verifica em todos os oito itens.

No item AI-5, faz-se necessário um esclarecimento adicional, dado que 26% dos entrevistados que haviam anteriormente declarado *não saber* o que é o Ato deram não obstante sua opinião a respeito dele. Por isto, submetemo-lo a uma análise separada, examinando a distribuição das preferências partidárias não somente em função das *opiniões* expressas, mas também da *informação,* correta ou incorreta, sobre o AI-5. Os resultados tornam ainda mais claro o que já se vê na Tabela XXVIII. Entre os que *sabem* o que é o Ato e que o *apoiam,* o arenismo alcança 96 por cento. Entre os que *sabem* mas preferem vê-lo revogado, somente 50 por cento se dizem arenistas. Entre os que *não sabem,* os percentuais são 83 e 68, respectivamente, conforme a opinião seja a favor ou contra o Ato. Constata-se, portanto, que a relação mostrada na Tabela XXVIII não somente se mantém como inclusive se acentua quando fazemos o elemento informação intervir entre a opinião e a preferência partidária.

Outro ponto importante tem a ver com as duas últimas colunas à direita, ou seja, com o percentual de arenistas entre os eleitores *antissistema* de baixa e de alta escolaridade. Na Tabela XXIX, os 8 itens foram ordenados no sentido crescente do percentual de respostas "antissistema" no total. A exemplo do que havíamos visto no caso dos insatisfeitos com o desempenho governamental, os percentuais de arenistas *entre* os antissistema guardam certa relação com o percentual de antissistema no *total* de cada item. A relação não é aqui tão estreita quanto a que se vê na tabela XXVII, havendo mesmo diversas inversões significativas. Mas a comparação dos casos extremos indica que a tendência existe: o item "país que vai para a frente", por exemplo, é o que suscita a menor porcentagem de respostas antissistema e é também aí que a parcela arenista *entre os antissistema* alcança os valores mais baixos (61 e 48 por cento, respectivamente, entre os menos e os mais escolarizados). No outro extremo, mais de 80% dos entrevistados endossam a alternativa antissistema de aumentar imediatamente os salários, mas entre esses o percentual de arenistas (82 e 76 por cento) é bastante próximo da média global da amostra. Deve-se portanto fazer aqui uma observação semelhante à que fizemos ao tratar das avaliações do desempenho governamental.

Alguns itens (os seis primeiros) indicam a existência de um pequeno grupo de eleitores com *fortes* opiniões oposicionistas. Outros (voto direto, aumento de salários) sugerem correntes de opinião muito maiores, mas cujo "oposicionismo" é na realidade expressão de um consenso, pelo menos em termos numéricos. Contudo, como advertimos anteriormente, este raciocínio supõe que os diferentes itens não se superpõem em seus efeitos, o que não é necessariamente correto. Para melhor compreender o problema da *estruturação* ideológica, será necessário determinar como e em que medida os itens aqui utilizados se vinculam uns aos outros.

Tabela XXIX – Porcentagem de respostas "antissistema" no total da amostra e porcentagem de arenistas entre os eleitores "antissistema", em 8 itens de opinião, segundo o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976). (*)

Item	**% de respostas antissistema no total da amostra**	**% de arenistas entre os eleitores antissistema**	
		Escolaridade Baixa	*Escolaridade Alta*
VI. Pais "que vai pra frente"	9	61	48
VIII. Governo eleito *versus* governo eficiente	17	77	64
III. Militares no poder	21	71	48
I. Lei Falcão	23	75	61
V. AI-5	24	67	S9
VII. Brasil menos/tão democrático quanto outros países	28	80	64
II. Voto direto ou indireto	69	81	72
IV. Aumentar salários imediatamente ou não	81.	82	76

(*) As porcentagens de respostas "antissistema" não coincidem com as do Quadro I, porque nesta tabela os casos de recusa e os que não sabiam responder foram excluídos do cálculo. O complemento corresponde portanto aos "pró-sistema". Nas outras duas colunas, o complemento das porcentagens corresponde às identificações com o MDB.

O Problema da Consistência Interna

Examinemos em primeiro lugar o conjunto *serviços locais.* Uma maneira de avaliar sua consistência interna é calcular um coeficiente de correlação para cada par de itens. Dado que as respostas foram colhidas

numa escala ordinal (ótimo/regular/péssimo/inexistente), o coeficiente *gama* é apropriado ao caso[26]. Este coeficiente alcançará o valor máximo de 1.0 (um) para um dado par de itens quando todos os indivíduos fizerem em relação a um deles a mesma avaliação feita em relação ao outro; e o valor - 1.0 (menos um) quando os dois itens forem objeto de avaliações sistematicamente inversas. Alcançará o valor 0.0 (zero) quando não houver qualquer relação sistemática entre ambos.

Este procedimento implica em definir a consistência interna do conjunto de uma maneira específica, e bastante forte: como a expectativa de que um mesmo indivíduo faça uma avaliação uniforme dos diversos serviços. Se qualificou o fornecimento de água, por exemplo, como *ótimo,* ele estará sendo "consistente" se disser a mesma coisa nos demais itens. Neste sentido, haverá consistência perfeita no conjunto se for possível prever a resposta dada por qualquer indivíduo em qualquer item a partir do conhecimento de suas respostas nos demais.

Para maior simplicidade, trabalharemos aqui com apenas cinco dos oito itens: esgotos, conservação das ruas, escola primária, transporte coletivo e atendimento médico. Com cinco itens, são dez os pares possíveis. Contudo, os coeficientes que correspondem aos dez pares serão calculados separadamente para os grupos de *alta* e *baixa* escolaridade, mantendo-se aqui o primário completo como linha divisória.

Os valores obtidos para o coeficiente *gama* variam de um mínimo de 0.18 a um máximo de 0.61, no caso dos eleitores mais escolarizados, e de 0.31 a 0.62, para aqueles que possuem um nível mais baixo de escolaridade. Os dois valores mínimos ocorrem no par conservação das ruas/atendimento médico e os dois máximos no par escola primária/transporte coletivo. Estes valores, como veremos em seguida, distam muitíssimo de uma previsibilidade perfeita na ordenação das respostas.

Tomando como exemplo o valor máximo, entre escola e transporte coletivo; o coeficiente de 0.62 significa, no caso, que 72% dos 264 eleitores (de instrução baixa) que avaliam como *ótimo* o atendimento escolar também acham *ótimo* o transporte coletivo; que 58% dos 155 que acham o primeiro *regular* dizem o mesmo do segundo; que 22% dos 9 que se referem ao primeiro como *péssimo* fazem o mesmo julgamento do segundo;

---

[26] Ver BLALOCK, Hubert – *Social Statistics.* McGraw-Hill, 1972, págs. 421-426.

e que 88% dos 17 que não têm atendimento escolar afirmam também não ter acesso a transporte coletivo. Ou seja, embora exista obviamente uma relação entre os dois itens, existe um número considerável de indivíduos (28% de 264 + 42% de 155 + 78% de 9 + 12% de 17 = 148) que *não* os avalia nos mesmos termos. É este, portanto, o "erro" de previsão que estaríamos cometendo ao esperar uma consistência perfeita entre as avaliações do atendimento escolar e do transporte coletivo.

Poder-se-á objetar, naturalmente, que a expectativa de uma *ordenação* exatamente igual corresponde a uma interpretação demasiado forte da ideia de consistência interna entre os itens. Se fizermos apenas uma divisão entre os que acham os dois serviços *ótimos* ou *regulares,* de um lado, e *maus* ou *inexistentes,* de outro, quiçá tenhamos uma visão mais realista do problema. Veríamos, então, que 86% dos que avaliam positivamente o atendimento escolar têm a mesma opinião do transporte coletivo, e que 69% dos que fazem do primeiro uma avaliação negativa também criticam o segundo. Mesmo aqui, entretanto, o número de indivíduos que fazem avaliações "inconsistentes" é considerável (14% e 31%, respectivamente, correspondendo, no caso, a 15% do total de eleitores de baixa escolaridade).

Convém lembrar que o par *escola/transporte coletivo* é apesar de: tudo o que mais se aproxima de uma associação perfeita *(gama* = 0.62). Os valores *médios* deste coeficiente no conjunto *serviços locais* são 0.42 e 0.35, respectivamente, para os menos e para os mais escolarizados.

Este exemplo, sem dúvida banal, é suficiente para chegarmos a uma conclusão de certa importância. Havíamos visto que as opiniões sobre os serviços locais, tomadas uma a uma. exercem alguma influência sobre a preferência partidária. Dever-se-ia portanto esperar uma variação ainda maior nesta última nos extremos: ou seja, entre os eleitores que avaliam *todos os serviços* de maneira *consistentemente* positiva ou *consistentemente* negativa. Contudo, o exemplo acima mostra ser considerável a inconsistência que se verifica quando tomamos um *par* de itens. Daí se depreende facilmente que os "perfis" consistentes constituem uma minúscula parcela do total dos eleitores. Tomando somente três itens – esgotos, conservação das ruas e atendimento médico –, e dividindo as opiniões somente entre *positivas* (ótimo, regular) e *negativas* (péssimo, inexistente), chegamos ao resultado que se vê na Tabela XXX.

Tabela XXX – Porcentagem de identificações com a ARENA, segundo a avaliação feita pelos entrevistados sobre os serviços locais de esgoto, conservação das ruas e atendimento médico (Presidente Prudente, 1976). (*)

Avaliações: os três serviços são	**% ARENA**	**(N)**
Ótimos, regulares	88	(99)
Péssimos, inexistentes	66	(32)
Respostas mistas	81	(562)

(*) O complemento das porcentagens corresponde às identificações com o MDB. A categoria "respostas mistas" compreende *as* avaliações que Dio são uniformemente positivas, nem uniformemente negativas.

Como se vê pela coluna do (N), somente 99 indivíduos (14% dos 693 que declararam alguma preferência partidária) fazem uma avaliação consistentemente positiva e somente 32 (5%) uma avaliação consistentemente negativa dos três serviços. Como era esperado, o percentual de identificações com a ARENA cai consideravelmente, de 88 para 66, quando passamos do primeiro para o segundo grupo[27].

O que se deseja ressaltar, entretanto, é o aspecto puramente quantitativo do problema: o número de casos em cada um dos dois perfis "consistentes" tenderia rapidamente a desaparecer se fôssemos aumentando o número de itens levados simultaneamente em consideração. Isto quer dizer que, embora a avaliação *negativa* dos serviços locais seja efetivamente uma fonte de "oposicionismo", ela não parece ter alcançado em Presidente Prudente uma consistência realmente significativa. Da mesma forma, embora os que têm dos serviços locais uma impressão consistentemente *positiva* sejam com mais frequência arenistas fiéis, eles também constituem um grupo reduzido (14% do total, se tomarmos como base somente os três serviços referidos na Tabela XXX).

O conjunto *Avaliação do Desempenho Governamental* permite um exame semelhante ao que acabamos de fazer a respeito dos serviços locais. Como se recorda, os itens deste conjunto acham-se também medidos segundo uma escala ordinal (muito bom/regular/insatisfatório). Calculando

[27] Recorde-se que o percentual de arenistas difere bastante entre as categorias *péssimo* e *não há atendimento:* ao contrário do que se deveria talvez esperar, ele é *mais alto* nesta última. Portanto, a diferença mostrada na tabela seria mais acentuada se o contraste fosse feito entre as avaliações positivas, de um lado, e a categoria *péssimo,* de outro, excluindo os sem atendimento.

o coeficiente *gama* para os seis pares possíveis entre os itens *atendimento médico, custo de vida, escola primária* e *policiamento da cidade,* constatamos, também aqui, a ocorrência de algumas correlações razoavelmente fortes. Os valores mínimos ocorrem na relação entre atendimento médico e policiamento (0.30 e 0.19, respectivamente, entre os menos e os mais escolarizados). Os valores máximos, na relação entre escola primária e policiamento (0.66 e 0.62, respectivamente). A tradução do valor máximo encontrado em percentuais tornará mais claro o que ele representa como previsão da ordem das respostas numa variável a partir do conhecimento das respostas na outra. O coeficiente de 0.66 significa, no caso, que 75% dos 337 eleitores pouco instruídos que acham "muito bom" o desempenho governamental no setor educacional também têm essa opinião a respeito do policiamento; que 58% dos 87 que qualificam como "regular" o desempenho no primeiro também o veem como "regular" no segundo; e que 50% dos 8 que o têm como "insatisfatório" mantêm a mesma opinião no que diz respeito ao policiamento. Se fizermos aqui o mesmo cálculo apresentado a propósito dos serviços locais, veríamos que, mesmo neste par de itens, que é o mais fortemente correlacionado, quase 30% dos eleitores de instrução baixa sustentam opiniões "inconsistentes" (ou, se se prefere, diferenciadas) a respeito do desempenho governamental. Conclui-se portanto que o número de indivíduos com um "perfil" inteiramente consistente, positivo ou negativo, é muito pequeno. Com os 4 itens mencionados, e distinguindo entre os dois níveis de escolaridade, é impossível construir tais perfis, devido, ao rápido declínio do número de casos. A Tabela XXXI mostra a relação existente entre a preferência partidária e os perfis construídos com apenas *dois* dos itens de avaliação do desempenho governamental.

São dois os pontos que chamam a atenção nesta tabela. O primeiro, como havíamos sugerido, diz respeito ao rápido desaparecimento do número de casos à medida que procuramos um "perfil" consistente *entre* os diversos itens. Convém lembrar que é de apenas 6%, no total da amostra, a parcela de avaliações positivas a respeito do custo, de vida, e também que as avaliações do desempenho governamental são menos positivas, em geral, entre os eleitores melhor escolarizados. Compreende-se, portanto, por que o perfil "positivo" baixa para, apenas 9 casos, entre os mais instruídos (ver coluna do N) quando levamos em conta, além dó custo de vida, também o "atendimento, médico através do INPS".

Tabela XXXI – Porcentagem de identificações com a ARENA, segundo a avaliação feita pelos entrevistados a respeito do desempenho governamental em relação ao atendimento médico e ao custo de vida, por nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976). (*)

O desempenho sobre atendimento médico e custo de vida é:	**Escolaridade**				**Total**	
	Baixa		Alta			
	% ARENA	(N)	% ARENA	(N)	% ARENA	(N)
Satisfatório em ambos	95	(22)	100	(9)	97	(31)
Regular em ambos	87	(46)	81	(53)	84	(99)
Insatisfatório em ambos	67	(33)	69	(42)	68	(75)
Respostas mistas	83	(312)	81	(176)	82	(488)

(*) O complemento das porcentagens corresponde às identificações com o MDB. Escolaridade *baixa* é iguala primário completo ou menos; *alta.* primeiro ginasial ou mais. A categoria "respostas mistas" compreende as avaliações que não são iguais entre os dois itens, atendimento médico e custo de vida.

O segundo ponto é que o impacto destas variáveis sobre a preferência partidária parece ser bem mais forte do que o dos itens referentes a serviços. Vê-se que os perfis consistentes formados por apenas dois itens produzem aqui uma diferença percentual considerável na parcela de arenistas. Comparando as categorias *satisfatório* e *insatisfatório,* vemos que a diferença percentual alcança 28 pontos (95 menos 67) entre os menos escolarizados, 31 entre os mais, e 29 no total. Além disso, o declínio se dá sempre na ordem esperada: os satisfeitos são quase unanimemente arenistas; os que veem como "regular" o desempenho governamental acham-se bastante próximos da média de arenistas no total da amostra (81.5%); os insatisfeitos já passaram para o MDB numa proporção superior a 30%. Este resultado sugere, com efeito, que estamos aqui transitando da zona proto-ideológica a que, nos havíamos referido quando tratamos dos serviços locais para uma outra na qual as avaliações do desempenho governamental se associam mais estreitamente à percepção de alternativas político-partidárias[28].

A análise do conjunto *opiniões políticas* servirá para completar o panorama esboçado nos parágrafos anteriores. Dispomos, como se recorda,

[28] Levando em conta os dados da Tabela XXVII, conclui-se facilmente que o declínio no percentual de arenistas seria ainda maior se considerássemos os insatisfeitos no par escola primária/atendimento médico, por exemplo.

de 8 itens, os quais abrangem desde opiniões sobre o AI-5 e sobre a presença dos militares no poder até reações dos entrevistados diante de *slogans* propagandísticos, tais como "este é um país que vai para a frente" (ver Quadro I). Estes itens foram medidos sob a forma de dicotomias simples (o entrevistado concorda com esta ou com aquela alternativa) e não sob a forma de escalas ordinais. A existência ou não de associação, em cada par de itens, deve portanto ser examinada através do teste de *chi* quadrado, e a intensidade dessa associação através de um coeficiente nominal, por exemplo, *fi*[29]. Tomando-se os 8 itens aos pares, temos 28 associações a examinar. A inspeção mostra que o *chi* quadrado é significante ao nível de 0.05 de probabilidade em 9 das 28 possibilidades, no caso dos menos escolarizados, e em 21 das 28, entre os que possuem instrução igualou superior ao primeiro ginasial. Vale dizer: o número de associações não aleatórias é bem maior (como seria de esperar em se tratando de opiniões políticas relativamente sofisticadas) entre os mais instruídos. Os valores do coeficiente *fi* confirmam este fato: entre os menos escolarizados, ele excede o valor 0.20 somente duas vezes, em 28 possibilidades, ao passo que entre os mais escolarizados isto acontece 12 vezes. *Pode-se entretanto afirmar sem hesitação que os valores encontrados, vistos em conjunto, indicam um grau muitíssimo baixo de previsibilidade das opiniões políticas entre si.* Alguns exemplos numéricos tornarão mais claro este diagnóstico.

Consideremos inicialmente os casos de associação mais intensa que se verificam entre os eleitores menos instruídos. Indicamos acima que o coeficiente *fi* alcança o valor 0.20 somente em dois casos. Um deles refere-se ao cruzamento da opinião sobre os militares com a opinião sobre o *slogan* "este é um país que vai para a frente". O valor de *fi* = 0.20 significa, no caso, que o *slogan* é endossado por 82% dos que desejam a saída dos militares, em contraste com 96% dos que preferem a permanência deles. O outro caso de *fi* = 0.20 verifica-se no cruzamento da opinião sobre os militares com a opinião sobre o que, à falta de melhor termo, poderíamos chamar de "democracia relativa". Neste caso, 64% dos que pretendem a saída dos militares acham o Brasil tão democrático quanto qualquer outro país, opinião sustentada por 84% dos que veem como ainda necessária a presença dos militares no poder.

[29] Ver BLALOCK, *op. cit.,* capítulo 15.

Estes resultados, como se vê, situam-se na *direção* esperada, se pensarmos em termos de um perfil *pró* e outro *antissistema.* Contudo, eles distam muitíssimo de um perfil ideológico no qual o desejo de que o poder retome aos civis estivesse associado, por exemplo, a uma *maioria* disposta a afirmar que o Brasil *não* é um país tão democrático quanto qualquer outro. A direção é a esperada, mas a diferença percentual é muito pequena: insuficiente, sem dúvida, para evitar uma impressão de maciça inconsistência ideológica.

Mesmo entre os eleitores melhor instruídos, e mesmo quando consideramos os valores máximos alcançados por *fi*, a parcela de "inconsistentes" é apreciável. Na relação entre presença dos militares e AI-5, por exemplo, o valor 0.35 indica uma associação bem mais forte. Este valor significa, no caso, que 82% dos que desejam a permanência dos militares também desejam a conservação do AI-5, opinião sustentada por apenas 43% dos que pretendem a *saída* dos militares. Existe também um valor de 0.34 no cruzamento do item AI-5 com o item "democracia relativa": 67% dos que preferem a conservação do Ato acham que o Brasil é tão democrático quanto qualquer país, em contraste com apenas 28% dos que preferem a revogação do Ato.

Estes exemplos poderiam ser multiplicados, mas os pontos básicos já devem estar suficientemente claros. Primeiro, vê-se que as relações se situam de modo geral na direção que se haveria de esperar, dado o debate ideológico hoje existente no país. Segundo, que a parcela de "inconsistentes" é apreciável, mesmo naqueles pares em que o coeficiente de associação alcança valores mais altos. Isto quer dizer que a possibilidade de se encontrarem perfis consistentemente "pró" ou consistentemente "anti" *com base nos* 8 *itens* é bastante remota. Não cabe a menor dúvida de que o número de "consistentes" declinará rapidamente se, em vez de apenas 2, tomarmos três, quatro, ou mais itens simultaneamente em consideração. Por outro lado, a análise feita anteriormente leva-nos a esperar que as preferências partidárias se diferenciem mais fortemente em função deste conjunto, que se refere a opiniões políticas no sentido mais estrito, do que em função do acesso aos serviços locais, ou mesmo das avaliações do desempenho governamental. Esta hipótese pode ser verificada comparando-se o percentual de arenistas entre os perfis *pró* e *anti,* na Tabela XXXII. Estes perfis foram construídos com base em quatro dos 8 itens de opinião política.

Tabela XXXII – Porcentagem de identificações com a ARENA, segundo os perfis "pró" e "antissistema" em quatro itens de opinião, e segundo o nível de escolaridade (Presidente Prudente, 1976). (*)

Perfis	Escolaridade				Total	
	Baixa		Alta			
	% ARENA	(N)	% ARENA	(N)	% ARENA	(N)
"Pró-sistema"	83	(18)	100	(22)	92	(40)
"Antissistema"	60	(15)	6	(16)	32	(31)
Respostas mistas	84	(380)	83	(242)	83	(622)

(*) Os itens são: Lei Falcão, voto direto ou indireto, presença dos militares no poder e conveniência ou não de aumentar imediatamente os salários. Escolaridade *baixa* é igual a primário completo ou menos; *alta,* primeiro ginasial ou mais. Os perfis "mistos" correspondem aos casos nos quais as respostas não coincidem com os dois padrões estabelecidos no Quadro I.

É importante salientar que as diferenças percentuais mostradas nesta tabela são as maiores até agora obtidas na análise da preferência partidária. Entre os eleitores de alta escolaridade, constata-se, com efeito, que 100% dos pró-sistema nos quatro itens declaram-se arenistas. Entre os antissistema, apenas 6% o fazem, ou seja, 94% optam pelo MDB ao declarar sua identificação partidária. No total, há: uma distância de 60 pontos percentuais (92 menos 32) entre os "pró" e os "anti". Não resta dúvida, portanto, que os perfis ideológicos fornecem uma base de previsão melhor do que qualquer outra das variáveis examinadas, com relação à opção partidária. Ressalte-se, entretanto, que o número de casos que corresponde aos perfis "consistentes" é bastante exíguo. Os números absolutos na última coluna à direita indicam que os "pró" e os "anti" somados alcançam somente 71 indivíduos, ou seja, pouco mais de 10% dos 693 que declararam alguma preferência partidária.

Em retrospecto, podemos afirmar que os três conjuntos estudados nesta seção têm algum efeito sobre a preferência partidária. Os dois primeiros, *serviços locais* e *desempenho governamental.* compõem-se de indicadores bastante correlacionados entre si, mas seu impacto sobre a preferência partidária parece menor do que o exercido pelo conjunto *opiniões políticas.* Comparando as três últimas tabelas (XXX, XXXI e XXXII), vemos que a diferença no percentual de arenistas cresce do conjunto *serviços* para o conjunto *desempenho governamental,* e deste para o conjunto *opiniões.* No primeiro, a distância entre os satisfeitos e os

insatisfeitos é de 22 pontos (88 menos 66); no segundo, de 29 (97 menos 68); e no terceiro (entre os "pró" e os "anti") de 60 pontos (92 menos 32). Não parece haver dúvida, portanto, que o impacto das opiniões políticas no sentido de extremar as diferenças é maior do que o exercido pelos outros dois conjuntos.

Que dizer, entretanto, das relações *entre* estes três conjuntos? Existe interpenetração, ou são eles independentes entre si? Os insatisfeitos com os serviços locais, por exemplo, são os mesmos insatisfeitos com a atuação governamental ou com o regime político? Estas indagações podem ser abordadas com base nos mesmos procedimentos que vínhamos utilizando, ou seja, examinando-se as correlações para todos os pares que se podem formar entre os itens dos três conjuntos.

Comecemos pela relação entre os *serviços locais* e o *desempenho governamental.* Entre os itens destes dois conjuntos, existem, como seria de esperar, alguns pares fortemente vinculados. O coeficiente *gama* alcança o valor 0.60 na relação entre o serviço escolar existente no bairro e a avaliação do desempenho no setor ensino primário. Contudo, tomando os vinte pares possíveis (cinco serviços locais e quatro itens sobre o desempenho), encontramos um valor médio de 0.19 para os coeficientes *gama,* o que é sem dúvida muito baixo. Este resultado sugere mais uma vez que as avaliações a respeito dos serviços efetivamente existentes discrepam com enorme frequência daquelas que se fazem a propósito da atuação governamental. Para muitos, e esta é a situação mais frequente nas camadas mais pobres, os serviços locais são ruins ou inexistentes, mas a atuação governamental retém sua credibilidade. Para outros, e este é o caso mais frequente nas camadas médias, os serviços podem ser bons, mas o desempenho governamental já não parece tão positivo.

Entre os conjuntos *serviços* e *desempenho,* de um lado, e *opiniões políticas,* de outro, a previsibilidade é ainda menor, como veremos em seguida. Convém lembrar que os dois primeiros foram medidos em escalas ordinais, e o terceiro em simples dicotomias. Trata-se, portanto, neste caso, de associar variáveis ordinais e nominais, para o que serão mais apropriados os valores do coeficiente V de Cramer[30]. Nos quarenta pares formados por cinco *serviços* e oito *opiniões,* os valores médios deste coeficiente são 0.10

[30] BLALOCK, pág. 297.

e 0.14, respectivamente, entre os menos e os mais escolarizados. Nos 32 pares formados por quatro itens de *desempenho* e pelas oito *opiniões,* os valores são 0.09 e 0.15, respectivamente. O valor mais alto encontrado foi 0.31, o que é sem dúvida indicativo de um grau ainda muito baixo de previsibilidade.

Deve-se portanto concluir que a insatisfação com os serviços locais *não* necessariamente se traduz em descrença em relação ao desempenho governamental, e muito menos em opiniões políticas "antissistema". Os insatisfeitos com o regime, a julgar pelos oito itens de opinião utilizados, são apenas ligeiramente mais frequentes entre os insatisfeitos com os serviços ou com a atuação governamental. Poder-se-á objetar, é claro, que essa independência quase total entre os três conjuntos não é uma condição permanente e inelutável, mas tão-somente um reflexo transitório da situação política vigente, da fragilidade local da oposição, ou até mesmo do cerceamento das comunicações políticas pelo rádio e pela televisão. Contudo, o nosso propósito neste capítulo não foi o de retomar estas questões. O objetivo, mais modesto, foi apenas mostrar que, ao menos nas eleições de 1976, *as fontes do sentimento oposicionista eram ainda bastante independentes entre si, em Presidente Prudente.*

4 – Como interagem as variáveis

A análise contida no capítulo anterior pretendeu responder à pergunta *quem são* os arenistas e emedebistas de Presidente Prudente. Assume particular relevo, sob este aspecto, a tentativa de determinar se existem ou não diferenças de composição sócio-econômica entre os adeptos dos dois partidos. Neste sentido, convém recordar aqui a distinção que havíamos feito entre dois "modelos" do eleitorado urbano brasileiro: um, aplicável às grandes cidades industriais, e outro, a cidades grandes, mas escassamente industrializadas, como é o caso de Presidente Prudente. Nas primeiras, especialmente naquelas onde a antiga tradição populista e trabalhista deixou seu rastro, é de se supor que o contraste nas bases sociais dos dois partidos atuais seja acentuado, sendo o MDB o lado mais "popular". Na outra situação, que compreende a maior parte das chamadas cidades "médias" e muitas capitais menores, o partido da oposição é frequentemente minoritário e não se beneficia de uma continuidade significativa com a experiência anterior a 1964. Aí, o mais provável é que a penetração

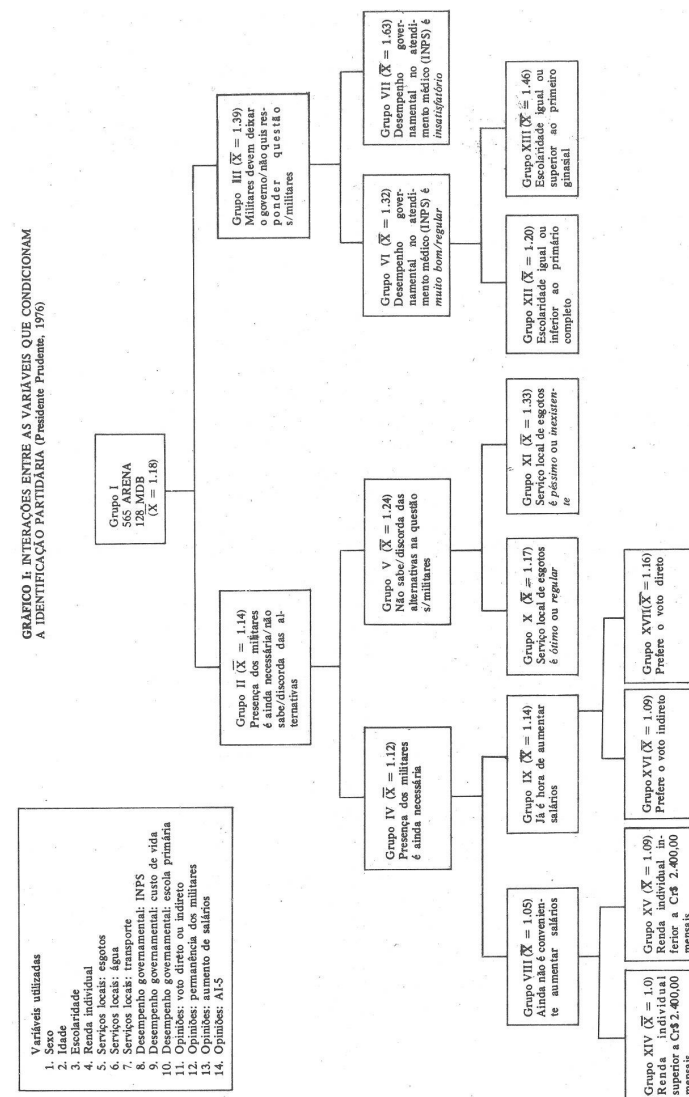
emedebista tenha nos segmentos ilustrados a sua base de apoio mais segura, estendendo-se de maneira muito irregular para as camadas sociais mais baixas. Nessa situação, não se pode ainda afirmar que os dois partidos tenham bases sócio-econômicas muito distintas.

Os dados de Presidente Prudente acham-se muito mais próximos deste último modelo, bastando recordar, a propósito, que não encontramos qualquer variação significativa em função da escolaridade, e somente uma variação muito ligeira no que se refere à posição na ocupação e à identificação subjetiva com as classes sociais. Esta conclusão se impõe fortemente quando focalizamos a diferença entre os dois *partidos,* e não entre os *candidatos,* nas Tabelas VI, VII e VIII deste estudo. Encontramos, sim, uma variação expressiva em função da renda – as faixas inferiores inclinando-se em maior proporção para o MDB – *mas somente entre as pessoas de alta escolaridade* (ver Tabela XVIII); e também uma variação devida à idade, *mas somente entre as mulheres,* as mais jovens inclinando-se para o MDB mais frequentemente do que as mais velhas (ver Tabela XIX). Estes dois últimos exemplos são sem dúvida sintomáticos das *brechas* através das quais se vem dando, apesar de tudo, o crescimento eleitoral da oposição; mas não desmentem a realidade maior, que é a neutralização das clivagens sócio-econômicas pela hegemonia arenista.

A inexistência de clivagens sócio-econômicas nítidas entre arenistas e emedebistas não impede, contudo, a atuação de fatores ideológicos como elementos de diferenciação entre os dois partidos. Poder-se-ia mesmo dizer, recorrendo a uma velha metáfora, que os fatores ideológicos acham-se mais "avançados" do que as posições sócio-econômicas objetivas. Ou ainda, para dizê-lo com deliberado exagero, que antes de ser um fenômeno de classe, o pequeno MDB prudentino é uma minoria ideológica. Esta afirmação se refere desde logo ao fato de que algumas opiniões políticas discriminam fortemente entre os dois eleitorados, como vimos no capítulo anterior. Se tomarmos o termo ideologia em sentido amplo, para englobar também as avaliações dos serviços locais e do desempenho governamental, ela é ainda mais correta: se quiséssemos adivinhar quem era arenista ou emedebista em Presidente Prudente, em fins de 1976, ser-nos-ia mais útil conhecer as opiniões e avaliações do que a posição sócio-econômica objetiva dos eleitores.

O gráfico a seguir, elaborado com base no método de detecção de interações proposto por Sonquist e Morgan, oferece uma representação visual do que acabamos de afirmar[31]. Esse método consiste em hierarquizar um conjunto de variáveis independentes segundo a magnitude do efeito que exerçam sobre uma variável dependente dicotômica. Neste exemplo, a variável dependente que se pretende explicar é a identificação partidária, arenista ou emedebista, e as variáveis independentes são as 14 listadas no alto e à esquerda do gráfico. O grupo inicial (grupo I) é dividido segundo o melhor preditor da identificação partidária, gerando-se dois novos grupos, um dos quais é *mais arenista* (o grupo II) e outro *mais emedebista* (grupo III). O melhor preditor é a variável que, uma vez dicotomizada, produz dois grupos tão puramente arenista e emedebista quanto possível: no caso, a opinião sobre os militares. *Mais arenista* é o grupo II, formado por aqueles que preferem a permanência dos militares (mais o resíduo dos que não souberam responder à questão ou discordaram das duas alternativas propostas); *mais emedebista* é o grupo IV, formado pelos que preferem que os militares deixem o governo[32].

[31] Para uma exposição mais rigorosa deste procedimento, ver PRANDI, José Reginaldo e BERQUÓ, Elza – "Fecundidade em Salvador: Veredas de uma Análise Dicotômica", *Estudos CEBRAP.* nº 16, 1976, págs. 131-154. Ver também MORGAN, James e SONQUIST, John – "Problems in the Analysis of Survey Data, and a Proposal" *Journal of the American Statistical Association".* vol. 58: n? 302, págs. 415-434.

[32] O grupo V é o único caso em que a dicotomização separou de um lado uma categoria substantiva e de outro o resíduo dos que não souberam responder etc., razão pela qual designamos os diversos grupos somente segundo as categorias substantivas que representam. O formato das variáveis que entraram no programa foi o seguinte: *Variável* I, *sexo:* masculino/feminino. *Variável* 2, *idade:* 18 a 25/26.a 35/36 a 45/46 a 55/e56 ou mais. *Variável* 3, *escolaridade:* baixa, até primário completo/alta, primeiro ginasial ou mais. *Variável* 4, *renda individual:* nenhuma renda própria a declarar/renda inferior a Cr$ 1.084,00/Cr$ 1.085,00 a Cr$ 2.400,00/Cr$ 2.401,00 a Cr$ 5.800,00/e Cr$ 5.801,00 ou mais. *Variáveis* 5. 6 e 7, *serviços locais:* atendimento ótimo/regular/péssimo/inexistente/não sabe/não respondeu/não se aplica porque é setor rural. *Variáveis* 8. 9 e 10: *desempenho governamental*: muito bom/regular/insatisfatório/não sabe/não respondeu. *Variáveis* 11. 12. 13 e 14. *Opiniões:* alternativa um/alternativa dois/discorda de ambas/não sabe/não respondeu.

O significado de um grupo ser *mais arenista* ou *mais emedebista* se compreende facilmente atentando-se para a média (X) em cada grupo. Vejamos em primeiro lugar o grupo I. Se dermos a cada um dos 565 arenistas o valor 1(um) e a cada um dos 128 emedebistas o valor 2 (dois), começamos com uma média de 1.18 (ou seja, 821/693). Segue-se,

naturalmente, que quanto *maior* a média, maior a proporção de MDB num grupo; quanto *menor,* maior a proporção de ARENA. Grupos *inteiramente* arenistas ou emedebistas terão a média 1 ou 2, respectivamente. Contudo, o processo se interrompe sempre que o número de indivíduos no grupo a ser dividido for menor do que 30 ou quando a melhor dicotomização da próxima variável independente selecionada não puder explicar mais de 20% da variação total da variável dependente nesse grupo. A divisão do grupo I (média 1.18) segundo a opinião a respeito dos militares gerou o grupo II, mais arenista (média 1.14) e o grupo III, mais emedebista (média 1.39). A partir daí, o procedimento se repete em ramificações sucessivas, procurando entre as 14 variáveis independentes a dicotomia que mais reduza a variação existente *dentro* de cada grupo e que torne máxima a variação *entre* os grupos de cada novo par. O grupo IV, por exemplo, foi dividido segundo a avaliação do desempenho governamental" no "atendimento médico através do INPS", gerando-se os grupos VI e VII. Este último, como se vê, não é suscetível de novas subdivisões, o que significa que nenhuma partição com base em qualquer das 14 variáveis utilizadas torná-lo-ia mais homogêneo.

A aplicação do procedimento de Sonquist e Morgan produziu neste caso 9 grupos terminais, isto é, grupos que não comportam novas subdivisões. A maneira mais simples de visualizar quem é arenista e quem é emedebista é comparar as trajetórias que conduzem aos grupos extremos (vale dizer, à *mais baixa* das médias, que é onde se encontra a maior proporção de arenistas; e à *mais alta,* que corresponde à maior proporção de emedebistas). O grupo XIV, como se vê embaixo e à esquerda, tem média X = 1.00, ou seja, é homogeneamente arenista. Ele se compõe a aqueles que, além de preferirem a permanência dos militares (grupos II e IV) e não acharem ainda conveniente aumentar salários (grupo VIII), auferem uma renda individual mensal superior a Cr$ 2.400,00 (grupo XIV). No grupo VII (média 1.63), no outro extremo, encontramos os que se opõem à permanência dos militares e que acham insatisfatório o desempenho governamental no atendimento médico através do INPS.

O grupo VI (média 1.32) compõe-se daqueles que preferem a saída dos militares, mas que ao mesmo tempo avaliam positivamente o desempenho governamental no atendimento médico. Esse grupo é subdividido segundo o nível de escolaridade, gerando-se os grupos XII e XIII. O resultado é sugestivo. A média do grupo XII (X = 1.20) indica que a proporção de emedebistas não é aí muito superior à existente no total da

amostra (X = 1.18), precisamente por tratar-se de um grupo *menos* escolarizado. No *grupo* XIII, cuja média é X = 1.46, percebe-se que a opinião positiva a respeito do atendimento médico não neutraliza por completo o aumento na proporção de emedebistas em se tratando de um grupo contrário à permanência dos militares e de *alta* escolaridade.

No ramo arenista que se inicia com o grupo II, existem também várias interações bastante sugestivas. Comparando os grupos XIV e XV, ambos provenientes dos que acham necessária a presença dos militares e inconveniente o aumento de salários, vemos que a proporção de arenistas é maior quando é mais alta a renda individual. Os grupos XVI e XVII provêm dos que acham necessária a presença dos militares, mas que admitem o aumento de salários. Entre esses, é mais arenista o grupo XVI, onde estão os que preferem o voto indireto. Os grupos X e XI provêm ambos do grupo V, onde estão os que não souberam ou não quiseram opinar sobre a presença dos militares. Observa-se desde logo que ambos são menos arenistas do que os quatro grupos comentados acima (XIV, XV, XVI e XVII), onde estão os que positivamente preferem a permanência dos militares. Constata-se, entretanto, que o grupo X é mais arenista (média 1.17) do que o grupo XI (média 1.33), porque no primeiro estão os que avaliam positivamente o serviço de esgotos. O grupo XI, cuja proporção de emedebistas é sensivelmente superior à média global, compõe-se portanto daqueles que não opinam sobre os militares e *que* acham péssimos ou inexistentes os esgotos em seu bairro.

É interessante observar que, das quatro variáveis objetivas utilizadas, somente duas, renda e escolaridade, entraram no modelo: sexo e idade não aparecem em nenhuma trajetória. A renda individual surge ao final das trajetórias arenistas, com a função, por assim dizer, de *purificar* como arenista o grupo dos que querem a *permanência* dos militares, que se *opõem* a aumentos salariais e *que* têm renda *alta.* A escolaridade surge ao final das trajetórias emedebistas, subdividindo o grupo dos que avaliam positivamente o atendimento médico. Distingue-se desta forma um grupo mais arenista (o XII, de escolaridade baixa) de um mais emedebista (o XIII, de escolaridade alta). Esta última subdivisão parece reforçar ainda mais a descrição que havíamos feito do eleitorado emedebista de Presidente Prudente como um núcleo de nível educacional mais alto e de opiniões oposicionistas. Como se pode apreciar pelo gráfico em conjunto, não são as posições sócio-econômicas objetivas que primeiro dividem o grupo I. As

primeiras divisões devem-se a itens de opinião, notadamente à opinião sobre os militares. Escolaridade e renda aparecem nas divisões finais, a primeira indicando a maior receptividade ao MDB entre os cidadãos melhor instruídos, e a segunda, a maior receptividade à ARENA entre os cidadãos mais abastados.

Conclusão

A hipótese principal que orientou a pesquisa aqui relatada foi a de que a urbanização e os processos sociais que a ela se associam vem produzindo um novo alinhamento político-partidário, no Brasil. Novo, no sentido de que vem criando condições para a existência de um sistema partidário realmente competitivo em áreas até há bem pouco dominadas pelo que se convencionou chamar de coronelismo ou de mandonismo local. O contraste entre as grandes capitais ou as áreas mais densamente industrializadas, de um lado, e o "grande interior" formado pelas pequenas cidades e pelas áreas rurais, de outro é como se sabe o grande marco de referência dos estudos eleitorais, no Brasil. E não por acaso, se considerarmos que, há várias décadas, é em tomo desse contraste que se vem diagnosticando o grande obstáculo ao florescimento da democracia no Brasil: o abismo existente entre as áreas mais desenvolvidas, onde o voto efetivamente expressa a opinião formalmente livre do eleitor, e as menos desenvolvidas, onde ele supostamente se resume no "voto de cabresto". Este, como se sabe, vem sendo há muito tempo um dos temas dominantes na reflexão política brasileira: como organizar um sistema representativo num país onde ainda existem amplas áreas de domínio do poder privado sobre a ordem pública?

Não é este o lugar para uma reflexão mais ampla a respeito deste tema e de seu lugar na história das ideias políticas no Brasil. Importante é assinalar que a extensão assumida nas últimas duas décadas pelo processo de urbanização impõe um reexame destas questões, ou até mesmo, como sugerimos no primeiro capítulo, uma inversão da ótica tradicional: em vez de tomar como ponto de partida a existência de uma dicotomia entre a política "local" e a "nacional", ou entre a política de "clientela" e a política "ideológica", investigar em que medida já não estaria a primeira sendo permeada,pela segunda.

Orientando-se nossa pesquisa por considerações desta natureza, o caso de Presidente Prudente adquire uma significação analítica verdadeiramente estratégica. Se, de um lado, o volume de sua população urbana a situa entre as grandes cidades paulistas-, de outro, a localização do município e o tipo de atividade econômica nele predominante permitem vê-lo como a própria fronteira entre o mundo urbano e o "interior". É, para recorrermos a uma imagem talvez um pouco gasta, a presença de ambos, simultânea e palpável. Em que medida, então, seria o processo político local permeável aos embates de opinião e aos anseios de reforma hoje presentes no cenário nacional? Para responder a esta pergunta, será conveniente recapitular ligeiramente os dados coligidos neste ensaio.

Vimos, inicialmente, que o eleitorado de Presidente Prudente acompanhou de maneira bem próxima as tendências dominantes no estado, e notadamente a ascensão e queda do janismo, no período pré-1964. A partir de 1965, com o advento do bipartidarismo, a ARENA venceu por larga margem todas as eleições locais. Nos pleitos legislativos federais e estaduais, contudo, o predomínio arenista comportou algumas exceções de monta. A primeira deu-se em 1970, com a vitória do MDB na votação local para o Senado. A segunda, mais significativa, em 1974: não somente se verifica a vitória do MDB na votação para a Assembleia Estadual, como também a de seu candidato ao Senado, este, por larga margem. A luz destes fatos, a *diminuição* da margem favorável à ARENA no pleito municipal de 1976 talvez possa ser interpretada como indício de que uma política local de oposição começa a tornar-se viável. Mais do que a diferença de votos em si, a análise dos dados de *survey* apresentada neste ensaio aponta nesta direção. Não se pretende afirmar, é claro, que Presidente Prudente esteja às vésperas de perder sua condição de "reduto arenista". Pretende-se tão-somente sugerir que, subjacente à maciça votação do candidato da ARENA à Prefeitura, existem matizes e indícios que não devem ser desprezados. O primeiro deles tem a ver com o caráter até certo ponto partidário e, por assim dizê-lo, proto-ideológico assumido pela votação para prefeito em 1976. Partidário, no sentido de que o melhor preditor do voto foi ainda a identificação partidária declarada. E proto-ideológico; no sentido de que ao principal candidato arenista se associou uma imagem de dinamismo, de competência empresarial e de abertura à "modernização". Dir-se-á que são conteúdos pobres: demasiado pobres para merecer a caracterização de ideológicos. Deve-se entretanto observar que essa imagem se distancia,

apesar de tudo, do popular *slogan* segundo o qual é "no homem" que o eleitor vota, quando se trata de eleições municipais. Personalismo por personalismo, por que não daria ele igual apoio à afável figura do principal candidato do MDB? Ou mesmo, ao outro candidato da ARENA, velho cacique da política local? Por uma razão muito simples: na singeleza de sua propaganda empresarial e modernizante, o candidato vitorioso soube capitalizar a seu favor um conjunto de símbolos mais ligado ao que se vem realmente passando no Brasil nos últimos anos.

Ao velho governismo de clientela e ao novo clientelismo possibilitado pela expansão da economia urbana privada, ambos sem dúvida presentes na campanha, soube ele sobrepor uma formulação ao menos embrionariamente ideológica. Ora, se uma formulação deste tipo se fez necessária, e se teve êxito, é de se supor que uma campanha centrada em diagnósticos alternativos da realidade local e regional acha-se também dentro do campo de possibilidades.

Não menos importantes, contudo, são as conclusões que se depreendem da análise feita a respeito dos fatores de diferenciação entre os partidos. Vimos que a posição sócio-econômica dos entrevistados, como seria aliás de esperar, não tem ainda em Presidente Prudente um efeito de diferenciação sobre as preferências partidárias comparável ao que possui nas grandes capitais. As opiniões políticas têm, entretanto, esse efeito, e este é um dado que merece alguma reflexão, não somente porque confirma uma tendência já observada nas pesquisas de 1974, mas também porque demonstra a permeabilidade do eleitorado prudentino às correntes de opinião que se vêm formando em escala nacional. Da mesma forma que em 1974, nossos dados revelam que o emedebismo se associa a uma série de opiniões contrárias ao modelo autoritário vigente. É bem verdade que o debate a respeito dos resultados de 1974 deu maior ênfase à posição sócio-econômica do que às opiniões como determinante do voto, aceitando a interpretação segundo a qual as motivações propriamente ideológicas seriam difusas ou estariam ausentes. Esta visão é em parte correta, mas em parte não o é. O voto emedebista de 1974 foi difuso no sentido de não haver sido precedido por uma participação regular e organizada de grupos sociais na atividade partidária, e também no sentido de que amplas parcelas da população mostraram-se desinformadas a respeito dos principais temas da campanha oposicionista. Não obstante, pelo menos no município de São Paulo, foi possível constatar em 1974 uma associação bastante acentuada

entre preferência partidária e opinião política. Os adeptos do MDB declaravam-se então contrários ao sistema de eleições indiretas vigente no país muito mais frequentemente do que os adeptos da ARENA; mostravam-se muito menos propensos do que estes a endossar o ponto de vista segundo o qual o eleitorado brasileiro é imaturo; e vocalizavam com maior frequência do que os arenistas a queixa de que o desenvolvimento vem tornando os ricos mais ricos e os pobres mais pobres. Estes resultados, como vimos, encontram um paralelo nos dados colhidos em Presidente Prudente dois anos depois, senão item por item, ao menos no sentido mais genérico de uma oposição entre atitudes "pró-sistema" e "antissistema". Esta constatação permite-nos afirmar, retomando as indagações a que se propôs no início este ensaio, que já se delineia em Presidente Prudente uma opinião oposicionista. Opinião minoritária, sem dúvida, até porque o cerceamento imposto aos meios de comunicação em 1976 visou impedir sua expansão. Minoritária, mas ampla pelo menos o suficiente para dar à disputa partidária um caráter crescentemente competitivo. Para alguns isto há de parecer pouco, mas é algo que há poucos anos não se descortinava no horizonte da política local.

ARTICULAÇÃO DE INTERESSES, POSIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E IDEOLOGIA: AS ELEIÇÕES DE 1976 EM NITERÓI [*]

Olavo Brasil de Lima Jr.

1. Introdução

Eleições para cargos políticos normalmente assumem grande importância, não só pelo significado implícito mas certamente também por circunstâncias especiais que ora cercam determinadas eleições. Mesmo antes do pleito de 15 de novembro de 1976 e, como não podia, deixar de ser, a partir do momento em que os primeiros resultados das umas começaram a ser divulgados, certas questões foram sistematicamente tratadas pelos meios de comunicação de massa. Questões que diziam respeito fundamentalmente a quem ganhou onde, e de quanto foram sistematicamente tratadas.

Entre outros problemas que de perto interessariam ao analista cabe destacar: qual o significado real das eleições? Ou ainda, já que realizar uma eleição consiste em consultar parcelas relativamente grandes da população, qual seu sentido real e o que deve o eleitor esperar nos momentos subsequentes? Finalmente, cabe ainda indagar da existência de um perfil sócio-econômico básico que caracterizaria o eleitorado de um e outro partido, questão que trataremos a seguir.

Os estudos de sociologia eleitoral têm, de forma bastante sistemática, procurado identificar os correlatos do voto com o objetivo de discriminar as preferências partidárias do eleitorado. Tendo privilegiado fundamentalmente fatores de ordem demográfica, sócio-econômica e política como eventuais determinantes do voto, a ênfase analítica tem se centrado, portanto, no estudo da função de representação dos partidos políticos.

[*] A realização deste trabalho só se tornou viável mediante a colaboração, de uma pequena equipe, a quem agradeço: Ari de Abreu Silva, Mônica Leite Barbirato, Franceschina Villardo, Luiz Carlos Urrutigaray e Luiz Henrique Bahia.

No entanto, é patente a insatisfação dos analistas com as conclusões a que chegam: frequentemente, apesar de se chamar atenção para os vínculos sócio-econômicos, para as representações que o eleitor faz dos partidos e para indicadores de participação política como correlatos do voto, é comum o desencanto do analista pela pouca clareza com que se manifestamos vínculos entre variáveis sócio-econômicas e preferência partidária, intermediados por todo um esquema de representação política de interesses e de percepções dos partidos.

Essa preocupação, já clássica, norteará igualmente esse trabalho, na medida em que se buscará avaliar o peso relativo dos diversos fatores de ordem demográfica, sócio-econômica e política no condicionamento da preferência partidária. O que é novidade não é certamente a consideração dos fatores em questão, mas sim a preocupação com seu peso relativo na configuração do voto, tendo em vista uma variável que me parece crítica: o tipo de eleição, fator que passaremos a considerar nos próximos parágrafos.

As estatísticas eleitorais brasileiras mostram que, afora características peculiares de cada um dos prélios, o comparecimento às urnas tende a ser menor em eleições municipais que estaduais, e nestas, por sua vez, o comparecimento é ainda menor que na disputa nacional. Constatou-se recentemente, por outro lado, que, mesmo no caso de eleições municipais há diferenças acentuadas, por exemplo, na preferência do eleitorado pelos partidos políticos existentes quando se trata de eleger um prefeito ou um vereador.

Especificamente (vide Tabela 1), observou-se que os ganhos relativos da ARENA no voto de legenda para o legislativo municipal são muito mais rápidos que os ganhos da mesma ARENA para prefeituras[1].

À primeira vista, o analista seria tentado a buscar explicar o fenômeno chamando atenção para a natureza do cargo a ser preenchido e para as condições legais que estabelecem os critérios de vitória, já que os partidos são os mesmos e, dentro de cada cidade, o eleitorado é também o mesmo. Estaríamos, portanto, diante de um paradoxo: em um sistema

[1] No artigo "Disputa e Vitória Eleitoral no Estado do Rio", *Jornal do Brasil* (22/11/76) procurei mostrar como a vitória dos partidos se encontra associada ao grau de urbanização do município (medido, embora a grosso modo, pelo número de eleitores inscritos) e como a penetração da ARENA é maior no caso dos resultados para as Câmaras Municipais do que para a obtenção de prefeituras, condicionada pelo tamanho do município,

bipartidário, em uma mesma eleição, a ARENA faz a prefeitura e o MDB a Câmara Municipal, ou o contrário. O paradoxo, a julgar pelo estado do Rio, se reproduz a nível agregado, quando se consideram os resultados eleitorais por grupos de municípios.

Tabela I – Partidos majoritários e número de municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro – 1976.

Tipos de municípios	**Prefeituras**			**Maioria na Câmara dos Vereadores**		
	ARENA	MDB	Total	ARENA	MDB	Total
Grupo I (Municípios com mais de 20 mil eleitores)	23% (5)	77% (17)	(22)	28% (7)	72% (18)	(25)
Grupo II (Municípios com 10 mil a 20 mil eleitores)	67% (10)	33% (5)	(15)	82% (14)	18% (3)	(17)
Grupo III (Municípios com menos de 10 mil eleitores)	86% (19)	14% (3)	(22)	100% (22)	0% (0)	(22)
Total	*59% (34)*	*41% (25)*	*(59)*	*67% (43)*	*33% (21)*	*(64)*

* Exceto municípios em que o prefeito é nomeado (5).

As variações encontradas no estado do Rio, nas eleições de 76 no que se refere a ganhos ou perdas relativas dos partidos, (indicados pela tabela abaixo), conduzem a interessante linha de indagação. Verifica-se, com efeito, que a ARENA, no voto de legenda para vereador ganha mais rapidamente do que para prefeito, à medida que se caminha ao longo de um contínuo – do município maior para o menor. Essa tendência deve ser atribuída, em princípio, a duas ordens de fatores: uma que tem a ver com a natureza do cargo para o qual se vota e outra referente a características individuais que fariam o eleitor do grande município diferente do eleitor do pequeno município.

A análise que se segue enfocará, portanto, a seguinte questão básica: até que ponto é legítimo esperar que, variando o tipo de eleição, mais precisamente o cargo para o qual se vota varie igualmente a configuração de fatores que condicionam a preferência partidária? Como decorrência dessa preocupação, buscaremos detectar características peculiares às eleições municipais de 1976: até que ponto o processo decisório que levou o eleitor a optar por determinado partido ocorreu dentro de um referencial fundamentalmente municipalista?

Parece-me lícito pressupor que o eleitor sabe das diferenças existentes entre o cargo de vereador e o de prefeito e, mais ainda, que atribui, e o faz corretamente, importância diferente a cada cargo. Como o eleitorado que vota para prefeito vota também para vereador, cabe indagar se a configuração de forças de que falávamos antes, relativa a características individuais do eleitor, é diferente quando o eleitor vota para prefeito e para vereador. Trata-se, portanto, de verificar o impacto diferencial exercido por fatores de ordem política, econômica e social no voto de legenda, para cargos diferentes. O pressuposto básico é de que se a escolha é diferente, os fatores que a condicionam também terão impacto diverso.

Em síntese o peso relativo de fatores demográficos e sócio-econômicos e de fatores políticos na determinação da intenção do voto, variando o cargo, em síntese, e o caráter estritamente municipalista das últimas eleições constituem, portanto, temas centrais da análise que se segue. Duas expectativas orientarão a análise: por um lado, espera-se que os fatores políticos sejam melhores preditores da direção do voto que os fatores demográficos e sócio-econômicos; por outro lado, que os fatores políticos que se revelem como melhores preditores não sejam os mesmos quando se trata do voto proporcional (Câmara Municipal) e do voto majoritário (prefeitura).

No entanto, a suposição de que a configuração de fatores associados ao voto varia de acordo com o tipo de eleição, para que não constitua mera decorrência de artifício metodológico, carece de maior fundamentação. E é aqui que reside a maior fragilidade de certa modalidade de análise sociológica: o jogo eleitoral e, consequentemente, seus resultados, são vistos como decorrência da interação entre o eleitorado, por um lado, e os partidos, por outro. O fato é que a ação regulatória do Estado não apenas estabelece as regras do jogo – e, evidentemente tanto o eleitorado como os partidos são por elas condicionados, mas pode também agir como um filtro inicial que libera ou condiciona, a nível individual, a deflagração de forças cuja configuração, em última instância, orientará a escolha do eleitor. A Lei Falcão, o regime partidário, o regime eleitoral, a fidelidade partidária, o voto compulsório, entre outros, são estatutos legais que têm consequências políticas e que incidem diretamente sobre os resultados eleitorais, não constituindo, portanto, meros indicadores do regime político *latu sensu.* A produção legal do regime deve, portanto, ser vista como um primeiro filtro, um seletor que permite, em maior ou menor grau, a deflagração, a nível

individual de uma configuração de fatores imediatamente associados ao voto.

Quanto ao caráter municipalista do pleito, suspeito que, apesar de eleições significarem sempre uma tomada de posição diante do regime político e econômico vigente, fatores de ordem local, por oposição a avaliações de natureza geral, nacional, condicionam também a direção do voto. Nestes termos, a aparente inconsistência do eleitor que, por exemplo, percebe mudanças para melhor na situação geral do país e, simultaneamente, vota contra o governo, ou vice-versa, justifica-se em termos plenamente racionais, se sua insatisfação com a administração local é grande.

Nesse sentido, duas serão as questões mais gerais a serem tratadas a seguir: por um lado, a configuração de fatores sócio-econômicos e políticos como correlatos do voto e, por outro, a natureza das eleições; de 76, particularmente seu caráter municipalista.

Na segunda seção, tentaremos dar uma visão retrospectiva da história eleitoral do antigo Estado do Rio de Janeiro para o conjunto de municípios, privilegiando as eleições de 1972 e 1976, sem desconsiderar a penetração dos partidos no estado, na vigência do multipartidarismo.

Na terceira seção o objetivo básico consistirá em dar um balanço na campanha política em Niterói em 1976,analisando os candidatos, os recursos utilizados, o papel das máquinas partidárias, as plataformas dos candidatos a prefeito e, finalmente, com um pouco mais de detalhe, a campanha do candidato vitorioso.

A seção 4 compara os resultados oficiais com os resultados da pesquisa a que o presente capítulo se refere e estuda o papel da posição sócio-econômica do eleitor como correlato do voto. Discute-se, ainda, como condicionante do voto de legenda, o impacto da participação política anterior do eleitor: o interesse pela política, a obrigatoriedade do voto, a identificação partidária, a época em que passou a preferir o partido e o voto senatorial de 1974.

Finalmente, na seção 5, discute-se a articulação de interesses e a distribuição de posições ideológicas, tratando-se de verificar, primeiro, a importância da avaliação do desempenho governamental como correlato do voto. Em segundo lugar, tenta-se mostrar a percepção que o eleitorado tem

dos dois partidos no que se refere a questões de opinião, e comparam-se as preferências individuais do eleitor com a percepção que ele tem da posição dos partidos nas mesmas questões. Finalmente, tenta-se mostrar como indicadores políticos do atual regime se articulam no eleitorado como um todo, como pensam o arenista e o emedebista, e qual a importância da escolarização como característica individual que nos permite entender as posições ideológicas do eleitor.

2 – A dinâmica eleitoral e as eleições de 1976 no antigo Estado do Rio de Janeiro

Durante a permanência do multipartidarismo, o antigo Estado do Rio de Janeiro não apresentou especificidade alguma que o distinguisse do padrão evolutivo do sistema partidário que caracterizou os demais estados. Nesse sentido, basta acentuar que a decadência dos partidos conservadores, o PSD e a UDN, cujo ponto de inflexão foi para o primeiro a eleição estadual de 1958 e para o último a eleição de 1954, teve como contrapartida a conjugação de dois fenômenos que, embora distintos por suas consequências eleitorais, tiveram origem comum.

Por um lado, é notório o crescimento da força eleitoral do PTB e, por outro, que esse crescimento, a partir de 1954, embora venha a situá-lo como o partido mais forte em 1962, encontra-se condicionado pela expansão dos pequenos partidos, sobretudo daqueles de persuasão reformista e/ou trabalhista (Tabela II), estabelecendo-se uma situação, já visível a partir de 1958, de intensa fragmentação do suporte eleitoral, fenômeno já discutido em outros trabalhos[2].

Essa expansão dos partidos reformistas/trabalhistas reflete o processo geral de mudança social por que passou a sociedade no período 1945/1962, particularmente o avanço da industrialização, sobretudo na Baixada Fluminense, e a aceleração do processo de urbanização, associados ao crescimento das oportunidades educacionais, fatores que vieram a refletir-se diretamente na composição social do eleitorado. O realinhamento das forças sociais, a permissividade da legislação partidária quanto ao número de

[2] Para uma análise detalhada da evolução do sistema partidário a nível estadual, ver meu artigo "Evolução e Crise do Sistema Partidário: Análise das Eleições Legislativas Estaduais (1947/1962)" em *DADOS* 17, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1978.

partidos e, sobretudo, o fato de que os principais beneficiários da distribuição das sobras eleitorais eram os pequenos partidos foram precisamente os fatores condicionantes da fragmentação do sistema partidário eleitoral.

Nas eleições municipais de 1976 a vitória coube à ARENA, que passou a deter 59% das prefeituras e a ter maioria em 41% das Câmaras Municipais- no antigo estado. Contudo, as perdas da ARENA em relação às eleições municipais anteriores foram bastante significativas, mostrando o avanço obtido pelo MDB.

Tabela II – Penetração partidária nas eleições proporcionais federais e estaduais no antigo Estado do Rio de Janeiro: % de deputados eleitos

Eleições	**PSD**	**UDN**	**PTB**	**PCB**	**PR**	**MTR**	**PRP**	**PSP**	**PDC**	**PSB**	**PTN**	**PST**	*Total*
1945 (F)	59	24	06	12	–	–	–	–	–	–	–	–	*17*
1947 (E)	44	26	15	11	02	–	02	–	–	–	–	–	*54*
1950 (F)	41	24	29	–	–	–	–	06	–	–	–	–	*17*
1950 (E)	33	26	28	–	04	–	02	07	–	–	–	–	*54*
1954 (F)	35	35	29	–	–	–	–	–	–	–	–	–	*17*
1954 (E)	37	19	20	–	04	–	–	09	06	06	–	–	*54*
1958 (F)	35	24	24	–	–	–	–	06	–	12	–	–	*17*
1958 (E)	28	13	24	–	06	–	–	15	06	06	04	–	*54*
1962 (F)	24	14	33	–	–	–	–	10	05	05	–	10	*21*
1962 (E)	19	11	21	–	08	05	–	13	08	05	06	03	*52*

F = eleições federais.
E = eleições estaduais.

O fato fundamental consiste em que os ganhos e perdas relativos dos dois partidos não se distribuem igualmente pelos vários municípios. Na comparação dos resultados eleitorais de 72 e 76 sobressai a inversão total dos resultados nos grandes municípios: a ARENA é derrotada em uma base de 3 a 1, em termos de maioria nas Câmaras Municipais, e por diferença semelhante em termos do número de prefeituras obtidas. Nos municípios de porte médio revela-se um pequeno avanço do MDB e nos pequenos municípios um avanço da ARENA, apesar de em ambos a vitória da ARENA ter sido esmagadora, no que se refere a prefeituras obtidas (Tabela III). A obtenção de maioria nas Câmaras Municipais revela o mesmo padrão de distribuição favorável à ARENA nos municípios médios e pequenos, porém as vantagens da ARENA são bem maiores que no caso das prefeituras.

Tabela III – Resultados eleitorais municipais do antigo Estado do Rio de Janeiro: prefeituras por tamanho do município e partidos: percentagens (*)

Municípios	**1972**		**1976**	
	ARENA	**MDB**	**ARENA**	**MDB**
Grupo I (20.000 eleitores ou mais)	70	30	22	78
Grupo II (de 10.000 eleitores a 20.000)	72	28	66	34
Grupo III (menos de 10.000 eleitores)	85	15	86	14
Total	*77%*	*23%*	*59%*	*41%*

* Excluí cidades (5) onde o prefeito é nomeado; os resultados de Niterói em 1976 não estão incluídos.

Os resultados de 1976 confirmam a noção segundo a qual os anseios de mudança e a insatisfação com o regime atual concentram-se geograficamente nos centros urbanos e nas áreas mais industrializadas, e de que o MDB enquanto partido de oposição capitaliza esses sentimentos. A explicação óbvia parece ser a de que algo ocorreu entre 1972 e 1976 que veio aumentar a probabilidade de vigência da expectativa teórica; não é sem fundamento, portanto, que a atenção se volte para o programa de distensão do governo Geisel, para a crítica severa ao governo Médici e, sobretudo, para o clima em que se realizou a eleição de 74 e seus resultados.

Os resultados em 1974 (vide Tabela V) apontam o MDB como vitorioso para o Senado e a ARENA como vencedora para as Câmaras Federal e Estadual, considerando-se o número total de municípios em que cada partido obteve a maioria dos votos. No entanto, é preciso distinguir onde, ou seja, em que tipo de município, cada partido ganhou ou perdeu. É assim que o MDB obteve maioria na votação para o Senado, para as Câmaras Federal e Estadual nos grandes centros. (grupo I de municípios), bem como no grupo II, porém apenas para o Senado; no caso das Câmaras

cada partido obteve maioria de votos em metade dos municípios do grupo II. Já a ARENA obteve maioria de votos na esmagadora maioria dos municípios do grupo III tanto para o Senado, quanto para as Câmaras Federal e Estadual.

Tabela IV – Resultados eleitorais dos municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro: municípios em que os partidos obtiveram a maioria nas Câmaras Municipais: percentagens.

Tipo de Municípios	1972			1976		
	N º de Municípios	ARENA	MDB	N º de Municípios	ARENA	MDB
Grupo I	22	70% (16)	30% (6)	24	25% (6)	75% (18)
Grupo II	13	100 (13)	00 (0)	17	76 (13)	24 (4)
Grupo III	28	89 (25)	11 (3)	22	100 (22)	00 (0)
Total	*63*	*54*	*9*	*63*	*41*	*22*

Obs.: Nesse período seis municípios passaram do grupo II para o III, e dois Municípios do grupo II para I.

O clima de distensão e de crítica que prevaleceu em 74 foi de extrema importância, dado o tipo de eleição, no sentido de permitir que o principal beneficiário – o MDB – viesse a auferir benefícios políticos posteriores em eleições de menor importância, vale dizer, em 76. Agora, os candidatos vitoriosos em 74, a nível federal e estadual, puderam usar, a nível local, os recursos políticos obtidos em vitória recente e/ou concorreram diretamente às eleições locais, como é o caso do candidato a prefeito vitorioso em Niterói, que foi precisamente o deputado federal mais votado em 1974.

Não foram, apenas, a conjuntura política favorável em 74 e o sucesso eleitoral subsequente do MDB que precondicionaram favoravelmente o eleitorado, potencialmente emedebista. A dinâmica eleitoral, onde uma eleição crítica (1974) condiciona a eleição subsequente de menor importância (1976) implica todo um processo de revisão interna nas máquinas partidárias no período inter-eleições antes de que suas estratégias eleitorais se tornem visíveis para o público.

Tabela V – Resultados eleitorais, por grupos de municípios, no antigo Estado do Rio de Janeiro em 1974: nº de municípios que deram maioria de votos a cada partido.

	Nº de Municípios	Senado		Câmara Federal		Assembleia Legislativa	
		ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
Grupo I	23	(3)	(20)	(3)	(20)	(3)	(20)
Grupo II	13	(4)	(9)	(6)*	(6)*	(6)	(6)
Grupo III	27	(20)*	(6)*	(25)	(2)	(25)	(2)
Total	*63*	*(28)*	*(35)*	*(35)*	*(28)*	*(34)*	*(28)*

* Não se considerou Mangaratiba (grupo II) e Cachoeira de Macacu (grupo III) pois nesses municípios a percentagem de votos dos dois partidos foi igual: em Mangaratiba para a Câmara Federal e Assembleia e em Macacu para o Senado.

Antes de analisarmos a disputa eleitoral em Niterói, vale a pena caracterizar os termos da disputa entre os dois partidos no conjunto de municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro. Os dados da Tabela VI, que já constituíram objeto de análise, vêm mostrar com clareza que os partidos trataram de maximizar seus ganhos eleitorais baseando-se no conhecimento que detinham dos municípios fluminenses[3].

A Tabela VI chama a atenção para o fato de que o MDB tratou de disputar nos grandes municípios (acima de 20%) em igualdade de condições com a ARENA (coluna 1). Nos municípios médios (coluna 2), a estratégia de maximizar o voto de legenda favorece a ARENA, voltando a favorecer ligeiramente o MDB nos pequenos municípios (coluna 3), excetuando-se os quatro municípios em que o MDB não apresentou candidatos. A ARENA, em contrapartida, concentra seus esforços nos grandes e médios municípios.

Sabe-se que a urbanização e a industrialização são fatores decisivos como condicionantes da direção do voto. O que dizer da estratégia partidária acima identificada, tendo em vista o condicionamento do voto pelos processos de urbanização e industrialização? O MDB estaria tratando de captar o eleitorado dos centros mais urbanizados e industrializados do estado, sabidamente com grande concentração operária e, simultaneamente, penetrar nos pequenos municípios. No primeiro caso, a oposição tratou de

[3] Em "Panorama Eleitoral no Estado do Rio", *Jornal do Brasil* (14/11/76), discuti com mais detalhe as condições da disputa e as estratégias partidárias.

apelar fundamentalmente para o tipo de eleitor que, no passado, dava seu voto ao PTB, estratégia favorecida pelo fato de o MDB poder contar com a antiga máquina trabalhista e pessedista. A ARENA, em contrapartida, apoia-se hoje principalmente na máquina partidária da antiga UDN.

*Tabela VI – Tipo de competição para as prefeituras e tamanho dos municípios **

Tipos de competição partidária	**Municípios**			
	Grupo I: Acima de 20.000 habitantes	**Grupo II: de 10.000 à 20.000**	**Grupo III: Menos de 10.000**	**Total**
Equilibrado (igual n° de candidatos dos dois partidos)	13	7	6	26
ARENA possui mais candidatos do que o MDB	4	7	3	14
MDB possui mais candidatos do que a ARENA	5	2	9	16
Não houve (MDB não apresentou candidatos)	–	–	4	4
Total	*22*	*16*	*22*	*60*

* Incluí Niterói.

Nas eleições municipais de 1954-55, a título de indicação do potencial representado pela máquina partidária, o antigo PSD competiu em todos os municípios do antigo Estado do Rio de Janeiro, e o PTB concorreu em 92% dos municípios, enquanto os demais partidos distribuíram-se por poucos municípios.

3 – A campanha eleitoral em Niterói

Após essa rápida incursão pela história eleitoral do antigo Estado do Rio de Janeiro e antes de analisarmos os resultados da pesquisa, vale a pena esboçar o quadro em que se desenvolveu a campanha eleitoral na disputa pela prefeitura de Niterói: quem foram os candidatos apresentados pelos dois partidos? De que recursos políticos puderam dispor? Qual foi o papel desempenhado pelas máquinas partidárias? A que se propuseram os

candidatos? Que temas prevaleceram? Que aspectos distinguiram a campanha do candidato vitorioso da campanha dos demais postulantes[4]?

3.1 – Disputa partidária: os candidatos e a campanha

Niterói, que foi até a fusão dos dois estados a capital do Rio de Janeiro, é o mais importante centro de serviços deste estado. Sua população, de 324.246 habitantes em 1970, conta com 90% residindo na zona urbana e 36% compondo a força de trabalho.

Sua vida econômica repousa acentuadamente no setor terciário, atingindo o percentual de 75% da população ocupada, o que se explica pelo fato de ter sido capital de Estado, onde a administração pública e os serviços em geral são bastante significativos. Devido à sua restrita extensão rural e ao alto preço das terras ocasionado pela especulação imobiliária, a atividade agrícola não encontra qualquer expressão, contribuindo somente com 2% na alocação da população economicamente ativa.

Também de pouca relevância é o setor industrial, que representa 24% da força de trabalho urbano, quando a média das cidades de trinta mil ou mais habitantes é de 43%. Niterói, em 1970, possuía 411 indústrias, sendo que 81% do valor da produção concentrava-se em três ramos industriais: construção e montagem de material de transporte (44%), indústrias alimentares (20%) e mecânica (17%). Entretanto, são indústrias de grande porte, uma vez que, se compararmos com Caxias do Sul, que possuía 728 estabelecimentos, o valor da produção industrial em Niterói é bem maior: 520 mil cruzeiros contra 485 mil em Caxias do Sul.

Sua condição de capital do antigo Estado do Rio de Janeiro de Janeiro a coloca entre as cidades mais desenvolvidas, como se pode constatar pelos indicadores aqui utilizados; ademais, 94% dos domicílios possuem luz elétrica, quando a média das cidades consideradas é de apenas 64%. Expressivo também é a reduzida taxa de analfabetismo, se compararmos com a média das cidades: 15% em Niterói contra 31%.

---

[4] Esta seção baseia-se extensamente no estudo da campanha realizado por Elina Fontre Pessanha e Edson de Oliveira Nunes, que contribuíram para o relatório *Acompanhamento do Processo Eleitoral* (São Paulo: 1977, mimeografado) a quem agradeço, pela possibilidade de usar o texto referente a Niterói como parte deste trabalho.

Outro aspecto importante a considerar em Niterói diz respeito à proporção de mulheres na força de trabalho urbano. Este índice, de 37%, está bem acima não só das outras cidades em estudo – que varia de 24% em Presidente Prudente a 33% em Juiz de Fora, – como também da média das cidades desta categoria, cujo valor é de 34%. Considerando que a incorporação da mulher na força de trabalho se dá principalmente no setor terciário, esta taxa elevada em Niterói confirma sua condição de centro urbano de serviços.

O primeiro aspecto que deve ser considerado na campanha eleitoral em Niterói é o fato de que não se realizavam eleições para o cargo de prefeito há 12 anos, uma vez que antes, sendo capital de estado, esta cidade participava apenas da eleição para a Câmara Municipal; a consequência natural foi a sucessão de governos arenistas ao longo destes anos. Outro fator que deve ser levado em conta. é a influência exercida pelo Rio, reduto oposicionista muito forte solidificado com a vitória de Saturnino Braga para o Senado em 19.74. A preocupação do MDB em controlar o interior do novo estado do Rio de Janeiro, através da influência de Niterói e com vista às eleições para governador em 1978, levou «;> partido a usar de todos os recursos na campanha. A ARENA, por outro lado, contava com uma organização partidária precária a nível local, viciada pela competição apenas para a. Câmara de Vereadores e por sucessivas vitórias nessas eleições.

Quanto aos candidatos, tanto a ARENA como o MDB lançaram mão das três sublegendas a que tinham direito, sendo que, pelo lado situacionista, eram os seguintes os postulantes ao Executivo Municipal: Waldenir Bragança, pela ARENA 1, médico e Secretário de Saúde e Assistência da Prefeitura no período 1975-1976;. Adilson Lopes, pela ARENA 2, médico e deputado estadual, apoiado inicialmente por 21 candidatos a vereador, mas que terminou com apenas 7 deles; Astor Melo, pela ARENA 3, advogado, funcionário público municipal e vereador desde 1968, que contava unicamente com o apoio de 2 candidatos a vereador.

Pelo lado emedebista, Wellington Moreira Franco (MDB 1), deputado federal eleito em 1974, contava com o apoio de 37 candidatos a vereador, 2 deputados estaduais, 3 federais, 4 senadores e o Diretório Municipal, além do pessoal dos ex-PTB, e PSD. Pelo MDB 2, Silvio Lessa, deputado estadual eleito em 1.974, apoiado por 22 candidatos a vereador,

Chagas Freitas e sindicatos. E pelo MDB 3, Nelson Rocha, ex-vereador e ex-deputado federal, apoiado por cerca de 12 candidatos a vereador e pelo Diretório Municipal.

3.2 – A campanha dos dois partidos

Quanto à atuação dos partidos, levando-se em consideração os efeitos a nível municipal, ambos achavam-se em posições bem distintas em relação às eleições anteriores.

O Diretório Nacional do MDB já editara (1975) um Manual para Organização dos Diretórios e Comissões Executivas Municipais, tendo editado outro, em março de 1976, para organização da campanha municipal. Neste último, ensina a realizar convenções para escolha de candidatos, informa sobre as disposições do Código Eleitoral em relação a comícios ou qualquer ato de propaganda política e aos crimes eleitorais, além de fornecer modelos de documentos necessários para notificação, convocação, filiação e registro no desenvolvimento da campanha; propõe ainda, a organização e o planejamento das atividades dos candidatos. Essas atividades já eram previstas para neutralizar os efeitos da Lei Falcão, analisada em outro documento (Vol. XI da Coleção Alberto Pasqualini, de junho de 1976), e deviam incluir, segundo o Manual, comícios e concentrações, visitas às residências, promoção de debates e palestras, organização de comitês ou grupos, planejamento dos temas de campanha, levantamento dos problemas municipais e pesquisas de opinião pública. O Diretório Nacional realmente enviou alguns políticos a Niterói, muito embora sua participação tenha sido mais em termos de presença em comícios e concentrações, onde faziam rápidos pronunciamentos, deixando-se os debates para reuniões mais restritas entre políticos e em recintos fechados.

Esse apoio, por sua vez, à medida que o Diretório Municipal, organizador das atividades locais, estava comprometido com uma das sublegendas do partido, era canalizado para esta, criando-se então situações de confronto entre os candidatos e seus cabos eleitorais, todos querendo se beneficiar da presença dos líderes do partido.

A ARENA não apresentou, segundo os próprios candidatos, nenhum esforço de coordenação geral das eleições. Editou apenas um documento, não específico (Por quê?), mostrando pontos positivos das realizações do

governo federal, como construção de estradas, pesquisa e exploração de petróleo, estatísticas sobre o estudantado, situação do Banco do Brasil, entre outras. Afora isso, promoveu a visita do presidente da República a Niterói para lançar a obra de um túnel na zona sul e a do presidente do partido. À primeira correspondeu certa mobilização popular, mas a segunda passou praticamente desapercebida à população da cidade. Como no MDB, o principal beneficiário nessas ocasiões foi o titular de uma sublegenda, no caso aquela apoiada pelo executivo municipal (Waldenir Bragança).

O Diretório Municipal do MDB organizou-se razoavelmente bem para as eleições de 1976, mantendo-se em contato com a Executiva Nacional, distribuindo documentos, participando da campanha e atuando durante a apuração dos votos através da fiscalização e controle por recontagem dos mapas eleitorais. Esse trabalho, entretanto, se desenvolveu nos limites de um compromisso com a sublegenda 1 do partido (e por extensão com a sublegenda. 3 que lhe serviu de apoio), e, embora as atividades de controle da apuração beneficiassem a todos, as demais atividades foram dirigidas para a campanha da sublegenda 1, sendo provável inclusive que a própria dinâmica dessas atividades tenha sido dada pela equipe de coordenação da campanha dessa sublegenda.

Na ARENA, segundo os próprios candidatos, o Diretório Municipal revelou-se completamente omisso em relação às eleições; não ajudou em momento algum da campanha, não armou qualquer esquema de fiscalização, controle de apuração ou avaliação da derrota sofrida. Sem sede própria, alugou apenas uma grande loja no centro da cidade, colocando-a à disposição dos candidatos. A tendência dos candidatos foi de tentar uma ligação com o poder executivo municipal, que por sua vez, estava comprometido com a sublegenda 1, à qual apoiou administrativa, política e até financeiramente, causando com isso o descontentamento dos candidatos das outras sublegendas, que ameaçaram, inclusive, renunciar à: candidatura no mês anterior ao das eleições.

3.3 – A plataforma dos candidatos

Os candidatos, tanto de um como de outro partido, desenvolveram suas plataformas independentemente, não havendo identificação entre os programas dos emedebistas, nem entre os dos situacionistas. A análise dos discursos dos candidatos permite estabelecer de imediato uma separação

entre candidatos preocupados em denunciar a falência do próprio sistema político, prejudicado por um regime autoritário (duas das sublegendas do MDB pregavam a volta do estado de direito e a normalização democrática), e a sublegenda 3, de Nelson Rocha, assim como as três sublegendas da ARENA que não se referem a qualquer problema político-institucional. Os candidatos Sílvio Lessa, e Moreira Franco foram também os únicos a criticar o modelo econômico brasileiro, dentro dos princípios do próprio partido, de defesa da empresa nacional e de críticas a distorções na distribuição de renda e à política salarial.

Os temas municipalistas é que foram constantes nas seis campanhas, embora sob perspectivas diferentes, é claro. Enquanto Nelson Rocha, Astor Melo e Waldenir Bragança estão preocupados com o vínculo entre o governo local e os governos estadual e federal em termos de, relação com fontes de recursos (Waldenir e Astor) ou prestadores de serviços (Nelson), Adilson Lopes, muito cioso de sua independência dentro do partido, ou muito consciente de seu alijamento pelos governos municipal e estadual (e consequentemente federal), não se refere ao problema; Moreira e Silvio criticavam a perda de autonomia do município pela ação centralizadora do poder e enfatizavam a importância da participação política e do fortalecimento da sociedade política, através de constantes apelos ao envolvimento da comunidade nas tarefas de “arrumar Niterói” (Moreira) e à formação de associações (Silvio).

Nas propostas de programas para o tratamento dos problemas da cidade, a clivagem que se evidencia é entre mudança e continuísmo da orientação adotada pela Prefeitura. É aí, então, que talvez se possa estabelecer uma comparação mais sistemática.

O discurso de Waldenir Bragança é, sem dúvida, o mais marcado por um compromisso com a continuidade das obras iniciadas por Ronaldo Fabrício, então prefeito, muito embora se tente caracterizar essa gestão como tendo, por sua vez, introduzido uma série de mudanças importantes na administração de Niterói, mudanças essas que seriam abandonadas, perdido o necessário apoio dos governos estadual e federal. Astor de Melo, de certa forma, também se compromete com o continuísmo. Os demais candidatos apresentam uma retórica claramente mudancista; mas na verdade, apenas Silvio e Moreira inserem suas preocupações num projeto mais amplo de modificações, que envolve a normalização da vida política e

a possibilidade do protesto popular contra condições injustas de vida. Seus apelos ao envolvimento do povo, da comunidade no governo da cidade demonstram a tentativa de representar a insatisfação popular e de exercitar a participação política. As críticas ao governo, ao modelo político e econômico é que deram realmente um caráter mudancista ao seu discurso, visto que mudanças na orientação do programa administrativo da prefeitura, com exceção de Waldenir e Astor, todos prometeram (e talvez Adilson com maior veemência e mais informações).

Outro aspecto interessante é o fato de Adilson e Silvio terem se colocado como candidatos independentes dentro de seus próprios partidos, à medida que não eram apoiados por "oligarquias políticas", ó que na verdade significa, em ambos os casos, que suas sublegendas não correspondiam à facção dominante no diretório e na política locais. O caráter rebelde de suas candidaturas foi muito explorado em seus discursos, numa tentativa de se identificarem como marginalizados, tanto quanto as camadas populares a que se dirigiam.

Coincidentemente, foram eles também os candidatos que mais exploraram sua origem popular e que pretenderam representar os bairros mais pobres (e populares) da cidade. Nelson, Astor e Waldenir, por outro lado, usaram um apelo diferente, colocando-se como "servidores" dos pobres (enquanto médicos) e Moreira explorou, em relação aos segmentos mais pobres da população, não só a insatisfação com as precárias condições de vida, como suas ligações com a política populista, com o getulismo.

3.4 – A campanha do candidato vitorioso

Observando mais detidamente a campanha realizada pelo candidato vitorioso, constataremos que ela se caracterizou por alguns fatores bem específicos, que delineamos a seguir:

1. O apoio do partido, concretizado a nível nacional, por orientação e envio de líderes importantes e, a nível local, por uma participação direta do Diretório Municipal em todas as fases da campanha; e o apoio de máquinas partidárias do "antigo regime", como o ex-PSD e o ex-PTB, através de alguns expoentes estaduais e municipais desses partidos, acostumados inclusive a campanhas do tipo que se fez necessário com a vigência da Lei Falcão.

2. A organização da campanha com base na orientação fornecida pelo Diretório Nacional, desenvolvida por equipe montada para atender aos vários itens do programa, tais como pesquisas de opinião, comícios, debates, organização de comitês ou grupos, levantamento de problemas locais e planejamento da campanha.

3. Recursos financeiros em escala relativamente maior, como atestam depoimentos de membros da própria equipe e dos demais candidatos e que corres ponderam a aspectos observáveis durante a campanha: comitês (2), subcomitês nos bairros (15), escritório do candidato, cerca de 30 carros, farto material de propaganda, equipe auxiliar especializada e uso extenso de material para correspondência.

4. O discurso do candidato caracterizou-se pela vontade de solucionar os problemas levantados em pesquisas de opinião, envolvendo a participação da comunidade ("*Vamos* arrumar Niterói") e dirigindo-se a segmentos sensíveis da população, às donas de casa, aos universitários, aos servidores municipais, aos motoristas de táxi, aos comerciários, através de manifestos específicos. Por outro lado, o apelo a problemas político-institucionais do país, e a crítica ao modelo econômico vigente e aos seus efeitos a nível de abastecimento, política salarial, entre outros, foram amplamente utilizados.

O planejamento da campanha deste candidato veio confirmar a importância dada pelo partido oposicionista à cidade, com uma injeção maciça de recursos, bem como a preocupação de controlar o interior do novo estado, pensando em uma possível eleição em 1978 para o governo estadual. A vitória de Moreira Franco confirma o aumento substancial da influência do MDB em Niterói, e no Estado do Rio, que sempre foi considerado um reduto oposicionista. As eleições do passado, que em Niterói só se realizavam para a Câmara Municipal, mostravam a ARENA elegendo a maior parte dos vereadores, descuidando-se Com isto de uma melhor estruturação local. O que se verificou foi que as eleições de 1974, quando o MDB lograria vantagem tanto na Assembleia como na Câmara Federal, e a vitória de Saturnino Braga para o Senado vieram contribuir decisivamente para o sucesso obtido nas eleições de 1976, conquistando finalmente o MDB o Executivo Municipal.

4 – O voto para prefeito e vereador

Os resultados oficiais da eleição indicam ter sido o MDB o partido vitorioso em Niterói, com a obtenção da prefeitura e de maioria na Câmara Municipal. Na votação para prefeito obteve 59% dos votos, se excluirmos os brancos e nulos, e 50% dos votos, se os incluirmos. Na votação de legenda para a Câmara Municipal obteve 57% dos votos (incluindo brancos e nulos).

Tais resultados demonstram que a disputa foi bastante acirrada, centrada em torno de três candidatos, dos quais do MDB, que juntos, obtiveram 55% dos votos. A comparação dos resultados da pesquisa com os resultados oficiais (Tabela VII) revela, em primeiro lugar, que a pesquisa previu acertadamente o candidato vitorioso e, em segundo lugar, que as diferenças na percentagem de votos dos demais candidatos entre os resultados obtidos e os oficiais são bastante baixas: de fato, nunca é superior a 8%, exatamente no caso do candidato vitorioso.

Tabela VII – Votos para prefeito: comparação entre os resultados da pesquisa e oficiais

Partidos/Candidatos	Pesquisa*	Oficiais **	
	%	%	Votos
ARENA			
- Waldenir Bragança	22	24	37.131
- Adilson de Souza Lopes	8	12	17.759
- Astor Pereira de Mello	4	5	7.371
Total	*34*	*41*	*62.7.61*
MDB			
- Wellington Moreira Franco	39	31	46.299
- Silvio Soares Lessa	25	24	36.229
- Nelson Rocha	2	4	6.730
Total	*66*	*59*	*89.258*
Total	***100***	***100***	***151.519***

* Exclui 96 indecisos, 23 que iriam votar em branco ou anular o voto, 14 que não iriam votar, 201 não eleitores ou eleitores de outros municípios e 35 que se recusaram a responder.
** Excluídos os votos brancos e nulos.

Essa diferença se deve, sem dúvida, ao número elevado de indecisos quanto ao nome e partido em que votariam, até porque as entrevistas foram realizadas nos 18 dias que precederam as eleições. Considerando os dados da

Tabela VIII, observa-se que, tomando-se o voto de legenda, diminuem sensivelmente as diferenças entre os resultados da pesquisa e os oficiais. Cabe ressaltar ainda que, com o desenvolvimento da campanha, o candidato vitorioso, Wellington Moreira Franco, veio efetivamente a perder 8% da votação, a julgar pela intenção de voto expressa pelos entrevistados na pesquisa.

Tabela VIII – Votação nos dois partidos para a prefeitura: resultados da pesquisa e oficiais.

Partidos	Pesquisa *	Oficiais	
	%	%	Votos
ARENA	31	35	62.261
MDB	59	50	89.258
Brancos e nulos	10	15	25.595
Total	*100*	*100*	*177.114*

* Exclui 14 que não votariam, 201 que não são eleitores ou são eleitores de outros municípios e 131 indecisos.

Algumas perguntas no questionário aplicado permitem verificar, pelo menos em parte, o impacto da campanha, agora à luz dos resultados finais. É assim que 73% dos entrevistados atribuíam ao MDB a vitória eleitoral, embora 60% acreditassem que a vitória se daria por uma *diferença pequena,* quase empate. Quanto ao candidato vitorioso, 41% atribuíam a vitória a Wellington Moreira Franco e apenas 10% ao segundo colocado, Waldenir Bragança. As previsões dos entrevistados em parte se efetivaram, porém subestimou-se o impacto de Waldenir Bragança, que veio a ser o segundo colocado, seguido de perto por Silvio Lessa, com uma diferença de pouco menos de 1.000 votos.

Essa rápida comparação entre os resultados obtidos pela pesquisa e os oficiais, com base na intenção do voto, está longe de ser uma resposta satisfatória, quer para o analista, quer para o estrategista dos partidos. Pelo contrário, encerra uma série de questões que, de forma simplificada, tem a ver com a identificação do conjunto de fatores que levam o eleitor a preferir determinado partido, por um lado, e com a forma pela qual tais fatores se combinam e se distribuem pela estrutura social, por outro lado. O conjunto de opiniões, atitudes e valores que se associam ao voto e a sua distribuição nos diversos grupos e classes sociais constituem-se precisamente na questão central que permeará a análise nesta e nas seções subsequentes.

Tabela IX – Votação dos dois partidos para a Câmara Municipal: comparação entre os resultados da pesquisa e os oficiais.

Partidos	Pesquisa	Oficiais	
	%	%	Votos
ARENA	39	43	23.779
MDB	61	57	31.077
Total	*100*	*100*	*54.856*

Exclui 16 indicações incorretas de nome e partido, 65 indecisos quanto a nome e partido, 10 que não iriam votar, 23 que se recusaram a responder, 199 que não são eleitores ou são eleitores noutros municípios e 19 brancos e nulos.

A tabela X lista uma série de indicadores sócio-econômicos (cor, sexo, idade, renda, ocupação, educação e autoidentificação como membro de uma classe social) associados à intenção do voto, mostrando como em certos casos – cor, sexo, idade, escolarização e autoidentificação de classe – os indicadores são úteis para discriminar o eleitorado dos dois partidos. Por outro lado, e agora as diferenças entre o eleitorado dos dois partidos são bem mais acentuadas, a Tabela XI faz o mesmo em relação a opiniões relativas a questões políticas e econômicas que fazem parte da agenda do país.

*Tabela X – Voto para prefeito e algumas características sócio-econômicas: percentagens **

Características sócio-econômicas	ARENA	MDB
% de mestiços, mulatos e pretos	16	26
% do sexo masculino	44	56
% de pessoas de menos de 30 anos	31	45
% de pessoas com renda familiar até 3 salários mínimos	21	18
% de pessoas com renda familiar de 15 ou mais salários mínimos	21	20
% de pessoas cuja posição na ocupação é "empregador/administrador"	7	4
% de pessoas cuja posição na ocupação é "empregado permanente"	76	76
% de pessoas com curso primário incompleto	10	6
% de pessoas com escolarização além do ginasial	46	54
% de pessoas que se consideram das classes "trabalhadora" e "operária"	27	20

* São considerados apenas os entrevistados que indicaram em quem votariam para prefeito, ou pelo menos o partido.

Tabela XI – Voto para prefeito e algumas opiniões políticas: percentagens.

Opiniões	ARENA	MDB
Favorável à Lei Falcão	79	61
Avaliação do Governo Geisel: Ótimo e Bom	84	48
As coisas no Brasil melhoraram muito	33	12
Favorável ao voto direto	60	91
O povo não tem capacidade de votar	55	36
Concorda mais em que o AI-5 deve ser abolido	18	41
Concorda mais em que o Governo deve controlar mais as empresas estrangeiras	80	81
Concorda mais em que o Brasil é tão democrático quanto qualquer outro país	71	50

* São considerados apenas os entrevistados que indicaram em quem votariam para prefeito, ou pelo menos o partido.

4.1 – O perfil sócio-econômico do eleitor e a intenção do voto

A posição na estrutura social, que, naturalmente, refere-se a um conjunto de fatores tais como sexo e idade, posição na ocupação, renda e educação tem sido vista como fator discriminador do eleitorado dos diversos partidos, na medida em que, associada aos interesses dos diversos grupos e classes sociais, bem como à percepção que tais grupos têm dos partidos políticos, permite diferenciar as preferências sociais por um outro partido.

Considerando os resultados obtidos na Tabela XII, observa-se, em primeiro lugar, que o fator idade discrimina melhor o eleitorado dos dois partidos quando se trata da intenção de voto para prefeito que do voto para vereador: no primeiro caso, quanto mais jovem o eleitor mais provável será que ele vote no MDB. Quanto ao voto para vereador, a idade só é um fator discriminador, novamente em favor do MDB, quando se trata do eleitorado com menos de 30 anos.

Em segundo lugar, a variável sexo tem um poder discriminador menos acentuado que a idade (diferença percentual de 11 pontos no caso do voto para prefeito e de 8 pontos no caso do voto para vereador).

Já a variável educação tem um comportamento extremamente interessante: no caso tanto do voto para prefeito quanto do voto para vereador, observa-se que quanto maior a escolarização maior a tendência do eleitor a preferir o partido de oposição. Em segundo lugar, o impacto da

escolarização na intenção do voto para prefeito é realmente significativo quando o eleitor tem quatro anos de escolarização: entre a primeira e a segunda colunas a diferença percentual é de 11 pontos enquanto entre a segunda e a terceira é de apenas 5 pontos.

Tabela XII – Intenção do voto por idade e sexo: percentagens. (*)

Partido	Idade			Sexo	
	Menos de 30	De 31 a 47	Acima de 47	Masculino	Feminino
Para Prefeito:					
- ARENA	31	43	48	34	45
- MDB	69	57	52	66	55
Total	*(108)*	*(100)*	*(64)*	*(139)*	*(134)*
Para Vereador:					
- ARENA	36	50	50	41	49
- MDB	64	50	50	59	51
Total	*(89)*	*(86)*	*(54)*	*(120)*	*(109)*

* Intenção do voto: refere-se apenas àqueles que indicam o nome do candidato ou pelo menos o partido em que votaram; excluí: os indecisos; quem votaria em branco ou nulo; quem não votaria; aqueles que eram eleitores de outros municípios e os que se recusaram a responder.

Tabela XIII – Intenção do voto e educação: percentagens.

	Primário incompleto	**Primário completo e ginasial**	**Colegial ou mais**
Para Prefeito:			
-ARENA	52	41	36
- MDB	48	59	64
Total	*(21)*	*(112)*	*(139)*
Para Vereador:			
- ARENA	50	49	40
- MDB	50	51	60
Total	*(18)*	*(91)*	*(119)*

No caso do voto para vereador, a educação só vai exercer um impacto significativo para pessoas que tenham pelo menos o primário completo e pessoas que tenham o nível colegial ou mais: nesses casos, maior a escolarização, maior novamente a probabilidade de o eleitor preferir o MDB.

Quanto ao impacto da posição do entrevistado na ocupação, tendo em vista o voto para prefeito, observa-se que quanto mais alta a posição maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA; neste caso, as diferenças percentuais são de 7 pontos entre o empregado temporário e o regular, e de 14 pontos entre o empregado regular, e empregador e administrador.

Já no voto para vereador a tendência acima não é tão clara, já que a grande diferença está entre empregados temporários, por um lado, e empregados regulares, empregadores e administradores, por outro.

Introduzindo a renda familiar como correlato do voto observa-se que, no voto para prefeito, existe uma ligeira tendência de que quanto maior a renda maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

Tabela XIV – Intenção do voto e posição na ocupação: percentagens. (*)

Partido	**Empregado temporário**	**Empregado regular**	**Empregador e administrador**
Para Prefeito:			
-ARENA	29	36	50
- MDB	71	64	50
Total-	*(14)*	*(148)*	*(10)*
Para Vereador:			
- ARENA	29	43	44
- MDB	71	57	56
Total	*(14)*	*(129)*	*(9)*

* No caso da variável ocupação excluem-se- parceiros, arrendatários e ocupantes, pois são categorias sem referente empírico na amostra, e ainda membros da família não remunerados pela mesma razão. Excluem-se "também os autônomos[5].

No caso do voto para vereador essa tendência só ocorre quando se comparam os dois grupos extremos, ou seja, com renda inferior a Cr$ 4.200,00 e com renda superior a Cr$ 15.300,00.

Em resumo, há dois aspectos básicos a salientar. Considerando o voto para prefeito, observa-se que, quanto mais alta a posição do entrevistado na

[5] A exclusão dos autônomos se deve ao fato de que a categoria, bastante numerosa, inclui uma diversidade tal de ocupações que dificilmente poderia ser interpretada de forma não ambígua. A consideração da posição na ocupação não é um indicador plenamente satisfatório de classe social; para tanto, dever-se-ia utilizar a ocupação específica do entrevistado.

ocupação, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA; o mesmo ocorre com a renda familiar. No entanto, quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de o entrevistado votar no partido de oposição.

O impacto no voto para vereador dos três indicadores de posição social acima considerados não é tão claro assim. O nível de escolarização só discrimina o eleitorado de um e outro partido quando se compara a escolarização média (primário completo e ginasial) com a escolarização alta (colegial ou mais). A posição na ocupação só discrimina o eleitor de um e outro partido quando comparamos o empregado temporário com os dois outros grupos. No caso da renda ocorre a mesma tendência da posição na ocupação, ou seja, as diferenças só se manifestam nas categorias extremas.

Tabela XV – Intenção do voto e renda familiar (Cr$): percentagens. (*)

Partido	Até 4.200	De 4.200 a 15.300	15.300 em diante
Para Prefeito:			
- ARENA	39	43	48
- MDB	61	57	52
Total	*(101)*	*(127)*	*(25)*
Para Vereador:			
- ARENA	47	39	64
- MDB	53	61	36
Total	*(78)*	*(102)*	*(22)*

* O salário mínimo regional na época da pesquisa correspondia a Cr$ 768,00.

Um segundo aspecto consiste em comparar, no caso do voto para prefeito, a intensidade da associação entre cada um dos três indicadores de posição na estrutura social (educação, renda e posição na ocupação) com a direção do voto. A julgar pelas diferenças percentuais, educação e posição na ocupação apresentariam uma tendência mais nítida já que as diferenças percentuais entre as categorias dessas variáveis seriam maiores do que no caso da renda familiar.

No entanto, se considerarmos a relação entre renda e o voto para prefeito segundo o nível de escolarização a importância do nível de renda fica mais clara. Na Tabela XVI observa-se que as diferenças percentuais tornam-se maiores do que na Tabela XV diminuindo para o grupo com baixa escolarização e aumentando para o grupo com alta escolarização; no primeiro caso, 6 pontos percentuais e para a escolarização alta 7 e 11 pontos. Mantém-se porém a tendência de, quando a escolarização é baixa, quanto maior a renda, maior a probabilidade de o eleitor preferir o MDB; quando a escolarização é alta, quanto maior for a renda maior a probabilidade de o eleitor votar na. ARENA[6].

Tabela XVI – Intenção do voto e renda familiar, segundo o nível de escolaridade. Percentagens.

Partido	**Baixa**			**Alta**		
	Até 4.200	De 4.200 a 15.300	Mais de 15.300	Até 4.200	De 4.200 a 15.300	Mais de 15.300
Para Prefeito:						
- ARENA	48	42	0	30	37	48
- MDB	52	58	0	70	63	52
Total	*(48)*	*(12)*	*(0)*	*(53)*	*(104)*	*(25)*
Para Vereador:						
- ARENA	59	38	0	39	39	64
- MDB	41	62	0	61	61	36
Total	*(34)*	*(13)*	*(0).*	*(44)*	*(88)*	*(22)*

No caso do voto para vereador ocorre basicamente a mesma tendência anterior: quando a escolarização é baixa, quanto maior a renda, maior a probabilidade de se votar no MDB; quando a escolarização é alta, no entanto, a preferência pela ARENA só vai ser significativa para o grupo de mais alta renda.

Em resumo, a posição na estrutura social aparece de forma razoavelmente nítida como um correlato do voto; se vista pelo ângulo da posição na ocupação e da renda, quanto mais alta a posição e maior a renda maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA. Já o impacto da educação é no sentido de favorecer o MDB. Para o eleitor de baixa escolarização, quanto maior for sua renda, maior a probabilidade de ele vir a preferir o MDB; quando a escolarização é alta, à medida que a renda aumenta, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

A discussão acima aponta para um aspecto interessante, que consiste precisamente em mostrar como existe uma reserva eleitoral da ARENA nos polos extremos da estrutura social, tendência, de resto, confirmada por outros

[6] A essa mesma conclusão chega Lamounier neste volume (pp. 74-75, particularmente Tabela XVIII). Ainda neste volume ver a discussão que Fábio Reis faz sobre o voto do jovem, pp. 17-23.

estudos neste volume. Vale dizer: os extremos da estrutura social constituem redutos arenistas.

Apesar de na Tabela XVI ficar nítido o impacto da posição na estrutura sócio-econômica na determinação da intenção do voto, tanto no caso do voto para prefeito quanto no do voto para vereador, observou-se anteriormente que, neste último caso, o impacto isolado dos indicadores de posição social é menos acentuado. Com o objetivo de explorar a ideia de que a configuração de fatores que condiciona o voto para prefeito é diferente da configuração determinante do voto para vereador, elaborou-se a Tabela XVII, onde se associa o voto para prefeito com o voto para vereador.

Preliminarmente, fica claro que, embora a consistência da intenção do voto seja alta (85% no voto ARENA-ARENA e 84% no voto MDB-MDB), cerca de 15% do eleitorado votam para prefeito em um partido e para vereador noutro partido. A que atribuir essa inconsistência do eleitor, também detectada nos resultados eleitorais oficiais quando se observa que em um mesmo município um partido faz maioria na Câmara Municipal e o outro obtém a prefeitura?

Tabela XVII – Intenção do voto para vereador e para prefeito: percentagens.

Vereador / **Prefeito**	**ARENA**	**MDB**
ARENA	85	16
MDB	15	84
Total	*(93)*	*(159)*

Na tentativa de explicar a inconsistência partidária na intenção de voto selecionaram-se dois indicadores de opinião relativos à importância de fatores políticos para "a seleção do candidato a prefeito: a importância atribuída ao fato de o candidato a prefeito ser do partido que o entrevistado apoia e ao fato de ele ser recomendado pelos familiares. A expectativa era de que o primeiro fator fosse mais importante para discriminar o voto para prefeito, e que o segundo fator discriminasse melhor o voto para vereador. Obviamente, partiu-se de uma concepção em que atribuir importância ao fato de o candidato ser do partido que o eleitor apoia e atribuir importância à recomendação de familiares na seleção de um candidato a prefeito seriam fatores que pertenceriam a uma dimensão comum, vale dizer, a um contínuo em que o primeiro fator representaria uma postura mais ideológica que o segundo. Outra suposição era a de que, dada a importância diferente dos dois cargos, o eleitor fosse movido por fatores mais ideológicos no caso do voto para prefeito do que a escolha do candidato a vereador, onde relações primárias (família, comunidade de vizinhança) seriam mais importantes para a escolha do candidato.

De fato, a expectativa não se confirmou, uma vez que o fator ideológico e o fator familístico possuem igual poder discriminatório no caso do voto para prefeito (diferenças de 11 pontos percentuais) e não discriminam o voto para vereador (3 e 4 pontos respectivamente). Curiosamente, no entanto, no caso do voto para prefeito observou-se que, se correta a interpretação de que os fatores acima mencionados para a seleção de um candidato pertencem a uma dimensão ideológica, o eleitor da ARENA é mais orientado ideologicamente que o eleitor do MDB. Essa inferência se baseia no fato de que, na associação entre importância de o candidato ser do partido apoiado pelo eleitor e a intenção do voto para prefeito, quanto menor a importância atribuída ao fator, menor a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA. Exatamente o inverso ocorre com o fator "importância da recomendação de familiares": quanto menor a importância atribuída, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

Essa conclusão deve, obviamente, ser vista com reservas, pois baseia-se no pressuposto de que o voto partidário e o voto familístico pertencem a uma mesma dimensão teórica. De toda forma, a: questão de que o eleitor da ARENA tenha uma orientação ideológica mais nítida, e mesmo mais consistente, será retomada mais sistematicamente no final deste trabalho (seção V).

Um segundo aspecto a considerar na tentativa de comparar o voto para prefeito com o voto para vereador do ponto de vista da consistência na direção do voto, tem a ver com o impacto da posição social do eleitor ou, dito de outra forma: em que medida indicadores de posição social discriminam o eleitor consistente do eleitor não-consistente? A Tabela XVIII apresenta os resultados da consistência do voto, segundo a escolarização e o nível de renda. Considerando que inicialmente (Tabela XVII) cerca de 84% dos eleitores de um e outro partido são consistentes, observe-se que, no caso da escolarização, a relação inicial permanece inalterada. O eleitorado consistente de um e outro partido continua a ser cerca de 85% e, consequentemente, as diferenças percentuais são praticamente iguais: 69 pontos no caso de

escolarização baixa e 68 pontos para a escolarização alta. Portanto, com segurança, pode-se inferir que a consistência da direção do voto é insensível ao grau de escolarização.

Tal não ocorre quando se introduz a variável nível de renda. Quando o eleitorado possui renda baixa, altera-se ligeiramente o percentual de consistência: da ARENA para mais, do MDB para menos; o oposto ocorre quando a renda é alta, aumentando o percentual de consistência do MDB e diminuindo o da ARENA. Mais importante é o fato de que, diferentemente do que ocorre com a escolarização, quando introduzidos a renda mantém-se a diferença percentual no caso de renda baixa (70 pontos) e reduz-se a diferença quando a renda é alta (63 pontos).

Em resumo, a consistência da direção do voto não é afetada pelo grau de escolarização, mas é afetada pelo nível de renda.

Tabela XVIII – Intenção do voto para vereador e para prefeito, segundo a escolaridade e segundo a renda: percentagens.

Prefeito →	**Escolaridade**				**Renda**			
	Baixa		Alta		Baixa		Alta	
Vereador ↓	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB	ARENA	MDB
ARENA	85	16	84	16	88	18	76	13
MDB	15	84	16	84	12	82	24	87
Total	*26*	*32*	*68*	*118*	*50*	*89*	*34*	*46*

Questão semelhante pode ser colocada em relação ao impacto de fatores políticos (partidário e familístico) da seleção de um candidato a prefeito na consistência da direção do voto. As tabelas XIX e XX apresentam os resultados da introdução de cada fator, separadamente, na relação inicial entre voto para prefeito e para vereador.

A primeira constatação tem a ver com o fato de que a importância atribuída ao aspecto partidário é relevante para o entendimento da questão da consistência da direção do voto na medida em que, para os eleitores que pouca ou nenhuma importância atribuem ao fato de o candidato ser do partido que apóie, é menor a consistência eleitoral. Vale observar que a diferença percentual entre as duas primeiras colunas da Tabela XIX é de 78 pontos "muito importante" e de apenas 72 pontos entre as duas últimas "pouco, ou

sem importância". Tal não ocorre com o fator familístico (Tabela XX), onde as porcentagens relativas à consistência eleitoral são bem próximas daquelas obtidas na Tabela XVII.

Um segundo aspecto tem a ver com o fato de que o eleitorado da ARENA é, novamente, mais sensível ao apelo partidário do que o eleitorado do MDB: observe-se que a consistência ARENA-ARENA é maior no caso do fator partidário (92%) do que no do fator familístico (86%), e que a do MDB-MDB é maior no fator familístico (94%) que no partidário (86%), considerando, em uma e outra tabela, apenas o caso do eleitor que atribui importância ao fator em questão.

Um último aspecto que, de certa forma, resume a discussão feita, refere-se à comparação entre o impacto de fatores sócio-econômicos e o de fatores políticos (voto partidário e voto familístico) na compreensão da consistência eleitoral. A julgar pelo comportamento das diferenças percentuais, os fatores políticos considerados discriminam melhor o eleitor consistente do inconsistente que os indicadores de posição sócio-econômica, escolarização e renda.

Tabela XIX – Intenção do voto para vereador e para prefeito, segundo a importância atribuída a "candidato a prefeito ser do partido que apoia": percentagens.

Prefeito →	**Muito importante**		**Pouco, sem importância**	
Vereador ↓	ARENA	MDB	ARENA	MDB
ARENA	92	14	50	23
MDB	8	86	50	77
Total	*(76)*	*(118)*	*(18)*	*(30)*

Tabela XX – Intenção do voto para vereador e para prefeito, segundo a importância atribuída a "candidato a prefeito ser recomendado por familiares": percentagens.

Prefeito →	**Muito importante**		**Pouco, sem importância**	
Vereador ↓	ARENA	MDB	ARENA	MDB
ARENA	86	6	83	21
MDB	14	94	17	79
Total	(28)	(50)	(66)	(99)

4.2 – Participação Política: Experiência Anterior, Preferência Partidária e a Intenção do Voto

A participação nas eleições de 1976, embora tenha sido a primeira vez que um número apreciável de cidadãos se pronunciou eleitoralmente, certamente não foi a primeira experiência para a maioria dos eleitores. A familiaridade com os partidos, sua preferência por uma das agremiações, sobretudo quando ela já se manifestou, no passado, através do voto, são fatores que pré-condicionam a escolha de um partido ou de um candidato à Prefeitura. O interesse pela política, a importância atribuída ao voto, a identificação partidária e a experiência eleitor anterior são excelentes preditores do comportamento eleitoral.

É assim que os indivíduos que se interessam pela política mesmo fora da época de eleições (*muito, mais ou menos*) constituem-se exatamente naqueles que votariam mesmo se o voto não tivesse a natureza compulsória, como ocorre no Brasil. Já aqueles que não se interessam pela política fora do período eleitoral (aproximadamente 55%) se distribuem igualmente pelas categorias *sim* e *não* referentes a se votariam na ausência da compulsoriedade do voto. A Tabela XXI mostra como o interesse pela política condiciona o ato de votar: quanto maior o interesse, maior a disposição para votar, mesmo se o comparecimento às eleições não fosse obrigatório.

Tabela XXI – Votaria caso o voto não fosse obrigatório, e interesse por política fora do período eleitoral: percentagens. (*)

	Interesse por política		
Votaria	*Muito:*	*Mais ou menos*	*Nenhum*
Sim	83	75	49
Não	17	25	51
Total	*(65)*	*(146)*	*(260)*

* No caso de "votar mesmo se o voto não fosse obrigatório" excluem-se todos aqueles que não pretendem votar e os não-eleitores.

Observe-se, por outro lado (Tabela XXII), que a preferência pelo MDB é maior que a preferência pela ARENA tanto quando o entrevistado diz que votaria caso o voto não fosse obrigatório, como quando o entrevistado diz que não votaria caso não fosse obrigado a fazê-lo. Compreensivelmente, aqueles que não votariam caso o comparecimento às eleições não fosse compulsório tendem mais a se declarar *indecisos* quanto

à intenção do voto (9% entre os que não votariam e 5% entre aqueles que votariam). Aparentemente, como a diferença percentual entre os eleitores da ARENA é de 6 pontos percentuais e entre os eleitores do MDB é de 9 pontos percentuais, poder-se-ia pensar que as duas variáveis estão associadas. Nesse caso a eliminação da obrigatoriedade do voto favoreceria a um dos partidos. De fato, os dois indicadores não estão associados pois se eliminarmos da tabela os *indecisos,* os que declararam que iriam votar em branco ou anular o voto e aqueles que não iriam votar, a diferença percentual seria totalmente irrelevante, pois cairia para 1 ponto. Nesse caso, a disposição relativamente ao comparecimento às eleições, caso não fosse compulsório, não discrimina o eleitorado de um e outro partido.

A identificação partidária ("O senhor se considera da ARENA, do MDB, ou de nenhum dos dois partidos?") é, de longe, o melhor preditor da intenção do voto (Tabela XXVIII). Tanto aqueles que se identificam com a ARENA quanto os que se identificam com o MDB revelam (86%) que pretendem votar em candidato a prefeito de seu partido. Já aqueles que declararam não ter nenhuma preferência partidária tenderiam, prioritariamente, a dar o seu voto ao MDB (30%), encontram-se *indecisos* (28%) e votariam na ARENA (22%). É ainda precisamente entre os que não têm preferência partidária que se concentram os votos brancos e nulos. Vale a pena observar que é bastante alto o número de entrevistados que não se identifica com partido algum (37% na amostra), fato em grande parte explicável pela artificialidade do atual sistema partidário.

Tabela XXII – Intenção do voto para prefeito, e se votaria caso o voto não fosse obrigatório: percentagens.

Voto para prefeito	**Sim**	**Não**
ARENA	34	28
MDB	52	43
Indeciso	8	19
Branco/nulo	5	9
Não vai votar	1	1
Total	*207*	*135*

* Ver observação na tabela anterior.

Essa relação entre intenção do voto e identificação partidária, se controlada pelo grau de escolarização, permanece no sentido indicado,

porém as diferenças percentuais passam a ser maiores quando o nível de escolarização é alto.

Tabela XXIII – Atenção do voto para prefeito e identificação partidária: percentagens. (*)

	Identificação Partidária		
Voto para prefeito	**Arena**	**MDB**	**Nenhuma**
ARENA	86	4	22
MDB	8	86	30
Indeciso	2	3	28
Nulo/Branco	2	3	14
Não vai votar	2	4	6
Total	*(88)*	*(140)*	*(123)*

* No caso da identificação partidária, excluem-se 13 casos em que a pessoa não soube ou não quis responder e mais os que não votam no município.

Os atuais partidos políticos, criados em 1965, já disputaram uma série de eleições; embora desde então toda sorte de empecilhos tenha sido criada para evitar que o partido de oposição assuma o comando de cargos executivos e mesmo faça maioria nas casas legislativas. A identificação partidária encontra-se, assim, no caso do MDB, sistematicamente vinculada ao fato de o MDB ser oposição. A identificação partidária com a ARENA, por outro lado, pode ser vista como identificação com o governo, pelo menos de um ponto de vista formal, quando mais não seja porque toda a mensagem da propaganda política e eleitoral do governo vai no sentido de fortalecer essa identificação. Caso típico foi a campanha da ARENA em Niterói, procurando ressaltar as realizações do governo federal.

Questão interessante consiste em verificar desde quando aqueles que declararam se identificar com um dos atuais partidos preferem uma ou outra agremiação (Tabela XXIV). É assim que 42% preferem um dos partidos desde sua criação, 17% passaram a preferi-lo entre 1965 e 1974, 19% em 1974 e 22% em 1976. O que estes dados revelam pode parecer trivial, mas é bastante importante: o percentual de identificação com algum dos partidos aumenta ao longo do tempo, indicando que para grande parte do eleitorado a identificação partidária é um processo resultante de sua convivência com o sistema partidário, por mais artificial que este se revele. Esse fato pode ser verificado pela análise das diferenças percentuais nas três primeiras linhas da tabela, revelando que a ARENA, entre 1965 e 1974, teve seu eleitorado potencial reduzido, recuperando-se entre 1974 e 1976. O contrário ocorre, obviamente, com o MDB, enquanto o percentual de indecisos declinou ligeiramente ao longo de todo o período.

Tabela XXIV – Intenção do voto para prefeito, e época em que passou a preferir o partido: percentagens. (*)

	Época da preferência partidária			
Voto para prefeito	**Desde 1965**	**Entre 65 e 74**	**Em 1974**	**Em 1976**
ARENA	38	28	29	38
MDB	48	63	65	58
Indeciso	6	5	2	0
Nulo/branco	3	2	4	2
Não vai votar	5	2	0	2
Total	*104*	*43*	*48*	*55*

* Quanto à época em que passou a preferir o partido excluem-se aqueles que não têm preferência (151), que não se lembram (39) e que não responderam (6).

Dentro dessa dinâmica; a comparação do voto para senador em 1974 com a intenção do voto em 1976 vem apenas confirmar em primeiro lugar, a importância da identificação partidária como preditor do voto e, em segundo lugar, a natureza crítica das eleições de 1974, dada a importância dos cargos em disputa. De maneira geral, o voto dado a Saturnino Braga, candidato eleito ao senado em 1974, re- produz-se em 1976 como um voto para o MDB, o mesmo ocorrendo com o voto dado a Paulo Torres, da ARENA. Curioso é o fato de que a deserção partidária, ou seja, a percentagem de eleitores que trocam de partido de 74 para 76, é praticamente a mesma nos dois partidos (17% no MDB e 18% na ARENA.)

Além disso, a percentagem de *indecisos* entre os eleitores de Paulo Torres é maior que a de *indecisos* entre os eleitores de Saturnino; a maioria (48%) daqueles que votaram em branco ou anularam o voto, ainda que seu número seja pequeno, indicaram que, novamente, votariam em branco ou anulariam o voto em 76; entre aqueles que não se lembram como votaram em 74, número bastante alto, quase a metade, declarou pretender votar no MDB em 76.

Tabela XXV – Intenção do voto para prefeito e voto para senador em 1974: percentagens (*)

Voto para prefeito	Voto para senador em 1974			
	Saturnino Braga	**Paulo Torres**	**Branco/nulo**	**Não se lembra**
ARENA	17	68	10	24
MDB	72	18	32	46
Indeciso	5	14	5	23
Branco/nulo	5	0	48	6
Não vai votar	1	0	5	1
Total	*(92)*	*(68)*	*(19)*	*(100)*

* Quanto ao voto para senador em 1974 excluem-se aqueles que se recusaram a responder (15), e os que não votaram por qualquer razão (226).

Os indicadores de participação política que analisamos até aqui (experiência eleitoral, interesse pela política e preferência partidária) certamente revelaram-se úteis para discriminar o eleitorado. Cabe agora verificar em que medida eles se associam à intenção de voto. Essa análise deve considerar o grau de escolarização do eleitor, tendo em vista que a educação revelou-se como o melhor indicador sócio-econômico da intenção do voto e, além disso, que ela é mecanismo através do qual preferências, interesses, informações, atitudes e valores individuais se estruturam.

Tabela XXVI – Intenção do voto para prefeito e interesse pela política, segundo a escolaridade: percentagens.

Interesse por política →	Escolaridade					
	Baixa			**"Alta**		
Partido ↓	Pouco	Mais ou menos	Muito	Pouco	Mais ou menos	Muito
ARENA	44	28	25	32	37	42
MDB	40	61	75	51	55	53
Indecisos	16	11	0	17	8	5
Total	*(55)*	*(18)*	*(8)*	*(133)*	*(64)*	*(19)*

A relação entre intenção de voto e interesse pela política, se controlada pelo grau de escolarização, revela um comportamento extremamente interessante. Em primeiro lugar, ressalte-se que a preferência pelo MDB é nítida quando a escolarização é baixa (diferenças percentuais de 16 pontos entre o 1º e 2º. grupos e de 3 pontos entre o 2º e o 3º). No

entanto, quando a escolarização é alta o efeito do interesse pela política não é absolutamente claro (diferenças percentuais de 5 pontos). As porcentagens de *indecisos* declinam sistematicamente tanto quando a escolarização é baixa como quando ela é alta.

Sendo assim, o interesse pela política só discrimina o eleitorado dos dois partidos quando a escolarização é baixa. No entanto, se eliminarmos da análise *os indecisos,* o efeito do nível de escolarização e do interesse pela política toma-se mais nítido quando a escolarização é baixa; as diferenças percentuais são mais altas que na Tabela acima: 19 e 8 pontos entre o 1º e o 2º grupos, e entre o 2º e o 3º, respectivamente. Quando a escolarização é alta, as diferenças atingem 2 e 4 pontos, menos ainda que o obtido na mesma Tabela. Em resumo: excluídos os indecisos, quanto maior o interesse pela política, maior a probabilidade de o eleitor preferir o MDB, no caso de baixa escolarização. Quando a escolarização é alta, maior o interesse pela política, maior a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA.

Se consideramos o voto para senador em 1974 e a intenção do voto em 1976 controlando, novamente, o grau de escolarização (Tabela XXVII), observa-se que existe consistência do voto nas duas legendas, isto é, na tendência ao voto ARENA-ARENA e MDB-MDB, porém a consistência é maior dentre o eleitorado com escolarização alta que dentre o eleitorado com menor escolarização. Observe-se, ainda, que o percentual de *indecisos* em 1976 é maior dentre o eleitorado que votou em Paulo Torres para senador em 74 do que no eleitorado que votou em Saturnino.

Tabela XXVII – Intenção do voto para prefeito e voto para senador em 1974, segundo a escolaridade; percentagens (*)

Voto para senador em 1974 →	Escolaridade			
	Baixa		Alta	
Voto para prefeito ↓	Saturnino Braga	Paulo Torres	Saturnino Braga	Paulo Torres
ARENA	25	64	14	69
MDB	67	18	80	18
Indecisos	8	18	6	13
Total	*(12)*	*(17)*	*(72)*	*(51)*

* Escolarização baixa refere-se àqueles que têm até o curso primário completo (4ª série do atual 1º grau) e alta aos que têm mais que o primário completo.

Em qualquer dos dois casos – escolarização alta e baixa – a consistência é, aparentemente, maior no eleitorado do MDB. A observação de que a consistência do voto entre emedebistas é maior do que entre arenistas não prevalece se excluímos da análise os *indecisos*; as diferenças percentuais neste caso são agora ainda maiores, evidenciando com mais nitidez a consistência da direção do voto nas duas eleições.

Se recuamos no tempo, na tentativa de verificar a relação entre a preferência partidária anterior a 1965, portanto na vigência do multipartidarismo, e a intenção do voto em 1976, observa-se, por um lado, que a memória da preferência é muito baixa e, por outro, que a maior parte dos entrevistados não tinha preferência por nenhum dos partidos (Tabela XXVIII). Este fato não é de se estranhar, dado que a socialização política de grande parte do eleitorado ocorreu no período pós-1964. Basta dizer que o eleitorado de 1976 com 30 anos ou menos tinha no máximo 18 anos em 1964.

A maioria daqueles que declararam preferência por algum partido mencionou o PTB, a UDN e o PSD, exatamente os partidos que em 1962 tinham maior penetração junto ao eleitorado fluminense (Vide Tabela II).

Tabela XXVIII – Intenção do voto para prefeito e preferência partidária no sistema multipartidário: percentagens (*)

	Preferência partidária antes de 1965				
Voto para prefeito	**PTB**	**PSD**	**UDN**	**Outros ***	**Não declararam preferência**
ARENA	25	47	56	0	35
MDB	75	54	44	100	79
Total	*55*	*19*	*34*	*3*	*114*

* PSP, um caso e PDC, 2 casos.

Fica claro que a preferência pelo MDB é grande entre os eleitores do antigo PTB e dos pequenos partidos populistas-reformistas (PDC e PSP), enquanto o eleitor da UDN prefere a ARENA.

Se classificamos os antigos partidos em conservadores (UDN e PSD) e populistas/reformistas (PTB, PDC e PSP), fica bastante claro que o eleitorado da ARENA que tinha alguma preferência antes de 65 se constitui, em sua maioria, de antigos eleitores de partidos conservadores e

que, naturalmente, o eleitorado do MDB se constitui principalmente de eleitores dos antigos partidos populistas/reformistas.

Aparentemente, tais resultados coincidem com a impressão generalizada de que a força do MDB vem do PTB, a da ARENA, da UDN, e de que o antigo PSD tanto contribui para a formação do MDB quanto da ARENA. A instituição da sublegenda e o uso que dela se tem feito vem apenas corroborar essa impressão, permitindo a convivência no bipartidarismo das forças políticas mais influentes do antigo regime multipartidário que sobreviveram no período pós-64.

5 – Articulação de interesses e distribuição de posições ideológicas

Na seção anterior, viu-se que a posição na estrutura social e a participação política, expressas em um conjunto de indicadores sócio-econômicos e políticos, condicionam a intenção do voto. A participação política *latu sensu* veio também mostrar que a convivência com os partidos e a experiência eleitoral anterior, particularmente o efeito catalisador das eleições de 74, representam excelentes preditores da intenção do voto.

5: 1 – Avaliação do governo e a intenção de voto

Vejamos agora a forma pela qual o eleitor articula problemas de, ordem geral, particularmente a avaliação que faz de governo, com a problemática mais imediata do seu dia a dia, como por exemplo a prestação de serviços urbanos dos quais ele não pode prescindir.

O fato é que o governo federal, principalmente através do presidente da República, empenhou-se em imprimir um caráter municipalista ao pleito de 76. O que quer isto dizer? O objetivo básico consistiu em evitar (e aí permanecia o espectro de 1974, quando o MDB saiu vitorioso através do questionamento da ordem política) que as campanhas abordassem questões políticas diretamente relacionadas com o regime vigente.

Nesse sentido, a Lei Falcão, impedindo a propaganda política pelo rádio e pela televisão, deveria produzir como efeito imediato campanhas em que predominassem os temas e problemas locais. A ARENA, em Niterói, acostumada a exercer o poder por 12 anos sem maiores objeções populares, evitou durante a campanha tratar de questões políticas relacionadas ao regime. Limitou-se, de fato, a elaborar e distribuir um panfleto (*Por quê?*) em

que chamava a atenção,para o desempenho do governo federal e para as grandes realizações nacionais, na expectativa de que a satisfação popular com o governo federal fosse o suficiente para angariar seu apoio. Já o candidato vitorioso, com apoio maciço da máquina partidária oposicionista, conduziu sua campanha de forma tal a articular as preocupações locais referentes à administração municipal com as questões mais gerais que dizem respeito ao modelo político econômico vigente: Frustrou-se, assim, a expectativa federal, que de resto, só teria validade se as administrações locais, normalmente situacionistas, em pouco ou nada pudessem ser reprovadas.

Cerca de 70% dos eleitores consideraram uma boa medida a proibição de os candidatos falarem pelo rádio e pela televisão, embora a condenação da Lei Falcão fosse bastante mais frequente no eleitorado do MDB (em uma proporção de quase 3 para 1). O próprio envolvimento do presidente Geisel na campanha – e ele veio a Niterói durante o período para inaugurar obras – discrimina bastante bem o eleitorado de um e outro partido, concentrando-se aqueles que discordam da participação presidencial no MDB, e os favoráveis, na ARENA. Até que ponto, no entanto, a tentativa de evitar que temas políticos gerais fossem tratados na campanha municipal afetou a intenção do voto? Até que ponto a avaliação do desempenho do setor governamental condicionou a intenção do voto?

Tomando a avaliação do governo Geisel, teríamos que concluir que 63% dos entrevistados consideraram que o presidente da República está fazendo um governo *ótimo* ou *bom,* enquanto apenas 10% são de opinião de que ele está fazendo um governo *ruim* ou *péssimo* e os demais (27%) avaliam o governo em *mais* ou *menos.* Apesar da tendência pela avaliação positiva, observa-se que quanto pior a avaliação, feita, maior a probabilidade de o eleitor dar o seu voto ao partido de, oposição, como é natural.

Tabela XXIX – Intenção do voto para prefeito e avaliação do governo Geisel: percentagens. (*)

	Avaliação do governo Geisel		
Voto para Prefeito	Ótimo, bom	Mais ou menos	Ruim, péssimo.
ARENA	54	18	13
MDB	46	82	87
Total	*(166)*	*(70)*	*(31)*

* A avaliação (do governo Geisel exclui os casos em que o entrevistado declarou não saber se recusou ã responder e os indecisos.

O fato é que a tentativa de emprestar às eleições um cunho eminentemente local se frustrou, pois questões de natureza nacional não podem ser mecanicamente (ou por decreto) afastadas do cálculo político do eleitor, quando mais não fora porque a crítica ao regime não esteve ausente, como se viu, da campanha política local. Na tentativa de articular a percepção do eleitor relativamente ao desempenho dos diversos níveis do governo elaborou-se a tabela que se segue.

Tabela XXX – Avaliação do governo pelos diversos níveis, percentagens. (*)

Nível de governo	Ótimo, bom	Mais ou menos	Ruim, péssimo.	*Total*
Federal: Ernesto Geisel	63	26	11	*(565)*
Estadual: Faria Lima	55	31	14	*(482)*
Municipal: Ronaldo Fabrício	49	34	17	*(452)*

* Excluem-se no caso do governo estadual 106 casos, e no municipal 136 casos de respostas não sabe e de recusa a responder. Para o governo Geisel, ver observação na Tabela XXIX.

É patente que o grau de descontentamento aumenta à medida que o nível de administração encontra-se mais próximo das questões que têm a ver com o dia a dia das pessoas. É assim que a insatisfação com a administração do prefeito (nomeado) Ronaldo Fabrício é maior que a insatisfação com o governo do Almirante Faria Lima que, por sua vez, é maior que com o governo do General Geisel.

De fato, questões tais como a avaliação da situação do país e a avaliação do governo Geisel, ainda que tendam a ser favoráveis, discriminam bastante bem o eleitorado oposicionista do situacionista. Quando se chega, no entanto, à avaliação dos serviços de infraestrutura, índice que envolve a avaliação específica de uma série de serviços urbanos na área de competência da administração pública municipal (água, luz, esgoto, transportes, etc.), observa-se ser grande a insatisfação popular com a administração local.

Supõe-se, assim, que o eleitor, embora mais satisfeito com administrações mais distantes do seu dia a dia, menos visíveis, pronuncia-se contra a administração municipal quando insatisfeito com seu desempenho. Neste sentido, pode-se dizer que as eleições tiveram um caráter acentuadamente municipalista, ou seja, o prestígio da administração federal e estadual, o empenho de Geisel na campanha, a avaliação positiva do país

nos últimos tempos – fatores obviamente extramunicípio – não tiveram impacto suficiente para dar a vitória ao partido situacionista. Pelo contrário, os resultados aqui discutidos e a análise da campanha do candidato vitorioso mostram que temas locais e a crítica ao regime político vigente forneceram o substrato político que se consubstanciou no apoio ao MDB.

Tabela XXXI – Índice de avaliação dos serviços urbanos. (*)

Avaliação	N	%
Ruim	138	23
Mais ou menos	292	50
Bom	158	27
Total	*588*	*100*

* Trata-se de índice somatório simples, com base nas respostas aos itens mencionados na Tabela XXXII.

A Tabela XXXII reproduz a avaliação feita com relação a cada um dos itens de que se compõe o índice antes referido.

*Tabela XXXII – Avaliação do setor público municipal; diversos itens; percentagens **

Questões	Muito bom	Bom	Mau	Não há	*Total*
Transporte coletivo	32	52	13	3	*(572)*
Iluminação das ruas	20	62	12	6	*(578)*
Limpeza e remoção do lixo	17	55	18	10	*(575)*
Fornecimento de água	18	53	29	6	*(582)*
Conservação das ruas	9	45	37	9	*(578)*
Serviço de esgoto	8	40	39	13	*(577)*

* Excluem-se apenas casos em que o entrevistado respondeu não sabe ou se recusou a responder em um total de 16, 10, 13, 6, 10 e 11 casos em cada uma das questões, respectivamente.

Estamos, assim, diante de uma situação em que, por um lado, o grau de satisfação com o governo Geisel, embora ligeiramente maior do que com a administração estadual e municipal, discrimina bem o eleitorado. Por outro lado, a insatisfação com serviços públicos municipais é bastante alta em algumas questões e baixa em outras. Resta, assim, verificar em que medida a satisfação com os governos estadual e municipal discriminam o eleitorado, e como a satisfação com serviços públicos, municipais ou não, se associa à intenção do voto.

A Tabela XXXIII demonstra que a avaliação do governo estadual e do municipal discrimina o eleitorado dos partidos, no sentido de que quanto pior a avaliação feita maior a probabilidade de o eleitor preferir o partido de oposição, tendência igualmente observada na avaliação do governo federal (Tabela XXIX).

Tabela XXXIII – Intenção do voto para prefeito e avaliação do governo estadual e municipal.

	Governo estadual			Governo municipal		
Voto para prefeito	Ótimo Bom	Mais ou menos	Ruim Péssimo	Ótimo Bom	Mais ou menos	Ruim Péssimo
ARENA	51	30	21	53	32	15
MDB	49	70	79	47	68	85
Total	*(127)*	*(78)*	*(29)*	*(107)*	*(86)*	*(39)*

Vale dizer, assim, que a avaliação dos três níveis de governo esteve presente no cálculo político do eleitor para a escolha de seu candidato a prefeito.

Tabela XXXIV- Percentagens de votos emedebistas segundo a avaliação de serviços municipais.

	Avaliação	
Serviços	*Bom e razoável*	*Mau, não há*
Fornecimento de água	59	64
Transporte coletivo	60	65
Iluminação de ruas	59	67
Serviço de esgoto	55	67
Limpeza e remoção do lixo	57	71
Atendimento médico	57	71
Conservação de ruas	54	69

O impacto da avaliação dos serviços municipais na intenção do voto, observável na Tabela XXXIV indica que, à exceção do fornecimento de água e do transporte coletivo (onde as diferenças percentuais são de apenas 5 pontos), todos os demais itens discriminam bastante bem o eleitorado dos dois partidos, particularmente os serviços de limpeza e remoção do lixo, atendimento médico através dos postos municipais de saúde, conservação das ruas e serviço de esgoto.

O mesmo vai ocorrer com a avaliação de serviços e políticas públicas que não estão diretamente afetos à administração local, como se verifica na

Tabela XXXV, onde o policiamento da cidade, a escola primária e o atendimento médico através do INPS revelam-se como os itens que melhor discriminam o eleitorado. Novamente, lendo a tabela horizontalmente, observa-se que quanto maior a insatisfação com o serviço, maior a incidência de votos emedebistas. Naturalmente, tanto no caso da Tabela XXXIV, quanto na Tabela XXXV, o inverso ocorre com o eleitor da ARENA cujas percentagens são exatamente o complemento das percentagens apresentadas nas duas tabelas.

Em resumo, a avaliação dos três níveis da administração pública e de serviços públicos municipais e pertencentes a outras esferas do setor público esteve presente no complexo de fatores que orientam a escolha do eleitor de um candidato a prefeito e do partido. Nesse sentido, o pleito pode ser visto como tendo apresentado um caráter plebiscitário, como pretendeu o presidente da República; porém, questões que dizem respeito ao dia a dia do eleitor estiveram igualmente presentes em seu cálculo político.

Tabela XXXV – Percentagens de votos emedebistas, segundo a avaliação de serviços e políticas públicas em geral.

	Avaliação		
Serviços/Políticas	*Muito bom*	*Mais ou menos*	*Mau*
Custo de vida	47	49	67
Casa própria (BNH)	49	58	76
Policiamento da cidade	44	60	68
Escola primária	43	62	75
Atendimento médica através do INPS	37	63	73

5.2 – Percepção dos Partidos e Consistência Ideológica

A questão que ora nos preocupa pode, de forma sintética, ser ainda colocada: como o eleitor articula seus interesses, atitudes e motivações, tendo em vista as possibilidades de escolha que lhe oferece o sistema partidário vigente? Naturalmente, a consequência direta dessa articulação é a identificação partidária, conforme já se discutiu. No entanto, entre as motivações individuais e a identificação partidária se interpõe todo um processo de percepção do sistema partidário que, em última instância, procura dar, resposta à seguinte questão: que partido expressa melhor as preferências políticas individuais?

Nos parágrafos seguintes essa questão será tratada através da busca sistemática de resposta às seguintes questões: até que ponto o eleitor percebe diferenças entre as atuais agremiações políticas? Como se articulam as diversas preferências e opiniões do eleitor referentes a itens, ,que compõem a agenda política da nação? Se é possível detectar uma posição ideológica do eleitor, que posição é essa? Como se distribuem as posições ideológicas na estrutura social? Como se distribuem, ainda, entre emedebistas e arenistas?

Aproximadamente 62% do eleitorado entrevistado percebem que existem diferenças entre os dois partidos, porém a percepção de diferenças entre os partidos, considerando apenas aqueles que indicaram candidato ou partido em que votariam para prefeito, não discrimina o eleitorado de um outro partido.

A questão de se perceberem ou não diferenças entre os partidos, agora de forma direta, encontra substancial apoio nos dados da Tabela XXXVI, em que se procura comparar a posição do entrevistado em relação a alguns problemas políticos da atualidade com a percepção que ele possui de qual é a posição dos dois partidos políticos. Ressaltam dessa comparação os seguintes aspectos: em primeiro lugar, as diferenças existentes entre a posição dos dois partidos é bastante acentuada, a julgar apenas pela posição favorável ao item proposto. A diferença percentual mínima é de 15 pontos, no caso da questão sobre o aumento do controle das empresas estrangeiras, e a máxima é de 57 pontos, no item que indica maior concordância com o voto direto.

Em segundo lugar, observa-se que a posição dos entrevistados é muito mais próxima, como era de Se esperar (já que a tendência do eleitorado é em direção ao MDB), daquilo que a maior parte do eleitorado percebe como sendo a posição do partido oposicionista. Esse fato ocorre em três das questões propostas, excetuando-se a questão sobre favorecer a concessão do direito de voto ao analfabeto, caso em que a maioria dos entrevistados encontra-se mais próxima da percepção da posição do partido situacionista. De toda forma, entre as quatro questões propostas é essa exatamente aquela que tem sido menos visível, menos discutida na agenda política da atualidade brasileira. E o que é mais importante: os partidos políticos sobre ela não têm se pronunciado.

Tabela XXXVI – Opinião do entrevistado sobre questões políticas e percepção da opinião dos partidos sobre as mesmas questões: percentagens.

Questões	Entrevistado	Percepção da ARENA	Percepção do PMDB
Opinião sobre voto direto: concorda mais com o voto direto	78	36	93
Opinião sobre voto do analfabeto: dar o direito ao voto	57	48	73
Opinião sobre aumentar salários: é hora de aumentar	85	54	89
Opinião sobre controle das empresas estrangeiras: o governo deveria controlar mais	80	68	83

A questão que se segue tem a ver com a possibilidade de se detectarem posições ideológicas no eleitorado e, em caso afirmativo, como se distribuem pela estrutura social e pelos dois partidos existentes. Na tentativa de buscar essas posições, selecionamos 14 perguntas relativas a temas da atualidade brasileira, temas de natureza essencialmente política, como se vê pela Tabela XXXVII. Indica-se também a percentagem de entrevistados favoráveis ou positivas às questões tal como enunciadas na tabela.

Uma rápida inspeção pelos itens acima mencionados permite verificar que, à exceção de umas poucas questões, a maioria se refere a problemas que fazem parte da agenda política da atualidade brasileira, representando aspectos institucionais contra os quais a oposição no Brasil tem se batido. Inegavelmente, assim podem ser vistas questões como a preferência pelo voto direto, a existência da Lei Falcão, a natureza democrática ou não do país, a necessidade ou abolição do Ato Institucional nº 5, a participação dos militares na política, a concessão do voto ao analfabeto, a capacidade do povo para votar bem e até mesmo a participação de Geisel na campanha eleitoral de 1976. Entre estas, saliente-se, todas elas, à exceção das três últimas, possuem natureza programática na medida em que a oposição no Brasil, inclusive o MDB, toma posição contra a Lei Falcão, o AI-5, a favor de eleições diretas, pela redemocratização do país e por maior participação política.

Tabela XXXVII – Opiniões favoráveis a questões políticas: percentagens.

Questões políticas	Opiniões favoráveis
Aumento de salários	85
Controle maior de empresas estrangeiras pelo governo	80
Voto direto	78
Partidos prestam bons serviços	71
Lei Falcão como boa medida	70
Crescimento das empresas do governo	70
Brasil ser um país democrático	61
Necessidade do AI-5	61
Participação dos militares	58
Concessão do voto ao analfabeto	56
Capacidade do povo para votar bem	53
Eleição de 1976 ter sido como qualquer outra	51
Participação de Geisel na campanha	38
Importância de o governo ser eleito	22

As percentagens acima indicadas devem ser vistas com cuidado, pois representam tão somente a posição dos entrevistados sobre cada tema isoladamente; nada nos dizem sobre quem é o entrevistado e como essas questões se articulam.

Alguns itens, no entanto, embora façam parte da agenda política *latu sensu* não possuem caráter tão nitidamente oposicionista ou não se encontram tão claramente vinculados ao regime político vigente, ou ainda são questões que dificilmente discriminariam o eleitorado oposicionista do eleitorado situacionista. Nesse caso encontram-se as seguintes questões: a oportunidade de se aumentarem já os salários, o maior controle de empresas estrangeiras, a questão de se os partidos prestam bons serviços, o crescimento das empresas do governo, a opinião sobre se a eleição de 1976 seria como qualquer outra e a importância de o governo ser eleito *versus* a eficiência do governo.

A primeira questão que nos preocupa refere-se à discussão sobre a consistência ideológica, vale dizer, em que medida tais indicadores latitudinais de opinião em relação a questões políticas da atualidade se articulam entre si. O exame que a seguir se faz é extremamente simples, pois trata, apenas, de verificar em que medida pares de opiniões encontram-se associados. Examinando-se todos os pares possíveis de associação em grupos do eleitorado, ou seja, dentro do eleitorado da ARENA e do MDB dentro do grupo de eleitores com escolarização baixa e com escolarização alta, observa-se que o número máximo de associações é igual a 90 em cada

grupo. A Tabela XXXVIII mostra o número de associações significativas a 5% e 10%, tomando-se- como coeficiente de associação de χ^2. [7]

Tabela XXXVIII – Número de associações significativas entre 14 indicadores de opinião. (*)

Grupos	Número de associações a 5%	Número de associações a 10%	Número máximo de associações
Eleitorado arenista	23	27	90
Eleitorado emedebista	28	34	90
Eleitorado com baixa escolarização	17	27	90
Eleitorado com alta escolarização	49	52	90

* Os indicadores a que se refere o quadro estão listados na Tabela XXXVII.

O primeiro aspecto. a ser salientado refere-se ao número extremamente abaixo de associações encontradas, tendo em vista o número máximo de associações dentro de cada grupo, se se toma cada par possível de questões. Obviamente, o que tais resultados indicam é que a previsibilidade da posição do entrevistado em determinada questão, conhecendo-se sua posição em algum outro item, é extremamente baixa, o que equivale a dizer que a consistência ideológica no eleitorado, nos termos aqui entendidos, é bastante baixa[8]. Apesar disso, observa-se que o número de associações obtidas no grupo de eleitores: com alta escolarização é alto, embora a diferença entre o eleitorado de um e outro partido seja negligenciável.

Uma segunda forma de se avaliar a consistência ideológica e, simultaneamente, medir a intensidade das associações encontradas é buscar pares de associações e medir a intensidade da associação, ao invés de fazê-lo da forma indiscriminada como se fez anteriormente. Ao invés de tomar quaisquer pares de questões, tratei de organizar os itens segundo uma dimensão que, embora genérica, permitisse classificá-los.

[7] Para uma discussão dessa medida de associação e testes de hipóteses ver HAYS, William, *Statistics for Psychologists.* Nova York: Holt, 1963, pp. 337-351.

[8] A noção de consistência ideológica coincide com a de "estruturação" ideológica usada por Lamounier (ver nota 21 de seu artigo. neste volume).

Nesse sentido, 12 entre os 14 itens foram organizados em 3 grupos, a saber: regime econômico (aumento de salários, crescimento das empresas estatais e controle das empresas estrangeiras); regime político (participação dos militares, Ato Institucional nº 5 e natureza democrática do país); e, finalmente, participação política (Lei Falcão, voto direto, capacidade do povo para votar, voto do analfabeto, se os partidos prestam bons serviços e importância de o governo ser eleito). Dois itens – participação de Geisel na campanha e importância das eleições de 1976 – foram eliminados dada sua interpretação ambígua tendo em vista a classificação adotada. A distinção entre itens relativos à participação política e ao regime foi feita com base na centralidade programática dos itens e de forma a permitirem discriminar os dois partidos. Nesse caso, por exemplo, pode-se supor que o voto direto não possuiria a mesma centralidade que o AI-5.

Visando verificar a ocorrência de associações dentro de cada subconjunto de itens, por grupos do eleitorado, observou-se que entre os itens relativos ao regime ocorre o maior número de associações (9 em um total possível de 12), seguido pelo conjunto relativo à participação política (25 em 60) e pelo grupo relativo a questões econômicas (apenas 2 em 12).

O aspecto mais importante, no entanto; tem a ver com a intensidade da associação de pares de itens dentro de cada conjunto. O cálculo do coeficiente *fi* veio revelar que a associação é, em geral, bastante baixa, consequentemente, a consistência ideológica, vista como previsibilidade de opiniões entre itens que porventura pertençam a um mesmo conjunto político, é também bastante baixa[9]. Uma exceção refere-se ao conjunto de itens relativos ao regime, a saber, participação dos militares na política, necessidade do AI-5 e natureza democrática do país que, (ao contrário dos outros dois conjuntos, onde o coeficiente *fi* variou de 0,10 a 0,30) apresentou coeficientes em geral superiores a 0,30. Tais associações merecem assim uma análise mais detida (Tabela XXXIX).

O que se observa é que a força da associação entre os pares de itens da tabela é maior entre eleitores com escolarização alta, o que não é de todo surpreendente, já que a escolarização apresenta-se exatamente como o mecanismo que estrutura opiniões e atitudes. Nestes termos, o exame da

[9] O coeficiente *fi* foi calculado com base em sua relação com o χ^2 no caso da Tabela 2 x 2. Ver HAYS, *op. cit.* pp. 604-606.

consistência ideológica do eleitorado, que até o momento se revelou extremamente baixa, aparece de forma razoavelmente estruturada, pelo menos nas questões que mais de perto, dentro do elenco de opiniões pesquisadas, representam a essência do autoritarismo no Brasil contemporâneo.

Tabela XXXIX – Coeficientes de associação fi entre indicadores de opinião por grupos do eleitorado.

Itens	**Educação**		**Partido**	
	Baixa	Alta	ARENA	MDB
Participação dos militares e AI-5	–	0,622	0,438	0,338
Participação dos militares e natureza democrática do país	0,276	0,431	0,328	0,266
AI-5 e natureza democrática do país	–	0,571	–	0,436

A mesma tendência se mostra na comparação entre o eleitorado da ARENA e o do MDB: aparentemente, as questões se encontram vinculadas de tal forma, entre os arenistas, que nos leva a crer que a consistência ideológica entre os que apóiam o partido do governo é maior do que a consistência observada entre os emedebistas.

A análise que vimos de fazer deve ser vista com cuidado, na medida em que ela não se pode inferir qualquer tomada de posição política dos grupos aqui referidos. Em outras palavras, não se pode, apenas com os resultados acima, inferir o sentido da associação entre os itens em questão.

5.3 – Fragmentação do Apoio Eleitoral e Oposição ao Sistema

Tendo em vista os resultados obtidos na seção anterior, a questão que ora nos preocupa tem uma dimensão dupla: por um lado, avaliar como se distribuem pelo e1eitoradp dos dois partidos posições políticas anti e pró-sistema na atualidade brasileira; por outro, verificar o grau de polarização das opiniões dentro do e1eitoradq de cada partido. Dos 14 itens inicialmente analisados, tomaremos apenas 8, por duas razões diferentes. Uma delas nos leva a excluir as questões relativas ao crescimento das empresas estatais, ao maior controle das empresas estrangeiras e à opinião sobre a importância de o governo ser eleito, dado que tais itens pouco discriminam o eleitorado dos dois partidos e são questões não claramente vinculados ao regime político vigente. Os itens relativos a "se os partidos prestam bons serviços", à participação de Geise1 na campanha eleitoral e à importância das eleições de

76 são ambíguos, tendo em vista a análise de uma postura pró ou antissistema, preocupação igualmente presente nessa seção.

A Tabela XL reproduz as diferenças percentuais, item por item, para os dois partidos, entre a opinião favorável ao sistema e a opinião desfavorável. Todas as 8 questões consideradas implicavam a possibilidade de se dar uma terceira resposta (discorda de ambas as formulações propostas, sendo uma favorável e a outra desfavorável), foi abandonada tendo em vista os propósitos desta análise. As diferenças percentuais podem assim ser consideradas sob dois aspectos: em primeiro lugar, quanto menor o seu valor, maior a fragmentação da opinião entre os eleitores. Em segundo lugar, as diferenças percentuais foram calculadas de forma tal que um sinal negativo implica em posição antissistema e, naturalmente, o sinal positivo em uma postura pró-sistema.

Naturalmente, a expectativa básica é a de que as posições pró-sistema sejam mais frequentes no eleitorado da ARENA do que no eleitorado do MDB. De fato, essa expectativa se confirma, na medida em que o eleitorado da ARENA em 3 itens se manifesta de foram antissistema: voto direto, capacidade do povo para votar e a questão relativa à necessidade de se aumentarem já os salários, questões dificilmente identificáveis com programas ou com a pregação partidária no país. Naturalmente, o emedebista toma posição de forma antissistema em todos os itens, exceto quanto à Lei Falcão e quanto à natureza democrática do regime, caso em que a fragmentação do eleitorado do. MDB é a mais evidente entre todos os itens considerados[10].

Considerando o valor da diferença percentual, o que se observa é uma tendência do eleitorado arenista a ser mais coeso em sua posição de sustentação do sistema vigente do que a do MDB em sua posição antissistema. Nesse sentido, apenas na defesa do voto direto e na questão do aumento imediato dos salários é que o eleitorado do MDB se encontra bastante coeso, embora nítida sua posição antissistema (diferença percentual igualou superior a 60 pontos).

[10] A análise feita da fragmentação/coesão do eleitorado de um e outro partido é semelhante ao trabalho desenvolvido por Luiz Henrique Bahia em sua tese de mestrado, *Reforma Constitucional e Ordem Autoritária: Opinião Política do Congresso Nacional. (8ª Legislatura),* Rio de Janeiro: IUPERJ, novembro de 1977, particularmente o capítulo V. O autor, no entanto, em seu *survey* de elite encontra o MDB mais coeso que a ARENA.

Curiosamente, os emedebistas encontram-se mais fragmentados exatamente naquelas questões que têm sido vistas como essenciais para a sustentação do atual regime: participação dos militares na política, necessidade do AI-5 (sinal negativo a ambos) e na natureza democrática do país (sinal positivo).

Tabela XL – Diferenças percentuais entre atitudes pró e antissistema em itens selecionados, por identificação partidária.

Questão	**ARENA**	**MDB**
Necessidade do AI-5.	74	-4
Participação dos militares na política	70	-8
Lei Falcão	66	20
Natureza democrática do país	60	4
Concessão do voto ao analfabeto	2	-26
Capacidade do povo para votar bem	-10	-24
Voto direto	-22	-84
Aumento imediato dos salários	-64	-92

Nesta última seção exploraram-se sistematicamente as seguintes questões. Em primeiro lugar, qual a importância da avaliação do governo na determinação da direção do voto, incluindo questões relativas à avaliação geral dos três níveis de governo e à prestação de serviços, municipais ou não; e envolvendo questões de políticas públicas específicas. Investigou-se, a seguir, a percepção que o eleitor tem dos partidos e a consistência ideológica, entendida como força de associação entre questões que têm a ver com a ordem política vigente. Finalmente analisou-se a fragmentação do apoio eleitoral e a oposição ao sistema prevalecente.

No primeiro caso, observou-se que a intenção de voto foi condicionada pela avaliação que o eleitor fez tanto dos diversos níveis da administração, quanto da qualidade da prestação de serviços, na maior parte das questões consideradas: quanto pior a avaliação, maior a probabilidade de o eleitor votar com a oposição.

No segundo caso – análise da consistência ideológica –, os resultados obtidos foram muito pouco animadores, na medida em que, através de diversas formas de análise, verificou-se que o grau de consistência ideológica, salvo circunstâncias muito particulares, é extremamente baixo. Nos poucos casos em que se detectou incidência de associação entre pares

de itens, porém, as questões envolvidas se referem ao cerne do autoritarismo no Brasil.

Finalmente, a análise da fragmentação do apoio eleitoral e distribuição de posições antissistema revelou que o eleitorado que se identifica a ARENA é mais coeso em suas posições pró-sistema do que o do MDB em suas posições nitidamente antissistema.

6 – À guisa de conclusão: as eleições e o regime

Os objetivos que nortearam a análise aqui feita prendem-se a duas ordens distintas de preocupação que apenas para fins analíticos podem ser separadas. Por um lado, orientamo-nos por um marco conceitual clássico que visa, em última instância, estabelecer os correlatos do voto, ou seja: atentar para os vínculos sócio-econômicos, para as representações que o eleitor faz dos partidos e para indicadores de participação política e experiência eleitoral anterior. Nesse sentido, predominou a busca pela integração teórica entre variáveis sócio-econômicas e preferência partidária, intermediados por um esquema de representação política de interesses e de percepção dos partidos.

Por outro lado, tratou-se de situar o jogo de forças políticas, de tendências do eleitorado dentro de Um regime político que tem se caracterizado pelo frequente e contínuo estabelecimento de empecilhos ao livre exercício da democracia através de conhecida e farta legislação de exceção. Preocupou-nos, assim, incorporar à análise a tentativa de situar as preferências políticas do eleitor não apenas tendo em vista fatores estruturais, como o impacto de fatores sócio-econômicos, em relação à intenção do voto, mas, sobretudo, incorporar sua avaliação do desempenho governamental e suas opiniões sobre questões que têm caracterizado a agenda política da atualidade brasileira.

Nesse sentido, a tarefa que nos propusemos tornou-se mais complexa dado o tipo de eleição que se estudou. Eleições municipais, como é natural, tendem a girar em torno de uma problemática local distante, por razões estruturais, dos problemas que permeiam o debate político a nível nacional. A preocupação clássica dos estudos eleitorais, a excepcionalidade do regime político brasileiro e a natureza municipalista das eleições constituíram os três

eixos básicos da análise precedente. Da interseção desses três eixos destacamos algumas questões que, de resto, a caracterizaram.

Em primeiro lugar, o estudo do perfil sócio-econômico do eleitor permitiu-nos estabelecer as seguintes tendências. A considerar isoladamente os efeitos dos indicadores sócio-econômicos sobre a intenção de voto, observou-se que quanto mais alta a posição do eleitor na ocupação, maior a probabilidade de preferir ele a ARENA e quanto maior sua renda, maior a tendência ao voto arenista. Já o grau de escolarização exerce um impacto no sentido de favorecer a oposição: quanto maior a escolarização, maior a probabilidade de o eleitor votar no MDB.

No entanto, o efeito simultâneo do grau de escolarização e do nível de renda demonstra que a relação entre a posição sócio-econômica e a intenção de voto não é linear. De fato, o que se observou é que os dois extremos da estrutura social constituem redutos arenistas, isto é: quando a escolarização é baixa e a renda situa-se no limite inferior, por um lado, e quando a escolarização é alta e a renda é igualmente alta, por outro, aumenta a probabilidade de o eleitor preferir a ARENA. E, ao contrário, quando a escolarização é baixa e a renda cresce, e quando a escolarização é alta e a renda decresce, aumenta a probabilidade do voto emedebista. Os setores mais marginalizados e os setores mais beneficiados da sociedade emprestam, assim, obviamente por razões diferentes, seu apoio ao partido governista.

Paralelamente ao impacto da estrutura sócio-econômica como condicionante do voto, comparou-se o voto para prefeito com o voto para vereador. Apesar da consistência do voto ser elevada, existem cerca de 15% de eleitores que votaram em partidos diferentes para prefeito e vereador. Na tentativa de entender a consistência eleitoral, verificou-se que o eleitor da ARENA é mais consistente que o eleitor do MDB, fato que veio a ser corroborado posteriormente quando se verificou que o eleitor da ARENA é também mais consistente ideologicamente em suas posições pró-sistema que o emedebista em suas posições antissistema. A consistência eleitoral independe do grau de escolarização do eleitor e é apenas ligeiramente sensível ao nível de renda, embora sensível a fatores políticos. Nesse sentido, ficou claro que o voto consistente da ARENA é mais afetado por uma orientação partidária do voto do que por uma orientação que chamamos de familístico.

Os vínculos sócio-econômicos são, no entanto, permeados pela experiência eleitoral anterior e pela preferência partidária que, nitidamente, determinam a intenção do voto. A preferência do eleitor por um dos partidos e o voto dado em 1974 discriminam claramente a intenção do voto para prefeito em 1976. Observou-se, ainda, que a preferência pelo MDB cresceu ao longo do tempo, isto é, desde a época da criação dos atuais partidos até recentemente, quando se observou um ligeiro crescimento da preferência pela ARENA. De certo modo, as raízes do bipartidarismo, do ponto de vista da preferência eleitoral, situam-se no antigo sistema multipartidário. É assim que, entre aqueles que revelaram ter preferência partidária no antigo sistema, o eleitor emedebista preferia os partidos de orientação populista/reformista, enquanto o eleitor arenista preferia os partidos de persuasão conservadora.

Um segundo aspecto consistiu em discutir, através de questões estritamente municipais e da introdução de questões de avaliação do desempenho governamental como um todo, a natureza municipalista e/ou plebiscitária das eleições de novembro de 1976.

A avaliação dos governos municipal, estadual e federal através de questões de ordem mais geral e de questões que afetam a vida diária do cidadão discrimina bastante bem o eleitorado de um e outro partido, demonstrando não só que estiveram presentes no cálculo político do eleitor, como também que as eleições tiveram um cunho plebiscitário, embora envolvessem simultaneamente questões estritamente afetas à municipalidade.

O cunho plebiscitário que o presidente Geisel tentou imprimir às eleições, parece-me, saiu às avessas em seus efeitos. Obviamente o presidente da República, ao pretender que o pleito funcionasse como um plebiscito, estava tratando de capitalizar para a ARENA os eventuais benefícios políticos identificáveis com sua administração. Ora, em Niterói, se a satisfação com os serviços públicos fosse alta e, ainda, se o eleitorado não fosse predisposto à proposta oposicionista de redemocratização, eventualmente poderia a ARENA capitalizar politicamente via administração federal. E é possível que ela assim pensasse, pois sua campanha foi muito pouco agressiva, ocorrendo exatamente o contrário com a mobilização emedebista, que, inclusive, articulou em sua campanha a problemática local com a oposição sistemática ao regime.

Finalmente, cabe retomar os pontos essenciais da análise ideológica do eleitorado. Em primeiro lugar, concluiu-se pelo baixo grau de consistência ideológica do eleitor, consistência entendida como a capacidade de se prever a opinião do eleitor sobre determinada questão, conhecida sua opinião em outro item. Tomando, no entanto, subgrupos do eleitorado, observou-se que certas questões encontram-se mais associadas que outras em certos grupos. Tal ocorreu fundamentalmente com questões bastante centrais na caracterização do regime brasileiro (participação dos militares na política, permanência do AI-5 e natureza democrática do país) com respeito às quais o eleitor com alta escolarização e o eleitor emedebista apresentam maior consistência ideológica que, respectivamente, o eleitor menos escolarizado e o arenista, embora a força da associação, entre arenistas, quando existe, seja maior que entre emedebistas.

Além disso, o eleitor arenista revelou-se claramente pró-sistema na maioria das questões que dizem respeito ao regime político vigente, enquanto o emedebista se revelou consistentemente antissistema. No entanto, saliente-se, o eleitorado da ARENA é mais coeso em suas posições pró-sistema que o MDB em suas posições antissistema.

A fragmentação do eleitorado de um e outro partido, ora acentuada, ora praticamente inexistente, em torno de número razoável de questões, permite-nos supor que embora se detectem tendências razoavelmente claras no eleitorado de um e outro partido, nenhum dos dois encontra-se, de fato, enraizado na sociedade política, aspecto que, de resto, ficou claro na análise do perfil sócio-econômico do eleitor. Existe ainda uma margem razoável para realinhamentos e acomodação no sistema partidário que melhor expressem as tendências do eleitorado.

CONFRONTAÇÃO POLÍTICA E DECISÃO ELEITORAL: AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1976 EM CAXIAS DO SUL [*]

I – A polarização eleitoral numa comunidade agroindustrial moderna.

Hélgio Trindade

Introdução

As pesquisas de comportamento político-eleitoral desenvolvidas no Brasil a partir de meados da década de 60[1], analisaram, preponderantemente, os níveis de participação social e política, as atitudes e orientações diante da política, bem como a articulação do voto e a estruturação ideológica de populações urbanas de algumas capitais do país.

Com exceção de uma única pesquisa realizada junto à população urbana de uma cidade do interior do Rio Grande do Sul em 1968 (Ijuí), que visava definir o perfil do comportamento político da população e o impacto de um movimento comunitário, com base rural é urbana, sobre os níveis de participação e consciência política da população e das elites locais[2], o que

[*] O trabalho de campo realizado em Caxias, sob a coordenação dos autores Hélgio Trindade e Judson de Cew, contou com a valiosa colaboração dos seguintes pesquisadores-associados, cuja dedicação e eficiência foram decisivas para o êxito da pesquisa: Celi Regina Jardim Pinto, Eduardo Pedro Corsetti, Isidoro Zorzi, Lourdes Corina Abreu Lima Rosa, Lucio Spier e Maria Izabel Noll. Cabe um agradecimento muito especial à. Universidade de Caxias, que colocou à disposição da pesquisa suas instalações, e aos alunos que participaram das entrevistas e da coleta de dados eleitorais.

[1] Refiro-me ao *survey* de Belo Horizonte (1965) realizado, pioneiramente, pelo Departamento de Ciência Política da UFMG, bem como às pesquisas sobre comportamento político desenvolvidas em Porto Alegre e Ijuí (1968) pelo Setor de Pesquisa em Ciência Política da UFRGS. Mais recentemente, foram feitas novas pesquisas por ocasião das eleições de 1974 (Bolivar Lamounier em São Paulo, Fábio Wanderley Reis em Belo Horizonte e Judson De Cew em Porto Alegre), assim como, em Porto Alegre, foi feito um último *survey* em fase de análise, no contexto das eleições municipais de 1976, por Hélgio Trindade e Judson De Cew.

[2] Vide TRINDADE, Hélgio – *Participação Político-Social, ao Nível Local.* IUPERJ, Dados 8, 1971, p. 129-151.

existe em torno das atitudes básicas sobre o interesse e a participação política, níveis de envolvimento em partidos e em campanhas políticas refere-se a indivíduos vivendo em grandes conglomerados urbanos.

Um dos principais interesses, pois, no desenvolvimento articulado e comparativo do processo eleitoral e comportamento político em quatro cidades, de porte médio, situadas em estados politicamente cruciais, onde ocorreram, em fins de 76, eleições municipais para prefeito e Câmara de Vereadores, incorporando tanto a população urbana quanto a rural: foi o de poder penetrar no universo político de populações não metropolitanas. Inserida a pesquisa em plena campanha eleitoral e penetrando nos meandros da política local poder-se-ia analisar a articulação da luta política municipal com as grandes tendências observadas no plano da política nacional. Neste contexto, seria possível detectar até que ponto os traços observados no comportamento político das populações das capitais eram reproduzíveis ou diferenciados ao nível do confronto eleitoral local. Além disto, seria também testável o nível de inserção do debate político nacional e o grau de penetração dos efeitos da explosão oposicionista de 1974 no processo político centrado nos parâmetros da política municipal.

Embora o presente estudo seja apenas uma primeira tentativa exploratória de responder a estas questões, apoiado – na experiência das eleições municipais em Caxias do Sul (um estudo comparativo sistemático será objeto de um trabalho coletivo posterior) pode-se inferir claramente a presença, numa comunidade agroindustrial moderna, tendências crescentemente comparáveis ao comportamento político típico dos grandes centros urbanos.

A análise das eleições municipais em Caxias buscará, através da confirmação do contexto político-eleitoral de Caxias e do estudo dos aspectos cruciais do processo de decisão eleitoral numa comunidade polarizada politicamente, apresentar um panorama das principais características do comportamento político-eleitoral local.

A escolha de Caxias do Sul como população-alvo de um estudo comparativo sobre as eleições municipais de 1976, levou em consideração fatores de natureza sócio-econômica e político-eleitoral. As variáveis decisivas na opção pela cidade símbolo da região vinícola no Rio Grande do Sul foram, de um lado, relacionadas a sua importância como centro industrial e agrícola, seu contingente populacional superior a 100 mil

habitantes, com alta taxa de urbanização, bem como sua posição de polo regional na Encosta do Nordeste e principal município da zona de colonização italiana; de outro, ao fato de estar associada a um grupo de dez cidades mais populosas cuja dominação, na fase multipartidária, pertencia ao trabalhismo, e que, apesar da mutação eleitoral com a transformação autoritária do sistema partidário, permaneceu, no caso de Caxias, com alto grau de competição eleitoral.

1 – O contexto econômico-social local

Caxias do Sul dispunha, segundo o censo de 1970, de uma população total de 144.871 habitantes, dos quais 114.008 morando em zona urbana. Constitui-se, pois, num município de porte médio, tipicamente urbano, cujo índice de urbanização cresceu significativamente de 78,7, em 1970, para 86,8, segundo estimativas populacionais para 19763.

A área rural do município compreende nove distritos (Ana Rech, Criúva, Fazenda Souza, Forqueta, Galópolis, Vila Oliva, Santa Lúcia do Piaí e Vila Seca) e a estrutura fundiária preponderante é a pequena propriedade, embora em alguns distritos existam também propriedades de maior porte dedicadas à pecuária extensiva (Criúva, Vila Seca e Vila Oliva).

A população rural de Caxias tem duas origens distintas: a minoria, descendente de habitantes originários dos campos de cima da serra (São Francisco de Paula e arredores), é de ascendência lusa, e dedica-se à pecuária; a maioria, de origem preponderantemente italiana, ocupa as regiões tradicionais do município cuja atividade principal gira em torno da viticultura.

Na zona rural a estrutura das comunidades organiza-se em torno das capelas, como observou Thales de Azevedo: “Cada grupo de 50 a 60 famílias tem, como centro comunal, uma capela, que é uma instituição social e política, constando da Sociedade da Capela, das associações de piedade, da escola, do centro de recreação, da sede das organizações econômicas, cooperativas ou comerciais como a cantina, o moinho e mais raramente uma venda4. Além

[3] DE CEW, J., AYDOS, E. D., e LUCAS, L. C. – *Déficit Habitacional (Quantificação da Necessidade Habitacional no Rio Grande do Sul) – 1970/1983.* Porto Alegre: IESPE/PUC, 1975, p. 118.
[4] AZEVEDO, Thales – O Colono na Zona de Imigração Italiana no Sul do Brasil (tese). Vide do mesmo autor Italianos e Gaúchos – Os Pioneiros da Colonização Italiana no Rio Grande

disto, cabe acrescentar que "o nível de instrução é relativamente alto na população rural do município (...) entre os proprietários da área rural, havia 85% alfabetizados em diversos graus"[5].

O dinamismo social e político do município, porém, vincula-se ao setor urbano, cujo nível de concentração atinge a mais de 3/4 da população total. Recente diagnóstico sobre Caxias mostra que "o suporte humano do desenvolvimento da cidade reside numa população urbana em processo de crescimento acelerado, proveniente, originariamente, em sua maioria, de meio rural de pequena propriedade agrícola, onde imperam estruturas sociais e valores culturais de relativa estabilidade"[6]. Nas últimas décadas, a posição de polo regional de Caxias provocou uma atração sobre as populações rurais oriundas dos municípios vizinhos ligados à pecuária, sendo que grande parte deste contingente de população migrante construiu um verdadeiro cinturão de marginalidade em torno da cidade (mais de 10% da população vive em condições de indigência e de sub-habitação).

Constata-se, portanto, no conjunto do município "a supremacia e independência da vida urbana, em seus vários aspectos, em relação à vida rural. Economicamente, fica a área rural como fornecedora de matéria-prima para um tipo de indústria urbana (vinificação); abastecedora parcial de gêneros agrícolas e mercado de consumo. Do ponto de vista sociológico, a cidade, ainda que resultante do tipo de cultura da região agrícola, criou uma cultura própria que impulsiona e dinamiza; inclusive a vida rural. Demograficamente, a população rural encontra-se estabilizada, tendendo inclusive a diminuir, enquanto que, a população urbana cresce, duplicando cada dez anos e constituindo cerca de 85% da população total do município"[7].

Em termos econômicos, segundo o censo, Caxias dispõe de 5.065 estabelecimentos rurais, 1.399 comerciais e 728 industriais, sendo que, os ramos significativos são: metalurgia e mecânica (111 indústrias com 2.165 empregados), madeira (102 com 2.033 empregados), material de transporte (33 com 2.033 empregados), têxtil e vestuário (113 com 3.168 empregados). Deve-se ressaltar também o dinamismo do parque industrial e

do Sul. P. Alegre: A Nação/DAC/SEC, 1975, especialmente o capítulo IV, O Regime de Colonização.
[5] URBASUL – Plano de Ação Imediata de Caxias do Sul, 1971, p. 22.
[6] *Ibid.,* p. 29.
[7] *Ibid.,* p.33.

do setor comercial caxienses que, conforme o quadro abaixo, duplicou de 1925 a 1950 e triplicou nos últimos vinte e cinco anos.

Tabela I – Evolução econômica de Caxias do Sul. [8]

Ano / Tipo Atividade	1925	1950	1975
Indústrias	280	413	1.443
Casas comerciais	235	450	1.671

Finalmente, dados de 1975 mostram a importância da população economicamente ativa ligada ao setor industrial, excluída a população não vinculada ao setor produtivo: setor primário, 21,3%; setor secundário, 47,4% e setor terciário, 31,3%[9].

2 – A tradição político-eleitoral

Caxias, em termos regionais é o terceiro colégio eleitoral, somente sendo ultrapassado por Porto Alegre e Pelotas, embora seja apenas a quinta cidade mais populosa. Na última década o crescimento do eleitorado foi significativo, duplicando o número de eleitores, conforme se observa na Tabela II.

Tabela II – Evolução do eleitorado de Caxias [10]

Ano	Nº de eleitores
1966	43055
1968	51399
1970	58121
1972	65708
1974	75014
1976	89247

O reflexo do baixo nível de analfabetismo em Caxias traduz-se pelo crescimento significativo do número de eleitores inscritos com relação a população total nos últimos seis anos. Analisando-se comparativamente com municípios mais populosos eleitoralmente, Caxias situa-se ao lado de

[8] GIRON, L.S. – *Caxias do Sul: Evolução Histórica.* Caxias: Univ. Caxias, Prefeitura Municipal. 1975, p. 76.
[9] *Ibid.* p. 78.
[10] Cartório Eleitoral de Caxias do Sul (TRE).

Porto Alegre, Rio Grande, Santa Maria, em 1970, com mais de 40% de eleitores inscritos com relação a população total, e, nas últimas eleições, com o expressivo crescimento do eleitorado, atingiu a 47,6%, tornando-se a terceira cidade deste ponto de vista.

À luz destes dados gerais sobre a posição de Caxias do Sul no que concerne à importância e à evolução de seu eleitorado, seria interessante ingressar no domínio propriamente político-eleitoral, onde o município em questão deve ser situado no contexto regional. A compreensão da configuração eleitoral de Caxias supõe a descrição de alguns parâmetros regionais no que tange à evolução da dominação partidária nos sistemas multipartidário e bipartidário no Rio Grande do Sul.

As análises desenvolvidas anteriormente sobre o período multipartidário (1945/65) revelam com toda clareza que a luta eleitoral no Rio Grande do Sul, tanto a nível local quanto no âmbito estadual, reduzia-se a uma disputa polarizada por duas grandes coligações: o PTB (coligado com pequenos partidos populistas) e o anti-PTB (reunindo, geralmente, o PSD, o PL e a UDN). Os partidos que teriam condições de desempenhar um papel de alternativa aos dois blocos (o PRP e, mais tarde, o PDC) terminaram por aderir pendularmente a um dos polos político-eleitorais[11].

Esta polarização PTB/anti-PTB foi ampliando suas bases políticas na medida em que o PTB crescia, tornando-se o mais forte partido do estado e, os partidos conservadores liberais consolidavam sua aliança, na maioria dos casos reforçando o eleitorado do segundo partido, o PSD, ou este vinha em socorro do PL na zona da pecuária, onde os libertadores possuíam seus bastiões eleitorais. Neste período multipartidário, pois, a dinâmica eleitoral associada à mutação sócio-econômica, especialmente na metade norte do estado, apontava na direção de um crescimento secular das forças populistas.

Se as regras do sistema partidário não tivessem sido alteradas em 1965, provavelmente a hegemonia dos trabalhistas no Rio Grande do Sul, representada pela dominação partidária do PTB em 54% dos municípios, teria aumentado significativamente. Além de dominante na maioria absoluta

[11] TRINDADE, Hélgio – Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul, em *Os Partidos e as Eleições no Brasil* (Lamounier e Cardoso, edit.). Rio: Paz e Terra, 1976, p. 153-204.

dos municípios, o PTB crescia em 56% dos municípios, enquanto o PSD, seu principal adversário, declinava em 85% dos casos.

Tabela III– Relação eleitores inscritos/população total em municípios com mais de 40 mil eleitores (1970/1976). (Em percentuais)

Ano	**Porto Alegre**	**Pelotas**	**Santa Maria**	**Canoas**
1970	42,7% (1º)	38,8%	41,9% (3º)	35,3%
1976	43,8%	48,3% (4º)	44,2% (4º)	41,5%
Ano	**R. Grande**	**Cachoeira**	**P. Fundo**	**Bagé**
1970	42,3% (2º)	35,6%	38,5%	36,1%
1976	50,2% (1º)	43,1%	43,5%	43,5%

Ano	**Caxias**	**N. Hamburgo**	**S. Cruz**
1970	40,1% (4º)	35,6%	34,2%
1976	47,6% (3º)	38,6%	42,9%

(*) Os dados estimativos de população foram extraídos de De Cew e outros, *op. cit.*, p. 118.

Com a implantação do sistema bipartidário, interrompe-se a evolução eleitoral do sistema pluripartidário e observa-se uma redefinição radical na hierarquia das forças políticas no estado. A abolição do multipartidarismo associada a todas as medidas políticas geradas pelo novo sistema político provocaram uma reversão nas tendências anteriores. Embora os novos partidos políticos tenham se enquadrado basicamente na clivagem anterior (PTB/MDB *versus* antiPTB/ARENA, a força do PTB que era dominante, até 1962, em 54% dos municípios, não se transmitiu ao MDB que passa a dominar em apenas 6% dos casos; de outro lado, os partidos coligados no antiPTB, que controlavam eleitoralmente somente 18% dos municípios, com o advento da ARENA tornam-se dominantes em 40% dos municípios do estado. Deve-se salientar também que o número de municípios sem dominação partidária aumentou significativamente, passando de 28 a 54%, o que vem confirmar a nova situação, segundo a qual, quando a ARENA não domina, neutraliza amplamente a força do MDB.

Comparando-se, portanto, a dominação partidária no Rio Grande do Sul entre 1950/62 e 1966/74 nos 157 municípios existentes até 62, o que ressalta é o processo de transferência maciça de votos em direção contrária ao observado no período multipartidário.

Tabela IV – Perfil evolutivo da dominação partidária no RS (período multipartidário – 1950/62 e bipartidário 1966/74). (Em percentuais) (*)

	PTB	**A/PTB**	**S/D**	**Total** %	**(66/77)** Ab
MDB	11	0	0	6	(9)
ARENA	31	54	51	40	(64)
S/D	59	46	49	54	(85)
Total%	*54*	*18*	*28*		
(50/62) Ab	*(85)*	*(28)*	*(45)*	*(158)*	

(*) Os percentuais das tabelas e gráficos foram sempre calculados com relação ao número total de votantes e não de inscritos.

A mesma situação persiste quando se considera o conjunto atual dos 232 municípios, onde a ARENA domina em 43% dos casos (100 municípios) e o MDB em apenas 9% (20 municípios), restando 48% dos municípios (112 municípios) sem dominação partidária.

Para qualificar melhor os tipos de municípios dominados pelo PTB/MDB e anti-PTB/ARENA seria útil classificar os mesmos conforme o tamanho do eleitorado. Estabelecendo-se uma divisão em 4 grupos (*1*. municípios com mais de 30 mil eleitores; *2*. com 10 a 30 mil eleitores; *3*. com 5 a 10 mil eleitores; e, finalmente, *4*. com menos de 5 mil eleitores), a distribuição da dominação mostra que os municípios dominados pelo PTB eram, em sua maioria, municípios com mais de 10 mil eleitores e que esta tendência permanece atualmente, embora o MDB seja hegemônico também num certo número de municípios com pequeno eleitorado. Por sua vez, o PSD dominava, preponderantemente, nos municípios com pequeno eleitorado (5 a 10 eleitores) e a ARENA, após 1965, concentrara sua dominação, progressivamente, na medida em que decrescia o número de eleitores municipais (vide Tabela V).

Restringindo o campo de observação sobre o comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul, a categoria dos municípios com mais de 40 mil eleitores (11 municípios ao todo) constata-se que se trata de um grupo de municípios que, embora tendo quase sempre o PTB como partido dominante na fase multipartidária (ele é dominante em todos os municípios, exceto em Santa Cruz do Sul, cuja população urbana é de apenas 38%), na fase bipartidária a ARENA consegue ser dominante somente em Santa Cruz e o primeiro partido local no município de Pelotas, onde não existe partido dominante. A Tabela VI permite visualizar comparativamente Caxias, no

período 1945/1975, face aos outros municípios com mais de 40 mil eleitores em termos de população total, relação população urbana/população rural, dominação partidária e polarização/dominação partidárias nos sistemas multipartidário e bipartidário.

Tabela V – Dominação partidária no RS (1945/75). (Em porcentagem)

Nº de eleitores	**Nº de municípios**	**PTB**	**PSD**	**Outros**	**S/D**
Mais de 30 mil	19	95	0	0	5
10 – 30 mil	66	50	9	8	33
5 – 10 mil	52	42	23	6	29
Menos de 5 mil	21	57	9	0	33
Total	*158*	*85*	*20*	*8*	*45*
Nº de eleitores	**Nº de municípios**	**MDB**		**ARENA**	**S/D**
Mais de 30 mil	19	37		10	53
10 – 30 mil	67	6		33	61
5 – 10 mil	65	1		54	45
Menos de 5 mil	81	10		51	39
Total	*232*	*20*		*100*	*112*

A peculiaridade de Caxias não é a de possuir o PTB como partido dominante na fase multipartidária, nem a de ser o MDB o primeiro partido, embora não dominante no período bipartidário, mas de ter como segundo partido no sistema multipartidário o PRP (sucedâneo da Ação Integralista Brasileira) e não o PSD ou PL conforme a tradição regional. Tal fato se explica por tratar-se de município de colonização italiana, com tradição católica, onde os partidos com apelo religioso sempre tiveram força. Inicialmente foi a vez do PRP; mais tarde o PDC cresce significativamente, capturando parte do eleitorado integralista local, sendo que outra parte foi absorvida pelo PTB quando se aliou ao PRP nas eleições a governador em 1958.

Na fase bipartidária, Caxias alinha-se no padrão da maioria das cidades gaúchas com mais de 40 mil eleitores, onde o MDB tende a ser o primeiro partido. Entretanto, a peculiaridade de Caxias reside no equilibrio de forças entre ARENA e MDB, tornando a vantagem de um partido sobre o outro sempre escassa e configurando-se uma competição eleitoral interna, com alternância no poder local.

Tabela VI – Dominação e polarização partidária em municípios com mais de 40 mil eleitores.

Municípios	Pop. Total *	Multipartidarismo % pop. urb. / rur.	P. domin.	1º Part.	x	2º Part.	Bipartidarismo P. domin.	1º Part.
Porto Alegre	885.545	98,2	PTB	PTB	x	PSD	MDB	–
Pelotas	207.869	74,4	PTB	PTB	x	PSD	S / D	ARENA
Santa Maria	156.609	79,2	PTB	PTB	x	PSD	S / D	MDB
Canoas	153.730	97,0	PTB	PTB	x	PSD	MDB	–
Caxias do Sul	144.871	78,7	PTB	PTB	x	PRP	S / D	MDB
Rio Grande	116.488	89,8	PTB	PTB	x	PSD	MDB	–
Cachoeira do Sul	94.261	55,2	PTB	PTB	x	PSD	MDB	–
Passo Fundo	83.850	75,5	PTB	PTB	x	PSD	S / D	MDB
Bagé	90.280	66,1	PTB	PTB	x	PL	MDB	–
S. Cruz do Sul	86.787	38,0	S / D	PTB	x	PSD	ARENA	–
Novo Hamburgo	85.364	95,1	PTB	PTB	x	PRP	S / N	MDB

* Censo de 1970.

Na comparação entre os onze municípios de maior eleitorado, torna-se interessante cotejar a evolução da ARENA e MDB nas duas últimas eleições (1974/1976), tomando-se como ponto de partida as eleições legislativas de 1972. Comparando-se as eleições de 1974 com relação aos resultados das eleições municipais de 1972, observa-se que o crescimento do MDB foi superior a 10% na maioria dos municípios, com exceção do caso desviante de Cachoeira do Sul, onde o MDB decresceu 1,1%. De outro lado, o recuo da ARENA foi mais significativo do que o progresso do MDB, perdendo mais de 10% em todos os municípios, salvo a situação excepcional de Cachoeira. Este decréscimo foi em quatro municípios, enorme, uma vez que a ARENA perde neles 1/4 do seu eleitorado (Pelotas, Rio Grande, Bagé e Novo Hamburgo). O dado significativo é também o crescimento dos votos nulos e brancos que, em quase 3/4 dos municípios, ultrapassa a 5%, o que vem a demonstrar que nas eleições de 74, no Rio Grande do Sul, o fenômeno do voto nulo era tipicamente do partido governamental e não do da oposição. Este fenômeno foi nítido, em 1976, em Porto Alegre e Caxias, onde a ARENA cresce sem que o MDB decresça, pela simples transferência de votos nulos e brancos para o partido

do governo. Por isto que, nesta categoria de municípios, a evolução do MDB em 1976 com relação a 1974 varia de um crescimento de 4,6% em Porto Alegre a um decréscimo máximo de 11,4% em Novo Hamburgo. Na realidade, nas últimas eleições municipais, o recuo do MDB somente será superior a 10% em apenas 2 municípios, já que na grande maioria dos casos este decréscimo da oposição foi inferior a 5%. No caso de Caxias, o que transparece dos dados é o equilíbrio das forças eleitorais, onde a ARENA recupera a metade dos votos perdidos em 74 com a retomada dos votos brancos e nulos, e o MDB mantendo a mesma força das eleições legislativas anteriores, nas quais crescera 9,7%, consegue ganhar as eleições municipais na Câmara dos Vereadores e na Prefeitura.

A este fator deve ser agregada a importância crescente dos políticos de origem étnica italiana na política local e regional. Jean Roche, em seu estudo clássico sobre a "Colonização Alemã no RS", já referira ao problema analisando, após a década de 30, o deslocamento do eixo das lideranças políticas da metade sul do estado, ligada aos municípios tradicionais de grande propriedade da zona da fronteira para a metade norte onde estão concentradas as antigas e novas zonas de colonização italiana, alemã e pluriétnica. Além disso, ele observa a presença crescente dos italianos, na vida política do estado, em contraste com a participação mais significativa dos alemães e teuto-brasileiros nas organizações patronais do setor econômico[12].

Após 45 esta tendência acentua-se significativamente sobretudo por fatores de natureza econômica, já que o desenvolvimento industrial e agrícola (cultura do trigo e depois da soja) tornou a região norte do estado mais dinâmica, provocando, simultaneamente, o fenômeno do desmembramento dos municípios cujo número quase triplicou em pouco mais de uma década (de 91 em 1947 a 232 em 1958). Esta explosão dos municípios tradicionais ocorreu de forma exclusiva na metade norte do estado e mais intensamente nos municípios situados em zonas de colonização.

A comparação entre os candidatos a governança do estado e a senatoria no período do após a II Guerra permite ilustrar a crescente importância dos ítalo-brasileiros na política regional de forma clara. Na primeira eleição o governador do estado em 1947, dentre os nomes de candidatos à chefia do

[12] ROCHE, Jean – *A Colonização Alemã no R.G. Sul.* Porto Alegre: Ed. Globo, 1969.

Executivo observa-se uma maioria de nomes de origem italiana e alemã. O principal nome é o do teórico trabalhista Alberto Pasqualini que foi candidato a governador em 47, obtendo o segundo lugar, mas elegendo-se senador pelo PTB em 1950. A partir das eleições de 1954 até 1974 constata-se uma crescente presença de nomes de origem italiana ou alemã nas legendas de diversos partidos. Em 1954, os três principais candidatos a governador, pela ordem de votação, foram os seguintes: Ildo Meneghetti (PSD-PL-UDN), Alberto Pasqualini (PTB) e Wolfran Metzler (PRP). Posteriormente, nas eleições de 58 venceu Leonel Brizola (PTB-PRP) e, em 60, o candidato a vice-presidência mais votado no Estado foi Fernando Ferrari (PTB); finalmente, em 62, quando vence novamente Meneghetti, os dois outros candidatos são Egydio Michaelsen (PTB) e Fernando Ferrari (MTR). O que parece mais significativo é que no período 1966/76, todos os governadores escolhidos pelo sistema instaurado a partir da revolução de 64 têm nomes de origem italiana: Walter Peracchi de Barcellos, Euclides Triches (o chefe da Casa Civil, Victor Faccioni será o candidato à Prefeitura de Caxias nas eleições municipais de 76) e Synval Guazzelli.

Tabela VII – Evolução do voto da ARENA/MDB nos municípios gaúchos com mais de 40 mil eleitores.

MUNICÍPIOS	1972 CÂMARA VEREADORES (% Inscritos)			1974 ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA (% Cresc./Decresc.)			1976 CÂMARA VEREADORES (% Cresc./Decresc.)		
	ARENA	MDB	B/Nulos	ARENA	MDB	B/Nulos	ARENA	MDB	B/Nulos
Porto Alegre	38,3	51,6	10,1	(−11,3)	(+ 5,3)	(+6,0)	(+ 6,1)	(+ 4,6)	(− 10,7)
Pelotas	52,8	40,8	6,3	(−24,1)	(+16,7)	(+7,4)	(+18,0)	(−10,2)	(− 7,8)
Santa Maria	51,0	38,8	10,2	(−13,8)	(+12,1)	(—1,7)	(+ 6,1)	(− 1,7)	(− 4,3)
Canoas	34,6	53,8	11,6	(−15,8)	(+10,7)	(+5,1)	(+14,9)	(− 4,1)	(− 10,8)
Caxias do Sul	48,1	45,4	6,5	(−14,9)	(+ 9,7)	(+5,2)	(+ 7,1)	(− 0,7)	(− 6,4)
Rio Grande	50,0	42,5	7,5	(−28,5)	(+19,9)	(+8,6)	(+17,5)	(− 6,3)	(−11,2)
Cachoeira do Sul	49,9	41,9	8,2	(− 2,4)	(— 1,1)	(+3,5)	(+ 8,1)	(− 0,6)	(− 7,5)
Passo Fundo	47,5	43,5	9,0	(−12,5)	(+10,6)	(+1,9)	(+ 7,6)	(− 1,6)	(− 6,0)
Bagé	55,2	39,4	5,4	(−26,2)	(+18,2)	(+8,0)	(+17,0)	(− 7,6)	(− 9,4)
Novo Hamburgo	52,3	36,6	11,1	(−25,4)	(+25,2)	(+0,2)	(+15,9)	(−11,4)	(− 4,5)
S. Cruz do Sul	60,8	33,1	6,1	(−15,6)	(+ 9,9)	(+5,7)	(+ 5,5)	(+ 2,6)	(− 8,1)

Após estas considerações contextuais, cabe referir que a experiência eleitoral de Caxias no período multipartidário apresenta também alguns traços típicos ligados à sua estrutura econômica, composição étnica e tradição religiosa.

Um dos traços característicos da competição política no município é a fraqueza eleitoral dos partidos conservadores-liberais. Diante da fragilidade do PL e da UDN (com relação a este último a situação é generalizada no estado) é digno de nota a pouca penetração do PSB (2º partido no estado em seu conjunto) que, além de nunca ter ultrapassado os 14,3% dos votos entre 1950/62 apresenta um perfil consistentemente declinante na série de eleições do período.

Em função das características do município, a força dos dois partidos que polarizavam a luta política municipal era produto da urbanização e da economia industrial, assim como da religiosidade e da etnia preponderante na população: o PTB (1º partido do estado), que conta em média com 1/3 do eleitorado, mantém-se como partido dominante no conjunto do período. O PRP (2º partido), enraizado na forte tradição integralista da região de colonização italiana, começa com 1/4 de eleitorado em 50 e declina sensivelmente a partir de 58, transferindo parte de sua votação ao PDC que dá um salto qualitativo nas eleições de 58, absorvendo votos também do PL e UDN.

Finalmente, cabe ressaltar na última eleição do período multipartidário o crescimento da legenda que sucedeu o PCB no Rio Grande do Sul (Aliança Renovadora Socialista – ARS) que obteve a significativa cotação de 11,2%. Parece legítimo avançar a hipótese de que as alterações de tendências indiquem que os fatores sócio-econômicos começam a preponderar sobre os fatores étnicos e religiosos.

Tabela VIII – Perfil do voto em Caxias do Sul no período multipartidário (1950/62) – % Assembleia Legislativa.

Ano	PTB	PRP	PSD	PL	UDN	PDC	PSP	MTR	ED/ PSB	ARS	Brancos / nulos
1950	32,3	26,3	14,3	10,7	4,0	–	7,5	–	0,5	0,7	3,5
1954	40,0	21,1	13,7	8,4	6,0	3,3	2,4	–	2,0	0,0	2,9
1958	34,7	13,7	12,2	5,5	2,8	21,0	1,2	–	–	3,6	5,1
1962	30,2	15,4	6,4	5,4	2,0	17,4	1,3	4,1	–	11,2	6,4

Com a mudança do sistema partidário, em 1965, a tendência eleitoral observada no período multipartidário não se altera radicalmente como ocorrerá no conjunto do estado, onde, a ARENA se transforma no partido majoritário. Em Caxias o que se observa é a preponderância relativa do

MDB até as eleições legislativas de 1970, embora a situação da ARENA, como partido ainda minoritário, não seja tão frágil como a dos antigos partidos conservadores-liberais: a ARENA, na realidade, consegue um relativo equilíbrio de forças com o partido da oposição. Os dados mostram que nas eleições estaduais de 1966 o MDB manterá vantagem nas eleições a deputação federal e estadual, embora perca nas eleições a senador. No entanto, em termos de força da legenda as eleições proporcionais sempre têm sido as mais indicativas da força partidária. Esta vantagem do partido oposicionista será mantida nas eleições municipais de 1968, onde o MDB garante, por pequena margem, a vitória na Prefeitura e na Câmara de Vereadores.

A partir de 1970, a ARENA consegue a maioria dos votos nas eleições à deputação estadual e federal, bem como nas eleições municipais de 1972, onde o prefeito e a maioria da Câmara serão da ARENA. É preciso salientar, porém, que esta vitória da ARENA não pode ser dissociada do crescimento do voto branco e nulo que evoluiu de menos de 5% em 1968 para mais de 15% em 1970, originários da campanha pela anulação do voto de segmentos da oposição gaúcha.

Entretanto, os resultados significativos em favor do MDB nas eleições legislativas de 1974 irão neutralizar a pequena vantagem da ARENA no período 1970/72, dando ao partido da oposição uma vantagem de 22,0% sobre o partido do governo. Nas eleições municipais de 1976 o MDB permanecerá, em Caxias, com quase a mesma proporção de votos para a Câmara de Vereadores que nas eleições à Assembleia Legislativa em 1974, respectivamente, 55,2% e 54,5%. Se compararmos, porém, a votação para senado em 74 com a de prefeito em 76 a diferença é apenas um pouco maior mas não muito significativa: 56% para Paulo Brossard contra 53,7% para Mansuetto.

Examinando, porém, o conjunto de resultados das eleições de 1966 a 1976, constataremos alguns traços característicos dos padrões de comportamento eleitoral da população de Caxias.

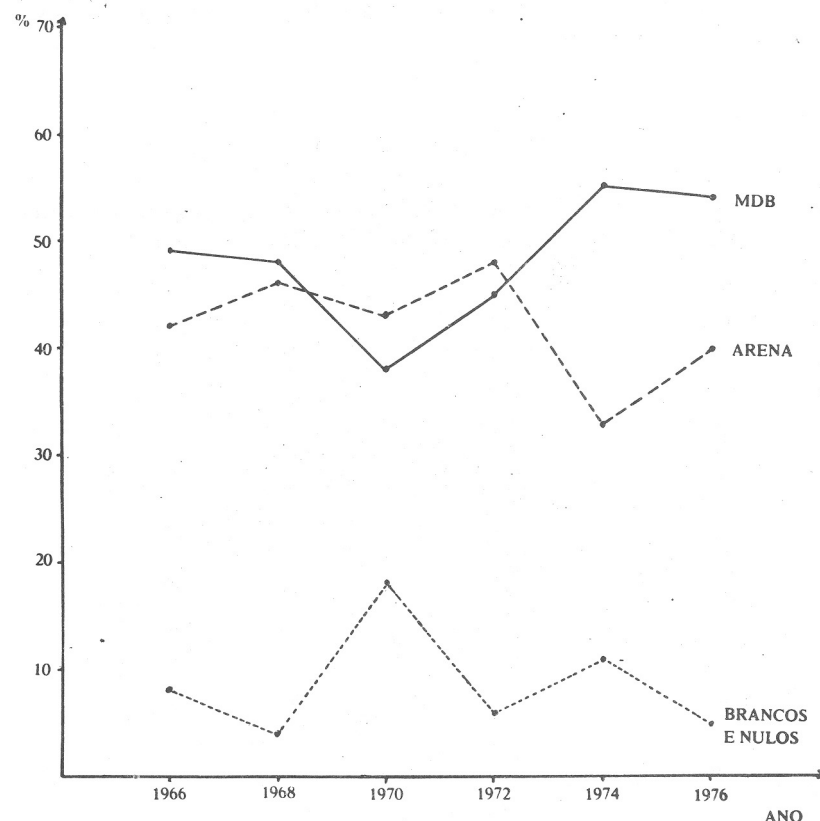
Primeiro, observa-se um alto grau de competitividade eleitoral nas eleições, especialmente nas eleições municipais, onde ocorre inclusive um processo de alternância no poder local, decorrente desta capacidade de competição que caracteriza ambos os partidos.

Segundo, tomando a série das seis eleições verifica-se um outro padrão significativo: os resultados das eleições municipais, embora alternadas entre si, obedecem à tendência observada na eleição legislativa anterior. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, no caso de Caxias o resultado das eleições legislativas tem sido um preditor bastaste confiável do resultado das eleições municipais, como pode-se observar nos dados eleitorais a seguir.

Tabela IX – Resultados das eleições proporcionais em Caxias do Sul (1966/76). (% Votantes)

Tipo de eleição	**Ano**	**Assembleia Legislativa**		**Câmera de Vereadores**		**Brancos e nulos**
		ARENA	**MDB**	**ARENA**	**MDB**	
Legislativa	1966	42,3	49,0	–	–	8,7
Municipal	1968	–	–	46,3	48,9	4,8
Legislativa	1970	43,5	38,4	–	–	18,1
Municipal	1972	–	–	48,1	45,4	6,5
Legislativa	1974	33,2	55,2	–	–	11,6
Municipal	1976	–	–	40,3	54,5	5,2

Considerando-se a evolução eleitoral da série temporal para o conjunto do município constata-se que a tendência básica parece ser o crescimento progressivo do MDB e o decréscimo da ARENA a partir de 1970. Tal interpretação dos dados decorre do papel que os votos brancos e nulos desempenhavam, provavelmente em dois momentos definidos: em 1970, o decrescimento acentuado do MDB é provavelmente ilusório, já que se deve, em grande proporção, ao incremento dos votos brancos e nulos (passaram de 4,7% em 1968 para 18,1% em 1970); ao passo que nas eleições de 1976, embora o MDB mantenha quase o mesmo nível de votação que em 74, provavelmente o voto branco e nulo desta última eleição era provocado por eleitores da ARENA que retomaram a votar na legenda nas últimas eleições municipais. Apesar desta tendência observada a nível global, o que caracteriza o comportamento eleitoral em Caxias é o relativo equilíbrio de forças entre as duas organizações políticas, cuja força eleitoral é relativamente alta. (Gráfico I).

Gráfico I – Gráfico evolutivo geral da votação da ARENA/MDB nas eleições em Caxias. (1966/76). (% Votantes)

Desdobrando-se, porém, os dados para o conjunto do município em agrupamentos de bairros, conforme critério de relativa homogeneidade sócio-econômica definida pelo tipo de habitação e população preponderante, bem como separando o conjunto de bairros da cidade dos distritos urbanos e rurais, observa-se que a evolução do voto e a força relativa de cada partido diferencia-se significativamente.

Dentre os seis bairros urbanos, classificados do nível mais alto ao mais baixo em seis grandes categorias, a ARENA e MDB apresentam um relativo equilíbrio nos conglomerados de bairros mais centrais, onde o nível sócio-econômico é mais alto (Gráfico II); ao passo que, nos, bairros periféricos e de nível sócio-econômico mais baixo, verifica-se uma hegemonia do MDB (Gráficos III e IV). A situação inverte-se na zona rural, onde á hegemonia é da ARENA (Gráfico V), equilibrando-se, porém, em Galópolis, onde o caráter urbano-industrial e rural do distrito restabelece um relativo equilíbrio para o conjunto do período.

Todavia, apesar destas diferenças entre os níveis de relação de força entre os partidos nos conglomerados de bairros, o que se constata em todos os bairros reunidos, independente da força relativa de cada um dos partidos, é a tendência geral de crescimento do MDB, mesmo na zona rural, e o declínio tendencial da ARENA, conforme demonstram os gráficos a seguir:

Gráfico II – Perfil evolutivo do voto da ARENA/MDB no bairro Centro de Caxias do Sul (1966/1976). (% votantes).

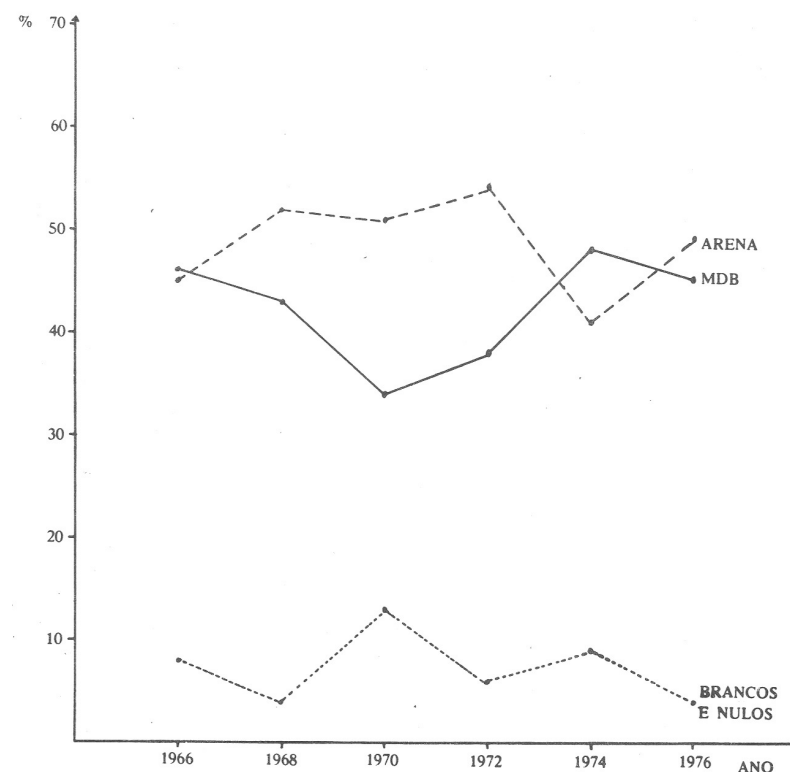



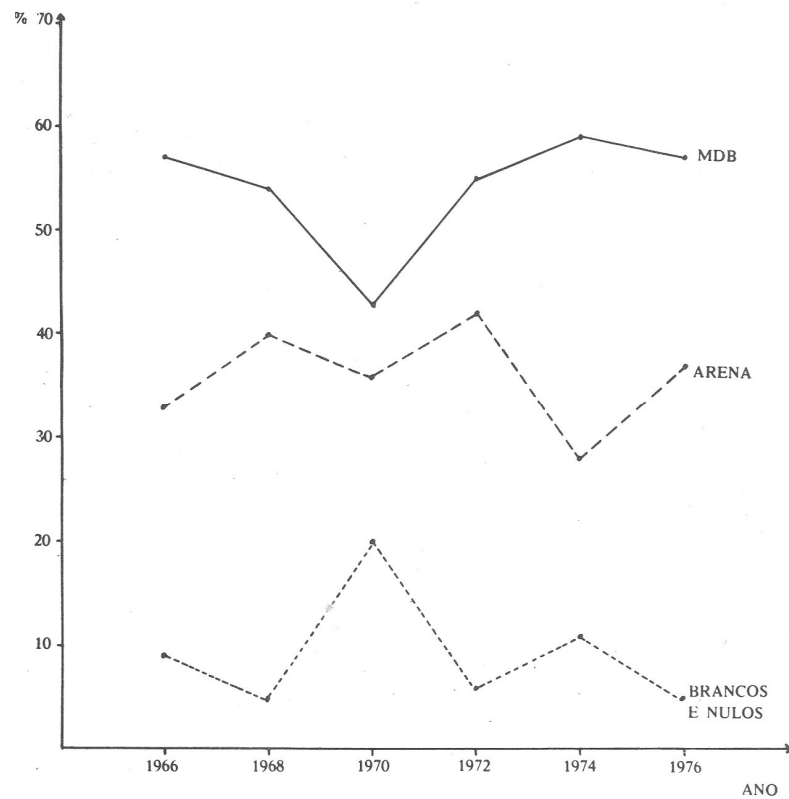
*Gráfico III – Perfil evolutivo do voto ARENA/MDB nos bairros intermediários de Caxias do Sul (1966/76). * (% votantes).*

* Bairros: Petrópolis, Imigrante, Rio Branco, Tupy, Marechal Floriano.

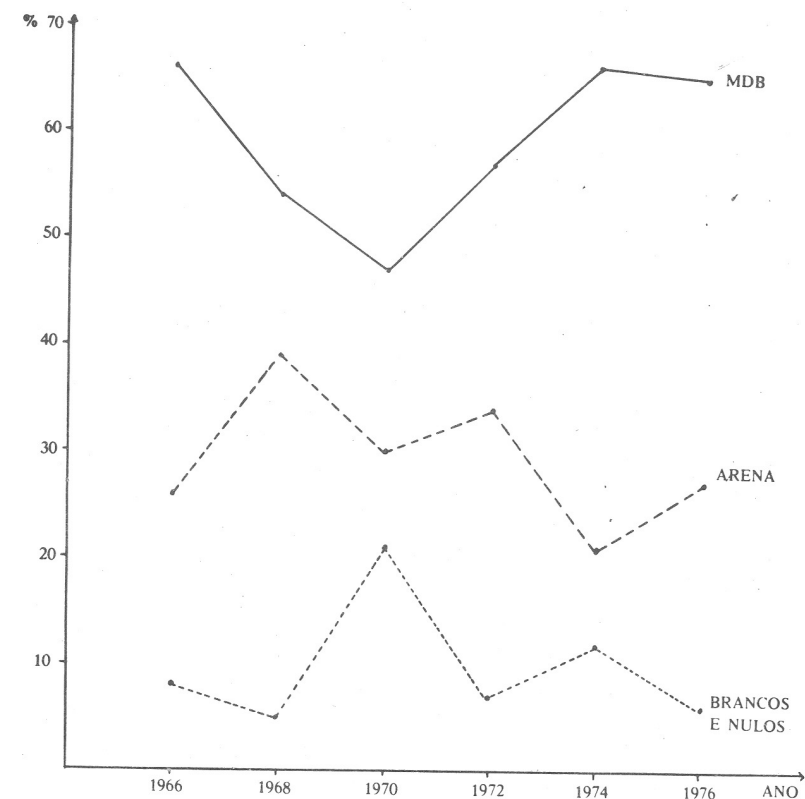
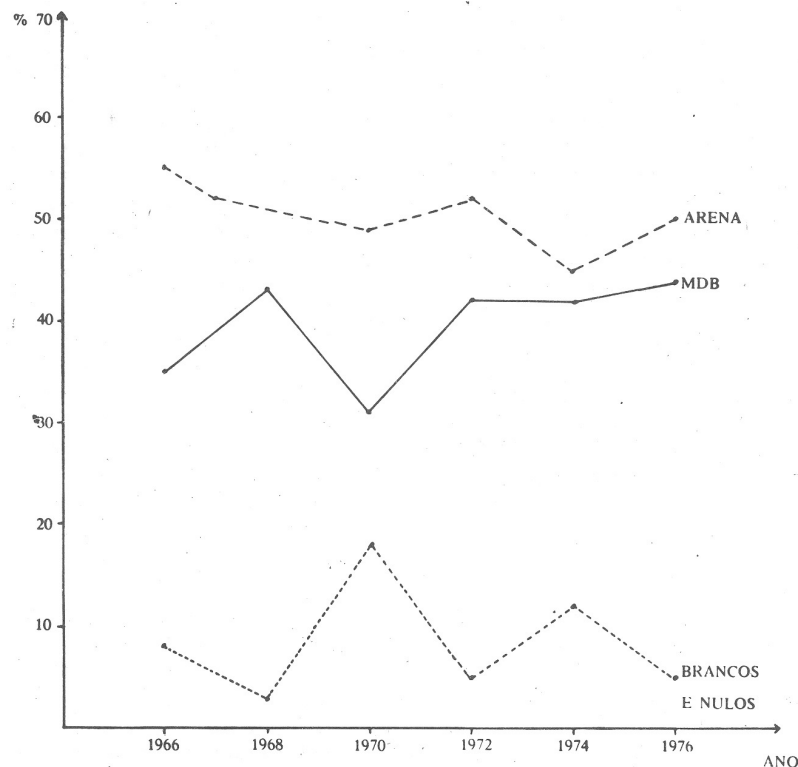
Gráfico IV – Perfil evolutivo do voto ARENA/MDB nos bairros periféricos de Caxias do Sul (1966/76). (% Votantes).*

* Bairros: Pioneiro, N. S. Fátima, J. Xangrilá, Planalto, Municipários, Esplanada, Peteffi, Burgo.

Gráfico V – Perfil evolutivo do voto da ARENA/MDB na zona rural de Caxias do Sul (1966/76). (% Votantes).

Neste contexto político-eleitoral, reunidas as tendências da fase multipartidária com as da fase bipartidária, onde aparece nitidamente uma propensão ao crescimento, primeiro do trabalhismo e depois do emedebismo, embora numa polarização eleitoral durante todo o período bipartidário, é que se pode compreender o significado das eleições municipais de 1976 e seu caráter altamente competitivo.

3 – O ambiente competitivo da confrontação política

Um dos traços característicos das eleições municipais de 1976, em Caxias, foi seu alto grau de competição eleitoral. Além dos fatores examinados anteriormente ligados ao processo político eleitoral e aos padrões

de comportamento dos eleitores em Caxias, cabe acrescentar outros provocados pela conjuntura política local.

Muito embora, após 66, sempre tenha existido um relativo equilíbrio das forças políticas, o resultado favorável ao MDB nas eleições de 1974 introduziu novos elementos ao contexto político municipal. A explosão eleitoral oposicionista das últimas eleições legislativas produziu um enorme impacto político a nível nacional, transformando as eleições locais, com a intervenção direta do presidente da República, numa verdadeira revanche da ARENA à vitória do MDB. Inclusive o presidente Geisel percebendo que os níveis de sua popularidade, durante o ano de 76, conforme pesquisas de opinião do IBOPE[13], eram mais altos do que o das lideranças regionais da ARENA, engajou seu prestígio pessoal em favor do partido governista, tentando metamorfosear as eleições municipais num pleito de caráter plebiscitário. A participação presidencial na campanha não foi, no entanto, percebida positivamente pela maioria dos entrevistados de Caxias, já que 54% entenderam que ele não deveria participar da campanha.

Esta situação repercutiu amplamente em termos eleitorais e, no caso de Caxias, tornou-se mais dramática em função da importância econômica, social e política da cidade, transformando a disputa da prefeitura numa verdadeira batalha política onde todos os recursos políticos foram utilizados.

O primeiro indicador da importância atribuída pela população de Caxias às eleições municipais de 76 decorre do fato de que, se de um lado, a metade dos entrevistados declarou não ter "nenhum interesse por política, de outro constata-se que apenas um quarto da população não possui nenhum interesse no resultado das eleições, conforme pode-se observar na Tabela X.

Esta valorização das eleições reaparece também quando 44% dos entrevistados consideram que as eleições municipais não serão como outra qualquer e terão "uma importância muito maior". Neste sentido parece muito significativo que quase a metade dos entrevistados tenha sido procurada por representantes da ARENA ou do MDB, o que demonstra a intensa atividade partidária durante a campanha.

[13] No Rio Grande do Sul o IBOPE realizou uma pesquisa de opinião entre abril/maio 1976, por solicitação do Diretório Regional da ARENA, para "determinar o comportamento, atitudes e opiniões da população rio-grandense com relação a fatos e questões administrativas, políticas e eleitorais", IBOPE, Reservado, 1976, p. 105.

X – Interesse por política e pelo resultado nas eleições municipais (Em percentagens).

Interesse por política em geral		**Interesse nos resultados das eleições**	
1. Muita	12	1. Muita	39
2. Mais ou menos	38	2. Mais ou menos	37
3. Nenhum	50	3. Nenhum	24
	883		883

Tabela XI – Nível de contatos interpessoais durante a campanha eleitoral (Em percentagens).

Quem o procurou	**%**
ARENA	13
MDB	11
Ambos os partidos	25
Não foi procurado	50
N/S – N/R	1
	883

Da mesma forma são relativamente altos, quando comparados com outros dados sobre participação na campanha eleitoral em Porto Alegre no mesmo ano, os níveis de participação nos comícios em Caxias do Sul, reforçando a ideia de que a campanha estruturou-se através de reuniões públicas e comícios de bairro indicando a retomada de um estilo participatório em campanhas eleitorais quase perdido.

Tabela XII – Nível de participação em comícios em Caxias e Porto Alegre (Em percentagens).

Participação em comícios	**%**	
	Caxias	**Porto Alegre**
Sim	18	5
Não	82	95
	883	883

Da mesma forma os dados da pesquisa confirmam a percepção dos entrevistados de que a disputa eleitoral seria competitiva na medida em que a maioria absoluta dos respondentes considera que a vitória, de qualquer um dos candidatos seria por uma diferença pequena.

Tabela XIII – Percepção do grau de competição das eleições municipais (Em percentagens).

Características do resultado	**%**
1. Vitória fácil, grande diferença	17
2. Mais ou menos	13
3. Diferença pequena, quase empate	59
4. N/S e N/R	11
	883

O pleito em Caxias exigia um cuidado especial das lideranças da ARENA, uma vez que a diferença em favor do MDB, nas eleições de 74, foi superior a 15 mil votos, nos votos da legenda para deputado estadual e senador. Esta diferença rompeu no interior da alternância anteriormente referida, o equilíbrio tradicional que levara a ARENA à conquista da Prefeitura, em 1972, com uma diferença de apenas 1.168 votos sobre o MDB, e cujo prefeito renunciara ao cargo dois anos depois para assumir uma secretaria de estado.

Como a quase três meses das eleições as lideranças locais da ARENA, divididas em três grupos internos, não chegavam a um consenso sobre o candidato à Prefeitura (enquanto o candidato do MDB, Mansueto Serafini Filho, já havia sido escolhido desde abril de 76), o governo federal, em agosto, indicará Victor Faccioni, ex-chefe da Casa Civil do governo Triches, a concorrer à Prefeitura. A importância atribuída a esta escolha foi tal que, na reunião em que Faccioni aceitou o encargo, participaram, além do presidente da República, o governador do estado e o presidente nacional da ARENA[14].

A relevância para a ARENA desta eleição não se limitou, porém, ao ato de escolha do candidato a prefeito, mas tornou-se visível na estratégia de apoio concentrada entre as lideranças regionais do partido em favor de Faccioni. Refiro-me ao apoio dado, através de manifestações públicas e de participação em comícios locais, dos ex-governadores Euclides Triches, Perachi Barcellos e Ildo Meneghetti. Este apoio eleitoral direto não pode ser dissociado do apoio governamental desenvolvido pelo governo estadual e

---

[14] A Análise da Campanha Eleitoral em Caxias do Sul apoiou-se, substancialmente, no trabalho elaborado por Celi Regina Pinto e Maria Izabel S. Noll, *Relatório da Campanha para as Eleições Municipais em Caxias do Sul* – 1976, UFRGS, Dep. C. Sociais, Setor de Pesquisa em C. Política, 1977, p, 53.

federal, a partir da instalação da sede do governo do estado em Caxias, com a presença de todo o secretariado, de 21 a 23 de outubro, e da visita presidencial em fins de outubro.

Por sua vez, o MDB procurou, através de um trabalho mais estruturado e progressivo, desde o final do primeiro trimestre de 76, apresentar o seu candidato ao eleitorado e organizar um trabalho de base. Este processo desenvolveu-se ao longo do ano e reforçou-se com a definição pela candidatura de Mansueto Serafini, em abril, estabelecendo-se, a partir daí, suas bases eleitorais com a ativação e expansão dos diretórios de bairros e, de uma forma inusitada, com o alistamento de novos eleitores e a transferência de títulos de moradores recentemente chegados a Caxias. Dados do Cartório Eleitoral do município mostram que quase 50% dos 11.200 novos eleitores, alistados para as eleições de 1976, foram casos de transferências de títulos de cidades vizinhas, enquanto que, em 1974, esta proporção atingia apenas a 25% do total, conforme mostram os dados abaixo.

Tabela XIV – Novos eleitores, Caxias do Sul 1974/1976

	1974	**1976**
Novos alistamentos	5921	6782
Transferência de título	2150	4418
Total	*8071*	*11200*

Todavia, a escolha de Mansueto, desde abril, revelava, da parte do MDB, a convicção de que mesmo desconhecendo o candidato possível do outro partido, a vantagem obtida em 74 e mais o trabalho de base desenvolvido pelo partido deveriam consolidar a vitória das eleições legislativas. O fato da escolha de Faccioni ter sido somente decidida em agosto retardando o início da campanha e o compasso de espera provocado pela tentativa de impugnação da candidatura a vice-prefeito de Virvi Ramos, teve como efeito desencadear uma campanha política ativa por parte da ARENA em inícios de outubro. Neste sentido, o confronto eleitoral dos dois candidatos à prefeitura, utilizando-se de uma estratégia intensiva de comícios de bairros, de uma campanha na base do contato pessoal ou do "aperto de mão", criou um clima extremamente competitivo nas eleições locais.

Cabe salientar que ambos os candidatos realizaram campanhas dentro de um ritmo intenso, com tônicas diferentes. Isto se refere não só aos candidatos a prefeito, mas também aos que objetivaram uma vaga na

Câmara Municipal. Tal fato deveu-se a uma tendência partidária observada em todo o estado e não apenas em Caxias do Sul.

O MDB vinha realizando, desde os primeiros meses de 76, uma série de reuniões das lideranças, de definição de pontos básicos para a campanha, assim como de orientação e preparação de candidatos. Este modelo de organização deu características próprias à campanha emedebista, onde os problemas mais abordados eram aqueles de âmbito nacional (logicamente com profundas implicações locais), como inflação, baixos salários, ação das multinacionais, dívida externa, AI-5, 477 etc. Esta plataforma comum deu uma homogeneidade muito grande à campanha da oposição. E tal estratégia, é necessário reconhecer, teve real funcionalidade em Caxias do Sul, dadas suas características de cidade industrial, com um alto índice de população marginal e a já referida tradição de politização ou de competitividade política.

Neste particular, cabe ressaltar que o MDB regional estabeleceu uma estratégia eleitoral unificada para o confronto com a ARENA ao nível local, cuja ênfase principal era estabelecer vínculos entre os problemas locais e a política geral do governo, conforme demonstra o teor do texto do livreto "O MDB e a Ação Municipalista" que resultou do I Seminário para candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador, promovido pelo partido em agosto.

> O conteúdo da presente campanha eleitoral, não só deve manter a trajetória do Movimento Democrático Brasileiro, como deve procurar dar um passo à frente, apesar das limitações que são impostas. As limitações sempre houveram, e não foi a sua existência que impediu a vitória do MDB nas eleições majoritárias de 1974. Ela está dependendo, por um lado, da capacidade de trabalho de arregimentação e mobilização que os quadros partidários lhe imprimem, e por outro, da capacidade de vincularem os problemas locais sofridos pela população no município, com o conteúdo da política econômica e institucional do país, que tem sido orientada de forma a privilegiar minorias. Faz parte dela drenar os recursos municipais para a União, deixando-os com escassas condições de atendimentos às populações locais dos serviços básicos, como educação, saúde, esgotos, água, saneamentos, etc., sobretudo aquelas atividades político-administrativas, que beneficiariam setores sociais de mais baixas rendas[15].

[15] *O MDB e a Ação Municipalista,* MDB/IEPES/RS, agosto 76, p. 8.

No que se refere à ARENA, esta evitou constantemente os assuntos de caráter nacional, fora das chamadas realizações dos governos revolucionários, acentuando, sempre, o aspecto de localismo da campanha e dando uma ênfase especial às relações do candidato a prefeito (Faccioni) com o governo estadual e federal. Em vários momentos, políticos arenistas que participaram da campanha compararam a prefeitura a uma gerência, que para ser bem exercida exigia uma estreita vinculação com "diretores de bancos" e outras autoridades, assim como um vasto conhecimento da burocracia dos ministérios e secretarias.

Enquanto o MDB estruturou a filosofia da campanha no documento acima referido, a ARENA elaborou um manual para candidatos que, segundo o líder da ARENA na Assembleia Estadual, "visa dar unidade de pensamento e ação à campanha d.a ARENA do corrente ano". Segundo explicações do deputado:

> O manual está dividido em 4 partes: aspectos econômicos, sociais, políticos e gerais da renovação brasileira. A primeira parte aborda os principais aspectos da transformação econômica brasileira. A segunda abordará a transformação social, mostrando a evolução quantitativa e qualitativa da educação, as realizações na área da saúde, bem-estar, emprego e política salarial, habitação e outros temas sociais. Na terceira, destinada à política, vamos ensinar os companheiros arenistas como combater os mitos e as mistificações que a oposição vem levando a termo em todo o estado, destacando temas como mordomias, problemas institucionais, realizações da democracia. e cobrando as promessas feitas durante a última campanha eleitoral da Oposição. E na última parte, dá-se ênfase às telecomunicações, transporte, indústria automobilística, riqueza florestal, combate à poluição e outros de interesse nacional e onde apresentam setores que contam com muitas realizações do governo brasileiro[16].

Nesta possibilidade de "ter fácil acesso às autoridades" residiu a tônica central da campanha arenista (com a promessa de permanência por quatro anos). E isto no que se refere à plataforma expressa pelo candidato à Prefeitura, pois que da parte dos candidatos à vereança existia o mais variado repertório de temas, sugestões e propostas na linha de melhores

[16] PINTO, Celi R. e NOLL, M. Izabel, *op. cit.* p. 8-9.

condições de ensino, saúde pública, praças e parques infantis, federalização da universidade, casa própria etc.

Quanto à plataforma eleitoral da ARENA, a entrevista do vereador Selvino V. Segat, líder da ARENA na Câmara dos Vereadores, sintetiza em linhas gerais o posicionamento do partido:

> A mensagem tomará evidentemente sua motivação no Governo Federal, em que se verifica uma administração visando a continuidade do desenvolvimento nacional, em controle das necessidades do povo, garantindo ao povo o trabalho honesto com tranquilidade e paz. Destacaremos a atuação do governo visando o social e o humano, em que houve melhoria da assistência médica e odontológica dos segurados do INPS, criação do PIS, PASEP e FGTS que veio proporcionar de forma indireta, uma sensível melhoria aos trabalhadores. Destacaremos a realização de obra de vulto, bem como os incentivos à indústria e amparo à agricultura. No tocante ao estado sublinharemos as melhorias no setor de educação com a construção de novas escolas. Quanto ao município sublinharemos o atendimento aos bairros, a criação de parques e praças nos bairros e distritos, centro administrativo, obra de calçamento, abertura de ruas, estradas, iluminação etc. Temos um governo sincero e honesto visando acima de tudo o bem-estar da família caxiense. Estas, em linhas gerais, as mensagens básicas da campanha eleitoral de 15 de novembro vindouro (*Jornal Pioneiro* – Caxias do Sul, 2/6/1976).

> Os temas abordados pela ARENA, em Caxias do Sul, seguiram sempre esta linha, ou seja, de uma estreita vinculação entre o governo federal e as esferas municipais. A análise dos folhetos de propaganda distribuídos na cidade revelam aspectos relevantes quanto a esta vinculação. Apresenta-se, sempre, uma lista de prioridades antecedidas por *slogans* do tipo "PROGRESSO PARA TODOS". A lista consta de: água; luz; esgoto; saneamento básico; ruas e calçamento; casas populares; transporte; iluminação pública; escolas e creches; parques e praças infantis; esporte; assistência médica e social; áreas de expansão industrial; federalização da universidade; racionalização dos serviços administrativos.

> Após esta listagem, lê-se: "Faccioni tem as portas abertas com o presidente Geisel e com o governador Guazzelli para pedir o que Caxias precisa"; "vale a pena 4 anos de investimento seguro com a, garantia dos governos estadual e federal".

Num plano mais específico, vários outros assuntos formaram os principais tópicos da campanha arenista, a destacar: a permanência do prefeito por quatro anos no governo, a questão da federalização da Universidade de Caxias; o ataque ao plano diretor da cidade.

O primeiro tópico se liga ao problema ocorrido na administração municipal 72-76, quando o prefeito eleito da ARENA, Mário Ramos, na metade de seu mandato deixou a prefeitura para assumir o cargo de secretário estadual de Turismo do governo Sinval Guazzelli. A este fato ocorrido no passado se juntou uma desconfiança, fomentada pela campanha do MDB, que Victor Faccioni teria aceito concorrer à Prefeitura apenas por insistência do presidente da República, que viu em seu nome, bastante considerado dentro dos quadros políticos do Estado, a única possibilidade de a ARENA ganhar as eleições em Caxias. E que, consequentemente, não pretendia cumprir todo o mandato, pois teria intenções de se candidatar a deputado federal nas eleições de 1978.

A resposta da ARENA a esta suposição foi um dos cavalos de batalha da campanha. Tanto nos folhetos de propaganda como em comícios, os candidatos arenistas à vereança e o próprio Victor Faccioni insistiam nos 4 anos do governo. Nos folhetos de propaganda lê-se: “Aceitei para o vencer com o apoio dos caxienses, e para ficar até o fim”. Em um folheto específico a respeito do problema, aparece 4 vezes repetidas a fotografia de Victor Faccioni com a seguinte legenda acima de cada uma das fotos: 1977 – 1978 – 1979 – 1980.

Outro problema de muita relevância na campanha municipal da ARENA foi o da federalização da universidade. Questão muito discutida na cidade de Caxias, foi um dos problemas apontados por Faccioni ao Gen. Ernesto Geisel, quando de sua audiência com o presidente da República antes de ser oficializado candidato à Prefeitura pela ARENA. Nos seus primeiros meses de campanha, o partido deu muita ênfase à solução do problema com a eleição de Faccioni. Em jornal do partido do mês de setembro de 1976 acompanhou uma foto da audiência concedida pelo presidente ao candidato a seguinte manchete de primeira página: “Faccioni solicita ao presidente federalização da universidade”. (...) Porém, a situação ficou bastante difícil para a ARENA com a visita do presidente da República a Caxias, quando este declarou que a situação da Universidade de Caxias era igual a de muitas outras no país e, portanto, de difícil solução, não podendo se prognosticar qualquer solução a curto prazo.

Quanto ao plano diretor ele se transformou em assunto na campanha da ARENA, pelos transtornos que estava trazendo à população. Foi este, uma realização do governo emedebista, de Vitório Tres. Propõe-se o candidato da ARENA a “humanizar” o referido plano[17].

Por sua vez, a plataforma do MDB pode ser sintetizada pelas declarações do vereador José Regis de Carvalho Prestes, líder do MDB na Câmara de Vereadores, em resposta ao líder da ARENA no jornal *O Pioneiro:*

> Toda a campanha política seja para cargos federais, estaduais e municipais, deve objetivar antes de tudo o esclarecimento da comunidade em torno do programa partidário. Este seria indiscutivelmente o centro da campanha do MDB que traz em seu programa, entre outros tópicos: a) revogação do AI-5 e do Decreto 477; b) reformulação da política salarial; c) restrição da remessa de lucro; d) respeito aos direitos humanos.
>
> Considerando que a eleição é municipal, é evidente que o atual governo municipal será analisado devidamente desde o enorme endividamento em que colocou o município, até a cobrança da plataforma apresentada pelos eleitores e não cumprida, especialmente no que diz respeito ao Distrito Industrial e rede de esgoto, esta, agora, começada demagogicamente.
>
> A tônica da campanha do MDB foi, portanto, a crítica à situação nacional com base em seu programa partidário e partindo daí para os problemas de caráter local, sempre vinculando-os com as diretrizes federais. Em relação aos problemas de caráter exclusivamente locais o MDB discutiu a questão da federalização da universidade; o problema do mandato de Mário Ramos; a administração municipal[18].

Sendo assim, não há equívoco em se afirmar que o MDB (com todas as limitações que o sistema político lhe impôs) atuou mais estruturado e de acordo com uma plataforma comum, ao passo que a ARENA respaldou-se, não tanto num conteúdo programático quando na figura de um candidato que procurava simbolizar a possibilidade de um fácil elo de ligação com os

---

[17] *Ibid.,* p. 18 a 22.
[18] *Ibid.,* p. 25 e 28.

poderes centrais; já que havia sido de lá que viera a sua indicação. Neste sentido, a ARENA definia-se como partido que legitimava uma decisão tomada pela cúpula governamental, uma vez que não havia conseguido superar suas divergências internas.

Reconstituindo, em síntese, a questão do alto teor de confrontação da campanha em Caxias, há que se retomar dois níveis observados. Um primeiro, de caráter quantitativo, envolve todo o potencial empregado na campanha, desde o aspecto material, o investimento em propaganda, até a mobilização de elemento humano na propaganda eleitoral, e no qual sente-se uma superioridade da ARENA na medida em que dispunha de mais apoio no setor econômico local e da participação na campanha de autoridades estaduais e federais. Com as restrições da Lei Falcão, no entanto, o estilo da campanha, baseada em reuniões de bairro ou distritais, bem como em comícios setoriais, foi comum a estratégia de ambas as agremiações políticas.

Um segundo, referente às características qualitativas do que é proposto na temática da campanha, há, como já foi acentuado, uma profunda diferença. A argumentação do MDB prende-se a problemas de caráter nacional refletindo-se ao nível local, a da ARENA vincula-se exclusivamente a uma visão paroquial da problemática municipal e apostando no candidato a prefeito para resolvê-los.

Em função deste contexto eleitoral, justifica-se o ritmo intenso da campanha, a disputa nos marcos de um quadro político polarizado e a indefinição, até um último momento, dos eleitores que não se identificavam com nenhum dos partidos, oferecendo, no marasmo político do sistema autoritário vigente, um raro espetáculo de mobilização político-eleitoral.

Anexo – Cronologia das eleições municipais em Caxias do Sul / 1976 [19]

Janeiro – 1976

14 – O ex-governador do Rio Grande do Sul, Euclides Triches, falando sobre as eleições municipais em Caxias do Sul, sua terra, apontou para a importância de encontrar nomes de prestígio para candidatos, na cidade.
28 – No MDB aparecem os primeiros nomes de possíveis concorrentes à Prefeitura de Caxias do Sul: Mansueto Serafini Filho e Victório Tres.
31 – Na ARENA surge o nome de Gravin, como possível candidato à Prefeitura.

[19] *Ibid.* p. 37 a 46.

Fevereiro – 1976

11 – Victor Faccioni declara que não será candidato a prefeito pela ARENA.

Março – 1976

24 – Realiza-se em Caxias do Sul homenagem a Mário Ramos, atual Secretário de Turismo do estado e ex-prefeito da cidade pela ARENA.

Abril – 1976

10 – Círculos políticos de Caxias do Sul comentam a possibilidade de a cidade ser declarada área de segurança nacional, devido aos tipos de indústria nela instalados.
11 – As lideranças regionais do MDB se reúnem para debater assuntos referentes à campanha eleitoral.
13 – Mansueto Serafini Filho é definido como candidato à Prefeitura de Caxias, pelo MDB.
17 – É indicado, extraoficialmente, o candidato a vice-prefeito pelo MDB, Clovis Drago, chefe da Executiva Municipal.

Maio – 1976

05 – Aparece o nome de João Luiz Cipolla como possível candidato à Prefeitura pela ARENA.
05 – Victor Faccioni reafirma que não concorrerá à Prefeitura.
19 – ARENA faz pressão sobre Faccioni para que aceite a candidatura a prefeito.
30 – Francisco Spiandorello, segundo especulações da imprensa, seria o candidato preferido do governador do estado à Prefeitura.

Junho – 1976

12 – Ala de Victor Faccioni na ARENA apoia o nome de F. Spiandorello.
23 – O governador Sinval Guazzelli se recusa a falar sobre a posição de Victor. Faccioni de não aceitar a candidatura.
26 – Victor Faccioni declara que não concorrerá à Prefeitura, em hipótese alguma.
30 – Victor Faccioni é aclamado ao Palácio Piratini, sede do governo estadual.
30 – Surge o nome de Abramo Bedim como candidato à Prefeitura pela ARENA.

Julho – 1976

07 – Ovídio Deitos e Mário Gardelim são os novos nomes que surgem como possíveis candidatos arenistas à Prefeitura.
19 – Realizada a Convenção do MDB de Caxias do Sul. Homologados os nomes de Mansueto Serafini Filho e Clovis Drago, respectivamente, candidatos a prefeito e vice-prefeito.
24 – Francisco Stedete novo nome lembrado pelos arenistas para a Prefeitura.
28 – O nome de Virvi Ramos aparece como possível candidato à vice-prefeitura da ARENA.

Agosto – 1976

04 – Victor Faccioni admite extraoficialmente sua candidatura.

10 – Victor Faccioni é recebido em audiência pelo presidente da República. Presentes o governador do estado, Sinval Guazzelli e o presidente nacional da ARENA, Francelino Pereira.
12 – Victor Faccioni anuncia a vinda do presidente da República a Caxias em outubro.
13 – Victor Faccioni leva a Otávio Cardoso, presidente regional da ARENA em exercício, os problemas sócio-econômicos de Caxias do Sul.
21 – Anuncia-se que o nome do candidato da ARENA para a vice-prefeitura será Virvi Ramos ou Francisco Spiandorello.
22 – É homologado em convenção o nome de Victor Faccioni como candidato da ARENA à Prefeitura de Caxias do Sul.
22 – Victor Faccioni recebe telegrama de apoio a sua candidatura do vice-presidente nacional da ARENA, Walter Peracchi Barcelos.
22 – ARENA se reúne 3 vezes para escolher candidato a vice-prefeito sem chegar a uma conclusão.
2S – Homologado o nome de Virvi Ramos como candidato a vice-prefeito da ARENA.
27 – Victor Faccioni recebe telegrama de apoio do ex-governador do estado, Euclides Triches.

Setembro – 1976

01 – O candidato Victor Faccioni faz uma reivindicação ao ministro Alysson Paulinelli (quando de sua recente visita a Caxias), para que seja criada uma Central de Abastecimento.
02 – Faccioni recebeu o pedido dos moradores do Bairro Santa Fé para que sejam ampliados os horários das linhas urbanas de ônibus para aquela zona da cidade.
03 – Declarações do candidato Mansueto Serafini no sentido da defesa de uma doutrina partidária. Questão base: não separar o município do resto do Brasil – a realidade é a mesma. Neste pronunciamento o candidato aponta os itens principais da campanha.
04 – Victor Faccioni aceitou o desafio de Mansueto Serafini para um debate público sobre os problemas de Caxias. Ambos já foram vereadores. Faccioni propõe que se discuta quem já fez mais pelo município quando esteve em cargos públicos.
07 – Faccioni mandou um oficio ao diretório regional da ARENA dando sugestões para a campanha eleitoral. Segundo ele o partido deve orientar. sua campanha para os temas específicos de cada município, não entrando em debate os assuntos nacionais.
11 – Surge a questão da impugnação de Virvi Ramos. Como ele está respondendo a um processo criminal torna-se inelegível para qualquer cargo eletivo. A ARENA lança uma nota a respeito e Faccioni também.

14 – Atentado ao comitê da ARENA: atiraram um sarrafo para dentro estilhaçando um vidro.
14 – Permanece a movimentação jurídica no sentido de manter a candidatura de Virvi Ramos.
14 – Faccioni em audiência com Guazzelli entregou um memorial reivindicando a criação (instalação) de um polo metal-mecânico no município de Caxias. Isto é justificado pelo fato de existirem muitas indústrias mecânico-metalúrgica-material elétrico em Caxias.
14 – Faccioni, nesta mesma ocasião pediu o apoio e interferência de Guazzelli junto ao governo federal, para a federalização da Universidade de Caxias.
14 – 20 funcionários da Prefeitura de Caxias tiveram que se afastar por serem candidatos a vereador.
21 – Virvi Ramos teve sua candidatura impugnada. A tese defendida pela ARENA – a da inconstitucionalidade da lei invocada pelo promotor vai ser mantida. A questão vai ao Supremo Tribunal Federal, se for necessário, a fim de que Virvi continue como candidato.
23 – O diretório municipal da ARENA preparou e encaminhou recurso ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando que seja alterada a decisão do juiz Celeste Rovani, de impugnar a candidatura a vice-prefeito de Virvi Ramos.
25 – O Superior Tribunal Eleitoral declarou inconstitucional, por parte da lei das inelegibilidades e parte da lei que se referia ao caso de Virvi Ramos.
25 – Vai se realizar domingo (dia 26) o seminário que o MDB preparou para os candidatos do partido à Prefeitura e Câmara de Vereadores. Isto já aconteceu em outras regiões, mas deste deverão participar, além dos candidatos locais, convidados de 20 municípios. Neste seminário o MDB orienta seus candidatos nos temas que devem ser abordados durante a campanha. Além deste, temas técnicos também são abordados: como formular o orçamento municipal, prioridade de obras públicas, técnica tributária, etc.
29 – Pedro Simon, presidente regional do MDB, faz uma declaração que irrita o Diretório Municipal da ARENA em Caxias; diz que: Victor Faccioni foi um candidato imposto pelo governo. O diretório reagiu dizendo que isto não é verdade. E revidou: “as candidaturas,do MDB é que foram impostas”. Mansueto teria sido sacrificado em 1974 por uma imposição da, cúpula do MDB.

Outubro – 1976

06 – Faccioni lança sua plataforma, tendo como primeira meta a industrialização do município.
07 – Regio Ferreti (vereador do MDB) acusa o ex-chefe da Casa Civil do Piratini (Faccioni), de nada haver feito por Caxias durante o governo Triches. Faccioni se defende também de acusações feitas por Pedro Simon de que ele estaria se candidatando por razões de satisfação pessoal.

09 – O MDB mobilizará neste final de semana todas as lideranças numa ação conjunta que abrangerá mais de 50 municípios.
19 – No dia 29, engenheiros, arquitetos, agrônomos e químicos deste município farão um debate trocando pontos de vista com os candidatos a prefeito e vice-prefeito. Será analisado o processo de desenvolvimento do município.
20 – O deputado Hugo Mardini, a pedido de Victor Faccioni, reiterou a reivindicação encaminhada ao ministro da Educação para que seja federalizada a Universidade de Caxias. O pedido foi entregue a Geisel. A resposta é esperada quando!da visita de Geisel a Caxias, mais para o fim do mês.
21 – O Diretório Municipal da ARENA comunica ao plantão da 1ª Delegacia de Polícia que candidatos e membros da ARENA vêm sendo alvos de atentados nos últimos dias. Tiros, socos e pontapés, sendo que o candidato a prefeito foi alvo de atentado à bala.
21 – Guazzelli instala hoje o governo do estado em Caxias. Tanto o governador como os secretários despacharão normalmente da prefeitura. Várias inaugurações serão feitas.
22 – O debate que havia sido programado pelo diretório central de estudantes foi cancelado.
23 – Guazzelli em Caxias dá uma entrevista coletiva e rebate as críticas que o MDB havia feito de que a instalação do governo neste município tinha objetivos eleitorais.
23 – Faccioni apresenta a Guazzelli uma série de reivindicações que abrange os mais variados setores.
26 – Triches retorna ao Rio Grande do Sul para participar da campanha arenista. Primeiro vai a Caxias onde aguardará a visita de Geisel. Ele já deu amplo apoio à candidatura de Faccioni.
27 – Visita do presidente Geisel a Caxias do Sul, sendo recepcionado na praça central por alunos dos colégios locais e procedendo diversas visitas e inaugurações.

Novembro – 1976

02 – O ex-governador Euclides Triches adere à campanha da ARENA e, desde sexta-feira última, está percorrendo os municípios do nordeste dando em Caxias seu total apoio a seu chefe da Casa Civil, Victor Faccioni.
04 – Esteve em Caxias, participando da campanha de Victor Faccioni, Amaral de Souza, vice-governador do estado.
05 – Participação de Ildo Menegheti, ex-governador do estado em comício arenista para apoiar Victor Faccioni.
10 – Mansueto Serafini Filho, candidato do MDB, lança programa de governo.
12 – Comício de encerramento da campanha do MDB.
12 – Comício de encerramento da campanha da ARENA.

II – A decisão eleitoral em Caxias do Sul

Judson de Cew

1 – Decididos versus *indecisos*

Uma das verdades frequentemente esquecidas no calor de uma campanha eleitoral é que boa parte do eleitorado define sua escolha eleitoral no início ou, até mesmo, antes da campanha eleitoral. Esta decisão prévia decorre da influência sobre a opção eleitoral das preferências habituais reforçadas pelas tradições e tendências partidárias locais.

Como indica a Tabela I, 81% do eleitorado regularmente inscrito em Caxias do Sul para votar no pleito de 15 de novembro de 1976 já sabiam em quem iriam votar antes das eleições.

Tabela I – Escolha eleitoral para Prefeito – Caxias do Sul (Em percentagens).

Declararam que iriam votar	**%**	
Em Victor Faccioni (ARENA)	43	81
Em Mansueto Serafini (MDB)	38	
Em branco ou nulo	2	
Indecisos	17	
(N) = 100%	709	

Nesta perspectiva analítica, caberia uma pergunta: para que serve uma campanha eleitoral se de fato a maioria do eleitorado já sabe em quem vai votar? Esta indagação poderia ser válida caso se tratasse de uma situação onde a preferência dos indivíduos favorecesse claramente um lado sobre o outro. Neste caso, a campanha eleitoral seria útil apenas para reforçar a situação dominante e estimular o trabalho e a confiança dos simpatizantes locais, mas não afetaria o resultado. Uma campanha eleitoral torna-se, porém, estrategicamente importante quando a distribuição da preferência eleitoral é mais equilibrada. Embora a maior parte do eleitorado geralmente, já tenha feito a sua escolha, resta uma outra parte que não a fez. O partido que conseguir atrair estes indecisos e incorporá-las ao seu

eleitorado provavelmente acumulará uma maioria de votos e ganhará as eleições.

Como indicam os dados da Tabela I, nenhum dos dois partidos gozava de uma situação de preferência absoluta nas eleições de Caxias. Embora o candidato da situação, Victor Faccioni, levasse, durante a campanha, uma pequena vantagem sobre o candidato do MDB, a única maneira de assegurar a vitória seria a ARENA conquistar o grupo dos indecisos; inversamente, os indecisos poderiam dar a vitória ao candidato da oposição, Mansueto Serafini, se o MDB conseguisse o seu apoio.

O equilíbrio das forças político-eleitorais em Caxias criou, porém, como já foi descrito, uma campanha extremamente competitiva, competitividade que pode ser ilustrada pelos esforços despendidos pelos partidos e pelo governo. Caberia examinar, neste contexto, a natureza da preferência eleitoral, com ênfase na análise dos eleitores indecisos, cuja opção foi crucial para o resultado das eleições em Caxias do Sul.

Inicialmente, deve-se ressaltar que o fato de 81% do eleitorado caxiense terem feito a sua escolha para prefeito antes das eleições não é uma surpresa para os padrões eleitorais do Rio Grande do Sul, que tem uma tradição partidária longa e polarizada. Em função desta experiência político-eleitoral gaúcha, vinculada às lutas políticas e à evolução econômico-social da sociedade rio-grandense, os indivíduos e os grupos sociais desenvolveram preferências políticas. Tais preferências, pré-existentes, são um fator básico na escolha eleitoral, dado que o indivíduo que se considera da ARENA tende a votar neste partido, o mesmo ocorrendo com os adeptos do partido oposicionista.

O conceito subjacente a esta afirmação e o de identificação partidária. Apoia-se na ideia de que o indivíduo adquire, através da experiência familiar, educacional e ocupacional, uma orientação política geral que se associa aos partidos políticos. Face à escolha eleitoral, o indivíduo utiliza sua identificação partidária como um ponto de referência para julgar as alternativas eleitorais, e, via de regra, ele escolhe de acordo com ela. Isto significa que, se o indivíduo se considera um emedebista em termos de orientação política geral, é altamente provável que ele votará nos candidatos do MDB.

Entretanto, para que este sentimento de identificação partidária tenha sentido, torna-se indispensável que os partidos políticos sejam entidades visíveis e reais. É provável que o Rio Grande do Sul constitua neste particular uma experiência atípica no Brasil, demonstrada pelas tradições partidárias que datam desde e até antecedem a República. Nesta perspectiva, o eleitorado de Caxias do Sul estava disposto a manifestar sua identificação partidária, conforme demonstram os dados abaixo.

Tabela II - Distribuição de respostas a pergunta: "o Sr. se considera da ARENA, do MDB, ou de nenhum dos dois?" (Em percentagens).

ARENA	40
MDB	38
Nenhum dos dois	19
Não sabe, não respondeu	3
(N) = 100%	714

Como se pode constatar, 78% do eleitorado qualificado manifestaram sua identificação partidária, sendo que 40% com a ARENA e 38% com o MDB. Estas porcentagens são extremamente semelhantes às proporções das intenções de voto nos candidatos à prefeito da ARENA e do MDB. A Tabela III abaixo demonstra a semelhança.

Tabela III- Escolha para prefeito por identificação partidária

Escolha	Partido		
	ARENA	**MDB**	**Nenhum**
Faccioni (ARENA)	94	2	26
Serafini (MDB)	0	91	16
Indeciso	5	7	48
Em branco ou nulo	1	0	10
(N) = 100%	284	269	135

Os dados desta tabela indicam que as pessoas identificadas partidariamente votarão maciçamente no candidato do seu partido: 94% dos arenistas vão votar em Victor Faccioni e 91% dos emedebistas em Mansueto Serafini. O fato de que a identificação partidária orienta o voto, mas não necessariamente o determina, está indicado pelas proporções dos ainda indecisos (5 por cento dos arenistas e 7 por cento dos emedebistas), pelas dos que pretendem votar contra o seu partido (2 por cento dos

emedebistas votarão na ARENA) e pelos arenistas que pretendem anular o voto ou votar em branco.

Mesmo considerando os indecisos e os que pretendem votar contra o seu partido, a Tabela IV ilustra como a identificação partidária estrutura o pleito. A quase totalidade dos simpatizantes de cada partido votará pelo candidato do seu partido. Mas, dado o equilíbrio da preferência partidária em Caxias, o resultado eleitoral dependerá basicamente dos indecisos. Estes, por sua vez, estão concentrados entre os sem partido: quase a metade das pessoas sem identificação partidária está indecisa. Resta, pois, o problema de explicar os fatores que vão influir na escolha eleitoral a nível individual nas eleições de Caxias do Sul.

2 – Fatores da preferência eleitoral

Como foi analisado anteriormente, a disputa entre duas tradições partidárias, a trabalhista (PTB-MDB) e a conservadora-liberal ("antiPTB"-ARENA), configura a experiência política de Caxias do Sul. O conflito ao nível eleitoral simboliza, entretanto, as tensões sociais subjacentes à política. Estas tensões sociais e a posição do indivíduo no seu interior constituem o principal fator condicionante da preferência política.

Desde 1930 a intensificação dos processos relacionados com a industrialização e a urbanização deram relevo à questão social na política brasileira (questão social entendida como disputa pela distribuição dos benefícios sócio-econômicos do processo de desenvolvimento entre grupos da sociedade).

Até 1964, a luta por maiores recursos em favor dos grupos menos favorecidos foi liderada pelas forças populistas. Na realidade, as posições relativas dos que tinham a ganhar e a perder no desenrolar político da questão social foram mais ou menos mantidas no período precedente. Desde 1964, porém, o nível geral de recursos sócio-econômicos na sociedade brasileira cresceu. Esse crescimento não teve o resultado de uma distribuição mais equilibrada dos recursos disponíveis. Muito pelo contrário, ele se processou ao mesmo tempo em que a política salarial fixava as classes assalariadas numa posição inferior. Posição esta agravada, aliás, pela inflação e pela paz social imposta pelo regime em vigor.

Na realidade, o indivíduo e os grupos sociais definem suas posições políticas no contexto de uma situação sócio-econômica dada. Os que não estão sendo beneficiados pelo processo tendem a dar maior apoio aos partidos que contestam o *status quo* sócio-econômico e denunciam as injustiças sociais. Na experiência rio-grandense, os partidos que encarnam esta tendência são o antigo PTB e o atual MDB. Do outro lado, os setores sociais favorecidos pelos benefícios do desenvolvimento tendem á apoiar os partidos políticos que defendem a ordem existente. Antes de 1965, os partidos conservadores-liberais (PSD, PL e UDN), frequentemente organizados em alianças formais e informais contra o PTB, preenchiam este papel. A partir de 1965, a ARENA é o partido do *status quo*[1].

Mesmo assim, há variações que caracterizam o apoio social que os partidos recebem. Primeiro, nem todos os membros de um determinado grupo social apóiam o mesmo partido. Sempre existe uma proporção maior ou menor que apoia o outro partido. A classe média alta caxiense, por exemplo, favorece a ARENA, mas também dá apoio substancial ao MDB. Isto se deve ao fato de que a mensagem do MDB não é limitada à classe trabalhadora e contém importantes elementos de atração para a classe média, como, por exemplo, a defesa da democracia. Tradições familiares podem também provocar casos desviantes, como operários arenistas e industriais emedebistas. Igualmente, na medida em que existe um certo grau de mobilidade social, indivíduos de origem emedebista podem transformar-se em arenistas, e vice-versa.

Fatores regionais tampouco devem ser excluídos. Caxias do Sul desfrutava, desde 1945, de uma situação partidária competitiva. Há regiões, entretanto, onde a predominância de um partido é tão absoluta que não existe uma efetiva diferenciação na escolha partidária. Esta situação tem sido típica das áreas rurais sob o domínio coronelista.

Como foi ilustrado graficamente na primeira parte deste trabalho, a zona rural de Caxias do Sul, preponderantemente de pequenas propriedades, é reduto da ARENA. Certas áreas agropastoris na fronteira do Rio Grande do Sul, em zona de latifúndio, porém, historicamente inclinaram-se para os partidos populistas, em função das características da urbanização e da

---

[1] Ver a primeira parte deste trabalho e também TRINDADE. Hélgio: "Padrões e Tendências do Comportamento Eleitoral no Rio Grande do Sul", em *Os Partidos e as Eleições no Brasil* (Lamounier e Cardoso, editores, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1976, p. 153-204).

penetração da organização partidária na área incentivada pela liderança estadual, esforço mantido pelo MDB rio-grandense até o presente[2]. No caso de Caxias do Sul, as regiões agropastoris, que têm fornecido uma boa parte da imigração rural mais recente, têm reforçado também o voto emedebista.

Todos estes elementos condicionam a relação entre posição sócio-econômica e preferência partidária, apesar das variações que podem ocorrer. No caso de Caxias do Sul, a situação sócio-econômica dos indivíduos é, porém, o principal fator de diferenciação da preferência partidária.

A posição sócio-econômica pode ser medida de duas formas: através da posição objetiva, definida segundo critérios do pesquisador, ou da posição subjetiva, quando o próprio indivíduo se classifica, de acordo com a sua autopercepção. Deixando de lado a discussão sobre as vantagens ou desvantagens de cada forma, todas as medidas convergem para o mesmo resultado: quanto mais baixo o indivíduo está situado na hierarquia social, tanto mais favorável ao MDB. A situação inversa indica uma tendência de maior apoio à ARENA. Os dados abaixo, sobre ocupação e preferência partidária, indicam uma forma objetiva de definir posição sócio-econômica, e são muito ilustrativos.

Tabela IV – Preferência partidária por ocupação (*) (Em percentagens).

	Categoria ocupacional			
	Empregador/ Administrador	Autônomo	Empregado regular	Empregado temporário
ARENA	51	51	34	22
MDB	27	32	40	67
Nenhum	22	17	26	11
(N) = 100%	(49)	(119)	(182)	(18)

(*) Foram excluídos desta tabela os que exercem trabalho não remunerado, como membros da família, os que não trabalham e também algumas situações especiais, de difícil definição.

Deve-se salientar que as categorias ocupacionais utilizadas nesta tabela são bastante amplas e nem sempre comportam uma hierarquização inequívoca. Os *autônomos,* por exemplo, principalmente os que possuem nível de instrução mais elevada, são muitas vezes melhor remunerados e têm mais prestígio social do que os *administradores.* Da mesma forma, a

[2] Ver, "Primeiros Nomes para 1978", *Veja,* 24/11/76, p. 24-26.

variação existente no grupo dos empregados regulares pode ser enorme. Questões desta natureza são discutidas em maior detalhe no trabalho de Bolivar Lamounier, neste volume, no qual o leitor encontrará inclusive exemplos para uma melhor compreensão das categorias ocupacionais utilizadas. Não cabe dúvida, porém, quanto à tendência principal nos dados da Tabela IV: uma preferência bem maior pelo MDB nas categorias de nível baixo (empregados permanentes e temporários) em contraste com o apoio dado à ARENA pelas categorias superiores. Diga-se de passagem que a relação seria ainda mais forte se tomássemos separadamente os *empregadores,* visto que, entre estes, o percentual de arenistas eleva-se para 56 pontos. Esta relação entre posição sócio-econômica e identificação partidária também pode ser constatada quando usamos uma variável subjetiva, qual seja, a autoidentificação subjetiva com uma classe social. É o que se vê na Tabela V.

Tabela V – Preferência partidária atual e auto-identificação de classe social (Em percentagens).

Classe social → **Partido ↓**	**Média alta**	**Média baixa**	**Trabalhadora**	**Operária**	**Pobre**
ARENA	54	42	40	33	22
MDB	24	35	43	53	56
Nenhum	22	23	17	14	22
(N) = 100%	159	217	154	51	54

Nesta tabela, a relação entre situação sócio-econômica e preferência partidária é ainda mais nítida. Embora possam existir distorções na autopercepção de classe social (pessoas relativamente bem situadas percebendo-se como trabalhadores, por exemplo), a relação é tão demarcada que estas possíveis "trocas" de posição na hierarquia social não perturbam substancialmente a relação.

Podemos concluir que há uma clara diferenciação entre os partidos caxienses em termos sócio-econômicos. De acordo com nossa interpretação, esta diferenciação entre os partidos reflete os alinhamentos entre as pessoas e os grupos sociais no contexto das tensões associadas com as clivagens sociais. Esta interpretação levanta um outro problema. Se, de fato, os partidos políticos simbolizam um conflito social subjacente e a presença deste conflito já é histórica na vida brasileira, não deveria haver

uma continuidade na direção de preferência partidária apesar da transformação do sistema partidário em 1965? Neste caso, se os antigos petebistas conservaram sua preferência em função de sua inserção nas tensões sociais da época e estas clivagens ainda continuam, não deveriam os antigos petebistas pertencer atualmente ao MDB? A Tabela VI, abaixo, indica que a continuidade na direção de preferência partidária é consistente, apesar da mudança do sistema de partidos.

Tabela VI – Preferência partidária atual e preferência partidária antes de 1965 (Em percentagens).

Partido atual	**Antigos partidos conservadores-liberais (PSD, UDN, PRP, PL, PDC)**	**Sem preferência antes de 1965**	**Antigos partidos trabalhistas (PTB-MTR)**
ARENA	76	42	14
MDB	12	30	74
Nenhum	12	28	12
(N) = 100%	(164)	(253)	(200)

Os dados demonstram o fato de que a imensa maioria dos que estavam identificados com os partidos conservadores-liberais mantém a mesma direção na sua preferência atual, identificando-se como atual partido do *status quo*. A mesma fidelidade caracteriza os antigos partidários dos partidos trabalhistas, que se concentram de maneira igualmente maciça no MDB.

Os dados desta tabela limitam-se, entretanto, àqueles que tinham idade suficiente ou pelo menos consciência do antigo sistema partidário. Aproximadamente 21 por cento dos eleitores de 1976 tinham apenas entre 7 e 14 anos na época da extinção dos antigos partidos e somente os mais antigos do eleitorado caxiense formaram suas perspectivas políticas no ambiente do antigo período multipartidário. A esta altura caberia uma pergunta: quais terão sido os fatores mais importantes na definição política dos eleitores mais jovens? De acordo com o nosso argumento deveria ser o contexto social, dominado pela questão social e reforçado pela tradição partidária local, que moldaria as orientações políticas dos mais jovens. Supor-se-ia, então, que as proporções de arenistas e emedebistas entre os jovens (18 a 25 anos) seriam aproximadamente iguais às proporções existentes nos grupos mais idosos.

Numa primeira aproximação, isto é precisamente o que ocorre. Embora os jovens de 18 a 25 anos sejam menos emedebistas do que os grupos mais idosos, não são mais arenistas do que as outras faixas etárias. A diferença entre os mais jovens e o eleitorado em geral é que os jovens demonstram tendência mais acentuada a ser independentes.

Se olharmos em detalhe, entretanto, descobriremos que o assunto é um pouco mais complexo. A Tabela VII apresenta a distribuição de preferência partidária segundo três categorias de nível educacional: primário, secundário e universitário. Dentro de cada categoria, a distribuição da preferência partidária é dada primeiro para a faixa etária de 18 a 25 anos e depois para todos os grupos etários situados naquele nível educacional. Esta apresentação permite cotejar a preferência partidária nos diferentes níveis educacionais e também os jovens com a distribuição geral dentro de cada categoria educacional.

Tabela VII- Preferência partidária dos mais jovens (18-25 anos) comparada com a preferência partidária geral, por nível educacional (Em percentagens).

Partido	**Nível educacional**					
	Primário		Secundário		Universitário	
	18-25	Geral	18-25	Geral	18-25	Geral
ARENA	51	41	38	39	39	50
MDB	34	43	39	37	25	21
Nenhum	15	16	23	24	36	29
(N) = 100%	39	401	77	205	28	63

O primeiro aspecto a observar nestes dados é que a preferência partidária *geral* por nível educacional segue a relação sugerida no início desta seção, ou seja, quanto mais baixa a posição na hierarquia social tanto mais provável que o entrevistado seja do MDB. A educação, como a ocupação, é um indicador objetivo de posição sócio-econômica. Estes dados sobre educação indicam, pois, que quanto menor o nível educacional, tanto mais provável a preferência pelo MDB. Mesmo assim, o MDB só goza de uma margem de preferência significativa entre os indivíduos com nível educacional primário, diluindo-se esta diferença no nível secundário. Entre os que estão cursando ou já obtiveram graus universitários, o partido oposicionista é totalmente minoritário.

Um padrão distinto caracteriza o grupo jovem. Com nível educacional primário, os jovens são muito mais arenistas do que seria

esperado por nossa interpretação. Já no nível secundário, os jovens têm uma distribuição de preferência partidária quase idêntica à distribuição geral com tendência a serem um pouco mais inclinados a preferir o MDB. Com experiência universitária, porém, os jovens, embora dando o peso da sua preferência para a ARENA, são um grupo menos arenista e mais emedebista do que o grupo de pessoas com educação universitária em geral. Se tivéssemos uma série de estudos sobre o tema, poderíamos saber melhor se pessoas com níveis baixos de educação são mais conservadoras quando jovens e se, com sua inserção na experiência da vida, os problemas que enfrentam modificam suas perspectivas políticas. O mesmo poderia ocorrer com os universitários que, sob a influência do ambiente universitário, tendem a ser menos conservadores, mas com a entrada no mercado de trabalho, passam a ser mais conservadores nas suas orientações políticas[3].

Certamente, casos individuais que demonstram tais mudanças são conhecidos. Não há razão, *a priori,* para rejeitar a noção de que preferência partidária seja determinada pela posição sócio-econômica. Mesmo assim, as diferenças encontradas entre os jovens sugerem o papel de outros fatores além dos sócio-econômicos na definição de preferência partidária. Um dos fatores que valeria a pena examinar é a ideologia.

Entender-se-á por ideologia, neste contexto, o grau de consistência nas opiniões das pessoas, vale dizer, a maneira como os indivíduos organizam suas opiniões. Se uma pessoa expressasse sua opinião sobre cinco questões, por exemplo, ela seria muito consistente se as suas opiniões sempre fossem manifestadas na mesma direção. Para facilitar a compreensão, os dois extremos de consistência das opiniões serão denominados direita e esquerda, embora correspondam essencialmente às posições políticas formais da ARENA e do MDB.

Para identificar a consistência ideológica dos entrevistados foram escolhidos cinco itens do questionário aplicado em Caxias do Sul. Estes

[3] Em sua contribuição para este volume, apresenta Fábio Wanderley Reis uma discussão bastante útil sobre as relações entre idade, nível educacional, oportunidades de trabalho e comportamento político. Em particular, sugere o referido autor que o crescimento econômico do período pós-1964 atenuou ao menos temporariamente as dificuldades que os mais jovens encontravam no mercado de trabalho, tornando-os mais conservadores. Ressalva, entretanto, que esta tendência não necessariamente compreende os jovens que atingem os cursos superiores, dada a singularidade do ambiente universitário.

itens referem-se à opinião dos entrevistados sobre as eleições diretas, a manutenção do Ato Institucional nº 5, a natureza democrática ou não do sistema político brasileiro, a mudança na política salarial, e o controle pelo governo das empresas estrangeiras. A razão desta escolha foi a de cobrir várias dimensões do universo ideológico: desde a forma do governo no país (eleições diretas, Ato Institucional nº 5 e sistema político democrático ou não), passando por um importante aspecto da política econômica (a política salarial), até itens relacionados com a política de desenvolvimento e o nacionalismo na experiência brasileira (as empresas estrangeiras). A ideia subjacente é proporcionar uma série de dimensões para os indivíduos demonstrarem sua consistência ideológica.

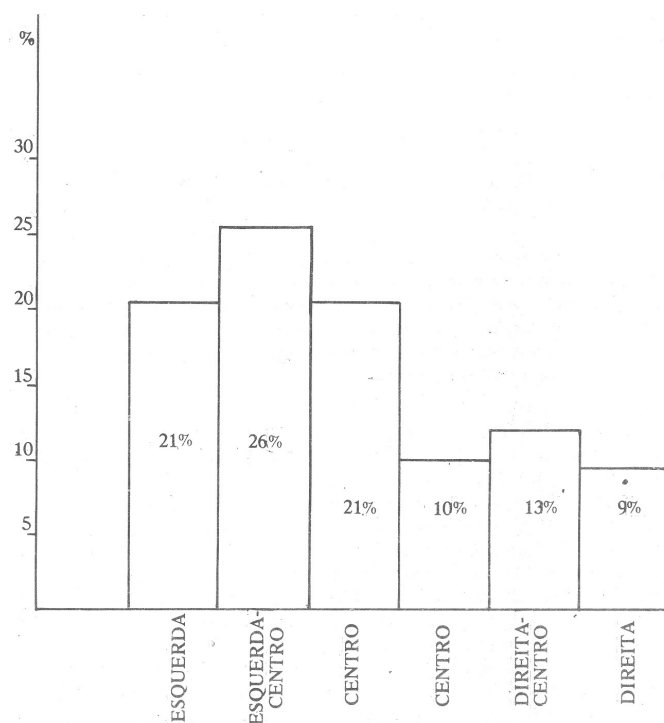
Os dados foram examinados a partir dos 714 eleitores da amostra de Caxias do Sul, e revelam que apenas 34 mantiveram consistência perfeita nas cinco questões. Este grupo representa aproximadamente 5% do eleitorado e pode ser considerado como ideologicamente integrado. Cabe ressaltar que 33 eleitores deste grupo foram consistentes numa posição de esquerda, havendo apenas uma pessoa inteiramente consistente na direita. Seria, talvez, impróprio esperar que as pessoas fossem mais consistentes nas suas opiniões. Certamente existem pessoas que tiveram 3 ou até 4 respostas consistentes e uma ou duas respostas do tipo “depende” ou “não sei”, ou ainda, recusaram-se a responder. Igualmente, é provável que pessoas que optaram por uma alternativa de esquerda em certo assunto, em outro tenham escolhido uma alternativa de direita[4]. A fim de representar os diversos graus de consistência existentes no eleitorado caxiense, foi criada uma escala de consistência, dividida em seis partes.

As pessoas cujas opiniões são mais consistentemente esquerdistas ou direitistas distribuem-se nos extremos da escala correspondente: neste caso, os 33 entrevistados consistentes de esquerda encontrados na amostra situam-se num lado da escala e o único caso de direitista consistente

[4] Como foi mencionado no texto, foram escolhidos cinco itens do questionário. Para a construção desta escala, os cinco itens foram recodificados em três alternativas: esquerda, direita e intermediária ou centro, esta última compreendendo todas as respostas do tipo “depende”, “não sei”, e também os casos de recusa, Depois cada item foi padronizado através da transformação de “Z” ($\overline{X}$ – X / desvio padrão de X), Esta transformação cria maior compatibilidade entre os itens e melhora o caráter dimensional da escala final, obtida pela soma dos cinco itens. Os valores resultantes foram divididos em seis grupos, que são os valores da variável usada na análise.

encontra-se no lado oposto. Por sua vez, as pessoas menos consistentes de direita ou de esquerda, distribuem-se nos escalões intermediários, ficando localizadas no centro as pessoas de opiniões totalmente inconsistentes.

Desta forma, tornou-se possível representar o perfil de consistência do eleitorado caxiense como aparece, graficamente, na Tabela VIII. Além da consistência, o perfil também indica a direção geral da opinião do eleitorado. Em Caxias do Sul, a direção de opinião é decididamente inclinada à esquerda. O fato de que 48% (21 mais 27 por cento) do eleitorado têm opiniões mais ou menos consistentes de esquerda e assim ocupam o lado da esquerda e centro-esquerda da escala tem, porém, implicações importantes na distribuição da preferência partidária e no resultado das eleições municipais.

Tabela VIII – Perfil da opinião do eleitorado de Caxias do Sul, 1976.

Se a opinião das pessoas está associada com a preferência partidária, seria de esperar uma concentração maior das pessoas com atitudes de esquerda no MDB, uma concentração menor entre os independentes e uma minoria muito pequena entre os arenistas. Inversamente, os indivíduos com atitudes inclinadas à direita deveriam estar concentradas na ARENA, com frequências menores entre os independentes e emedebistas.

Os dados da Tabela IX confirmam, de maneira geral, esta suposição. A relação, entretanto, é menos clara do que poderia ser esperado. Entre os que caem na extrema esquerda da escala existe uma maioria, de fato, que dá sua preferência ao MDB. Uma preferência majoritária pela ARENA caracteriza, também, os da extrema direita na escala de posição ideológica. Fora das categorias extremas, entretanto, encontramos uma situação mais equilibrada. Na categoria "centro-esquerda", por exemplo. 43 por cento favorecem o MDB ao mesmo tempo em que 38 por cento preferem a ARENA. Padrões semelhantes ocorrem nas duas categorias centrais.

Tabela IX – Preferência partidária por posição ideológica (Em percentagens).

Partido	**Esquerda**	**Centro-esquerda**	**Centro**	**Centro**	**Centro-direita**	**Direita**
ARENA	26	38	39	40	63	63
MDB	52	43	41	42	16	20
Nenhum	22	19	20	18	21	17
(N) = 100%	152	181	140	65	90	65

Uma das primeiras conclusões que resultados deste tipo poderiam gerar é a de que as pessoas não escolheram conscientemente o seu partido político. Dado o peso da tradição na fundação de preferência partidária, distorções podem ocorrer, sendo possível, por exemplo, que os jovens de uma família arenista adotem esta preferência sem as atitudes ideológicas que seriam esperadas.

Cumpre indagar, por tanto, se a posição ideológica exerce efeitos independentes sobre a preferência partidária ou, ao contrário, se as relações acima indicadas são mera decorrência da relação entre ideologia e posição sócio-econômica. Se este for o caso, esperaríamos encontrar maior apoio para a ARENA e maior apoio para o MDB à medida que se sobe na escala social independentemente da posição ideológica. Os dados da Tabela X permitem investigar estas hipóteses, focalizando somente as categorias

extremas esquerda e direita, e controlando o nível de instrução. Os dados indicam, com efeito, que as preferências pela ARENA aumentam e as preferências pelo MDB diminuem à medida que aumenta o nível de instrução, e isto tanto para os indivíduos de direita quanto para os de esquerda. O percentual de arenistas entre as pessoas de direita e de instrução secundária é o único desvio neste padrão, que se mantém em todas as outras comparações.

Assim os dados mostram que existe uma relação entre posição sócio-econômica e preferência partidária. independentemente da ideologia. Entre os eleitores de esquerda, por exemplo, a parcela que corresponde à ARENA *cresce* de 21%. no nível primário, para 29 e 32% nos níveis secundário e universitário, e a que corresponde ao MDB *decresce* de 59 para 53 e 27%, respectivamente. Entre os de direita o padrão não é tão nítido, mas existe. Constata-se, com efeito, que a proporção de arenistas. que é de 68% no nível primário, cai para 50% no nível secundário e sobe novamente, atingindo 86% entre os universitários. A parcela que corresponde ao MDB é de 19% no nível primário, de 25% no secundário e de 0% no nível universitário. Ou seja, somente os eleitores de direita com instrução secundária é que se afastam um pouco do padrão esperado, a ser correta a hipótese de que a posição sócio-econômica influencia a preferência partidária, independentemente da ideologia. Contudo, verificamos que a ideologia *também* exerce um efeito independentemente da posição sócio-econômica. Dentro de cada nível educacional existem marcadas diferenças na proporção de arenistas e emedebistas, conforme se trate de eleitores de esquerda ou de direita. A proporção de arenistas é sempre superior a 50%, e a de emedebistas nunca superior a 25%, entre os de direita. Inversamente, entre os de esquerda, existe somente um caso, o das pessoas de nível universitário, em que a parcela de arenistas é maior do que a de emedebistas, e mesmo assim por pequena margem (32 e 27%, respectivamente).

Estas informações indicam, portanto, que a posição sócio-econômica e a ideologia, na definição operacional que aqui adotamos, exercem ambas algum eleito sobre a preferência partidária. A constatação de que a ideologia, em particular, exerce um efeito independente tem uma grande importância num contexto eleitoral polarizado como é o de Caxias, pois, como vimos, existe uma inclinação ideológica global para a esquerda. É fácil verificar pela Tabela X que a maioria dos independentes *(nenhum* partido) se inclina para a esquerda. E não apenas isto, mas também que a maioria dos ideologicamente situados na esquerda com educação universitária se define como independente. Estes fatos indicam a existência de uma área não demarcada pelos partidos: de um grupo que, embora inclinado para a esquerda, como a maioria do eleitorado, precisa ser influenciado durante a campanha eleitoral.

Tabela X – Preferência partidária por posição ideológica controlada pelo nível educacional (Em porcentagens)

Partido	**Nível educacional**					
	Primário		Secundário		Universitário	
	Extrema esquerda	Extrema direita	Extrema esquerda	Extrema direita	Extrema esquerda	Extrema direita
ARENA	21	68	29	50	32	86
MDB	59	19	53	25	27	0
Nenhum	20	13	18	25	41	14
(N) = 100%	80	31	45	24	22	7

3 – Perfis da decisão eleitoral

Uma eleição sempre se caracteriza por um determinado contexto formado pelo perfil de identificação partidária local (o que é um elemento bastante estável e empiricamente demarcado) e por fatores específicos de uma eleição. Tais fatores incluem os candidatos, suas imagens e os temas que dominam a campanha. Os temas da campanha refletem os problemas e conflitos locais e, se for o caso, exprimem questões gerais ao nível do estado e da nação.

As linhas gerais do contexto eleitoral em Caxias do Sul já foram previamente discutidas. Foi uma eleição altamente competitiva na qual um candidato arenista imposto por decisão governamental disputou a Prefeitura com um candidato emedebista reconhecido localmente. A ARENA, seguindo as diretivas nacionais e estaduais, procurou realizar uma campanha em termos municipais, isto é, orientada para problemas locais, apontando as realizações dos governos arenistas locais, estaduais e nacionais e promovendo o seu candidato como o mais indicado para tratar dos problemas e continuar com as realizações. O MDB caxiense, também atento às diretivas nacionais e estaduais, "municipalizou" sua campanha, mas simultaneamente, aproveitou a oportunidade para chamar atenção para

a problemática nacional, ou seja, a questão da democracia, a defesa dos direitos individuais e sociais associados com a inflação e a política salarial.

O eleitor caxiense envolto na disputa eleitoral deveria realizar sua escolha dentro deste contexto. No caso de Caxias, para a maioria a identificação partidária será suficiente para definir a decisão eleitoral. Outros eleitores sentir-se-ão influenciados pelas imagens e personalidades dos candidatos, e ainda outros estarão motivados nas suas escolhas por problemas locais e nacionais.

Os elementos do contexto eleitoral pesam diferentemente para cada eleitor. A determinação do peso relativo de cada elemento na decisão eleitoral individual é impossível de estabelecer. É possível, porém, detalhar o peso relativo dos diferentes fatores no contexto eleitoral para vários grupos de eleitores. Dada a estruturação partidária da eleição em Caxias, focalizaremos dois grupos básicos de eleitores: de um lado, os que são identificados partidariamente, e, de outro, os que não o são e formam a categoria dos independentes.

Cinco elementos foram identificados e selecionados no contexto eleitoral em Caxias. Primeiro, a identificação partidária do indivíduo. No início desta seção, a identificação partidária foi apontada como um dos fatores básicos que orientam a escolha eleitoral. Esta mesma medida é usada aqui para avaliar seu peso relativo frente aos outros elementos. Segundo, foi criada uma escala de avaliação dos governos arenistas ao nível local, estadual e nacional. A posição de cada indivíduo nesta escala depende da sua opinião sobre o desempenho do governo do prefeito Mário Vanin em Caxias, do governo Sinval Guazzelli no Rio Grande do Sul e do governo do presidente Geisel a nível nacional. Assim, os sentimentos de aprovação ou desaprovação sistemática ao desempenho destes governos poderá ser relacionado com o voto, especialmente em função do papel direto na campanha caxiense destas personalidades políticas.

Três outras escalas também foram utilizadas. A escala de consistência ideológica referida anteriormente foi usada para medir o efeito da tomada de posição ideológica a respeito de alguns aspectos gerais da situação política brasileira. Outra escala, tratando diretamente do problema do custo de vida, foi construída, com o objetivo de constatar até que ponto este fator entrava no cálculo individual das pessoas.

Finalmente, uma última escala reunia quatro itens ligados com problemas econômico-sociais: atendimento pelo INPS, casa própria através do BNH, educação primária e policiamento da cidade[5].

A técnica empregada para avaliar o efeito destes cinco fatores na decisão eleitoral é conhecida como a "análise de comunalidades"[6]. Trata-se de uma técnica estatística que permite o cálculo do efeito total de todos os elementos sobre o voto, assim como permite discriminar o efeito independente de cada um dos elementos. Após a identificação dos efeitos independentes associados com cada fator, restará uma quantidade residual chamada de "comunalidade", que embora estatisticamente possível de detalhar, para simplificar a análise, será apresentada como uma quantidade única. A comunalidade representa, neste caso, o peso relativo de todos os elementos nas suas intercombinações no que concerne à decisão eleitoral.

---

[5] Veja a nota anterior. As escalas de avaliação dos governos, dos problemas locais e do custo de vida são menos complexas que a escala de consistência ideológica. Em todos os casos os itens foram recodificados para definir uma categoria intermediária, contendo as respostas do tipo "mais ou menos", "depende", "não sabe", e também os casos de recusa. A escala de avaliação dos governos é o somatório da opinião sobre os governos Geisel, Guazzelli e Vanin. A escala de avaliação dos problemas locais é o somatório dos quatro itens de opinião sobre o INPS, casa popular através do BNH, educação primária e policiamento da cidade. A escala de custo de vida é simplesmente a opinião sobre esse item, recodificada. Em qualquer destas escalas, pratica-se alguma violência na composição da posição intermediária, dada a necessidade de juntar as respostas do tipo "depende" ou "mais ou menos" com as do tipo "não sei" e com os casos de recusa. Essa violência se justifica por duas razões. Primeiro, para fins computacionais, algo tem que ser feito com as respostas que não fazem parte da escala. Segundo, é razoável supor que uma certa proporção destas respostas representam pessoas que realmente não têm opinião e que portanto podem cair numa posição intermediária. Se de fato as respostas "não sabe" e as recusas em responder se associam às vezes com os mais ideológicos, ou seja, com os extremos, o caráter somatório das escalas em parte contorna o problema, permitindo que a resposta intermediária em um item seja equilibrada por uma resposta de esquerda ou de direita noutro item. Finalmente, deve-se notar que todas as escalas correm na mesma direção. Como no caso da identificação partidária, as alternativas da direita são sempre designadas por um valor numérico baixo e as da esquerda por um valor numérico mais alto. Assim, em qualquer das escalas, a inclinação à direita é marcada por valores baixos após a soma, a intermediária por valores médios, e a inclinação à esquerda por valores mais altos.

[6] Uma discussão formal desta técnica pode ser encontrada em KERLINGER, Fred N., *Multiple Regression in Behavioral Research* (New York: Holt, Rinehart and Winston, 1973, p. 297-305).

Um exemplo servirá para esclarecer a técnica e a sua interpretação. A Tabela XI apresenta o resultado do cálculo para os identificados partidariamente. Primeiro, examina-se o valor da chamada variância explicada total (R^2). Quanto mais próximo de um (1.0), tanto mais poderosos os elementos utilizados na explicação da decisão eleitoral. Neste caso, o valor é 0.86, ou seja, um valor alto, especialmente com dados oriundos de uma pesquisa de opinião.

Posteriormente, a contribuição particular de cada elemento é analisada. Como os dados indicam, a identificação partidária é o fator mais importante na decisão eleitoral. O seu peso é destacado pelos 73% da variância explicada que esta variável representa no cálculo. Os outros quatro elementos conjuntamente contribuem muito pouco na decisão eleitoral: no total, seu peso é de 1%. Apesar da sua fraca contribuição em termos relativos, a ordem entre os elementos é interessante. Nota-se que o custo de vida tem um peso duas vezes superior a qualquer dos outros três fatores. Dentre os três últimos fatores, a contribuição de cada um é quase idêntica, embora a opinião sobre os governos supere o efeito da ideologia na decisão eleitoral, que por sua vez é um pouco mais importante do que a influência dos problemas econômico-sociais.

Tabela XI – Análise de comunalidade dos elementos do contexto eleitoral e seu peso relativo na decisão eleitoral para os identificados partidariamente (arenistas e emedebistas).

Elemento	**Variância explicada**	**% da variância explicada**
1) Identificação partidária	.62941	73.0
2) Custo de vida	.00203	0.4
3) Opinião sobre governos	.00094	0.2
4) Ideologia	.00089	0.2
5) Problemas econômicos-sociais	.00082	0.2
6) Comunalidade	.22515	26.0
Variância explicada total (R^2)	.85924	100.0 (N=556)

Este resultado reforça o argumento de que a identificação partidária é o principal fator que orienta a decisão eleitoral dentre os que têm esta identificação. Os dados não devem ser interpretados, entretanto, no sentido de que os outros elementos não entram na decisão eleitoral dos indivíduos. O que acontece é que as opiniões das pessoas sobre o governo, os problemas econômicos-sociais e questões gerais da política (posição

ideológica) são integradas com a identificação partidária. O emedebista tende a votar no candidato emedebista, por exemplo, não somente pelo fato de o candidato ser do seu partido, mas também pelo fato de que esta escolha combina-se com as orientações desta pessoa em relação aos outros problemas. Devido a esta combinação, o peso relativo dos outros elementos é baixo em relação ao da identificação partidária.

Os independentes, por sua vez, não têm uma predisposição partidária. Nesta situação, a contribuição dos outros elementos na escolha eleitoral deverá ser maior. Como demonstram os dados da Tabela XII, sem a presença da identificação partidária os outros elementos do contexto eleitoral ganham maior peso relativo.

Apesar desta relevância, os outros fatores não explicam adequadamente a decisão eleitoral entre os independentes. O total da variância explicada, sendo apenas de .06069, indica, em princípio, a necessidade de considerar ainda outros elementos.

Tabela XII – Análise de comunalidade dos elementos do contexto eleitoral e seu peso relativo na decisão eleitoral para os independentes.

Elemento	**Variância explicada**	**% da variância explicada**
1) Problemas econômicos-sociais	.01573	26
2) Custo de vida	.01212	20
3) Opinião sobre governos	.00551	9
4) Ideologia	.00045	1
5) Comunalidade	.02688	4
Variância explicada total (R^2)	.06069	100.0 (N=137)

Mesmo com um resultado geral não muito encorajador, a técnica define um perfil da importância relativa dos diferentes elementos no. contexto eleitoral dos independentes. Os problemas econômico-sociais figuram em primeiro lugar, seguidos da questão sobre o custo de vida. Em terceiro lugar, mais distante dos dois primeiros, figura a opinião sobre os governos. A ideologia, como no caso dos que têm preferência partidária, tem um peso muito baixo na escolha eleitoral. Como anteriormente, a comunalidade reflete as combinações entre os elementos, sendo que o valor relativamente alto das comunalidades sugere que há maior incidência de fatores atuando conjuntamente na decisão eleitoral dos independentes do que na dos identificados partidariamente.

Uma das razões que explicam o baixo poder explicativo deste cálculo é a ausência de uma medida incorporando a avaliação dos candidatos. Os dados colhidos em Caxias do Sul para medir este aspecto do contexto geral não estavam disponíveis para este trabalho. Convém notar, entretanto, que em outro estudo sobre as eleições de 1974 em Porto Alegre a avaliação de candidatos era o elemento de segunda importância para os eleitores identificados partidariamente e de primeira importância para os independentes[7]. Se alguma medida de avaliação dos candidatos estivesse disponível para esta análise, é provável que um resultado semelhante tivesse sido obtido, juntamente com um cálculo mais significativo.

Apesar desta limitação, a técnica empregada permite ilustrar o impacto dos vários elementos no contexto da decisão exercida pelo eleitorado. Sabe-se, pois, para os que têm uma identificação partidária, que esta identificação servirá para orientar preponderantemente sua escolha eleitoral. O custo de vida tem para este grupo um menor efeito independente, mas, em comparação com os outros elementos do contexto, pesa relativamente mais. Os independentes, de outro lado, são mais sensíveis aos problemas econômico-sociais e ao custo de vida do que às avaliações sobre os governos arenistas. Finalmente, a ideologia é um fator secundário para ambos os grupos, no que diz respeito à escolha de candidatos.

4 – O desfecho eleitoral

Os dados que apóiam esta análise foram colhidos antes das eleições de 15 de novembro de 1976 e permitem detalhar as linhas básicas da preferência partidária, bem como admitem a análise do peso relativo dos vários elementos do contexto eleitoral na decisão finalmente tomada pelos eleitores. Contudo, os dados não "predizem" os resultados efetivamente observados em Caxias do Sul, onde ocorreu uma vitória maciça do MDB. A fim de apreciar melhor a discrepância havida entre nossos dados amos trais e o resultado da eleição, discutiremos a seguir uma hipótese sobre o que pode ter ocorrido às vésperas do pleito, e concluiremos este trabalho com a

[7] Mais precisamente, a imagem do candidato pesava 3% para os identificados partidariamente e 30% para os independentes. Ver DE CEW, J. *Polítical Experience and Electoral Behavior in Brazil: Rio Grande do Sul,* tese de doutoramento, Universidade de Connecticut, 1977, p. 356.

discussão de algumas possíveis distorções na amostra. A hipótese tratada a seguir força-nos a apresentar algumas conjecturas baseadas na teoria do comportamento eleitoral. O procedimento pode parecer uma tentativa de explicar *ex post facto* os resultados, mas este é um risco inevitável, e quiçá válido no esforço de alcançar melhor compreensão dos acontecimentos.

Como já foi dito anteriormente, o contexto das eleições em Caxias do Sul foi altamente competitivo. Esta competitividade estruturou-se fundamentalmente em termos partidários. Em consequência, o resultado da eleição dependia, de forma decisiva, dos independentes, que na hora da decisão, optaram em favor do MDB. Como explicar esta opção?

O primeiro fator a levar em consideração é a possibilidade de que os independentes tenham constituído na sua disposição geral, um conglomerado de eleitores receptivos à campanha e aos argumentos do MDB. Em outras palavras, os independentes representavam uma massa eleitoral *potencial* para o MDB. A Tabela XIII explora esta possibilidade empiricamente.

Os dados nela contidos apresentam as proporções de cada grupo, identificado partidariamente que *não* ficou satisfeito com o tratamento dado pelo governo ao problema em questão. Cinco problemas foram apresentados, e observa-se que o grau de insatisfação depende da natureza do problema. O custo de vida entra em primeiro lugar, seguido do atendimento pelo INPS. Depois vem o problema da casa própria, seguido, por sua vez, pelo problema do policiamento e, numa quinta posição, mais distante, pela questão da educação primária. Mais significativa, porém, do que a simples distribuição das respostas é a posição dos independentes. Em geral, eles se situam numa posição intermediária de insatisfação entre os arenistas e os emedebistas. Um certo grau de inclinação para a posição emedebista é visível na questão do custo de vida, o problema que evidencia o maior grau de insatisfação e, como se demonstrou há pouco, bastante importante no cálculo eleitoral dos independentes.

A posição intermediária dos independentes indica, à primeira vista, que o grupo constituiu uma massa eleitoral potencial tanto para a ARENA, quanto para o MDB. Dito de outra forma, o MDB não gozava, em princípio, de acordos com estes dados, de uma vantagem potencial junto aos independentes. O segundo fator que devemos considerar, entretanto, é o contexto eleitoral.

Tabela XIII – Porcentagem que considera que o problema não está sendo resolvido satisfatoriamente, por identificação partidária. (*)

Problema	ARENA	Independente	MDB
1) Atendimento pelo INPS	16	24	41
2) Casa própria através do BNH	27	30	36
3) Educação primária	4	4	6
4) Policiamento	27	30	31
5) Custo de vida	60	76	82
(N)	279	130	267

(*) O complemento destas porcentagens corresponde aos que estão *satisfeitos* com o desempenho governamental em cada um dos cinco problemas.

O contexto eleitoral favoreceu ao MDB. Como partido no poder em todos os níveis (prefeitura, governador do estado e presidência), a ARENA dificilmente escapava do ônus político da insatisfação relativa a problemas existentes. Se havia insatisfação com a inflação ou com o atendimento pelo INPS, com a situação habitacional ou com a qualidade do policiamento em Caxias, esta insatisfação deveria recair sobre o partido governamental e ter consequências favoráveis ao MDB, partido não responsável pelos problemas e até mesmo o porta-voz dessa insatisfação na campanha eleitoral.

O fiel da balança significativo são os independentes. O grupo que poderia ter sido uma massa eleitoral potencial tanto para a ARENA como para o MDB está envolto num contexto eleitoral favorável ao MDB. Mas quase a metade dos independentes ainda está indecisa. De qualquer modo, os independentes tiveram que chegar a uma decisão eleitoral. Embora existam sinais que indicam uma tendência para o MDB, o que poderia ter ocorrido para reforçar esta tendência e dar, efetivamente, a vitória eleitoral à oposição?

Esta questão requer que uma característica particular dos independentes seja reconhecida. Os independentes não somente constituem o grupo mais indeciso eleitoralmente, devido, em boa parte, à ausência de um ponto de referência de identificação partidária, mas são também o grupo menos envolvido e menos interessado na política em geral. Os dados da Tabela XIV mostram o baixo grau de envolvimento e de interesse pela política e pelo processo eleitoral dos independentes.

Tabela XIV – Interesse e envolvimento político por identificação partidária (Em percentagens). (*)

	ARENA	INDEPENDENTE	MDB
Conversou *muitas vezes* sobre a eleição com pais ou parentes	54	10	37
Conversou *muitas vezes* sobre a eleição com colegas de trabalho	49	13	38
Tem *muito* interesse na política	15	9	14
Está *muito* preocupado com o resultado das eleições	54	15	39
(N)	286	136	269

(*) O complemento destas porcentagens corresponde aos que conversaram. *poucas* vezes, não conversaram, etc.

Diante disto, a questão atrás referida deve ser *reformulada.* A questão é saber o que poderia ter tirado os independentes do seu baixo nível geral de envolvimento e de interesse para expô-los ao contexto da campanha eleitoral. Se os independentes foram expostos positivamente ao ambiente eleitoral, cuja direção favorecia ao MDB, a tendência eleitoral em favor do partido da oposição seria reforçada e a vitória eleitoral assegurada. Na realidade, o fragor que sacudiu, figurativamente, os independentes indecisos de Caxias do Sul foi o chamado fluxo de informação[8]. Em outras palavras, a influência da intensidade da campanha, da propaganda e do nível de atenção geral presente no contexto eleitoral. Quanto mais intenso o fluxo de informação, tanto mais provável que os grupos inicialmente menos envolvidos na atmosfera eleitoral sejam finalmente influenciados pelo clima eleitoral.

Neste sentido, as eleições municipais de 1976 tiveram um aspecto peculiar em função das restrições impostas pela "Lei Falcão". Como foi discutido anteriormente, a limitação ao uso do rádio e da televisão, a proibição de debate público entre os candidatos/adicionada às limitações pré-existentes sobre o uso da imprensa, obrigou os candidatos em Caxias do Sul a uma campanha eleitoral de contato interpessoal e à multiplicação de comícios de bairros. Ambos os partidos foram muito ativos nessa estratégia, embora o MDB tenha feito um esforço mais consistente. Por melhor que

[8] Este conceito vem do trabalho de CONVERSE, Phillip, "Information Flow and the Stability of Partisan Attitudes", no livro de Angus Campbell *et al., Elections and the Political Order* (New York: John Wiley & Sons, 1966) p. 136-137.

seja, entretanto, uma campanha baseada em contatos interpessoais, a maior penetração ocorre através do rádio e da televisão, que atraem uma vasta audiência e não requerem que o indivíduo saia de casa, sendo, pois, a melhor maneira de elevar o fluxo de informação e expor os menos envolvidos ao contexto eleitoral.

A campanha da ARENA ajudou a elevar o fluxo de informação. A participação ativa de ex-governadores arenistas (Euclides Triches, Ildo Meneghetti), do vice-governador do estado, Amaral de Souza, da instalação do governo estadual de Sinval Guazzelli por três dias na cidade e, mais importante ainda, a visita e o discurso do presidente Ernesto Geisel durante a campanha, serviram para gerar publicidade e atrair a atenção de um público maior do que seria esperado e para levá-lo, numa situação condicionada pela Lei Falcão, a envolver-se no contexto eleitoral.

Este ponto é fundamental. O que ocorreu foi, de fato, a elevação do fluxo de informação e, consequentemente, da visibilidade do contexto eleitoral. Os independentes e os outros indecisos tiveram sua atenção chamada para o contexto da campanha. Com o contexto eleitoral mais evidente, tornando-se a atmosfera política mais intensa, os indecisos tiveram melhores condições de avaliar os candidatos, os problemas locais e o custo de vida, e optaram, provavelmente, em favor do candidato emedebista. Se os indecisos nesta avaliação tivessem chegado à conclusão de que o candidato arenista era melhor ou de que a solução dos seus problemas locais e do custo de vida seriam melhor resolvidos pela ARENA, talvez tivessem votado com o partido do governo: Neste caso, a ARENA e não o MDB teria sido vitoriosa. Entretanto, tudo leva a crer que o contexto eleitoral favorecia ao MDB, e o irônico é que foi o estilo da campanha arenista que estimulou os indecisos a se envolverem no contexto eleitoral.

5 – Uma ressalva -a pesquisa e os números

Esta interpretação da eleição em Caxias nos parece válida, mas dificilmente suficiente para explicara dimensão da vitória emedebista, onde Mansueto Serafini ganhou por uma margem de 12.000 votos. Em parte, a possibilidade da expressiva vitória emedebista não é evidente nos dados devido ao método usado na sua coleta.

As informações utilizadas no trabalho são oriundas de um questionário ministrado a cidadãos do município de Caxias do Sul. Dentro do total entrevistado, que foi de 883, o eleitorado qualificado a votar nas eleições foi de 714 pessoas. As pessoas foram selecionadas entre os habitantes de um município por uma técnica aleatória. Os domicílios, por sua vez, foram selecionados aleatoriamente com base em um registro de imóveis usado para fins do imposto predial.

Este registro de imóveis era o melhor meio existente na época para identificar domicílios. Mesmo assim, cremos que o registro não representou bem a realidade habitacional de Caxias. Primeiro, porque o registro tende a subestimar as malocas e outras construções Semelhantes. Segundo, porque Caxias do Sul tem sido alvo de um fluxo migratório de grandes proporções. De acordo com estimativas, mais de 7.000 famílias têm chegado a Caxias anualmente, desde 1974[9]. Por melhor que seja estruturado, duvidamos de que o serviço de cadastramento da Prefeitura tenha conseguido dominar integralmente a explosão habitacional associada com este fluxo especialmente quando se trata de construções mais humildes ou distantes do centro.

A consequência é que a pesquisa não representou adequadamente este novo e expressivo grupo populacional. Este grupo migrante é constituído, majoritariamente, de mão-de-obra rural excedente, oriunda, em boa parte, dos municípios "lusos" da zona pastoril dos Campos de Cima da Serra, tais como São Francisco de Paula, Bom Jesus e Vacaria, e provavelmente adquire em Caxias uma predisposição eleitoral para votar com o MDB. Como foi indicado anteriormente, havia 6.782 novos alistamentos eleitorais em 1976 e 4.418 transferências de títulos eleitorais. Sabe-se que uma grande parte das transferências e dos novos alistamentos está associada com o fluxo migratório, que tem um forte sabor emedebista. Portanto, na medida em que os dados da pesquisa não refletem bem este grupo, sugerem uma situação de equilíbrio entre os candidatos bem maior do que provavelmente existia.

Existe ainda um outro contingente eleitoral que não foi representado pela pesquisa. Neste caso, a sua representação era impossível. Trata-se do

[9] DE CEW, J., A YDOS, E. e LUCAS, L.C. – *Déficit Habitacional; Quantificação da Necessidade Habitacional no Rio Grande do Sul, 1970-1973* (Porto Alegre; IESPE PUCRS, 1975) p. 118.

contingente de eleitores de Caxias morando em outros municípios, mas que não transferiram seu título e votaram na sua cidade de origem no dia da eleição. A dimensão deste grupo de caxienses é impossível estimar. Mas, situando-se a apenas duas horas de ônibus de Porto Alegre, não há de se supor que seja inexpressiva. Sendo Porto Alegre e a área metropolitana da cidade fortemente favoráveis ao MDB, é inteiramente possível que o referido contingente volte para Caxias do Sul impregnado desta disposição eleitoral.

A vitória do candidato emedebista sobre o seu contendor por uma margem de 12 mil votos, pois, ganha mais sentido quando estes dois contingentes eleitorais (que não estão bem representados nos dados) são levados em consideração.

6 – Conclusão

A análise das eleições municipais em Caxias do Sul focalizou o processo eleitoral a partir da hipótese de que existe uma estruturação básica no eleitorado, definida pelos padrões de identificação partidária. No caso de Caxias do Sul, estes padrões descreveram uma situação de equilíbrio na qual os independentes, constituídos por uma maioria de indecisos, decidiram o resultado das eleições. O problema analítico central tornou-se, pois, o de como explicar o comportamento eleitoral dos independentes. Considerando-se a característica comprovada do não envolvimento político dos independentes, os conceitos de contexto eleitoral e de fluxo de informação foram utilizados para explicar o que aconteceu.

Este tipo de análise corre o risco de divorciar o indivíduo da sua situação na sociedade, de um lado, e provocar questões de coexistência entre a análise neste estilo e outras vias analíticas, de outro.

Nesta perspectiva, parece útil retomar os fundamentos teóricos de nossa explicação. Primeiro, é importante ressaltar que a identificação partidária é uma disposição individual e grupal determinada por diversos atores, sendo que primordialmente pela situação sócio-econômica do indivíduo ou do grupo na sociedade. Embora não seja perfeitamente correlacionada com a posição objetiva do indivíduo, o fato de que a preferência varie sistematicamente de acordo com a posição social indica que esta disposição não é aleatoriamente estabelecida. A ênfase dada

durante a análise aos arenistas e emedebistas não deve, pois, obscurecer que estes rótulos descrevem grupos sociais reais com posições sócio-econômicas diferenciadas. Os partidos não são abstrações, mas representam eleitorados distintos e socialmente identificados.

A lógica da análise utilizada neste ensaio serve adequadamente sempre que a identificação partidária seja uma realidade. Isto, por sua vez, depende da tradição e do grau de institucionalização partidária. Caxias do Sul, localizada no estado do Rio Grande do Sul, tem um alto grau de institucionalização partidária e, neste sentido, talvez seja um caso atípico no Brasil. Quando esta não for a situação, outras estratégias de análise, mais voltadas para as variáveis sócio-econômicas, poderão ser mais aconselháveis.

A ausência, entretanto, de uma estruturação em termos de identificação partidária (como no caso dos independentes) admite maior influência de outros elementos do contexto eleitoral. Como foi demonstrado no cálculo do perfil da decisão eleitoral para os sem identificação partidária, variáveis típicas do contexto eleitoral podem ser muito importantes na decisão eleitoral. Evidentemente, quanto maior o grupo sem um ponto de referência partidária, tanto maior será a influência de tais variáveis contextuais ou sócio-econômicas.

Nas duas últimas eleições no Brasil (1974 e 1976), por exemplo, os elementos do contexto eleitoral têm sido favoráveis, em geral, ao MDB, que tem lançado candidatos atraentes num período em que a imagem do “milagre brasileiro” começou a dissolver-se. Nesta situação concreta, a inflação e o custo de vida tornaram-se elementos visíveis, mas não são os únicos elementos deste contexto. As preocupações básicas do eleitorado com saúde pública, habitação, segurança pessoal e com os problemas associados ao crescimento urbano vêm-se agregando a outras preocupações de muitos grupos sobre o destino e a natureza do sistema político vigente. O MDB tem se beneficiado disso. Em certas situações onde a identificação partidária parece menos significativa, como no estado de São Paulo, um candidato quase desconhecido, porém com certa atração pessoal, o senador Orestes Quércia, foi tão beneficiado pela flexibilidade do eleitorado num contexto favorável ao MDB que obteve uma vitória eleitoral quase sem precedentes. Semelhante fenômeno seria dificultado, no Rio Grande do Sul, pela estruturação das preferências partidárias pré-estabelecidas, e apenas

um número reduzido de eleitores responderia facilmente aos apelos mais salientes do contexto eleitoral.

Estas considerações finais parecem válidas para a compreensão das eleições em geral, embora existam diferenças essenciais dentre os diferentes níveis de eleições. Tradicionalmente, as eleições majoritárias ao nível nacional ou estadual (presidente, governador e senador) são caracterizadas pela presença de questões mais abrangentes e por um fluxo de informação mais intenso, devido à atração que estas posições políticas exercem sobre a opinião pública em geral. Consequentemente, há maior variação nos resultados eleitorais nestes níveis, em função do impacto sobre o eleitorado dos elementos contextuais, estimulados pelo fluxo de informação.

As eleições proporcionais a nível estadual (deputados estaduais e federais) e as eleições municipais não são caracterizadas, via de regra, por um fluxo de informação muito intenso, precisamente pelo fato de que estas competições não desenvolvem o mesmo grau de atração do que as outras, e, em consequência, o impacto dos elementos do contexto eleitoral é menor. Os resultados eleitorais nestes níveis demonstram, pelo menos no caso do Rio Grande do Sul, uma grande estabilidade eleitoral.

O caso de Caxias do Sul demonstra, entretanto, que mesmo numa eleição municipal o contexto eleitoral é significativo. A questão básica é determinar quais os elementos que vão compor este contexto. No exemplo de Caxias do Sul, os problemas econômico-sociais de ressonância local tiveram uma presença destacada. Alguns problemas nacionais, como o custo de vida, foram também inseridos no contexto eleitoral de Caxias, embora de uma forma menos enfática. O fato, também, de que a competição eleitoral reuniu apenas um concorrente de cada partido, em contraste com situações de sublegendas, contribuiu para que as imagens dos candidatos locais entrassem no contexto. Em Caxias do Sul, portanto, houve uma eleição municipal típica ao mesmo tempo em que a realidade local refletia uma problemática maior, de caráter nacional. É provável que o tempero nacional colocado no contexto eleitoral de Caxias do Sul tenha resultado do esforço da campanha emedebista local em chamar atenção para questões mais amplas, esforço este facilitado pela presença de personalidades, políticas nacionais e estaduais na campanha. Se este contexto eleitoral não tivesse sido criado com tais características é bem possível, que as eleições

tivessem uma configuração bem mais localista e os resultados eleitorais fossem diferentes.

Portanto, para entender melhor os resultados eleitorais em outros municípios, os conceitos de identificação partidária (não esquecendo a possibilidade da ausência desta identificação), de contexto eleitoral, de fluxo de informação, bem como o papel dos partidos na formação do contexto, parecem úteis se tivermos a cautela de respeitar as situações específicas de cada município e cada estado.

Mesmo assim, qualquer individualização da análise a nível local não deveria perder uma visão mais abrangente e inclusiva da política eleitoral no Brasil. A luta eleitoral em Caxias do Sul não ocorre meramente entre arenistas e emedebistas, mas representa, no fundo, uma competição entre interesses que apóiam o *status quo* existente no país e os interesses que o contestam. Explícita ou implicitamente, a ARENA simboliza as orientações oficialmente tomadas pelo sistema político vigente, ou seja, o desenvolvimento capitalista sob um ambiente de paz social controlada. O MDB, por sua vez, embora não questione o modelo capitalista globalmente, insiste na redemocratização do regime e na melhor distribuição dos benefícios da sociedade. Esta clivagem básica representa a verdadeira problemática da política brasileira.

CLASSE SOCIAL E OPÇÃO PARTIDÁRIA: AS ELEIÇÕES DE 1976 EM JUIZ DE FORA [*]

Fábio Wanderley Reis[**]

1. Introdução: As Eleições e o Problema Institucional

A fluidez do processo político brasileiro com frequência prepara armadilhas para o analista, mas por vezes também o auxilia. Não muito tempo atrás, a preocupação de realizar estudos a respeito de eleições no Brasil tinha que enfrentar, em certos setores, uma atitude de ceticismo que podia pretender justificar-se por aspectos do cenário político do país que se diriam óbvios. Trata-se, afinal, de um regime autoritário, assentado no recurso a instrumentos de coerção incontrastáveis e presumivelmente capaz de mobilizar tais instrumentos de forma a neutralizar a manifestação de preferências eleitorais que eventualmente se oriente em direções incompatíveis com os desígnios do núcleo de poder que o sustenta. A realização de eleições não representaria senão um ritual pseudodemocrático para efeito de imagem externa e de manipulação interna. As crises que pudessem decorrer de resultados eleitorais adversos não fariam mais do que sinalizar para os titulares do poder autoritário a necessidade de reativação dos dispositivos de segurança do regime, os quais, tendo se mostrado durante longos anos eficazes em garantir sua preservação, estariam agora, ao cabo de um período em que se desenvolveram e sofisticaram, em melhores condições para o cumprimento da tarefa. A isso se poderia acrescentar o que se costuma descrever como a falta de "consciência política" do eleitorado brasileiro, que, apesar da ocorrência de fatores mais

[*] Este trabalho não teria sido possível sem a ajuda decisiva que lhe foi prestada por diversas pessoas e instituições. Rubem Barboza Filho, professor do Departamento de Ciência Política da UFMG, colaborou em todas as fases do projeto, além de trazer a colaboração inestimável de sua vivência da política de Juiz de Fora. Amilcar Vianna Martins Filho, além de participar da elaboração do questionário e do treinamento dos entrevistadores, foi um dedicado e eficiente supervisor de campo, A Universidade Federal de Juiz de Fora e especialmente a professora Helena Mendes Meireles prestaram igualmente decisivo apoio intelectual e logístico ao projeto, A todos, os nossos agradecimentos.

[**] Com a colaboração de Rubem Barboza Filho.

ou menos circunstanciais ou permanentes de insatisfação, asseguraria o êxito dos esforços propagandísticos e de manipulação simbólica e permitiria manter a taxa de coerção direta dentro de limites viáveis.

Na perspectiva de 1978, entretanto, essa posição se defronta com uma primeira dificuldade na simples observação da ressonância crescente das disputas eleitorais no processo político brasileiro dos últimos anos. Basta comparar o interesse despertado pelo pleito municipal de novembro de 1976 com o "não-evento" representado pelas eleições do mesmo tipo realizadas em 1972, por exemplo, para que se perceba que a história eleitoral do período pós-64 envolve aspectos que aquela avaliação deixa na sombra. Se nos detemos, porém, a examinar o diagnóstico do quadro político brasileiro que ela encerra, vemos que aí se destaca o que se passa em dois planos desse quadro e a articulação que entre eles se estabelece, e que temos nisso uma boa via de acesso à apreensão talvez mais adequada das conexões entre o processo eleitoral e o problema institucional brasileiro.

O primeiro plano tem a ver com os mecanismos em operação interiormente ao próprio núcleo de poder autoritário e seu aparato de sustentação. A questão crucial é aqui a de saber se tais mecanismos são de molde a assegurar a preservação do regime independentemente do grau de apoio popular com que possa contar – o qual teria no processo eleitoral a forma mais importante de se manifestar – ou, ao contrário, se seria possível desvendar, no interior do próprio "sistema", a atuação de fatores que acarretariam a exigência de maior sensibilidade à opinião pública e às aspirações populares do que a que se tem expressado em esforços de propaganda. O segundo plano diz respeito precisamente às disposições existentes no seio do eleitorado e ao significado efetivo a lhes ser atribuído no que se refere às perspectivas de que um regime da natureza do que se encontra atualmente em vigor no país venha a ser objeto de aquiescência e legitimação, como condição para sua estabilização institucional em termos compatíveis com os desígnios fundamentais do projeto autoritário.

A esta altura, dificilmente a primeira parte dessa dupla indagação comportaria mais de uma resposta. Já são sobejamente claros os problemas relativos à manutenção da coesão interna do "sistema" nas condições próprias do governo autoritário, em que a corporação militar, como decorrência de seu predomínio incontrastado e de seu papel como fonte principal de recrutamento das lideranças políticas decisivas, passa a

constituir-se em um organismo exposto à competição e à dissensão internas. Problemas de ortodoxia revolucionária e de decidir quem ou que setores, em determinadas circunstâncias, falam em nome dos verdadeiros interesses do regime tenderão então a acirrar-se, emergindo de maneira crítica nas questões ou nos momentos em que esteja envolvido o problema sucessório. A tendência bastante clara parece ser a de que tais dificuldades se agravem com o passar do tempo, por um lado como consequência de interesses criados e frustrações acumuladas entre os componentes do núcleo mais íntimo de poder, por outro em decorrência do próprio êxito do sistema em implantar e desenvolver o aparato destinado a garantir sua segurança, o qual termina por erigir-se, em alguma medida, em núcleo autônomo com pretensões de ditar a ortodoxia do regime.

Torna-se, assim, problemático qualquer projeto que pretenda assegurar a institucionalização ou regularização do processo político e garantir, ao mesmo tempo, a continuidade sem retoques da situação de predomínio incontrastado e incontrastável da corporação militar. A saída da "abertura" ou "distensão", que aparece ciclicamente como proposta dos escalões mais altos do regime e se encontra agora consagrada no projeto de "reformas", parece corresponder – antes que aos pruridos democráticos pessoais de tal ou qual líder – à resposta a problemas inerentes ao próprio regime autoritário: na medida em que assegure a expansão da esfera dentro da qual se desenvolve o processo político, favorecerá ela a coesão interna da corporação militar, como componente decisivo do "sistema", ao propiciar o elemento de contraste e ao reduzir os prêmios oferecidos à participação bem sucedida na competição que se trave interiormente às forças armadas. Essa estratégia, porém, envolve claramente os seus próprios riscos, sobretudo o de levar, como presentemente se observa, as fissuras potencialmente existentes no interior do "sistema" a se traduzirem em articulações entre setores da corporação militar e da sociedade civil. Do ponto de vista do "sistema" agrava-se, assim; o problema que se trata de resolver, com o perigo de comprometer-se de vez a possibilidade de atuação efetiva por parte das forças armadas que decorre de sua autonomia ou insulamento e coesão. Talvez mais importante, contudo, é o fato de que, ainda que esse perigo mais sério para o regime possa ser evitado, é extremamente problemático o objetivo de conter qualquer tentativa de abertura dentro de moldes e limites compatíveis com a opção "constitucional" ou com a "fórmula política" básica em vigor, a qual tem

como característica central a exigência de restrições estritas e de controle sobre a maneira como se há de dar a participação política dos setores populares. Pois, nas condições que caracterizam atualmente a estrutura social do país, qualquer arranjo institucional que em algum momento dê voz ao eleitorado (e como pensar em saída que permita superar os dilemas da coesão interna e exclua a consulta ao eleitorado?) não poderá escapar à sensibilidade dos setores populares majoritários, tendendo fatalmente a reincorporar ao processo político alguns dos ingredientes do antigo e proscrito populismo.

A conclusão que parece desprender-se disso é a de que dificilmente haverá saída para os problemas do regime fora de alguma forma de legitimação do mesmo aos olhos do eleitorado, como condição para que se minimizem os riscos da abertura. Seria concebível que esse esforço de legitimação se orientasse na direção de criar para o regime perspectivas de evolução em que, através da combinação de concessões efetivas e maior sensibilidade aos problemas e demandas populares com esforços intensificados de manipulação simbólica, pudesse ele próprio vir eventualmente a beneficiar-se das características do eleitorado brasileiro que tornaram possível o populismo no país e que parecem fazer dele ainda um resultado provável se se altera o quadro político-institucional. Sem entrar a discutir o significado que caberia atribuir a uma evolução desse tipo, numa perspectiva de mais curto prazo três possibilidades parecem existir, apreciadas as coisas do ponto de vista meramente lógico: ou o regime, diante das ameaças de dissensão e das pressões em favor da abertura total, rearticula-se pelo recurso aos instrumentos de coerção e reafirma sua face mais dura; ou se impõem as demandas de democratização plena, valendo-se da ativação das fissuras na base de sustentação militar do regime; ou um compromisso se obtém, possivelmente em torno de algum programa de reformas moderadas. No primeiro caso adiam-se, ao preço de seu agravamento, os problemas que a análise tenta mostrar, e abrem-se talvez as portas para experiências que combinem mobilização e manipulação. No segundo, naturalmente, os eleitores brasileiros terão presença decisiva.

No terceiro assistiremos, por prazo indefinido, a *more of the same* isto é, a busca tensa e cíclica de legitimidade e controle. Em qualquer eventualidade, porém, conhecer a maneira como se estrutura o eleitorado e as disposições que manifesta é tarefa que se impõe.

* * *

Se partimos dos debates pós-eleitorais sobre qual dos partidos "realmente" venceu as eleições municipais de 1976, as evidências disponíveis quanto às inclinações do eleitorado brasileiro podem parecer, à primeira vista, bastante complexas e sinuosas, sugerindo um quadro algo caótico. Essa impressão começa a modificar-se, contudo, quando se ponderam alguns pontos. Em primeiro lugar, as mesmas dúvidas poderiam justificar-se, vistas as coisas de certo ângulo, com respeito aos resultados de 1974. Argumentos sobre quem ganhou foram efetivamente esgrimidos a propósito daquelas eleições, já que, em termos partidários, os padrões de votação para o Senado, a Câmara Federal e as Assembleias Legislativas com frequência diferem. Em segundo lugar, a questão dos critérios para se falar em vitória de um ou outro partido no último pleito já havia surgido bem antes da data das eleições precisamente porque já se podia *prever* com antecipação muito do quadro que efetivamente resultou da apuração dos votos: a vitória do MDB em certos Estados e nos grandes centros, e o predomínio da ARENA nos pequenos municípios do interior. Finalmente, há uma óbvia congruência entre os dois pontos anteriores, no sentido de que muitos dos mecanismos que atuaram para reduzir a consistência partidária dos votos para os diferentes níveis em 1974 são justamente aqueles que permitiram antecipar com bastante segurança os resultados das últimas eleições municipais, e as disposições introduzidas pela Lei Falcão com respeito à campanha eleitoral não visavam senão garantir e intensificar sua eficácia.

Há, assim, apesar de que 1974 tenha sido visto com boas razões como um expressivo triunfo do MDB (pelos resultados obtidos sobretudo ao nível da eleição para o Senado) e de que 1976 tenha revelado a conquista pela ARENA do maior número de votos e de prefeituras, um claro elemento de continuidade entre os dois eventos, e o aparente paradoxo aí envolvido não é mais do que aparente. O padrão subjacente, que transparece com indiscutível nitidez, é o que já foi sobejamente ressaltado por jornalistas e cientistas políticos: o núcleo de inconformismo no panorama político brasileiro da atualidade está representado sobretudo pelo; polos dinâmicos e modernos da vida brasileira correspondentes às regiões urbanizadas, industrializadas e em expansão, nas quais se concentram grandes contingentes populacionais, enquanto os padrões que tradicionalmente caracterizaram a estrutura clientelística de nossa vida política seguem em

operação nos municípios do interior e nas regiões mais atrasadas, fazendo destas o reduto principal em que podem pretender eficácia os mecanismos propagandísticos e de controle à disposição do regime.

Reconhecido esse fato, porém, sobra muito por ser feito. Onde se encontra o limite entre os dois mundos descritos acima de maneira polar, qual a extensão e a natureza da zona de fronteira? Qual o alcance do inconformismo que se expressa nos centros urbanos? Como se articula nesse quadro a estrutura de classes sociais, qual o significado real da tendência popular a votar pelo MDB nos grandes centros? Que relevância terá, além da linha que separa o mundo metropolitano dos centros urbanos e o mundo provinciano do interior, o limiar deparado pela juventude ao penetrar um mundo político que não a estimula à participação? Que consequências extrair de tudo isso quanto aos prospectos relacionados à eventual alteração do quadro político-partidário?

O presente capítulo dedica-se a explorar alguns aspectos dessas questões, valendo-se principalmente de dados coletados em Juiz de Fora, Minas Gerais, por ocasião das eleições de 1976, como parte do projeto de pesquisa descrito anteriormente neste volume. Tomando as eleições municipais daquele ano, sobretudo como ocasião oportuna para o exame de problemas que se colocam em plano nacional, a análise busca com frequência explorar as correspondências entre as observações permitidas especificamente pelos dados da pesquisa e as relativas a outros momentos e lugares. Procura-se combinar, porém, as indagações de ordem geral com a preocupação de dar conta do que se verifica no plano local – mesmo porque as circunstâncias que caracterizam o pleito de 1976 em Juiz de Fora emprestam-lhe grande interesse do ponto de vista de questões que se situam no plano nacional.

2. Juiz de Fora: estrutura sócio-econômica e retrospecto político-partidário

Foram dez anos de predomínio emedebista em Juiz de Fora, de 1966 a 1976. Durante uma década, a cidade gozou da fama de uma inflexível alma oposicionista, traduzida em um senador, vários deputados federais e estaduais, prefeitos e vereadores abençoados pela sigla do MDB. Nas últimas eleições municipais, entretanto, Juiz de Fora mostrou que ou não é

tão oposicionista assim, ou é ainda mais oposicionista do que se pensava: votou contra o próprio partido de oposição, dando a vitória à ARENA.

Uma das mais importantes cidades de Minas Gerais, Juiz de Fora alia sua condição de município industrial à de centro comercial de grande evidência. Criada em 1850, teve como atividade econômica básica o plantio do café, que aos poucos foi sendo substituído pela pecuária. O esgotamento dos solos pela cultura cafeeira, a valorização dos produtos da pecuária em consequência da expansão urbana e da formação de importantes centros consumidores, bem como o desenvolvimento dos transportes, permitiram a especialização da área na comercialização do leite e seus derivados.

Com uma população economicamente ativa da ordem de 32 por cento, a agricultura conta com 7 por cento da força de trabalho, baixa porcentagem que se explica pelo próprio tipo de atividade primária aí desenvolvida, a pecuária, que envolve reduzida utilização de mão-de-obra. Por outro lado, o setor terciário é bastante expressivo (58 por cento da PEA), principalmente no que se refere às atividades ligadas ao comércio de mercadorias e à prestação de serviços. A atividade industrial, introduzida no século XIX, desenvolveu-se graças à expansão dos mercados consumidores de produtos oriundos da industrialização do leite. Em 1970, segundo dados do censo, o setor secundário representava 35 por cento da PEA, sendo as indústrias têxteis e de alimentação as que concentravam o maior volume da produção (32 e 29 por cento, respectivamente) e empregavam a maior parte dos operários.

Juiz de Fora conta hoje com uma população ao redor de 300.000 habitantes (a estimativa do IBGE para 1975 era de 284.000) e sua taxa de urbanização é bastante alta (92 por cento). Sua condição de centro urbano importante pode ser ainda atestada por alguns indicadores de desenvolvimento social e de bem-estar social manipulados por Vilmar Faria[1]. Constata-se que 80 por cento da população de mais de 5 anos sabem ler e escrever, índice alto em comparação com a média das cidades brasileiras de trinta mil e mais habitantes, que é de 69 por cento. Também significativo é o percentual de domicílios servidos pela rede elétrica, que é

[1] FARIA, Vilmar – *Uma Tipologia Empírica das Cidades Brasileiras: Uma Análise Preliminar,* São Paulo: CEBRAP, 1975 (mimeografado).

de 88 por cento, contra 64 por cento para a média das cidades brasileiras da mesma categoria.

Durante muito tempo, a explicação para o amplo predomínio eleitoral do MDB em Juiz de Fora apontava para uma generosa herança deixada pelo antigo PTB: uma máquina eleitoral bem lubrificada, juntamente com um eleitorado em que se incluía um grande contingente de operários e que se achava comprometido com bandeiras populares. Vejamos, porém, um pouco da história político-partidária da cidade.

Juiz de Fora mostrava algumas características bastante interessantes desse ponto de vista. Em primeiro lugar, oferecia um amplo espectro partidário, com cerca de 13 siglas, para um colégio eleitoral, em 1962, de aproximadamente 50.000 eleitores. Ao lado dos partidos, havia os sindicatos, consideravelmente atuantes e participando ativamente da vida política regional e federal. Em contrapartida, organizavam-se também várias associações patronais, sempre cortejadas pelos partidos mais conservadores. Existiam, ainda, os diversos grupos da Ação Católica, com ampla penetração na classe média e algumas tentativas de atuação na área operária. Funcionavam, além disso, as associações de bairros, bastante reivindicativas, e as instituições de representação estudantil, sempre ativas. Enfim, à primeira vista, Juiz de Fora poderia aparecer como uma cidade onde as opções ideológicas conscientes condicionariam o exercício da política e do voto. Paradoxalmente, entretanto, dois caciques reinavam tranquilos: Adhemar Rezende de Andrade, da UDN e posteriormente do PDC, e Olavo Costa, do PSD. Os dois chefes se substituíam periodicamente no poder, ou desconhecendo ou absorvendo os agrupamentos políticos existentes.

Se observarmos as eleições municipais em Juiz de Fora a partir de 1954, vamos encontrar primeiro a UDN como vencedora, elegendo como prefeito Adhemar Rezende de Andrade. Em 1958 o PSD retoma as rédeas do poder municipal, com Olavo Costa. Em 1962, Adhemar R. de Andrade volta a ocupar a Prefeitura, agora elegendo-se pelo PDC, com aproximadamente 20.000 votos, dando-se ao luxo de mudar de sigla partidária e, assim mesmo, vencer. O vice-prefeito foi eleito pelo PR, de penetração maior nos limites do Estado. O PSD consegue uns minguados 1.500 votos, enquanto o PTB chega aos 7.600. O candidato da UDN é o menos votado, com 644 votos, atrás, inclusive, do PRT. Para provar a força

do cacique eleito, basta observar um detalhe: todos os outros candidatos a prefeito tiveram votações menores do que as de seus respectivos vices, o que indica que Andrade absorveu votos de todos os outros candidatos a prefeito. Em relação à Câmara Municipal, a divisão foi a seguinte: 4 vereadores para o PTB, 3 para o PSD, 2 para a coligação PRP-PL, 2 para o PSP, 2 para o PDC, 1 para o PSB e 1 para o PR. A UDN não conseguiu eleger sequer um candidato a vereador.

É óbvio que os dados brutos do TRE não permitem alcançar as alianças, os rompimentos e as pequenas traições dos grupos políticos. Mas permitem, de qualquer forma, constatar que o PTB (apesar de já se haver transformado isoladamente na maior força eleitoral da cidade, como indica a distribuição dos votos para vereador) não possuía uma máquina eleitoral tão bem lubrificada assim, ou, se possuía, não sabia como utilizá-la, o que dá no mesmo. Finalmente, pode-se perceber que esta eleição marca o início da decadência udenista na cidade.

Em 1966, as eleições municipais já encontram, naturalmente, os diversos partidos políticos redivididos nas siglas da ARENA e do MDB. A ARENA acolhe os políticos da UDN, grande parte do PSD, do PSP, do PDC e do PR. O MDB constitui-se pela união do PTB com dissidentes pessedistas, além de parte do PDC e do PR, do PSP e outros grupos menores, como o PSB, o PRT e o MTR. A principal esperança arenista era o vice-prefeito Fábio Nery, transformado em candidato a prefeito, face aos seus 17.000 votos em 1962. O MDB concentra suas expectativas em Itamar Franco, do antigo PTB, sigla pela qual tinha obtido 10.000 votos para vice-prefeito em 1962. Além destes, os dois partidos preencheram todas as sublegendas.

Os resultados favorecem amplamente o MDB. Num colégio eleitoral de 63.301 eleitores, o MDB consegue 35.490 votos dos 40.591 votos válidos. Itamar Franco é o mais votado, com 25.908 votos. Além do prefeito e do vice, o MDB passa a ocupar 9 vagas da Câmara, deixando as outras 6 para a ARENA. É de se registrar o grande número de votos nulos e brancos – 25% –, traduzindo certa resistência do eleitorado em vestir a camisa de força do AI-2.

Um dado importante: a estrela de Itamar Franco começa a brilhar, enquanto a dos antigos caciques começa a se apagar. Com uma equipe competente, consegue modificar a face da cidade, solidificando ainda mais

a posição do MDB. Finalmente, um número razoável de vereadores eleitos, futuros deputados federais e estaduais, não possuía raízes muito fortes nos antigos partidos.

Em 1970 o MDB não fez campanha, fez festa antecipada. Itamar Franco indica para seu sucessor outro engenheiro e empresário, Agostinho Pestana. A outra sublegenda é preenchida por Wandenkolk Moreira, um folclórico mas persistente político, candidato pela terceira vez. A ARENA, desanimada pela perspectiva de uma estrondosa derrota, tenta uma última cartada: recorre ao velho Adhemar Rezende de Andrade. A outra sublegenda é preenchida por um médico, Murilo Sarmento.

Os resultados, com a percentagem de votos válidos aumentada em relação à eleição anterior, são os seguintes: o MDB consegue 51.889 votos, contra 20.615 da ARENA. O candidato indicado por Itamar Franco é inundado com 37.000 votos, enquanto o antigo cacique recebe apenas aproximadamente 10.000 votos. A distribuição de vereadores permanece a mesma: 9 para o MDB e 6 para a ARENA.

O número de eleitores quase duplica de 1962 a 1970, e a maioria dos novos eleitores passa a votar no MDB. A supremacia emedebista então estabelecida na cidade parecia dever-se tanto à herança petebista como a novos grupos de classe média, trabalhados pela Ação Católica e pelo movimento estudantil, bem como a novos contingentes de operários, beneficiados por uma correta administração municipal. A ARENA, vinculada aos setores mais conservadores da cidade, não foi capaz de montar uma estratégia para absorver esses grupos, o que explica o fracasso do antigo cacique, senhor em outros tempos. Contudo, alguns dados a serem apresentados adiante permitirão precisar essas impressões.

Em 1972, a ARENA tinha praticamente se desintegrado. Acreditando numa nova derrota, decide não lançar candidato, não se expondo, portanto, ao que parecia o ridículo de enfrentar o candidato natural do MDB, Itamar Franco. O partido oposicionista, seguro, dá se ao luxo de brigas internas: apesar de que ninguém se atreva a desafiar Itamar Franco, candidato único e sem necessidade de sublegendas de apoio, ele próprio se atreve a desafiar muita gente. Rompe com seu antigo aliado, Agostinho Pestana, prefeito. Briga com todos os seus antigos assessores, e atinge ainda alguns vereadores. Mas continua o favorito.

Neste momento, o governador Rondon Pacheco intervém energicamente. Se a ARENA não tem nada a perder, nem mesmo o prestígio, que concorra. Todos os candidatáveis, entretanto, recusam a honra. Os grandes se resguardam. O jeito é pegar alguém com menos a perder do que a própria ARENA. E surge a figura de um obscuro vereador, Francisco Antonio de Mello Reis, alcunhado "Chico Melado", transformado agora num quixote arenista.

Uma grande campanha de publicidade orquestra em torno do ex-presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFJF um coro de incisivos refrões e promessas aparentemente longe do alcance emedebista: "renovação", vinculação ao governo federal, mais verbas estaduais, retomada da industrialização. Mello Reis é subitamente a personificação de um político sedutor, corajoso e capaz. O MDB, assustado, vai para a retranca. E quase perde o jogo. Itamar Franco consegue se eleger com apenas 400 votos de frente, num total de votos válidos de 83.830. Na Câmara, agora com 19 cadeiras, a vantagem emedebista diminui: 11 contra 8 da ARENA.

A ARENA ressurge em grande estilo e sua principal estrela é Mello Reis, ao lado do deputado federal Fernando Fagundes Netto. São políticos sem grandes vinculações com os antigos e, na verdade, os criadores da ARENA de Juiz de Fora. E, apesar do desastre de 1974, quando Itamar Franco consegue se eleger para o Senado e o MDB consegue a maioria de votos em Juiz de Fora, a ARENA continua a se preparar. Mello Reis funda um jornal semanal e estabelece um cronograma de visitas que lhe permita chegar a todos os pontos e setores da cidade.

Do lado do MDB, as coisas tendem a piorar. Itamar Franco, alçado às alturas da política nacional, abandona a Prefeitura à administração de seu vice, Saulo Pinto Moreira. O grupo de Itamar fica tão desgastado que não consegue colocar sequer um representante no Diretório Municipal. Além disso, outros dois grupos emedebistas se engalfinham em intermináveis brigas e discussões.

A campanha de 1976 começa com a ARENA bem estruturada, lançando três candidatos, embora Mello Reis seja o favorito. Cada um dos candidatos arenistas explora supostos pontos fracos do MDB: renovação de lideranças, integração com o governo federal e estadual e atendimento aos bairros. O favoritismo de Mello Reis estimula maior coesão das hostes

arenistas. Os outros dois candidatos, Waldir Bessa e Osmar Surerus, aparecem como candidaturas de apoio.

No MDB, Sérgio Olavo Costa, filho do antigo cacique Olavo Costa, lança-se candidato. Depois de algum tempo, e em composição com o grupo de Itamar Franco, que indica o candidato a vice, Tarcísio Delgado, combativo deputado federal, coloca a sua candidatura. A terceira sublegenda fica vazia, numa estratégia fatal para o partido oposicionista.

Poucos dias antes da eleição, o presidente Ernesto Geisel visita a cidade e inaugura as obras da Siderúrgica Mendes Junior, transformadas em doação da ARENA e do governo federal à cidade. Nenhum emedebista – incluindo o prefeito – é convidado para as solenidades, embora a decisão da implantação da siderúrgica e os contratos necessários tenham sido assinados durante a gestão de Itamar Franco. De qualquer maneira, a visita presidencial rende juros à ARENA, que reforça ainda mais o seu favoritismo. Nas urnas, do total de 112.664 votos para prefeito, o eleitorado de Juiz de Fora dá 50,7 por cento à ARENA (dos quais 50.505 a Mello Reis, o candidato vitorioso) e 45,0 por cento ao MDB. A ARENA elege ainda 10 vereadores, contra 9 do MDB[2].

3. A identificação partidária e sua significação

Observemos a Tabela I. Verificamos aí existir íntima associação entre a preferência partidária declarada pelos entrevistados e sua intenção de voto: somente no caso daqueles que não têm preferência entre os partidos existentes e no pequeno grupo dos que se furtam sequer a responder à pergunta sobre identificação ou preferência partidária é que as

---

[2] Para efeito de comparação, são as seguintes as percentagens obtidas em nossa amostra entre os que tinham condição de votar:

Pretendiam votar pela ARENA	48%
Pretendiam votar pelo MDB	36%
Indecisos	8%
Pretendiam anular o voto ou votar em branco	1%
Não pretendiam votar	2%
Não responderam	5%

Vê-se que há certa discrepância com os resultados oficiais quanto ao voto pelo MDB. Isso parece indicar que a maior parcela dos 8 por cento de indecisos correspondia a eleitores desse partido, o que é congruente com o "clima arenista" que parece ter caracterizado as eleições de 1976 em Juiz de Fora, como veremos.

respostas tendem a distribuir-se pelas diversas categorias quanto ao voto para prefeito; ao contrário, concentram-se maciçamente nas categorias correspondentes a ARENA e MDB entre os entrevistados que declaram preferir ou sentir-se identificados com o partido respectivo. Do ponto de vista de nossas principais indagações, as observações permitidas pela Tabela I, são básicas, podendo servir como ponto de partida para os desdobramentos da análise a ser empreendida.

De certo ângulo, parece banal a informação mais saliente nela, contida, que acabamos de ressaltar: os que declaram preferir um partido votam em sua quase totalidade por esse partido. Afinal, ou se trata de preferências autênticas, cristalizadas talvez ao longo do tempo e possivelmente condicionadas por interesses estáveis e opções de natureza ideológica, ou, ao contrário, a preferência declarada por um ou outro partido poderia ser vista como forma diferente de se expressar precisamente a decisão de se votar por esse partido, mesmo e sobretudo nos casos em que essa decisão seja tomada de maneira algo fortuita ou "irracional". De qualquer forma, não haveria razão para se esperar senão intensa correlação entre voto e preferência partidária, e a tabela não faria mais do que reiterar a associação entre as duas variáveis repetidamente encontrada em estudos anteriores no país e no exterior.

Tabela I – Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito e preferência partidária (%).

Voto para prefeito	**Preferência partidária**			
	ARENA	**MDB**	**Nenhum**	**NS, NR**
ARENA	74	3	26	10
MDB	1	72	21	7
Indecisos	0	3	21	13
Nulo/branco	0	0	2	3
Não vota p/qualquer razão	23	21	28	40
NR	2	1	2	27
(N)	(316)	(241)	(187)	(30)

Contudo, a alternativa formulada não é rigorosamente correta, pois podemos dar-nos conta de que ela contempla casos polares entre os quais há lugar para diversos outros, que apresentarão matizes variados conforme se aproximem de um ou outro extremo. Depois, é bastante claro que essa alternativa coloca ela própria um problema de fundamental importância, pois o fato de tratar-se em determinados casos de preferências "autênticas"

ou não terá certamente consequências políticas relevantes. Assim, a *estabilidade* das preferências partidárias, entre outros aspectos, se verá afetada conforme se trate de um ou de outro caso, ou conforme estejamos mais próximos de um polo ou de outro – e com ela a permanência das chances de vitória deste ou daquele partido.

Se os dados da Tabela I são examinados a esta luz, a relevância das questões relacionadas à natureza das preferências partidárias e sua estabilidade se faz sentir, em primeiro lugar, pela evidência do predomínio de preferência pela ARENA que se associa à vitória desse partido no tradicional reduto emedebista representado por Juiz de Fora (comparem-se os números absolutos de cada categoria, apresentados entre parênteses). Mas ela se revela também por certos indícios que permitem apreender como que em curso o processo de mudança das preferências partidárias aí ocorrido: referimo-nos às maiores perdas marginais que a minoria emedebista sofre em comparação com a maioria arenista, sendo mais numerosos os emedebistas que se mostram indecisos quanto ao voto ou propensos a votarem pelo partido adversário.

Além disso, os dados da Tabela I permitem verificar também que uma parcela substancial dos entrevistados de nossa amostra (aproximadamente uma quarta parte deles) declara *não* ter preferência entre os partidos, apesar de que muitos dos que compõem essa parcela se mostrem prontos a votar por um partido ou outro. Temos aí, certamente, algo que justifica pelo menos presumir, ao contrário da sugestão formulada acima, que a declaração de preferência partidária envolve algo mais do que a simples decisão, mesmo reiterada, de votar pelo partido correspondente. De outro lado, a dispersão da intenção de voto que se encontra nesta categoria e o contraste que ela representa com o que deparamos nos casos de preferência declarada por MDB ou ARENA impõem a suposição de que este "algo mais" tem importância decisiva no condicionamento do comportamento eleitoral.

Destarte, o exame da relação entre o voto e preferência partidária tal como se mostra na Tabela I torna possível precisar diretamente por referência aos dados da presente pesquisa algumas das questões fundamentais que nos orientam. Qual o significado da identificação com determinado partido num ambiente político como o que caracteriza o Brasil dos dias atuais? Até que ponto ela poderá ser posta em correspondência

com a percepção de interesses em luta ou com opções ideologicamente estruturadas, em que medida se relaciona com objetos efetivos ou potenciais de disputa na arena política? Que sentido atribuir à estabilidade ou instabilidade das preferências partidárias, às continuidades que as preferências atuais possam representar com respeito à remota preferência por partidos extintos ou, ao contrário, às rupturas que elas envolvam face às tendências de um par de anos atrás ou pouco mais? Por que, finalmente, num contexto crescentemente oposicionista em âmbito nacional e de expansão do partido de oposição, sobretudo nos grandes centros, ocorrem reviravoltas como a que se deu em Juiz de Fora, em que o segundo maior centro urbano de Minas, tradicionalmente emedebista, se volta para o partido do governo?

Dessas questões estaremos nos ocupando em seguida. Parece desnecessário salientar o que elas têm de complexo e difícil, e não incorremos na ingenuidade de pretender dar-lhes aqui respostas taxativas. O leitor julgará por si mesmo até que ponto os dados que nos foi possível produzir e a análise em que estamos empenhados representam avanços no entendimento delas.

4. As bases sociais da identificação partidária

Comecemos a análise sistemática do significado da preferência ou identificação partidária pelo exame de como se relaciona com certas variáveis que representam dimensões básicas da estrutura social. A Tabela II mostra, em primeira aproximação, sua relação com o sexo, a idade, a escolaridade e a renda familiar dos entrevistados.

Sexo e idade apresentam ambos fraca associação com a preferência partidária. Pode-se notar certa diminuição da preferência pelo MDB com a idade, em favor da ausência de preferência, e maior inclinação pelo MDB entre as mulheres. Esta última verificação é algo peculiar se confrontada com o que se pôde observar em pesquisas anteriores em centros como São Paulo e Belo Horizonte, onde os homens se mostram mais propensos a aderir ao MDB. A observação do efeito *conjunto* de sexo e idade sobre a preferência partidária, que a Tabela III permite, se não torna Juiz de Fora menos peculiar quanto a este aspecto, revela que a maior propensão emedebista das mulheres da cidade, embora manifestando-se de maneira marcada entre as jovens de até 30 anos, torna-se especialmente curiosa

entre as mulheres *de mais de cinquenta anos,* onde ela se eleva em claro contraste com a intensificação da propensão *arenista* entre os homens da categoria correspondente. A razão disso, que não podemos comprovar diretamente aqui, estará provavelmente em coisas como os êxitos do MDB em assegurar para as professoras primárias de Juiz de Fora níveis de remuneração sem correspondência com os dos demais municípios de Minas Gerais.

Certamente mais relevante e de maiores consequências é o que se observa na Tabela II com respeito a escolaridade e renda familiar. Apesar de que a incidência de preferência pelo MDB apresente variações de sentido não muito nítido nas diversas categorias de ambas as variáveis, compondo-se com os casos de falta de preferência ou de pessoas que se furtam a responder à pergunta sobre identificação partidária, pode-se observar que as proporções de preferência pela ARENA tendem a aumentar à medida que se sobe nos níveis de renda ou de escolaridade. No caso de escolaridade, porém, verifica-se que a passagem do nível colegial para o universitário representa um corte abrupto nessa tendência, com a queda acentuada na preferência pela ARENA e o incremento correspondente dos casos de ausência de preferência. Se, por outro lado, se atenta para o padrão apresentado pelos sem preferência nos diversos níveis de escolaridade, cuja proporção declina gradualmente nos níveis inferiores para aumentar marcadamente nos níveis mais altos, vê-se que provavelmente se tratará aqui de dois casos distintos de ausência de preferência: enquanto o primeiro corresponderia a uma forma de alheamento com respeito ao sistema partidário que seria afim à falta de informação e à marginalização social e política geral própria dos níveis educacionais inferiores, o segundo teria a ver antes com o repúdio deliberado a ambos os partidos como consequência da oposição ao regime de que ambos são percebidos igualmente como fruto.

Como quer que seja, a forma geral apresentada pela relação entre escolaridade e preferência partidária e seu paralelismo com a relação desta última com a renda familiar indicam claramente que, salvo quando alcançado o nível universitário, escolaridade atua meramente, em seus efeitos sobre a identificação partidária, como uma expressão ou dimensão de *status* sócio-econômico ou de posição social geral: na medida em que escolaridade crescente tende a estar associada com níveis também crescentes de renda e com o exercício de ocupações mais prestigiosas, não seria senão natural esperar que ela se associasse igualmente com

disposições social e politicamente conservadoras. Em nosso caso, tais disposições se traduziriam, entre outras coisas, no apoio ao partido do governo e do *status quo.*

Tabela II – Juiz de Fora, 1976: preferência partidária por sexo, idade, escolaridade e renda familiar (%)

PREF. PART.	SEXO		ESCOLARIDADE					IDADE			RENDA FAMILIAR			
	M	F	Analf. ou Mobral	Prim. ou parte	Gin. ou parte	Col. ou parte	Univ. ou parte	Mais de 18/30	Mais de 31/50	Mais de 50	Até 2 sal. min.			Mais de 8
ARENA	42	38	31	39	44	47	31	40	40	40	33	36	47	50
MDB	27	35	31	37	35	23	27	35	28	27	36	37	25	24
Nenhum	27	23	25	22	17	26	41	22	26	29	26	24	25	23
NS, NR	4	4	13	2	4	4	1	3	6	4	5	3	3	3
(N)	(329)	(427)	(68)	(316)	(139)	(144)	(85)	(293)	(290)	(173)	(257)	(186)	(171)	(186)

Tabela III – Juiz de Fora, 1976? Preferência partidária e idade, por sexo (%)

Preferência partidária	**Sexo**					
	Masculino			Feminino		
	Idade					
	18/30	31/50	Mais de 50	18/30	31/50	Mais de 50
ARENA	39	38	56	40	42	27
MDB	31	30	16	39	30	35
Nenhum	26	30	24	19	22	33
NS, NR	4	2	4	2	6	5
(N)	129	125	75	164	165	98

A despeito do que parece haver de "natural" ou mesmo "óbvio" nisso, porém, a constatação de uma clara relação positiva entre escolaridade e "arenismo" situa um problema de interesse. Não que se trate de uma constatação inédita. Ao contrário, resultados idênticos ou análogos se encontraram não apenas nas "enquetes" levadas a efeito em São Paulo e Belo Horizonte por ocasião das eleições legislativas de 1974, mas também em pesquisa executada durante o ano de 1973 nas principais cidades do sudeste e do sul do país: quer se trate de manifestação de preferência pela ARENA, quer se trate da expressão direta de satisfação com as políticas gerais do governo a partir de 1964, em todos esses casos se evidenciou a ocorrência de graus crescentes de conformismo político em

correspondência com graus crescentes de escolaridade[3]. A questão de interesse, porém, decorre de que tais verificações, todas elas relativas a anos recentes, contrapõem-se de maneira bastante frontal aos resultados obtidos em pesquisa executada em Belo Horizonte durante o ano de 1965. Apesar de que os dados correspondentes tenham a ver com questões de natureza distinta, referidas a uma série de temas específicos que constituíram objeto de debate político no período de 1945 a 1964 e sobretudo nos últimos anos desse período, eles deixam claro que eram as opiniões favoráveis, à *transformação* das condições vigentes no país – mais precisamente, as opiniões de esquerda – que tendiam então a aumentar à medida que se ascendia na escala educacional[4]. A procura das razões de tal discrepância será talvez esclarecedora com respeito a certos aspectos da operação do regime autoritário brasileiro então recém-inaugurado.

Não seria este o lugar para se aprofundar o debate teórico sobre o papel político da educação ou escolaridade a que esses achados aparentemente contraditórios remetem. Ilustremos, apenas, algumas das posições divergentes a respeito, recorrendo aos nomes de T. H. Marshall e Ivan Illich e ao contraste de suas análises. O primeiro, ocupando-se do desenvolvimento da concepção de cidadania especialmente no contexto britânico, salienta as disposições inconformistas e reivindicantes que tenderiam a resultar das possíveis discrepâncias entre as aquisições educacionais, socialmente definidas e percebidas como um direito em si mesmas e como geradoras de novos direitos, e as oportunidades oferecidas pelo mercado. Já o segundo, ocupando-se de problemas educacionais com referência especial à América Latina, destaca a ambiguidade do significado

[3] Para os dados a respeito de São Paulo e Belo Horizonte, vejam-se LAMOUNIER, Bolivar – "Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente", e REIS, Fábio W. – "As Eleições em Minas Gerais", ambos em Bolivar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso (organizadores), *Os Partidos e as Eleições no Brasil* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975). Os demais se referem à pesquisa executada por Phillip Converse, Amaury de Souza e Peter McDonough sobre "Representação e Desenvolvimento no Brasil" e não foram ainda objeto de publicação, embora tenham sido gentilmente cedidos para algumas análises preliminares que podem ser encontradas em REIS, Fábio W. – *Political Development and Social Class: Brazilian Authoritarianism in Perspective* (tese de doutorado não publicada, Universidade de Harvard, 1974), cap. 7. Aproveitamos a oportunidade para agradecer de público a gentileza.

[4] Veja-se REIS, Fábio W. – "Educação; Economia e Contestação Política na América Latina", *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* 31 (maio de 1971).

político da escola e dá ênfase ao que ela representa como instrumento de manipulação e fator de conformismo:

> (...) o monopólio escolar combate a rebelião com muito maior eficácia que o *napalm.* (...) As escolas frustram, realmente, à maioria, mas fazem-no com todas as aparências de legitimidade democrática, senão também de clemência. (...) o ideal de que cada pessoa tenha seu carro e seu título produziu uma sociedade de massas tipo classe média. À medida que se vão tornando realidade, esses ideais se transformam em mecanismos que asseguram o sistema que eles produziram[5].

A educação formal é um processo que se cumpre sobretudo dentro de certas faixas de idade. Além disso, o momento crucial da avaliação das oportunidades oferecidas pelo mercado tende também a corresponder, para os que contam com níveis mais altos de escolaridade, à idade em que se completa o treinamento escolar e se dá a inserção no mercado de trabalho. Assim, torna-se naturalmente da maior relevância ter em conta a idade dos entrevistados para que se possa apreciar adequadamente o significado da relação entre escolaridade e variáveis de conteúdo político.

Com esse propósito, a Tabela IV apresenta a desagregação por diferentes níveis de idade da relação entre escolaridade e identificação partidária anteriormente observada, enquanto a Tabela V procede à mesma desagregação para a relação entre identificação partidária e renda familiar, o que possibilitará ressaltar certos aspectos reveladores. Para permitir comparação, apresentamos ainda, na Tabela VI, a relação encontrada em Belo Horizonte, em 1965, entre idade e escolaridade, de um lado, e, de outro, um índice geral de "esquerdismo" em que se sintetizavam as opiniões mantidas com respeito a tópicos tais como reforma agrária, papel do capital estrangeiro na economia do país etc.[6]

[5] Vejam-se MARSHALL, T. H. – "Citizenship and Social Class", em *Class, Citizenship and Social Development* (Nova Iorque: Doubleday, 1965), especialmente p. 121; e ILLICH, Ivan – *En América Latina Para que Sirve la Escuela?* (Buenos Aires: Ediciones Búsqueda, 1973), p. 24, 27 e 25.

[6] Quatro itens compunham esse índice. Dois deles referiam-se a problemas específicos (reforma agrária e papel das "empresas americanas" no país), os outros dois achavam-se formulados de maneira a apreender atitudes de alcance mais amplo, correspondendo o primeiro à oposição entre atitudes pró-mudança ou conservadoras e o segundo à oposição entre atitudes radicais (ou "absolutistas") ou gradualistas. Informações mais minuciosas

Tabela IV – Juiz de Fora, 1976: preferência partidária e escolaridade, por idade (%)

	IDADE														
	18 a 30 anos					31 a 50 anos					Mais de 50 anos				
	ESCOLARIDADE					ESCOLARIDADE					ESCOLARIDADE				
PREF. PART.	Analf., Mo.	Prim./p.	Gin./p.	Col./p.	Univ./p.	Analf., Mo.	Prim./p.	Gin./p.	Col./p.	Univ./p.	Analf., Mo.	Prim./p.	Gin./p.	Col./p.	Univ./p.
ARENA	13	35	42	52	22	38	40	46	34	44	35	38	46	45	50
MDB	67	43	40	24	37	9	38	32	26	4	28	31	23	10	25
Nenhum	13	21	14	21	39	29	21	18	32	52	34	26	27	40	25
NS, NR	7	2	4	3	2	24	1	4	8	0	3	5	4	5	0
(N)	(15)	(68)	(73)	(86)	(54)	(21)	(162)	(44)	(38)	(23)	(32)	(86)	(22)	(20)	(8)

Tabela V – Juiz de Fora, 1976: preferência partidária e renda familiar, por idade (%)

	IDADE											
	18 a 30 anos				31 a 50 anos				Mais de 50 anos			
	RENDA FAMILIAR				RENDA FAMILIAR				RENDA FAMILIAR			
PREF. PART.	Até 2 s. m.	2 a 4 s. m.	4 a 8 s. m.	Mais de 8 s. m.	Até 2 s. m.	2 a 4 s. m.	4 a 8 s. m.	Mais de 8 s. m.	Até 2 s. m.	2 a 4 s. m.	4 a 8 s. m.	Mais de 8 s. m.
ARENA	39	33	43	39	29	39	48	48	33	35	43	56
MDB	30	43	33	43	40	35	19	20	33	32	23	11
Nenhum	24	21	24	18	29	22	26	27	29	30	30	28
NS, NR	7	3	0	0	2	4	7	5	5	3	4	5
(N)	(83)	(58)	(72)	(90)	(87)	(82)	(58)	(64)	(70)	(37)	(30)	(36)

Comecemos pela Tabela VI. É notório, em primeiro lugar, o efeito inconformista produzido pela escolaridade crescente, que se pode verificar comparando-se a incidência das opiniões esquerdistas e conservadoras nos dois níveis educacionais dentro de cada categoria de idade. Há sempre predomínio de opiniões de esquerda entre os que contam com maior educação do que entre os menos educados, ainda que entre os de idade mais avançada isso tenha uma contrapartida no fato de que a escolaridade mais alta faz aumentar *também* a frequência de opiniões *conservadoras* (por outras palavras, entre os mais velhos a educação tem o efeito de *polarizar* as opiniões e reduzir a incidência de opiniões intermediárias ou moderadas, justificando presumir-se que ela preserva aqui em maior medida seu caráter

podem ser encontradas em REIS, Fábio W. – "Educação, Economia e Contestação Política", *op. cit.,* p. 21 e seguintes.

de expressão da posição social geral dos indivíduos). Contudo, observa-se ainda que a intensidade do efeito "esquerdizante" de maior escolaridade *aumenta* à medida que passamos do grupo mais idoso para o mais jovem, não apenas fazendo que as maiores diferenças porcentuais nas proporções de alto esquerdismo se deem entre os jovens, mas também minimizando a incidência de conservadorismo entre os jovens educados, em claro contraste com sua incidência no caso dos jovens de menor escolaridade.

Tabela VI – Belo Horizonte, 1965: "esquerdismo" e escolaridade, por idade (%).

	Idade					
	18 a 30		31 a 50		Mais de 50	
	Escolaridade					
"Esquerdismo"	Baixa	Alta	Baixa	Alta	Baixa	Alta
Baixo	40	15	38	20	38	44
Médio	35	45	39	44	38	27
Alto	25	40	23	36	24	29
(N)	77	141	165	138	82	41

Fonte: Fábio W. Reis, "Educação, Economia e Contestação Política na América Latina", *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* 31 (maio de 1971), p.35.

Bem distintas são as observações sobre a Juiz de Fora atual, permitidas pela Tabela IV. Por certo, um aspecto especial não de todo dissonante com o que acabamos de examinar tem a ver com os indícios que fazem do nível universitário uma categoria peculiar. A desagregação por idade na Tabela IV mostra que a queda encontrada anteriormente (Tabela II) na incidência de "arenismo" nesse nível é algo que se restringe à faixa mais jovem da população, onde ocorre de maneira acentuada simultaneamente com o incremento da preferência pelo MDB e sobretudo dos casos de ausência de identificação com qualquer dos dois partidos. Entre os de educação universitária e colegial nas demais faixas de idade, porém, altas taxas de apoio à ARENA se fazem acompanhar pela tendência à marcada redução do apoio ao MDB (apesar de que isto seja especialmente nítido, para os universitários, na faixa de idade intermediária, provavelmente devido à perturbação resultante do pequeno número de casos de educação universitária entre os mais velhos). Configura-se, assim, o que parece corresponder a uma situação de polarização entre posições governistas e posições mais radicais de repúdio ao sistema partidário como tal, polarização esta que seria afim à que vimos acima existir entre os educados de mais idade na Belo Horizonte de 13 anos atrás. Contudo, se

prescindimos da peculiaridade apresentada pela categoria correspondente ao nível universitário, o padrão geral exibido pelos dados da Tabela IV contrasta com os dados belo-horizontinos não apenas pela forma positiva geral da relação entre escolaridade e "arenismo", mas também pelo fato de que essa relação positiva parece claramente ser mais forte entre os jovens. A suposição de que pelo menos este último aspecto poderia dever-se a condições peculiares de Juiz de Fora, ademais, não se ajusta à evidência disponível, já que os dados de 1973 acima mencionados revelam o mesmo padrão de forma ainda mais nítida entre os entrevistados das diversas cidades amostradas[7].

Mas há algo mais a ser destacado quanto a este aspecto, algo que coloca em evidência o significado especial de que parece revestir-se a escolaridade entre os jovens. Com efeito, não apenas se observa que a relação positiva entre escolaridade e "arenismo" é mais nítida entre os que contam com até 30 anos do que nas demais faixas de idade: ao nos voltarmos para a Tabela V, observamos também que, precisamente ao contrário do que se passa com escolaridade, a relação entre renda familiar e identificação partidária (que se mostrava não muito forte quando considerada a totalidade da amostra, como vimos na Tabela II) praticamente desaparece entre os jovens, enquanto ganha grandemente em nitidez nas duas outras categorias de idade, tendendo a crescer linear e significativamente a identificação com a ARENA e a decrescer o apoio ao MDB à medida que subimos nos níveis de renda. Por outras palavras, a comparação das Tabelas IV e V deixa evidente que a distribuição de identificação partidária pelas diversas categorias de renda familiar *dissimula,* no caso dos jovens, a correlação decisiva aí existente daquela variável com escolaridade, ao passo que, nos demais grupos de idade, é a distribuição de preferência partidária pelos diversos níveis de escolaridade que dissimula a correlação decisiva que ela apresenta em tais grupos com a renda familiar. Apesar de que renda familiar e escolaridade sejam dimensões intercorrelacionadas do *status* sócio-econômico dos indivíduos, e não obstante ser por conseguinte semelhante a forma geral da associação de cada uma delas com a identificação partidária, é patente que, entre os jovens, o acesso especificamente às oportunidades educacionais parece

[7] Cf. REIS; Fábio W. – "Political Development and Social Class", *op. cit.* p. 410.

cumprir papel singularmente importante no condicionamento das simpatias governistas ou oposicionistas.

Visto o problema de maneira geral, porém, tudo parece indicar que apreendemos aqui um processo efetivamente em curso, no qual os efeitos políticos associados à educação formal transitam do quadro descrito por Marshall para condições mais afins às ênfases de Illich. A componente decisiva da explicação para essa transição, sem dúvida, reside no impulso dado ao processo de desenvolvimento econômico e nas altas taxas de crescimento da produção nacional que o regime inaugurado em 1964 se mostrou capaz de sustentar por vários anos, acelerando assim a conformação de um sistema em que, para amplos setores da classe média, o ideal do diploma encontra possibilidades mais seguras de se traduzir diretamente no ideal do carro próprio, do apartamento de luxo e do lazer sofisticado. Já no que diz respeito à juventude e à especial nitidez da inversão de padrões que aí se observa, entre 1965 e 1976, cumpre lembrar, em primeiro lugar, que a este setor da população se dirige há vários anos, precisamente através do aparelho escolar, o esforço especial de doutrinação consubstanciado no ensino de disciplinas como educação moral e cívica. Dada a obrigatoriedade de tais disciplinas em todas as séries do sistema escolar, para as gerações mais novas maior escolaridade significa maior grau de exposição à doutrinação conservadora e governista aí veiculada. Ainda que haja indícios claros de que as disciplinas correspondentes no nível superior não cumprem os propósitos a que foram destinadas, dadas as características especiais do ambiente universitário, é de se presumir que essa doutrinação se revista pelo menos de alguma eficácia nos demais níveis[8]. Em segundo lugar, não apenas é certo que as promessas ocupacionais ou de carreira pessoal que hoje se associam à educação formal se fazem sentir também entre os jovens, mas parece lícito supor que elas se façam sentir *principalmente* entre eles, e a importância recém-observada de que parece revestir-se o acesso a oportunidades educacionais quanto a condicionar simpatias governistas dentre a população jovem tende a corroborar essa suposição. E até o ponto em que os fatores de ordem econômica e ocupacional ligados ao processo de crescimento tenham, como parece provável, o papel principal na explicação dos fatos observados,

[8] Esse é um tema pouco estudado, embora de interesse óbvio. Uma exceção é o trabalho de Mário Brockmann Machado, *Political Socialization* in *Authoritarian Systems: The Case of Brazil* (tese de doutorado não publicada, Universidade de Chicago, 1975).

torna-se claro que o contraste entre os dados de 1965 é os recentes não é, afinal, tão grande. Em outros termos, as proposições aparentemente divergentes de Marshall e Illich têm muito em comum, e muito parece depender do grau em que as expectativas de direitos dirigidas ao mercado e produzidas pela instituição legitimadora que é a escola se frustram ou encontram condições de se realizarem. Assim, a verificação da ocorrência de maior inconformismo entre os educados jovens, que se vê na Tabela VI para a Belo Horizonte de 1965, não é certamente alheia à ponderação anterior de que, entre os educados, são os jovens os que vivem de maneira aguda o problema de sua inserção no mercado. Além disso, aquela verificação acarreta a implicação de que a adesão a opiniões mais radicais tende a corresponder amplamente a uma fase transitória da vida das pessoas de maior nível educacional, a ser esquecida à medida que tais pessoas se deixem absorver em suas carreiras[9]. Assim sendo, o que haverá de novo nos dados atuais, em contraste com os de 13 anos atrás, será simplesmente o fato de que as condições econômico-ocupacionais do país levam a que aquela absorção se dê mais prontamente e de maneira mais satisfatória – ou criem pelo menos, para cada um, a expectativa de que as coisas venham a ser assim.

Seja como for, os dados a respeito dos aspectos até aqui considerados sugerem com bastante clareza que, pelo menos nos centros urbanos, o regime em vigor tem se mostrado capaz de atrair apoio em correspondência com as oportunidades educacionais que assegure e com a promessa que estas representam de acesso aos benefícios do desenvolvimento econômico. Ademais, se excetuamos a juventude universitária, isso parece aplicar-se especialmente à geração que atingiu a maioridade mais ou menos simultaneamente com a implantação do atual regime ou posteriormente. Contudo, a clara contrapartida disso é que, nos centros urbanos a que aqui nos referimos, as linhas de apoio e oposição ao governo passam agora

[9] Na verdade, análises mais pormenorizadas dos dados belo-horizontinos de 1965 mostram que as mais altas frequências de opiniões pró-mudança ocorrem dentre a minoria de pessoas de alta escolaridade e *mais idosas* que não desfrutam de ocupações e níveis de renda "congruentes" com seu nível de educação formal. Além disso, mesmo entre os jovens essa incongruência mantém algum papel na determinação da incidência de opiniões inconformistas, apesar de que taxas relativamente altas de "esquerdismo" continuem a ocorrer entre os jovens educados independentemente dela, Cf. REIS, Fábio W. – "Educação, Economia e Contestação Política", *op. cit.*

talvez mais do que nunca, pelas linhas que demarcam a estratificação social – pelas linhas das classes sociais, por outras palavras, se os dados apresentados relativamente à escolaridade e sobretudo à renda familiar podem ser tomados como aproximações aceitáveis à estrutura de classes. Examinaremos agora, de acordo com as indagações gerais anteriormente formuladas, o conteúdo de que se reveste a identificação partidária em termos de variados fatores de ordem subjetiva, considerados estes últimos como propiciando, nas relações que manifestam entre si e com a propensão mesma ao apoio a este ou aquele partido, uma via de acesso a formas distintas de se estruturar ideologicamente a vida política na consciência das pessoas. Dada a natureza das questões básicas que nos orientam e a evidência da correlação entre identificação partidária e posição social, esse exame será realizado com constante atenção para os "contextos" diversos representados pelos diferentes níveis de renda familiar e para o condicionamento por eles exercido sobre o conjunto de imagens e opiniões a ser observado.

5. Universos políticos e opção partidária

Uma forma de se dar início à análise das conexões entre a identificação partidária e os aspectos de ordem subjetiva tal como se manifestam nos diferentes estratos sócio-econômicos consiste em examinar a relação entre a identificação com MDB ou ARENA e a distribuição das preferências entre os partidos existentes até 1965. A Tabela VII permite observar essa relação nos níveis de renda familiar.

Congruentemente com algumas observações feitas no rápido retrospecto da história político-partidária de Juiz de Fora anteriormente apresentado, vê-se que a herança petebista tem um peso importante no condicionamento da opção atual pelo MDB. Pois não apenas se nota que as maiores proporções de antigos petebistas se declaram atualmente identificados com o partido de oposição – o que tende a ser tanto mais verdadeiro quanto mais descemos na escala de renda familiar e apresenta uma única exceção no nível mais alto de renda –, como também se pode assinalar que o contingente petebista representa o mais numeroso contingente isolado entre todas as categorias correspondentes a preferências por qualquer dos antigos partidos – outra vez com a única exceção do nível superior de renda, onde a UDN conta com a maioria relativa. O MDB se

beneficia ainda com aportações apreciáveis dos antigos pessedistas e dos adeptos de outros partidos menores, que em geral correspondem, porém, a proporções bem menores das preferências antigas. Já a ARENA conta desproporcionalmente com as preferências dos antigos udenistas em todos os níveis de renda. Apesar de que esses dados, exceto pela distribuição de preferências entre os partidos antigos, corroborem bastante bem o que se pôde observar em estudos relativos a outras cidades[10], é importante assinalar o grande número dos que declaram *não* se sentir identificados com qualquer dos partidos extintos: tratando-se aqui certamente em boa medida de jovens incorporados recentemente ao processo eleitoral, os dados em exame se revelam peculiares em contraste com os de estudos anteriores pelo fato de que o MDB não conta com a maioria sequer relativa dos membros dessa categoria em qualquer dos níveis de renda. Temos aí uma nova indicação da capacidade de aliciamento demonstrada recentemente pela ARENA em Juiz de Fora, e voltaremos a ocupar-nos deste aspecto quando tratarmos de avaliar a contribuição de nossos dados à explicação da reviravolta eleitoral ali ocorrida.

Outros aspectos, porém, nos permitem penetrar mais profundamente no exame dos conteúdos associados à identificação partidária. Numerosos itens de opinião de tipos diversos integraram o questionário utilizado e o estudo de suas conexões com a identificação partidária é empreendido adiante de forma padronizada. Convém, assim, que procuremos explicitar de saída a lógica subjacente à utilização desses itens e à forma a ser dada à análise.

Vários aspectos dos resultados obtidos nas pesquisas levadas a efeito por ocasião das eleições de 1974 indicam a existência de um grau precário de integração nas posições adota das por parcelas substanciais do eleitorado, particularmente em seus estratos menos favorecidos sócio-economicamente, com respeito a questões que pareceriam compor todos orgânicos aos olhos dos analistas do processo político brasileiro[11].

Assim, depararam-se altas taxas de desconhecimento e alheamento com respeito a temas candentes do debate político entre eleitores cuja opção

[10] Vejam-se LAMOUNIER, Bolivar - "Comportamento Eleitoral em São Paulo", *op. cit.* e REIS, Fábio W. – "As Eleições em Minas Gerais", *op. cit.*

[11] *Ibid.;* veja-se também REIS, Fábio W. – "O Institucional e Constitucional", *Cadernos DCP,* 3 (março de 1976).

emedebista pareceria dever interpretar-se em termos de protesto que se suporia motivado pela posição frente a tais temas. Mas mesmo problemas como o custo de vida, que se esperaria tocassem mais de perto a sensibilidade dos estratos em questão, vieram a mostrar relações pouco claras com o apoio ao partido de oposição. Tudo parecia indicar que este último cumprira, para os setores populares, o papel de um símbolo (o partido dos "pobres" ou do "povo", na caracterização que dele fizeram numerosos eleitores belo-horizontinos) no qual terminou por fixar-se uma insatisfação difusa incapaz de articular-se por referência a problemas específicos de qualquer natureza.

Pôde-se mesmo observar que os estratos populares, onde se encontravam de longe os maiores contingentes de emedebistas, eram também os mais propensos a reagirem de maneira positiva diante dos temas da propaganda ufanista e triunfalista do governo. As evidências quanto a este último aspecto, que corroboravam certas constatações de pesquisas anteriores[12], sugeriam a existência, nas camadas mais pobres – do eleitorado, de uma espécie de "esquizofrenia", – ou algo que pelo menos se apresentaria como tal à luz de formas mais convencionais de se contemplar o quadro político brasileiro. Assim a vocalização ou mesmo a adesão consciente a certos valores quando enunciados em termos abstratos e "remotos" se faria acompanhar pela negação de tais valores no plano das atividades concretas ou da vida cotidiana – e o comportamento eleitoral, assim os dados indicavam, se guiaria antes pelos valores latentes contidos neste último plano[13].

[12] Veja-se LAMOUNIER, Bolivar – *Ideology and Authoritarian Regimes: Theoretical Perspectives and a Study of the Brazilian Case* (tese de doutorado não publicada, Universidade da Califórnia, Los Angeles, 1974), p. 264.

[13] Essa ideia da ruptura entre níveis de consciência é explorada em conexão com o conceito de "falsa consciência" por Michael Mann em "The Social Cohesion of Liberal Democracy", *American Sociological Review,* 25,3 (junho de 1970).

Tabela VII – Juiz de Fora, 1976: preferência partidária atual e preferência partidária anterior a 1965, por renda familiar (%)

	Renda familiar: Até 2 s.m. — Preferência partidária anterior a 1965						Renda familiar: De 2 a 4 s. m. — Preferência partidária anterior a 1965					
Pref. part. atual	PSD	UDN	PTB	Outros	Sem pref.	NS, NR	PSD	UDN	PTB	Outros	Sem pref.	NS, NR
ARENA	50	79	22	30	34	30	33	64	30	40	36	35
MDB	25	0	56	40	29	33	50	9	50	20	34	45
Nenhum	13	21	20	30	34	18	17	27	20	30	24	20
NS, NR	12	0	2	0	3	19	0	0	0	10	6	0
(N)	(8)	(14)	(55)	(10)	(119)	(33)	(6)	(11)	(46)	(10)	(83)	(20)

(continua)

(continuação)

	Renda familiar: De 4 a 8 s. m. — Preferência partidária anterior a 1965						Renda familiar: Mais de 8 s. m. — Preferência partidária anterior a 1965					
Pref. part. atual	PSD	UDN	PTB	Outros	Sem pref.	NS, NR	PSD	UDN	PTB	Outros	Sem pref.	NS, NR
ARENA	70	70	27	71	41	73	42	67	38	44	43	60
MDB	30	0	50	0	24	18	33	10	33	44	25	40
Nenhum	0	20	20	29	32	9	21	17	25	12	31	0
NS, NR	0	10	30	0	3	0	4	7	4	0	1	0
(N)	(10)	(10)	(30)	(7)	(92)	(11)	(24)	(30)	(24)	(16)	(81)	(10)

Com o objetivo de explorar mais minuciosamente tais sugestões, vários conjuntos de perguntas incluídos em nosso questionário foram concebidos como meio de apreender as opiniões e percepções dos entrevistados relativamente a assuntos ou problemas supostamente situados em "níveis" diversos – desde o nível correspondente aos temas do debate político-institucional dos dias atuais até o dos problemas que afetam diretamente as condições de vida dos entrevistados nos bairros ou vizinhanças onde moram. A suposição que orientou o trabalho nesse aspecto foi a de que as posições ou opiniões com respeito aos problemas próprios de cada nível tenderiam não somente a apresentar padrões diversos de variação de acordo com a posição sócio-econômica dos indivíduos de nossa amostra, mas também a exibir padrões distintos de associação com a identificação partidária nos contextos representados pelas diferentes posições sócio-econômicas. Por outras palavras, não somente variam, supunha-se, a saliência das questões dos diferentes tipos para as pessoas de condições sócio-econômicas diversas, e consequentemente a apreciação que delas fazem, como também varia de acordo com o estrato social o condicionamento exercido sobre a identificação partidária pelos diferentes tipos de questões. A expectativa era a de que, captando os correlatos da

identificação partidária em termos das representações e opiniões quanto aos diversos tipos de problemas, viéssemos a ser capazes de desvendar, por detrás do "vazio" ou mesmo da incoerência que aparentava caracterizar a opção partidária das camadas populares, formas particulares de alicerçar-se esta última que permitissem ver nela algo distinto, por exemplo, da simples preferência popular por Flamengo ou Corinthians.

Concretamente, quatro "baterias" de questões foram usadas a respeito:

1. Um extenso conjunto de perguntas indagava a opinião dos entrevistados sobre uma série de tópicos que compõem o problema político-institucional brasileiro do momento e que aqui chamaremos questões "políticas", incluindo coisas tais como o ato institucional n.º 5, a participação dos militares na vida política, eleições indiretas, a avaliação da capacidade política do "povo" etc.[14];

2. Cinco outras perguntas tratavam de obter a avaliação do entrevistado sobre a eficácia demonstrada pela atuação do "governo" nas políticas adotadas nas seguintes áreas: assistência médica através do INPS, combate à alta do custo de vida, política habitacional do BNH, ensino primário e policiamento (formulado este último item em termos de policiamento "da cidade"). Chamaremos este conjunto de "questões de política econômico-social";

[14] A lista completa de tais perguntas referia-se à opção entre eleições diretas e indiretas, à avaliação da capacidade que tem o "povo" de "votar bem e escolher os melhores candidatos para governar o país", ao voto do analfabeto, à participação dos militares "no governo", à tensão entre desenvolvimento e distribuição de renda (que chamaremos de "política salarial" do governo), à utilidade das discussões e debates entre partidos políticos, ao Ato Institucional nº 5, à possível tensão entre a aspiração a governos democraticamente eleitos e a governos empreendedores, à avaliação da participação dó presidente Geisel na campanha (fez bem em particular ou fez mal), à posição diante do crescimento das "empresas do governo", à opinião sobre o grau de controle que se deveria exercer sobre as "empresas estrangeiras", à concordância ou discordância com o *slogan* governamental de que "este é um país que *vai pra* frente", à avaliação da importância especial ou não de que se revestiam as eleições municipais de 1976 e ao grau de democracia que caracterizaria o Brasil em comparação com outros países. O formato adotado em todos esses itens foi sempre o mesmo, fornecendo-se ao entrevistado a opinião de alguns em determinada direção, de outros na direção oposta e pedindo-se a ele que indicasse se concordava mais com uma opinião ou com a outra. Estaremos utilizando adiante somente os itens que nos parecem envolver claramente a avaliação de aspectos da atuação do regime vigente.

3. Uma terceira bateria de perguntas indagava a opinião do entrevistado sobre a qualidade de certos serviços básicos no *bairro* onde morava. Os itens mencionados eram fornecimento de água, serviço de esgotos, iluminação e conservação das ruas, limpeza e remoção de lixo, escola primária, transporte coletivo e atendimento médico, a serem designados aqui como questões "locais"[15];

Finalmente, uma bateria de quatro perguntas de características especiais, que teve formulações diferentes nas diversas cidades em que se executou a pesquisa, buscava apreender as posições com respeito a questões que fossem temas mais ou menos vivos do debate político ou da campanha eleitoral em cada cidade e que ao mesmo tempo representassem opções de políticas públicas nas quais se pudesse contrapor uma alternativa de cunho popular a outra em algum sentido mais "elitista". Nem sempre, porém, foi possível encontrar temas específicos capazes de reunir os diversos requisitos de maneira satisfatória. No caso de Juiz de Fora, deu-se prioridade à dimensão popular *versus* elitista, e chamaremos "questões populares" às questões correspondentes[16].

Iniciemos a análise pelo exame dos dados relativos às questões políticas. Na Tabela VIII encontramos a relação entre as opiniões com respeito a cada uma das questões apresentadas aos entrevistados e a renda familiar destes, classificada nas quatro categorias anteriormente estabelecidas. Já a Tabela IX mostra a relação existente, dentro de cada categoria de renda familiar, entre a opinião sobre as diferentes questões e a preferência partidária dos entrevistados. Dada a complexidade resultante do

[15] O formato dessas perguntas consistiu simplesmente em indagar do entrevistado como ele situava cada serviço numa escala que ia de "ótimo" ou "muito bom" até "mau" ou "péssimo" e que incluía ainda a categoria "não há atendimento". Esta última categoria criou certos problemas para a interpretação das respostas, dos quais veremos um exemplo adiante.

[16] No caso de Juiz de Fora, foi a seguinte a formulação dada a essas quatro perguntas, a primeira das quais corresponde a um problema debatido com insistência durante a campanha: "O Sr. concordaria ou discordaria com a ideia de o governo tomar as seguintes medidas: *A)* Dar mais importância a coisas como melhorar o centro das cidades (calçadão, fontes luminosas) do que, por exemplo, a problemas como calçamento, água e esgotos nos bairros? *B)* O governo fazer contratos do INPS com hospitais e médicos particulares ao invés de aumentar o número de ambulatórios e postos de saúde nos bairros? *C)* O governo tratar de aumentar a produção de carros particulares (a Fiat, por exemplo) ao invés de melhorar o transporte coletivo nas cidades? *D)* O governo aumentar as vagas nas universidades ao invés de ampliar e melhorar o ensino primário?".

grande número de itens e da consideração simultânea de três variáveis, decidimos recorrer a medidas sintéticas de correlação para a apresentação dos dados nesta última tabela[17].

Os dados da Tabela VIII podem ser apreciados de vários ângulos. Em primeiro lugar, salta à vista o fato de que, considerados os diversos itens como expressões de ideias e políticas consagradas pelo regime em vigor, há diferenças gritantes no grau de aquiescência ou concordância que eles parecem suscitar globalmente, isto é, independentemente dos diversos níveis de renda familiar, o que indica com muita clareza que eles não surgem na consciência da população em geral como peças de um mesmo todo coeso. Assim, o clima de opinião relativamente ao item 5 revela um repúdio maciço à política salarial do governo e à forma concentradora de renda em que se tem processado o desenvolvimento econômico do país, enquanto as respostas ao item 8 mostram grandes proporções de apoio à participação dos militares na vida política e a tendência amplamente majoritária a considerar tal participação como algo que continua a ser necessário; grandes maiorias em todos os níveis de renda dão preferência ao voto direto e se manifestam favoravelmente com respeito ao papel cumprido no país, em princípio, pelos debates entre partidos políticos, mas maiorias quase tão amplas ou apenas um pouco mais reduzidas consideram que a Lei Falcão foi uma boa medida ou dão prioridade à capacidade de realização dos governos frente à aspiração de se ter governos eleitos.

[17] A medida utilizada é o coeficiente de correlação, adequado para tabelas 2 X 2 em que se relacionam variáveis das quais pelo menos uma é de nível nominal, isto é, não envolve *ordem* entre os valores que a compõem (preferência partidária, por exemplo, cujos valores seriam, em nosso caso, Arena e MDB, se excluímos o caso dos que não têm preferência). Os valores do coeficiente variam de 0, quando não há nenhuma correlação entre as variáveis, a 1 ou -1, quando a correlação é total, dependendo de se ela seja positiva ou negativa. No caso presente, um valor positivo do coeficiente significa que os entrevistados que adotam uma posição crítica diante da situação existente (tal como se expressa em cada item dos diversos conjuntos de questões) tendem a votar no MDB e que os que adotam uma posição conformista ou conservadora tendem a votar na Arena; um valor negativo do coeficiente indica o contrário.

Tabela VIII – Juiz de Fora, 1976: posições quanto a questões "políticas" e renda familiar (%) (s. m. = salário mínimo)*

Questões		**Renda familiar**			
		Até 2 s. m.	2 a 4 s. m.	4 a 8 s. m.	+ de 8 s. m.
1. Voto direto ou indireto	Direto	60	64	55	56
	Indireto	21	24	37	38
	NS, NR	18	11	8	6
2. Povo sabe votar?	Sabe	55	60	53	40
	Não sabe	33	33	43	52
	NS, NR	10	5	2	4
3. Voto do analfabeto	Deve votar	49	54	54	46
	Não deve	41	43	44	46
	NS, NR	10	2	3	6
4. Opinião sobre o AI-5	Contra	14	13	16	24
	A favor	33	34	45	41
	NS, NR	53	52	39	31
5. Política salarial	Contra	75	76	82	75
	A favor	15	10	12	11
	NS, NR	10	6	2	5
6. Debate entre partidos	Positivo	69	73	79	75
	Negativo	15	15	16	13
	NS, NR	15	8	4	5
7. Controle de empresas estrangeiras	Necessário	56	62	67	78
	Desnecessário	17	20	22	13
	NS, NR	25	17	9	6
8. Participação política dos militares	Contra	21	25	22	30
	A favor	58	58	67	56
	NS, NR	17	14	6	8
9. Preferência governo eleito ou realizador	Eleito	16	17	16	23
	Realizador	71	74	81	70
	NS, NR	12	7	3	4
10. Crescimento das empresas governamentais	Não devem crescer	13	13	22	38
	Devem crescer	64	68	70	51
	NS, NR	23	17	6	7
11. "Este é um país que vai pra frente"	Não	13	14	11	29
	Sim	75	81	85	65
	NS, NR	8	4	2	3

Questões		Renda familiar			
		Até 2 s. m.	2 a 4 s. m.	4 a 8 s. m.	+ de 8 s. m.
12. Brasil comparado a países democráticos	Menos democrático	19	22	26	32
	Tão democrático	58	57	61	54
	NS, NR	20	17	10	7
13. Lei Falcão	Contra	26	20	25	30
	A favor	58	69	69	69
	NS, NR	16	11	6	1
	(N)	257	186	171	186

* As porcentagens não somam 100 por ter sido excluída, em cada item, a categoria "discorda de ambas". Ver nota 14.

Apesar de que seria sem dúvida impróprio pretender que qualquer molde único pudesse ajustar-se coerentemente aos dados, em termos do clima geral de opinião que se expressa com relação aos diferentes itens pareceria possível pretender agrupá-los em algumas categorias, nas quais teríamos:

a. A tendência ao apoio a posições liberais quando enunciadas em tese e assim contrapostas a posições elitistas ou autoritárias (voto direto ou indireto, capacidade política do "povo", voto do analfabeto, papel positivo ou negativo dos debates entre partidos). Há a exceção, porém, da preferência dada a governos com capacidade de realização sobre governos eleitos, onde a sugestão de inépcia *versus* competência e eficiência (que aparentemente emerge com força apesar de os termos estritos da pergunta se referirem apenas ao risco de ineficiência ocasional) parece tornar demasiado atraente a alternativa "autoritária";

b. A propensão a responder em termos positivos diante de questões que envolvam seja diretamente a avaliação do país como tal (Brasil como "país que vai pra frente" ou como país democrático), seja referência direta a algum aspecto ou medida específica do quadro *político* atual que poderia pretender justificar-se em termos conjunturais (participação dos militares, Lei Falcão e AI-5, apesar de que este último represente um caso especial por algo que mencionaremos adiante);

c. Finalmente, uma categoria mais ou menos "residual" de questões que podem ser postas em termos de "política econômica", os itens 5, 7 e 10, com respeito aos quais será talvez adequado pretender-se encontrar coerências no clima nacionalista, estatizante e redistributivista que parecem evidenciar.

Em segundo lugar, a observação das proporções correspondentes aos que declaram não saber ou deixam de responder a cada item permite destacar duas constatações de relevância do ponto de vista dos problemas que aqui nos importam. Por um lado, as variações em tais proporções indicam variar bastante o grau em que os diferentes itens podem ser considerados como correspondendo a questões efetivamente presentes na consciência dos indivíduos, ou seja, a questões que efetivamente *existam* como tal para eles. De maneira que corrobora o que se verificou em outros centros, o AI-5 se situa num patamar especial quanto às altas porcentagens de entrevistados que declaram não saber responder à questão correspondente, as quais atingem o nível dos 50 por cento em certos casos[18]. Um segundo nível pareceria existir nos casos dos itens relativos ao controle das empresas estrangeiras, à expansão das empresas governamentais e à questão do grau de democracia do Brasil em confronto com outros países, onde as respostas tipo "não sei" chegam a atingir em alguns casos a faixa dos 20 a 25 por cento, enquanto as proporções de tais respostas nos demais itens oscilam em níveis inferiores. Por outro lado, o padrão de variação da incidência de respostas "não sei" segundo os níveis de renda, com poucas exceções, tende a ser o mesmo nos diversos itens, com o aumento das porcentagens à medida que vamos dos níveis mais altos de renda familiar aos mais baixos: ainda que de maneira nada surpreendente, isso ratifica a suposição de que se trata, com as questões político-institucionais, de temas que tendem a apresentar-se como "remotos" e desprovidos de importância sobretudo aos olhos dos setores populares.

Esta constatação aumenta a significação da última observação de interesse que a Tabela VIII nos parece permitir, a qual se refere precisamente aos padrões diferenciais de associação entre as posições frente às várias questões e a posição sócio-econômica dos entrevistados, expressa na renda familiar. Com efeito, a partir do item nº 4, correspondente à opinião sobre o AI-5, verificamos que, com apenas umas tantas exceções parciais, a incidência de opiniões críticas com respeito à situação existente no país *cresce* com o crescimento dos níveis de renda: quer se trate de opor-se aos

[18] Na verdade, em outra pergunta em que se indagava diretamente do entrevistado se ele sabia o que era o Ato Institucional nº 5, a porcentagem de respostas certas não foi além dos 16 por cento.

traços politicamente autoritários do regime, de mostrar-se cético diante do ufanismo oficial, de reivindicar que cesse a expansão econômica do estado ou que este coloque restrições à atuação das "empresas estrangeiras" na economia do país, o padrão que aí emerge leva a que as maiores proporções de opiniões *anti-status quo* se concentrem no nível mais alto de renda. Conjugada com a observação acima destacada, tal padrão nos leva a supor não apenas que à medida que subirmos na escala sócio-econômica iremos encontrar com maior frequência cidadãos politicamente alertas, envolvidos e participantes, mas também que tais cidadãos se irão mostrar – sobretudo diante de sua oposição às características autoritárias do regime – mais coerentemente democráticos e progressistas do que os integrantes das camadas sócio-econômicas menos favorecidas.

Não é isso, porém, o que verificamos quando nos voltamos para os três itens relacionados em primeiro lugar na Tabela VIII, os quais dizem respeito à opção entre eleições diretas e indiretas, à avaliação de até que ponto o "povo" seria capaz de votar judiciosamente e à posição diante do voto do analfabeto. Vê-se que tais itens têm em comum precisamente o fato de envolverem todos uma avaliação da capacidade política dos setores populares, ou da capacidade dos membros de tais setores para se desempenharem como cidadãos. Torna-se grandemente significativo, assim, constatar que a maior propensão dos indivíduos dos estratos sócio-econômicos mais baixos a se mostrarem alheios às questões políticas, como acima destacamos, não impede tais estratos de se mostrarem comparativamente confiantes e afirmativos quando se trata da avaliação de sua própria capacidade como cidadãos. Essas três questões se revelam especiais, portanto, de duas maneiras: em primeiro lugar, como assinalamos anteriormente, elas compõem com o item relativo ao papel dos debates entre os partidos o conjunto dos itens estritamente políticos em que o clima *geral* de opinião é predominantemente liberal, tendendo a favorecer o voto direto, a avaliar favoravelmente a capacidade popular e a entender que o analfabeto deve votar; além disso, entretanto, inverte-se aqui o padrão geral de associação das opiniões políticas com a posição sócio-econômica, mostrando que os maiores bolsões de suspeita social se encontram nos níveis sociais superiores e que aquilo que surge como a maior incongruência dos setores populares em diversos aspectos dos dados encontra alguma forma de compensação, neste aspecto particular, nas propensões elitistas e excludentes a predominarem precisamente nas camadas onde também se concentra a mais

articulada, crítica e liberal oposição ao regime. Isso não quer necessariamente dizer, naturalmente, que os indivíduos de altas rendas que se mostram liberais em outras questões sejam os mesmos a exibirem sentimentos elitistas, parecendo mais razoável supor – o que encontra respaldo nos dados que estaremos analisando adiante – que os estratos de rendas altas manifestem maior tendência a se dividirem entre indivíduos apegados a visões globais distintas, independentemente do peso relativo de cada uma delas em termos de frequência.

Mas o leitor se terá provavelmente apercebido de algo desconcertante. Com efeito, a forma predominante da relação entre a renda familiar e as opiniões frente às diferentes questões, segundo a qual as posições *anti-status quo* aumentam em frequência à medida que subimos nos níveis de renda, corresponde precisamente ao oposto do que caberia esperar a julgar pela relação anteriormente encontrada entre renda familiar e identificação partidária, que mostrava o incremento das proporções de *arenistas* com renda familiar crescente. Ainda que a relação deparada na Tabela VIII se mostre com frequência de reduzida intensidade ou nitidez, isso permite supor que a identificação partidária estará, em geral, fracamente correlacionada com as opiniões a respeito das questões políticas que aqui examinamos, o que naturalmente coloca um problema de interesse do qual deveremos ocupar-nos.

Se nos voltamos para a Tabela IX, uma visão global dos números que dela constam tende a corroborar a suposição que acabamos de formular: os valores do coeficiente de correlações utilizado são em geral baixos, indicando que, em geral, as posições com respeito às questões políticas apresentam reduzida correlação com a identificação partidária dos entrevistados. Contudo, além dessa verificação geral e do que ela possa ter de interessante e talvez surpreendente, a Tabela IX apresenta exceções significativas à norma aí contida e dois ou três padrões reveladores. Em primeiro lugar, a coluna correspondente ao mais alto nível de renda familiar constitui uma clara exceção ao padrão de baixas correlações, pois temos aí, ao contrário, valores que indicam, na maioria dos casos, correlações bastante altas entre opiniões políticas e opção partidária. Portanto, os indivíduos de *status* sócio-econômico mais elevado são não apenas os mais propensos a se revelarem politicamente envolvidos e a aderirem a opiniões que se opõem ao *status quo* como acabamos de constatar, mas também de longe aqueles cujas opiniões tendem a traduzir-se mais certamente em preferência partidária, e naquela

preferência partidária que se preveria, ou seja, os que aderem à opiniões críticas identificam-se com o MDB e os que se mostram conformes com as condições políticas existentes dão seu apoio à ARENA. Este conjunto de observações representa uma clara corroboração da ideia de que os membros dos setores sócio-economicamente mais altos dispõem de melhores condições para alcançar um grau mais sofisticado e integrado de estruturação do universo político em que se movem, de forma não apenas a fazer que sua percepção de determinados aspectos desse universo tenha consequências quanto à sua posição frente a outros aspectos, mas também que tais consequências assumam a aparência de maior consistência ou coerência. Observações posteriores nos permitirão voltar sobre este ponto.

*Tabela IX – Juiz de Fora, 1976: correlações (coeficiente fi) entre questões "políticas" e preferência partidária, por renda familiar.**

Questões	**Renda familiar**			
	Até 2 s. m.	2 a 4 s. m.	4 a 8 s. m.	+ de 8 s. m.
Preferência partidária e:				
1. Voto direto ou indireto	0.24	0.09	0.23	0.38
2. Povo sabe votar?	0.20	0.27	-0.01	0.39
3. Voto do analfabeto	0.11	0.04	0.09	0.08
4. Opinião sobre AI-5	0.22	0.10	0.23	0.65
5. Política salarial	-0.02	0.08	0.18	0.18
6. Debate entre partidos	-0.07	0.17	0.014	-0.03
7. Controle de empresas estrangeiras	0.02	0.05	0.22	0.03
8. Participação políticas dos militares	0.29	0.23	0.29	0.47
9. Preferência governo eleito ou realizador	-0.10	0.00	0.00	0.38
10. Crescimento das empresas governamentais	0.07	0.18	0.11	0.36
11. "Este é um país que vai pra frente"	0.02	0.10	0.22	0.42
12. Brasil comparado a países democráticos	-0.06	0.02	0.25	0.13
13. Lei Falcão	0.05	0.14	0.13	0.27

* Ver nota 17 para explicações.

Por ora, destaquemos ainda duas constatações permitidas pela Tabela IX. A primeira tem a ver com o fato de que alguns dos treze itens que nela figuram, apesar de estarem de acordo com o padrão recém destacado no sentido de que manifestam maiores correlações com preferência partidária no nível mais alto de renda familiar, divergem dele por apresentarem valores relativamente altos do coeficiente de correlação nos demais níveis de renda. Este é muito especialmente o caso do item relativo à participação política dos militares (item 8), que se mostra bastante fortemente associado à identificação partidária em *todos* os níveis de renda familiar, sendo, sem dúvida, à luz de nossos dados, o tema político singular a permear a identificação com um ou outro partido de maneira mais geral e consistente. Com menor nitidez, isso se dá também com o item relativo ao AI-5 (item 4): apesar de ignorado por grande parte da população, para a minoria que tem condições de situar-se com respeito a ele parece representar um componente bastante importante da opção partidária – e sem dúvida um componente de extrema importância no nível superior de renda familiar, onde ocorre o coeficiente de mais alto valor entre todos o que mostra a tabela. Finalmente, vale a pena salientar que exceções parciais temos também no caso dos dois primeiros itens, relativos às opiniões sobre eleições diretas ou indiretas e sobre a capacidade política popular, onde, apesar de variações irregulares, sobretudo no nível de renda inferior encontramos consistentemente correlações mais altas do que a grande maioria das que se revelam na tabela, o que traz apoio, ainda que moderadamente, à suposição de que se trata aí de itens especiais.

A outra constatação permite ressaltar algo que é como que a contrapartida da menor estruturação do universo político característica dos setores populares, tendo relevância direta para o que descrevemos antes em termos da "esquizofrenia" que parece marcar certos aspectos das percepções e opiniões daqueles setores. Referimo-nos ao item 11, através do qual se procurou captar no questionário utilizado algo dos efeitos produzidos pela propaganda governamental ufanista. Como acima se indicou, pesquisas anteriores revelaram a previsível tendência à concentração de reações positivas a "slogans"semelhantes ao de que "este é um país que vai pra frente" nos estratos sócio-econômicos mais baixos. Isso tende a reiterar-se nos dados que agora examinamos (Tabela VIII) pela muito maior proporção de respostas negativas no nível superior de renda, apesar de que a forma da distribuição de respostas tipo "não sei" tenda a reduzir um pouco a frequência de respostas positivas nos níveis inferiores; como quer que seja, não apenas encontramos nestes níveis amplas maiorias

de reações positivas, como também podemos ver que, com exceção do nível mais alto de renda, este é, entre todos, o item em que se dão as *maiores* proporções de respostas interpretáveis como favoráveis ao regime. Assume particular interesse, assim, a forma apresentada, nos diversos níveis de renda familiar, pelas correlações entre a identificação partidária e as opiniões frente a ele. Constata-se, com efeito, a diminuição inequívoca e singularmente progressiva da associação entre as duas variáveis à medida que *descemos* nos níveis de renda: ela é bastante, alta no nível superior, reduz-se gradualmente ao passarmos para os níveis imediatamente abaixo e simplesmente desaparece quando alcançamos o nível mais baixo de renda. Por outras palavras, os setores populares podem aderir ou não à retórica da propaganda oficial, e tudo indica que tendem a aderir maciçamente, mas isso simplesmente não tem qualquer consequência no sentido de encaminhar sua preferência para este ou aquele partido, o que é tanto mais verdadeiro quanto mais próximos estejamos da massa mais numerosa e mais destituída da população. Assim, a reduzida capacidade de estruturação do universo político que caracteriza tais setores, se de um lado os expõe em grande medida indefesos à manipulação doutrinária e simbólica, de outro representa ela própria um obstáculo a que se possa contar com que os resultados dessa manipulação frutifiquem de maneira consistente em termos eleitorais.

* * *

A minúcia com que examinamos as relações de identificação partidária e posição sócio-econômica com o conjunto de questões “políticas” de nosso questionário nos permitirá proceder mais rapidamente no exame de tais relações no caso dos demais conjuntos apresentados anteriormente. Estas relações, por outro lado, se revelam frustrantes frente a algumas das expectativas que orientaram o estudo, impondo o recurso a outros aspectos dos dados para que se possa melhor esclarecer os mecanismos em operação no processo de estabelecimento das identificações partidárias. Apesar disso, algumas constatações de grande clareza e significação se tornam possíveis.

Principiando pelas questões de política econômico-social, as opiniões expressas pelos entrevistados, com respeito ao acerto das políticas governamentais nas diversas áreas que são aí contempladas, apresentam padrões de associação com a renda familiar e com a identificação partidária

em tudo análogos aos padrões *dominantes* que encontramos no caso anterior. A única exceção é a representada pelo item correspondente ao combate à alta do custo de vida, que não apenas exibe altas proporções de opiniões críticas sem relação clara com os níveis de renda familiar, como também mostra graus de associação com a preferência partidária nas diversas categorias de renda nos quais se observa uma inversão muito tênue do padrão dominante. À luz dos dados não parece legítimo supor, de qualquer forma, que tenhamos aqui questões de natureza distinta das anteriores no que concerne ao “lugar” ocupado na consciência dos indivíduos de diferentes posições sócio-econômicas e aos possíveis efeitos sobre variáveis com” a opção partidária, embora se refiram a políticas relativas a problemas supostamente de relevância mais imediata e palpável do ponto de vista da vida cotidiana.

Já os dados relativos às questões que chamamos “populares”, se apresentam diferenças relativamente aos anteriores, nem por isso contribuem mais para esclarecer os fatores que atuam no condicionamento diferencial da identificação partidária. Pois, com exceção do item A (ver nota 16), que representou um tema explícito da campanha arenista em Juiz de Fora e onde as variações das opiniões com a renda familiar apresentam de novo o mesmo padrão anterior, nos demais casos simplesmente não há qualquer relação clara entre a renda familiar e as opiniões manifestadas pelos entrevistados, enquanto se constata igualmente ausência de correlação entre estas últimas e a preferência partidária nas diversas categorias de renda. Por sua vez, certos aspectos dos dados referentes às questões “locais”, constante das Tabelas X e XI, sugerem observações análogas, mas aqui deparamos com uma exceção da maior importância pela clareza e nitidez dos padrões revelados.

Com efeito, se consideramos os dados da Tabela X a partir do item 2, correspondente à avaliação da qualidade do transporte coletivo no bairro onde vive o entrevistado, nada muito digno de nota transparece. Apesar de que haja certa tendência, contrariamente ao padrão que vimos destacando para os casos anteriores, à diminuição das proporções de avaliações favoráveis quanto aos diversos itens na medida em que descemos nos níveis de renda familiar (que pode ser melhor percebida se somamos as frequências de respostas “bom” e “regular” em cada item), essa tendência é pouco nítida e não se dá em todos os casos, além de se fazer acompanhar por um clima de opinião em que predominam as opiniões favoráveis, com

amplas maiorias considerando os serviços em questão pelo menos de "regular" qualidade. Além disso, porém, a observação da Tabela XI mais uma vez indica, para os itens de números 2 a 8, a falta de correlação entre as opiniões sobre a qualidade dos serviços considerados e a opção por *um* ou outro partido nos diversos níveis de renda familiar.

Tabela X – Juiz de Fora, 1976: questões "locais" e renda familiar (%).

	Renda familiar			
Questões	Até 2 sal. min.	De 2 a 4 sal. min.	De 4 a 8 sal. min.	Mais de 8 sal. min.
1. Atendimento médico				
Ótimo	9	11	14	13
Bom	35	35	38	50
Regular	26	24	24	37
Mau	5	7	8	4
Não há	48	54	46	35
NS, NR	12	4	8	11
2. Transporte coletivo				
Ótimo	*19*	*26*	*28*	*24*
Bom	70	72	74	76
Regular	51	46	46	52
Mau	22	22	20	17
Não há	3	5	4	2
NS, NR	5	1	2	5
3. Escola primária				
Ótimo	27	32	27	22
Bom	77	86	79	76
Regular	50	54	52	54
Mau	4	5	6	3
Não há	7	2	7	7
NS, NR	12	7	8	14
4. Limpeza				
Ótimo	11	13	16	10
Bom	53	45	51	63
Regular	41	32	35	53
Mau	21	25	28	27
Não há	24	29	20	9
NS, NR	3	1	1	1
5. Conservação				
Ótimo	12	12	14	10
Bom	51	44	52	53
Regular	39	32	38	43
Mau	40	45	41	42
Não há	8	11	7	4
NS, NR	1	0	0	1
6. Iluminação				
Ótimo	28	32	26	23
Bom	57	85	86	88
Regular	59	53	60	65
Mau	11	15	13	12
Não há	1	0	1	0
NS, NR	1	0	0	1
7. Esgotos				
Ótimo	18	21	28	27
Bom	70	67	82	81
Regular	52	46	54	54
Mau	11	17	10	11
Não há	16	16	8	6
NS, NR	3	0	0	2
8. Fornecimento de água				
Ótimo	26	31	31	37
Bom	78	80	87	92
Regular	52	49	56	55
Mau	7	8	7	4
Não há	13	12	5	4
NS, NR	2	0	1	0
(N)	*257*	*186*	*171*	*186*

Tabela XI – Juiz de Fora, 1976: correlações (coeficiente fi) entre questões "locais" e preferência partidária, por renda familiar.

	Renda familiar			
Questões	Até 2 sal. min.	De 2 a 4 sal. min.	De 4 a 8 sal. min.	Mais de 8 sal. min.
1. Atendimento médico	0,34	0,04	0,14	0,09
2. Transporte coletivo	- 0,03	0,11	- 0,05	0,04
3. Escola primária	0,06	0,03	0,12	0,11
4. Limpeza	0,14	- 0,03	0,09	0,18
5. Conservação de ruas	0,01	0,06	- 0,08	0,00
6. Iluminação	- 0,09	0,16	- 0,09	0,04
7. Esgotos	- 0,03	0,04	0,07	0,01
8. Fornecimento de água	- 0,05	0,07	0,12	0,14

Contudo, o panorama se modifica de maneira notável ao considerarmos o primeiro item relacionado nas tabelas, que diz respeito à avaliação da qualidade da assistência médica disponível nos bairros onde moram os entrevistados. Para começar, a incidência de respostas que declaram simplesmente não existir assistência médica nos bairros, além de apresentar a tendência *global* a variar negativamente com os níveis de renda familiar, ocorre em proporções cuja magnitude não tem correspondência com o que se dá nos demais itens. À primeira vista trata-se aí do simples reflexo de um fato objetivo, apesar de que se poderia talvez esperar com relação a outros itens maior incidência de respostas desse tipo do que a que de fato se observa. Em segundo lugar, vê-se que as proporções de avaliações positivas, além de serem muito menores de que nos demais casos, tendem a crescer com níveis crescentes de renda, o que também concorre para fazer deste item um caso singular, diante do reiterado padrão até aqui observado. Essa singularidade se torna gritante, porém, quando vemos na Tabela XI que este é o único item em que encontramos um caso de *alta* correlação entre a opinião dos entrevistados e sua identificação partidária, e que esse caso de alta correlação se dá no nível *inferior* de renda, precisamente ao contrário do que também se viu com insistência até agora. A peculiaridade do item sugere que examinemos mais de perto os dados correspondentes, o que procuramos fazer nas Tabelas XII e XIII.

Tabela XII – Juiz de Fora, 1976: opiniões sobre atendimento médico local e preferência partidária, por renda familiar.

Renda familiar	**Preferência partidária**	**Atendimento médico**			
		Ótimo, bom	Regular	Mau	Não há
Até 2 s. m.	ARENA	61	40	21	24
	MDB	22	22	36	50
	(N)	23	67	14	122
2 a 4 s. m.	ARENA	50	32	38	35
	MDB	25	39	38	39
	(N)	20	44	13	101
4 a 8 s. m.	ARENA	37	70	43	42
	MDB	33	15	21	30
	(N)	24	40	14	79
Mais de 8 s. m.	ARENA	62	46	37	52
	MDB	25	19	50	28
	(N)	24	68	8	65

* As porcentagens não somam 100 por terem sido excluídas as categorias "sem preferência" e "NS, NR".

A Tabela XII apresenta em termos porcentuais, nos diferentes níveis de renda familiar, a distribuição das preferências partidárias de acordo com as opiniões a respeito das condições de assistência médica local. A vantagem desta forma de apresentar os dados consiste em que, além de se poder visualizar aquilo que os coeficientes da Tabela XI expressam, ou seja, a alta correlação existente no nível inferior de renda sem contrapartida nos demais, pode-se ver ainda algo que é por si mesmo sugestivo, a saber, a distribuição entre arenistas e emedebistas, em cada nível de renda, das proporções de respostas que declaram simplesmente não existir atendimento médico no bairro. Com efeito, a forma dessa distribuição indica que a probabilidade de que alguém que declara não haver atendimento médico disponível localmente seja arenista ou.emedebista se encontra fortemente condicionada pelo nível de renda familiar, variando linearmente com esta última. É razoável supor, porém, que a mera percepção da existência ou não de um serviço dessa natureza é algo que pode dar-se de maneira "objetiva", não parecendo haver razões intuitivas válidas para a forma complexa do padrão observado. Como sabemos que a identificação partidária se encontra associada com a renda familiar dos entrevistados, ocorre indagar até que ponto aquele padrão não seria simplesmente a consequência das frequências de arenistas e emedebistas existentes em cada nível de renda. De fato, o confronto das proporções de arenistas e emedebistas nas diversas categorias de renda que podem ser observadas na Tabela II revela que essas proporções são bastante próximas das que encontramos na coluna "não há" da tabela que agora examinamos – com a exceção, porém, precisamente da categoria inferior de renda familiar. Nesta a magnitude das divergências encontradas indica com clareza que não se trata simplesmente de que arenistas e emedebistas estejam objetivamente assinalando um estado de coisas existente ao declararem não haver atendimento médico: tais declarações são antes, em boa medida, efetivamente a posição extrema na expressão de um descontentamento que encontra tradução política na opção partidária dos entrevistados.

Alguns problemas interessantes derivam, no contexto das indagações gerais que nos orientam, da constatação da relevância da questão relativa à assistência médica. Em primeiro lugar, tendo-se neste item um problema de óbvia saliência e politicamente sensível para os estratos sócio-econômicos

mais baixos, ele traz a oportunidade de se levar a cabo um teste adicional de algumas das suposições enunciadas anteriormente com respeito às formas e graus diferenciais de integração do universo político nas diversas camadas sócio-econômicas. Como se conjugariam, por exemplo, as opiniões relativas à assistência médica local com as reações diante dos temas "longínquos" da propaganda governamental para condicionar as opções partidárias nos diferentes níveis de renda familiar? O fato de que a propaganda governamental seja aparentemente bem-sucedida em produzir a identificação maciça com uma pátria idealizada, correspondendo, como vimos, ao mais consensual de todos os itens políticos examinados, afetará substancialmente a tendência dos estratos baixos de terem sua opção partidária condicionada em grande medida pela posição com respeito a um problema como o da assistência médica local? Que caberia esperar quanto à mesma indagação nos demais níveis sócio-econômicos, onde encontramos graus crescentes de estruturação e coerência das representações e opiniões? A Tabela XIII permite algumas respostas a tais perguntas, apresentando as correlações entre as opiniões sobre a assistência médica local e o voto para prefeito com o controle simultâneo da renda familiar e das opiniões sobre o Brasil como o "país que vai pra frente". A opção por usar o voto para prefeito ao invés da identificação partidária se justifica – além da altíssima correlação que vimos existir entre as duas variáveis e que autoriza inferências de uma para outra – pelo fato de que o voto para prefeito toca mais diretamente em outro dos problemas que queremos explorar e para o qual a Tabela XIII é relevante.

Os números da Tabela XIII são altamente sugestivos por diversos aspectos. Para começar, e deixando momentaneamente de lado os sinais positivos e negativos dos coeficientes que aí aparecem, vemos que nos níveis mais altos de renda familiar as correlações que as tabelas anteriores haviam revelado não existir *surgem* entre os que respondem negativamente ao *slogan* governamental, enquanto permanecem nulas ou extremamente reduzidas entre os que concordam com ele. Isso significa que, nas camadas sócio-economicamente mais favorecidas, enquanto para a maioria que adere ao clima ufanista de opinião incentivado pelo governo a questão da assistência médica local tende a ser totalmente irrelevante no estabelecimento de sua opção partidária ou de voto, a minoria que se mostra crítica ou cética diante do ufanismo oficial revela também maior integração ideológica ou de opiniões, de forma que sua posição com respeito à questão

do atendimento médico se torna consequente no sentido de condicionar em determinada direção a decisão de votar por este ou aquele partido. Já no nível inferior de renda familiar, apesar de que a posição,crítica minoritária diante do *slogan* concorra para *intensificar* a correlação entre voto e opinião sobre assistência médica em comparação com a que se dá dentre a maioria ufanista, vemos que a correlação é *muito alta* em ambos os casos, e bem mais alta do que a que se observa mesmo entre as minorias críticas dos níveis de renda mais elevados. Assim, o problema das condições de assistência médica local não somente é um problema saliente e politicamente relevante para os estratos mais baixos, mas o é ao ponto de associar-se fortemente as. preferências partidárias não importa o grau em que as pessoas se mostram sugestionáveis diante da propaganda oficial – o que representa justamente o oposto, em mais de um aspecto, do que ocorre nos estratos superiores.

A Tabela XIII sugere, além disso, que graus diversos de coerência ou estruturação do universo político serão igualmente encontrados nos diversos estratos sociais, ainda que com frequências diferentes, e que *maiores* graus de estruturação serão provavelmente o apanágio de certas minorias em *todos* eles – mas que é preciso, ademais, buscar com mais cuidado os elementos cujas relações compõem *formas* diferentes de dar-se tal estruturação e de fundar-se de maneira coerente a opção partidária e o comportamento dos votantes.

Tabela XIII – Juiz de Fora, 1976: correlações (coeficiente fi) entre voto para prefeito e opiniões sobre atendimento médico local, por renda familiar e posições frente à propaganda oficial.

	Renda familiar							
	Até 2 s. m.		2 a 4 s. m.		4 a 8 s. m.		Mais de 8 s. m.	
	"Este é um país que vai pra frente"							
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Correlações voto e atendimento	0,44	0,53	0,03	0	0,11	-0,38	0,08	-0,22
(N)	179	32	143	25	135	18	136	28

O segundo problema que nos parece emergir em conexão com a relevância demonstrada pela questão do atendimento médico ganha significado especial diante do ocorrido em Juiz de Fora, cidade em que, como vimos, o MDB controlava a Prefeitura há vários anos e se viu derrotado precisamente nas eleições de 1976. Particularmente tendo em

conta que essa reviravolta se dá num contexto em que o clima de opinião nos grandes centros pareceria ser crescentemente emedebista, surge naturalmente a hipótese de que ela se deve ao desgaste produzido pelo próprio exercício, prolongado da administração municipal. Veremos adiante alguns dados que mostram de maneira bastante nítida esse desgaste. Mas que dizer do papel cumprido a respeito por problemas da natureza do que examinamos no momento? A responsabilidade pelas deficiências percebidas com respeito a um problema aparentemente tão sensível para os estratos baixos como o da assistência médica apareceria na consciência popular como devendo ser atribuída à administração municipal? Os dados das Tabelas XII e XIII lançam luz sobre a questão. Pois não apenas revelam que os indivíduos dos estratos baixos que se mostram insatisfeitos quanto ao problema votam no MDB, obviamente deixando de ligar à administração municipal emedebista as deficiências sentidas, como também se pode ver na Tabela XIII que os indivíduos dos estratos de renda *altos* cujo voto se correlaciona com sua opinião sobre o problema da assistência médica (a minoria crítica diante do ufanismo oficial) tendem a votar no MDB quando *satisfeitos* e na ARENA quando *insatisfeitos* (este o significado dos coeficientes negativos que aí encontramos). Por outras palavras, a sensibilidade a problemas de dimensões locais parece vinculá-los às condições da administração municipal em muito maior medida nos estratos sócio-econômicos altos do que nos baixos; nestes últimos, a tradução política da insatisfação com respeito a problemas desse tipo que adquiram relevo na consciência popular parece dever-se muito mais à imagem geral adquirida pelo MDB como partido popular do que ao fato de exercer ou não o poder no âmbito municipal. Voltaremos adiante sobre outros aspectos relacionados a essa questão.

Finalmente, a relevância demonstrada pelo problema da assistência médica local nos parece colocar um problema óbvio, que tem a ver com o próprio caráter excepcional de que ele se reveste dentre o conjunto de questões consideradas. Sobretudo se se tem em conta que as questões aqui denominadas "questões de política econômico-social" e "questões populares" também incluíam itens em que havia menção a problemas de atendimento médico, torna-se curioso o perfil exibido pelo item de assistência médica local em sua associação com a identificação partidária, mesmo sem falar do que tem à primeira vista de surpreendente a singularidade desse perfil ainda que nos limitemos às questões "locais".

Parece-nos que deparamos aqui um problema autêntico a ser enfrentado em pesquisas futuras, e cremos existirem razões para se admitir que o fato de não se encontrar com mais frequência o padrão que se revela de maneira tão vigorosa no caso do item em questão se deve em boa parte simplesmente a limitações na "imaginação sociológica" empregada na busca de indicadores para os problemas que nos inquietavam. Contudo, cabe fazer algumas ponderações que vão em direção diferente.

Assim, parece intuitivamente admissível considerar que exista uma importante diferença de "nível", no sentido em que vimos tomando a expressão a propósito dos diversos conjuntos de questões, entre uma pergunta em que se pede ao entrevistado a avaliação do êxito da política do governo com respeito a algum tipo de problema (especialmente tendo-se em conta que "governo" não tende a sugerir "prefeitura", mas "governo central") e outra em que a indagação que lhe é apresentada se refere às condições de determinado serviço "aqui no seu bairro", ainda que este serviço corresponda a um problema do mesmo tipo. O mesmo se poderia dizer do contraste entre as questões "locais" e o conjunto das questões "populares" diante da formulação complexa dada às perguntas que compõem este último, além de que a alternativa entre "contratos com médicos e hospitais particulares" e "criação de ambulatórios e postos de saúde nos bairros" (alternativa esta contemplada no item das questões "populares" onde se fazia menção a problemas de assistência médica) não tem, a rigor, conexão necessária com a qualidade da assistência médica disponível para os habitantes de determinada localidade. Por outro lado, uma observação mais atenta dos itens que compõem o conjunto das questões "locais" sugere que pode haver boas razões para que os problemas de assistência médica tenham maior importância aos olhos das populações de baixa renda do que os demais. Finalmente, razões circunstanciais podem determinar que este ou aquele tipo de problema adquira conjunturalmente uma especial saliência, e a epidemia de meningite, por exemplo, que assolara o país algum tempo antes da realização de nossa pesquisa, poderia ter produzido precisamente este efeito relativamente aos problemas de saúde.

Seja como for, os dados nos parecem meridianamente claros em indicar que esta questão particular tinha efetivamente grande saliência e visibilidade para a população mais pobre de Juiz de Fora no momento de nossa investigação. Deixemos em aberto o caráter permanente ou

circunstancial das razões que podem ter ocasionado a importância que ela manifesta; ponhamos de lado igualmente a questão de saber se ela corresponde a algo efetivamente singular no universo de problemas que compõem o cotidiano dos estratos considerados. De qualquer forma, parece-nos da maior relevância a corroboração trazida pelos dados a respeito para algumas das suposições que orientavam nossa investigação – a saber, não apenas as que se referem aos graus e às formas diferenciais de se articularem, nas diferentes camadas sócio-econômicas em que se divide a população, os grandes temas do debate político e as questões do dia a dia, mas também as que dizem respeito às consequências de tais articulações no plano das expressões mais diretas de insatisfação ou conformismo que se tem nas identificações partidárias e no comportamento eleitoral.

6. Racionalidade e informação: as imagens dos partidos e a opção partidária

Temos, portanto, algumas constatações até este ponto: a tendência ao crescimento da preferência pela ARENA e à diminuição da preferência pelo MDB com o aumento dos níveis de renda; a tendência à maior concentração de posições *anti-status quo* quanto aos temas do debate político-institucional do momento nos níveis mais altos de renda; a fraca correlação, em geral, entre as opiniões com respeito a questões de natureza variada e a identificação partidária; a tendência à intensificação dessa correlação, no que se refere às questões de natureza político-institucional, na categoria superior de renda familiar; alguns indícios fortes, posto que poucos reiterados, de uma tendência à associação, nos níveis mais baixos de renda, entre a preferência partidária e as opiniões com respeito a questões mais "próximas" e percebidas como de maior relevância no dia a dia das pessoas; e, finalmente, evidências que indicam a existência de graus e formas diversas de se proceder à estruturação do universo político nos diferentes estratos sócio-econômicos.

As evidências mencionadas no último ponto situam, sem dúvida, a questão mais importante, cujo esclarecimento adequado proveria a chave para o entendimento cabal dos demais aspectos. A linha provavelmente mais consistente dos indícios contidos nos dados quanto a esse aspecto salienta a menor propensão exibida pelas camadas menos favorecidas quanto a integrar organicamente a multiplicidade de elementos que

compõem o universo mais sofisticado dos grupos de altas rendas. Como avançar na compreensão do significado de que se reveste a identificação partidária a partir daí?

Tomemos algo anteriormente destacado a propósito da Tabela XIII. Ela sugere, como vimos, que, particularmente nos estratos sócio-econômicos mais baixos, a imagem geral do partido pode ser mais decisiva em condicionar o voto e a preferência partidária do que seu desempenho em determinadas situações ou frente a certos problemas. Essa observação aparentemente corrobora a vertente mais "pobre", por assim dizer, das hipóteses acima formuladas relativamente à natureza da identificação partidária nos setores populares, segundo a qual esta última aparece destituída de conteúdo capaz de traduzir-se em termos de problemas específicos de qualquer ordem. Por outro lado, o exame das relações entre a identificação partidária e as diferentes baterias de "questões" acima descritas pretendia representar precisamente uma via de acesso ao conteúdo das diferentes imagens porventura associadas aos partidos, pretensão que se viu ao menos parcialmente frustrada pelo quadro geral de fracas correlações.

Afortunadamente, contudo, uma via mais direta de acesso às imagens partidárias se tem em algumas perguntas de nosso questionário nas quais se procurou obter, além da opinião do próprio entrevistado sobre determinadas questões, a maneira pela qual ele percebia a posição dos dois partidos existentes sobre essas mesmas questões. Tais perguntas correspondem a quatro itens da bateria de questões "políticas" (voto direto ou indireto, voto do analfabeto, política salarial do governo e controle de empresas estrangeiras), bem como ao conjunto de questões "populares"[19]. A Tabela XIV mostra alguns dados a respeito.

A forma sintética de apresentação dos dados adotada na tabela dá preferência ao lado favorável à mudança e ao lado "popular" das respostas no que se refere respectivamente ao primeiro e ao segundo conjunto. Vê-se que a imagem do MDB como partido progressista e mais propenso a apoiar posições populares emerge, em contraste com a da ARENA, com

[19] Demo-nos conta tardiamente de que foi um erro não introduzir sistematicamente perguntas desse tipo, a propósito das diferentes baterias de problemas, como forma de se obter acesso às imagens dos partidos. Não obstante, como veremos adiante, o padrão geral que emerge dos dados a respeito parece ser em boa medida independente da natureza das questões consideradas.

inequívoca clareza. Com a única exceção do item relativo ao controle sobre empresas estrangeiras (e parcialmente do item 5, sobre serviços básicos nos bairros, o qual é um caso especial, porém, como veremos), as proporções dos que atribuem ao MDB posições pró-mudança e de cunho popular são sempre mais amplas do que as que correspondem à ARENA – e algumas vezes muito mais amplas. Observada em pormenores, entretanto, a tabela propicia outras indicações de interesse.

Tabela XIV- Juiz de Fora, 1976: posições atribuídas a MDB e ARENA quanto a algumas questões, de acordo com a renda familiar.

	Renda familiar			
% afirmando que: *	Até 2 s. m.	De 2 a 4 s. m.	De 4 a 8 s. m.	Mais de 8 s. m.
1. ARENA é a favor do voto direto.	49(31)	44(27)	36(21)	26(17)
MDB, idem.	80(30)	78(26)	81(23)	91(15)
2. ARENA é a favor do voto do analfabeto	53(32)	56(30)	43(27)	44(27)
MDB, idem.	71(35)	72(29)	67(28)	74(27)
3. ARENA é contra política salarial	69(32)	69(29)	63(29)	63(25)
MDB, idem.	86(28)	86(27)	84(29)	88(19)
4. ARENA é a favor do controle de empresas estrangeiras	73(32)	79(28)	75(28)	73(31)
MDB, idem.	70(31)	77(33)	77(31)	81(31)
5. ARENA prefere apoiar serviços básicos nos bairros do que obras ornamentais	60(43)	61(32)	64(31)	77(32)
MDB, idem.	65(45)	72(32)	65(33)	62(36)
6. ARENA prefere apoiar ambulatórios nos bairros do que contratos do INPS com hospitais	45(46)	54(41)	55(36)	55(39)
MDB, idem.	63(46)	70(40)	63(36)	61(45)
7. ARENA prefere apoiar transporte coletivo do que produção de carros particulares	54(42)	60(40)	59(34)	54(40)
MDB, idem.	72(41)	79(40)	73(38)	79(42)
8. ARENA prefere apoiar escolas primárias do que ensino superior	51(39)	48(36)	42(32)	45(35)
MDB, idem.	67(39)	61(34)	56(37)	59(37)

* As bases para o cálculo das porcentagens são os totais daqueles que não apenas manifestam opinião pessoal sobre cada item, mas também se pronunciam sobre as posições de ambos os partidos. As porcentagens dos que declaram não saber a posição do partido entre os que têm opinião quanto ao item é apresentada entre parênteses em cada caso.

Assim, merecem menção certas diferenças que ocorrem entre o conjunto dos itens "políticos" (de números 1 a 4) e o conjunto dos itens "populares" (5 a 8). A primeira delas refere-se aos diferentes padrões exibidos pelas frequências de respostas que declaram não saber a posição dos partidos (apresentados entre parênteses) quando observadas de acordo com o nível de renda familiar. Note-se que se trata aqui de frequências obtidas entre os que manifestam opinião *pessoal* sobre cada item, e a apreciação adequada do alcance da informação a respeito requer que se tenha em mente, como, revelado pela Tabela VIII, que a frequência dos que não se sentem capazes de emitir opinião pessoal tende a ser maior nos níveis inferiores de renda. Pois bem: a Tabela XIV mostra agora que, com respeito aos itens políticos, o mesmo se passa quanto à avaliação da posição dos partidos ainda que nos limitemos, como é o caso, àqueles que têm opinião própria. Para ilustrar, além de os indivíduos dos estratos sócio-econômicos mais baixos serem com mais frequência incapazes de se situar frente à questão do voto direto ou indireto, por exemplo, mesmo entre os que tomam posição a respeito há menores proporções que se sentem em condições de atribuir aos dois partidos uma posição sobre o assunto em confronto com os níveis sócio-econômicos mais altos.

Tal padrão se revela especialmente nítido, entre os itens políticos, precisamente no caso da questão do voto direto ou indireto, mas pode perceber-se também nos itens 2 e 3, sobre o voto do analfabeto e a política salarial do governo (o item 4, sobre empresas estrangeiras, é novamente uma exceção). Quando nos voltamos para as "questões populares", entretanto, vemos que o padrão tende a desaparecer (apesar de ainda termos em certos casos a incidência de maiores proporções de respostas "não sei" no extremo inferior de renda). A razão disso estará certamente na conjugação do fato de que os itens do segundo conjunto tendem a surgir em muito menor grau como temas explícitos do debate e do noticiário político, neutralizando-se assim os efeitos do maior acesso à informação de que dispõem os setores mais altos, com o de que tais setores são menos diretamente afetados pelos problemas aí contemplados, pela própria natureza destes. Essa não é uma observação ociosa, pois vê-se que ela parece estar associada às possibilidades de penetração de uma imagem mais ou menos favorável dos partidos nos diferentes setores – se se toma como "favorável" a imagem de popular e progressista. Assim, vê-se que as proporções de respostas em que a ARENA aparece apoiando posições

populares, tendem, em geral, ou a decrescer à medida que descemos nos níveis de renda familiar ou a se mostrar independentes das variações de renda diferentemente do que ocorre entre os itens políticos, onde as frequências de respostas que lhe atribuem posições pró-mudança tendem a ser *maiores* nos níveis de renda inferiores.

Ainda duas observações quanto à Tabela XIV. Uma diz respeito ao item de número 5, em que se contrasta o apoio a serviços básicos nos bairros com o apoio a obras de natureza sobretudo ornamental desenvolvidas no centro da cidade. Este é um item peculiar pelo fato de corresponder estritamente a um dos temas da campanha arenista em Juiz de Fora, dirigindo-se a políticas adotadas pela última administração emedebista. Assinalemos dois aspectos dos dados a respeito. Primeiro, tratando-se de uma questão agitada durante a campanha, as frequências de respostas tipo "não sei" se mostram comparativamente baixas em todos os níveis de renda familiar exceto o extremo inferior. Segundo, dos itens "populares" este é aquele em que as proporções sugerem a imagem mais favorável da ARENA nos níveis de renda mais baixos, o que pode ser tomado como indício da penetração da campanha arenista.

A outra observação tem a ver com o padrão de variação, segundo os níveis de renda das frequências de respostas que atribuem à ARENA posição favorável ao voto direto. Apesar de que se trate aí de um padrão que se reitera nos dois itens seguintes, ele é especialmente marcado no caso do voto direto, além de que este é um tópico que tem seguramente tido maior relevo como tema de debate político, havendo maiores razões para se esperar que as posições dos partidos a respeito sejam conhecidas, acima e a despeito da retórica partidária. Merece especial destaque, portanto, a verificação de que a proporção de pessoas que atribuem à ARENA posição a favor do voto direto *aumenta* linear e significativamente na medida em que descemos na escala de renda. Assim, os níveis sócio-econômicos mais baixos não apenas reúnem as maiores proporções de indivíduos alheios a tema salientes dos debates políticos e incapazes de se situar frente a eles; não apenas mostram, dentre os que o fazem, maiores frequências de pessoas que declaram ignorar as posições dos partidos sobre tais temas; além disso, verificamos que, por sua vez, os que têm opinião a respeito da posição dos partidos e se sentem à vontade para expressá-la com frequência muito maior fazem-no, com relação à ARENA, de forma que deve ser interpretada como errada – quaisquer que sejam as declarações de princípios do partido – no

quadro político brasileiro do momento e à luz de coisas como a própria distribuição de respostas quanto a este aspecto entre os membros mais bem informados dos estratos sócio-econômicos altos.

Como quer que seja, no plano geral vemos não somente o predomínio da imagem popular e pró-mudança do MDB, como também a apreciável difusão de uma imagem do mesmo tipo com relação à ARENA. Temos aí algo que concorre para esclarecer a tendência a reduzidas correlações entre a identificação partidária e os diversos tipos de questões anteriormente encontrada, pois os dados mostram que as imagens dos partidos não se acham necessariamente polarizadas, na percepção dos eleitores, no que se refere a tais questões[20]. Mas uma indagação do maior interesse emerge.

Com efeito, o que representou para nós de desconcertante a observação das fracas correlações que acabamos de mencionar tem a ver com o fato de que, como vimos inicialmente, a identificação partidária parece corresponder a algo cuja consistência vai além da mera decisão de votar por este ou aquele partido e que tem um peso decisivo no condicionamento do próprio voto. Que relevância terá, desse ponto de vista, a nova constatação de que as imagens dos partidos não se encontram polarizadas na percepção dos eleitores nem parecem distribuir-se polarizadamente na estrutura social? Mais precisamente, que papel terá, no condicionamento da decisão de voto, a correspondência porventura existente entre as opiniões dos próprios eleitores sobre os problemas e sua percepção da posição dos partidos quanto aos mesmos problemas? Que se poderá dizer, finalmente, sobre as conexões disso com a questão da identificação partidária?

As Tabelas XV a XXII permitem uma abordagem inicial a tais questões. Elas apresentam, para cada nível de renda familiar, a distribuição do voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião dos entrevistados sobre cada um dos itens constantes da Tabela XIV e a posição

[20] Na verdade, o exame mais minucioso dos dados mostra que entre os que adotam posições mais conservadoras ou menos "populares" nos dois conjuntos de itens (que estão sempre em minoria, ainda que às vezes sejam numerosos) predomina a tendência a atribuir-lhes posições *convergentes* aos dois partidos, quer se trate de posições pró-mudança ou não, populares ou não; já entre os que adotam posições populares ou pró-mudança, as posições atribuídas à ARENA se distribuem entre as duas categorias, enquanto as atribuídas ao MDB são sempre predominantemente também progressistas ou populares, o que reitera a maior nitidez da imagem deste partido em comparação com a da ARENA.

por eles atribuída à ARENA. Para evitar um número excessivo de tabelas, deixamos de lado os dados relativos ao MDB: apesar de que eles não sejam rigorosamente análogos aos correspondentes à ARENA, dadas as diferenças existentes nas imagens dos partidos, não podem senão guardar ampla simetria com os que estaremos examinando, o que tornaria redundante o esforço de apresentá-los aqui. Como na tabela anterior, além disso, limitamo-nos aos entrevistados que se manifestam sobre a sua própria posição e a posição do partido quanto às diferentes questões.

O que tem de singularmente claro e reiterado o padrão que emerge das tabelas dispensa que nos alonguemos na discussão das mesmas. Não obstante tornar-se demasiado reduzido em certas categorias o número de casos em que se baseia o cálculo de porcentagens, e a despeito da ocorrência de perturbações que parecem dever-se pelo menos em parte a esse fato, as distribuições não deixam lugar a dúvidas: em todos os níveis de renda, as correlações que antes não encontráramos entre as opiniões e a identificação partidária agora explodem com nitidez, e a tendência geral é inequivocamente no sentido de se distribuírem os votos para prefeito de acordo com a congruência ou incongruência entre as posições dos eleitores e as posições percebidas como sendo as da ARENA relativamente a cada item[21]. Trata-se, aparentemente, de um verdadeiro ovo de Colombo: os eleitores não votariam no MDB simplesmente por serem, digamos, a favor do voto direto, de acordo com a hipótese embutida na expectativa da existência de correlação entre a preferência partidária e questões como essa; eles votariam no MDB antes por perceberem a existência de correspondência entre a sua própria opinião sobre o problema e a posição do MDB. Caso contrário, votariam na ARENA, e vimos há pouco que para muita gente, sobretudo nos estratos baixos, é este último partido que é a favor do voto direto.

Não admira, assim, que encontremos agora fortes correlações em todos os níveis de renda, diversamente do padrão anteriormente observado entre os itens políticos, em que elas tendiam a surgir somente ao nível mais alto. Os dados presentes revelariam que os eleitores dos estratos sócio-

[21] As exceções mais consistentes parecem corresponder aos que têm posição pessoal a favor do voto indireto, que tendem a votar sempre majoritariamente na ARENA, e aos de nível de renda mais alta que se declaram contra o controle de empresas estrangeiras, os quais tendem a agir da mesma forma.

econômicos menos favorecidos são sem dúvida desinformados, mas de forma alguma inconsequentes ou "irracionais" nas conexões que estabelecem entre identificação partidária e opiniões políticas.

Tabela XV – Juiz de Fora, 1976: Voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião do entrevistado sobre o voto direto ou indireto e a posição por ele atribuída ã arena, por renda familiar (*).

		Opinião do entrevistado sobre voto direto			
		A favor		**Contra**	
Renda familiar	Voto p/prefeito	Posição atribuída à ARENA			
		A favor	Contra	A favor	Contra
Até 2 sal. min.	ARENA	38	18	43	56
	MDB	31	44	0	16
	Não vota	31	23	43	20
	(N)	(58)	(44)	(7)	(25)
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	47	23	30	57
	MDB	27	62	10	19
	Não vota	25	9	30	19
	(N)	(40)	(42)	(10)	(21)
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	58	22	40	59
	MDB	19	53	40	19
	Não vota	13	8	10	16
	(N)	(31)	(36)	(10)	(37)
Mais de 8 sal. min.	ARENA	57	24	0	62
	MDB	20	61	0	9
	Não vota	9	11	100	16
	(N)	(35)	(46)	(1)	(55)

* Nesta tabela e nas seguintes as porcentagens não somam 100 pela eliminação de várias categorias residuais quanto ao voto para prefeito (nulo, branco etc.). A categoria "não vota" corresponde aos que não votam por qualquer razão (analfabetos, perda de título etc.).

Tabela XVI – Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião do entrevistado sobre o voto do analfabeto e a posição por ele atribuída a ARENA, por renda familiar (%)

		Opinião do entrevistado sobre o voto do analfabeto			
Renda familiar	Voto para prefeito	Contra		A favor	
		Posição atribuída à ARENA			
		Contra	A favor	Contra	A favor
Até 2 sal. min.	ARENA	51	25	12	40
	MDB	19	40	50	23
	Não vota	23	25	37	28
	(N)	43	20	24	57
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	43	17	20	42
	MDB	27	42	60	27
	Não vota	19	25	13	25
	(N)	37	12	15	55
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	45	14	41	59
	MDB	27	43	45	14
	Não vota	16	29	5	12
	(N)	44	7	22	42
Mais de 8 sal. min.	ARENA	54	22	26	55
	MDB	24	39	48	22
	Não vota	13	11	13	19
	(N)	46	18	23	36

Tabela XVII – Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião do entrevistado sobre a política salarial e a posição por ele atribuída a ARENA, por renda familiar (%)

		Opinião do entrevistado sobre a política salarial			
Renda familiar	Voto para prefeito	A favor		Contra	
		Posição atribuída à ARENA			
		A favor	Contra	A favor	Contra
Até 2 sal. min.	ARENA	44	22	16	40
	MDB	12	56	52	28
	Não vota	37	11	24	31
	(N)	16	9	25	81
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	57	0	20	42
	MDB	0	50	56	26
	Não vota	43	50	12	25
	(N)	7	4	25	69
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	60	0	37	50
	MDB	10	0	48	24
	Não vota	20	0	7	13
	(N)	10	0	27	62
Mais de 8 sal. min.	ARENA	54	100	30	54
	MDB	8	0	48	24
	Não vota	23	0	15	7
	(N)	13	3	27	67

Tabela XVIII – Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião do entrevistado sobre o controle de empresas estrangeiras e a posição por ele atribuída a ARENA, por renda familiar (%).

Renda familiar	Voto para prefeito	**Opinião do entrevistado sobre o controle de empresas estrangeiras**			
		Necessário		Desnecessário	
		Posição atribuída à ARENA			
		Necessário	Desnecessário	Necessário	Desnecessário
Até 2 sal. min.	ARENA	38	13	11	47
	MDB	25	53	44	29
	Não vota	32	33	33	23
	(N)	77	15	9	17
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	45	11	43	31
	MDB	31	67	43	31
	Não vota	19	11	14	23
	(N)	75	9	7	13
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	46	45	53	79
	MDB	27	36	18	7
	Não vota	17	18	12	–
	(N)	59	11	17	14
Mais de 8 sal. min.	ARENA	57	10	57	37
	MDB	26	52	29	37
	Não vota	8	24	14	12
	(N)	72	21	7	8

Tabela XIX- Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião do entrevistado sobre a execução de obras ornamentais no centro da cidade e posição por ele atribuída À ARENA, por renda familiar.

Renda familiar	Voto para prefeito	**Opinião do entrevistado sobre execução de obras ornamentais no centro da cidade**			
		Concorda		Discorda	
		Posição atribuída à ARENA			
		Concorda	Discorda	Concorda	Discorda
Até 2 sal. min.	ARENA	43	50	10	47
	MDB	19	0	48	24
	Não vota	33	50	31	19
	(N)	21	4	29	74
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	33	16	29	59
	MDB	8	66	57	14
	Não vota	25	16	14	24
	(N)	12	32	7	63
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	57	24	0	66
	MDB	21	36	0	15
	Não vota	7	24	100	13
	(N)	14	25	2	67
Mais de 8 sal. min.	ARENA	62	15	40	65
	MDB	12	45	40	21
	Não vota	12	30	20	6
	(N)	8	20	5	84

Tabela XX – Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião do entrevistado sobre assistência médica através de contratos do INPS com hospitais particulares e a posição por ele atribuída à ARENA, por renda familiar (%)

Renda familiar	Voto para prefeito	**Opinião do entrevistado sobre a assistência médica através de contratos do INPS com hospitais particulares**			
		Concorda		Discorda	
		Posição atribuída à ARENA			
		Concorda	Discorda	Concorda	Discorda
Até 2 sal. min.	ARENA	46	0	25	44
	MDB	20	0	46	22
	Não vota	26	100	21	24
	(N)	35	1	28	54
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	43	50	13	57
	MDB	17	50	65	24
	Não vota	30	0	22	16
	(N)	23	4	23	49
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	59	29	30	56
	MDB	32	57	26	12
	Não vota	–	14	26	21
	(N)	22	7	23	48
Mais de 8 sal. min.	ARENA	60	25	22	62
	MDB	12	50	57	17
	Não vota	20	25	13	12
	(N)	25	4	23	52

Tabela XXI – Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito de acordo com a- relação entre a opinião do entrevistado sobre o incentivo à produção de carros particulares ao invés de transporte coletivo e a posição por ele atribuída à ARENA, por renda familiar

Renda familiar	Voto para prefeito	**Opinião do entrevistado sobre o incentivo à produção de carros particulares ao invés de transporte coletivo**			
		Concorda		Discorda	
		Posição atribuída à ARENA			
		Concorda	Discorda	Concorda	Discorda
Até 2 sal. min.	ARENA	39	33	30	42
	MDB	22	66	39	26
	Não vota	30	0	18	24
	(N)	23	3	33	66
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	25	0	10	54
	MDB	50	0	53	24
	Não vota	25	0	30	19
	(N)	12	0	30	63
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	100	33	32	53
	MDB	0	33	42	19
	Não vota	0	33	13	17
	(N)	12	3	31	58
Mais de 8 sal. min.	ARENA	66	0	16	67
	MDB	11	100	58	13
	Não vota	6	0	19	12
	(N)	18	2	31	52

Tabela XXII- Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito de acordo com a relação entre a opinião do entrevistado sobre apoio ao ensino superior ao invés de ao ensino primário e a posição por ele atribu1da a arena, por renda familiar (%).

Renda familiar	Voto para prefeito	**Opinião do entrevistado sobre o apoio ao ensino superior ao invés de ao ensino primário** Concorda		Discorda	
		Posição atribuída à ARENA			
		Concorda	Discorda	Concorda	Discorda
Até 2 sal. min.	ARENA	45	44	19	41
	MDB	24	44	33	30
	Não vota	26	0	38	21
	(N)	42	9	21	56
De 2 a 4 sal. min.	ARENA	39	33	18	56
	MDB	32	50	55	18
	Não vota	23	17	23	22
	(N)	31	6	22	45
De 4 a 8 sal. min.	ARENA	56	40	28	62
	MDB	24	0	39	16
	Não vota	10	60	17	11
	(N)	41	5	18	37
Mais de 8 sal. min.	ARENA	62	50	21	56
	MDB	17	37	42	26
	Não vota	18	12	21	10
	(N)	40	8	19	39

Essa leitura dos dados captura, sem dúvida, parte de sua real substância. Não há como negar a evidência gritante que eles representam da busca de integração congruente do universo político em todos os níveis sócio-econômicos. O problema que surge, contudo, é o do significado a ser atribuído a tal constatação do ponto de vista do objetivo de se apreender a verdadeira natureza das identificações partidárias. Pois assim como os dados podem ser interpretados como indicando que a opção partidária se estabelece em decorrência da posição assumida pelos eleitores frente aos problemas e da posterior avaliação da posição dos partidos diante deles, podem também ler-se em sentido contrário, isto é, uma vez fixada a simpatia partidária, talvez em função de uma imagem difusa em que entrariam percepções sobre coisas como estar do lado do "povo" ou contra ele, os eleitores atribuiriam simplesmente aos partidos – condicionados diferencialmente nisso pelos variados graus de informação política de que dispõem – as posições que sua simpatia ou antipatia lhes dita como corretas ou adequadas. A própria estabilidade do padrão agora observado, sobretudo tendo-se em conta que se trata de itens variados com respeito aos quais o público dispõe de graus diversos de informação, leva a supor que a segunda interpretação esteja mais próxima da realidade na maioria dos casos.

Tabela XXIII- Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito e percepção da ARENA quanto à questão do voto direto ou indireto, de acordo com a opinião dos entrevistados sobre a mesma questão e com a identificação partidária (%).

		IDENTIFICAÇÃO PARTIDÁRIA																	
		ARENA						MDB						NENHUMA					
		OPINIÃO DO ENTREVISTADO SOBRE VOTO DIRETO																	
		Contra			A favor			Contra			A favor			Contra			A favor		
	Opinião atribuída á ARENA s/voto direto	Contra	A favor	NS, NR	Contra	A favor	NS, NR	Contra	A favor	NS, NR	Contra	A favor	NS, NR	Contra	A favor	NS, NR	Contra	A favor	NS, NR
Voto para Prefeito	ARENA	82	50	72	77	75	73	0	0	5	4	3	0	46	43	7	28	30	18
	MDB	0	0	0	3	2	0	67	100	58	82	78	58	21	14	36	30	27	9
	Indecisos	0	0	0	0	0	0	0	0	11	0	2	8	15	29	21	22	12	26
	Nulos, brancos	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	3	0	7	5	0	0
	Não vota p/qualquer razão	17	44	24	20	23	27	28	0	21	14	17	29	12	14	22	10	31	47
	NR	1	6	4	0	0	0	0	0	5	0	0	5	3	0	7	5	0	0
	(N)	(90)	(16)	(25)	(31)	(96)	(33)	(21)	(5)	(19)	(104)	(40)	(36)	(33)	(7)	(14)	(40)	(33)	(34)

Não necessitamos ater-nos a conjecturas a este respeito, porém, já que dispomos da possibilidade de testar essas interpretações alternativas com recurso aos nossos dados. Com efeito, podemos tomar em consideração a preferência partidária declarada pelos entrevistados e tratar de ver como se comportam as relações recém-observadas quando mantemos sob controle essa preferência. Naturalmente, se a opção partidária estivesse determinada sobretudo pela percepção da correspondência entre a própria posição e a posição dos partidos frente aos problemas, seria de esperar que a eventual percepção, por parte dos entrevistados, de incongruências entre a posição de seu partido preferido e a sua própria – ou de congruências entre esta e a do partido adversário – afetasse de maneira significativa a decisão de voto.

A Tabela XXIII permite testar essa hipótese, apresentando, nas diferentes categorias de preferência partidária, a distribuição do voto para

prefeito de acordo com a relação entre as opiniões dos entrevistados sobre o voto direto ou indireto e sua percepção da posição da ARENA a respeito. Naturalmente, o mesmo tipo de tabela poderia ser apresentado para o MDB e para os demais itens de opinião. Com mais razão do que no caso anterior, entretanto, somos poupados desse trabalho pela total redundância que o exame dos dados indica haver aí, e a Tabela XXIII mostra tudo o que há de significativo para ser observado a respeito. Além disso, dada a excessiva complexidade que resultaria da tentativa de considerar também o nível de renda familiar, bem como a redução inaceitável do número de casos que então fatalmente teríamos em várias categorias, decidimos excluir aquela variável do exame do problema. Contudo, a forma das distribuições encontradas na Tabela XXIII justifica presumir que nada de muito especial surgiria com a consideração simultânea da renda familiar.

Vê-se, em síntese, que, naqueles casos em que os entrevistados declaram identificar-se com um partido ou outro, a congruência ou incongruência percebida entre as próprias posições e as dos partidos é quase totalmente irrelevante no condicionamento do voto, o qual tende a ser inteiramente determinado pela identificação partidária. Quer atribuam à ARENA posição contrária ou a favor do voto direto, quer simplesmente não saibam qual é a posição do partido a respeito, os entrevistados tendem a concentrar maciçamente seus votos no partido de sua preferência, seja MDB ou ARENA. Apenas dois pormenores merecem menção entre os que declaram ter alguma preferência partidária. Em primeiro lugar, consistentemente com o "clima arenista" existente em Juiz de Fora no momento das eleições, entre os emedebistas que não sabem qual é a posição da ARENA há certas proporções de indecisos ou mesmo de votos por este partido, enquanto entre os arenistas não há qualquer dispersão nas categorias correspondentes. Em segundo lugar, nota-se alguma intensificação na disposição de *não votar* (ou de anular o voto ou votar em branco) tanto no caso da pequena minoria de arenistas que se opõem ao voto direto e creem que a ARENA é a favor dele (um caso, portanto, de incongruência entre a própria posição e a do partido preferido) quanto no caso dos poucos emedebistas que também se opõem ao voto direto e creem que a posição da ARENA é a mesma (um caso de congruência entre a própria posição e a do partido adversário).

Quando se observa a categoria dos que declaram não ter preferência partidária, nota-se, ao contrário, acentuada dispersão na decisão de voto, que

deixa patente a muito maior importância de que aí se reveste a opinião quanto a problemas específicos. Assim, vemos que há muito maior propensão a votar pela ARENA entre os entrevistados que se dizem contra o voto direto do que entre os que se dizem a favor, onde tende a crescer o voto emedebista (apesar de que o "clima arenista" se possa notar outra vez nas proporções relativamente reduzidas de voto emedebista na última categoria em comparação com as de voto arenista na primeira). Contudo, outra observação significativa do ponto de vista de nosso problema se pode fazer: a de que, *dentro* de cada categoria correspondente à opinião do próprio entrevistado, *não* há variações importantes nas proporções de votos arenistas ou emedebistas de acordo com a percepção da posição da ARENA a respeito do problema do voto direto. Apesar do reduzido número de casos na categoria dos que são contra o voto direto e percebem a ARENA como favorável, o que pode ter acarretado alguma perturbação na manifestação das tendências, teríamos aí um indício de que, mesmo entre os que não se sentem identificados de maneira estável com determinado partido, a decisão de voto pode estar condicionada em boa parte por afinidades difusamente percebidas entre opiniões pessoais e a imagem geral dos partidos, antes que pela correspondência ponto a ponto de posições. Ou talvez se pudesse dizer que vemos aí, sobretudo no caso dos que se declaram contra o voto direto e optam por votar pela ARENA, preferências partidárias estáveis em conformação.

A conclusão que parece adequado extrair desse conjunto de observações é a de que, com a exceção de parcelas politicamente atentas e informadas dos estratos sócio-econômicos mais altos, que se singularizaram quanto a diversos aspectos de nossos dados, a identificação partidária parece efetivamente originar-se, para a maioria, em imagens pouco estruturadas dos partidos e de sua posição geral com respeito a categorias sociais e focos de interesses apreendidos e definidos de forma tosca. À medida que descemos ao longo da escala sócio-econômica, graus decrescentes de informação sócio-política e condições gerais menos favoráveis à adequada estruturação do universo político refletem-se, ao nível dos mecanismos relevantes para a identificação partidária, em cada vez maiores probabilidades de que as imagens partidárias se definam confusa ou erroneamente em termos dos grandes temas do debate político-institucional. Contudo, o mesmo não parece ocorrer quanto a questões mais próximas do universo de problemas defrontados na vida: cotidiana, e as deficiências de informação e estruturação de opiniões que caracterizam os estratos menos favorecidos não impedem que

sejam amplamente alcançados pela imagem popular e progressista de que o MDB parece desfrutar junto à ampla maioria do eleitorado de todos os níveis. Por outro lado, uma vez definidas as opções em função da imagem que passa a caracterizar os partidos, a necessidade de congruência leva a que se atribuam ao partido com o qual o eleitor se identifica as posições que venham a surgir aos seus olhos como corretas frente a problemas específicos – e isso independentemente, em boa medida, do grau de informação de que concretamente se disponha com respeito a tais problemas. Temos aí, provavelmente, um ingrediente importante da estabilidade das opções partidárias.

7. Juiz de Fora: o que ocorreu?

Antes de passarmos à apreciação final dos resultados de nossa análise, resta uma pergunta a se procurar responder: que ocorreu em Juiz de Fora? Afinal, apesar, de motivada por indagações que dizem respeito ao panorama político-partidário brasileiro de maneira geral, nossa pesquisa se referiu diretamente à eleição municipal naquela cidade. A reviravolta ali ocorrida, por outro lado, além de curiosa em si mesma, tem certamente interesse do ponto de vista da estabilidade ou instabilidade do apoio político prestado a ARENA ou MDB no quadro político mais amplo. Embora a pesquisa não tenha sido concebida como meio de explicar os resultados eleitorais específicos de cada cidade, os dados coletados contribuem para que se possa entendê-los no caso de Juiz de Fora.

Uma forma aparentemente "natural" de abordar a reviravolta eleitoral da cidade consistiria em atribuir a vitória arenista de 1976 ao clima especial resultante de uma campanha bem conduzida, através da qual se teria criado um efeito de "trem da alegria" em que todos tendem a aderir ao provável vitorioso. Por outras palavras, tratar-se-ia de caracterizar os últimos resultados como propriamente uma reviravolta: afinal, Juiz de Fora sempre foi emedebista, e "de repente" o MDB se vê derrotado.

Essa perspectiva encontra algum respaldo em certos aspectos de nossos dados. Assim, além de indícios de um "clima arenista" que destacamos de passagem em várias ocasiões, pode-se apontar o êxito aparente de um dos temas salientes da campanha arenista, que se empenhou na crítica a obras executadas no centro da cidade pela administração emedebista. Nossos dados revelam que algo como 80 por cento dos

entrevistados concordam com críticas do tipo das formuladas pelos candidatos arenistas. Além disso, se examinamos a Tabela XXIV, onde o voto para prefeito é apresentado em sua relação com opiniões sobre qual partido sairia vitorioso, mantida constante a preferência partidária dos entrevistados, vemos que um efeito de "trem da alegria" parece efetivamente ter-se criado na campanha de 1976. Enquanto 80 por cento dos arenistas preveem a vitória da ARENA e 6 por cento a vitória do MDB, apenas 57 por cento dos emedebistas preveem a vitória de seu próprio partido, contra 22 por cento a preverem a vitória da ARENA. Entre os que não tinham preferência partidária, por outro lado, não apenas era majoritário o número dos que previam a vitória da ARENA sobre os que previam a do MDB, como também era maior a proporção dos primeiros que se dispunha a votar na ARENA do que a dos últimos que se inclinava a votar pelo MDB.

Se se aceita essa linha de interpretação, a pergunta que surge é, naturalmente, a de por que foi possível desenvolver agora uma campanha bem-sucedida e não em momentos anteriores. Mesmo prescindindo do problema de que, como vimos, a margem de vitória do MDB nas eleições de 1972 foi exígua, a resposta que pareceria apresentar maior plausibilidade refere-se à provável imagem negativa da última administração emedebista e a suas presumíveis consequências sobre a decisão de voto do eleitorado da cidade.

Tabela XXIV – Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito e opinião sobre o partido que vai vencer, por preferência partidária (%).

		Preferência Partidária								
		ARENA			MDB			NS, NR		
		Partido que vai vencer								
		ARENA	MDB	NS, NR	ARENA	MDB	NS, NR	ARENA	MDB	NS, NR
Voto	ARENA	76	61	70	4	3	2	43	7	19
para	MDB	1	6	3	68	76	70	22	35	15
prefeito (N)		242	18	41	52	133	47	72	43	74
% sobre total da categoria de preferência partidária		80	6	14	22	57	21	38	23	39

À luz de nossos dados, porém, essa resposta depara algumas dificuldades sérias. Para começar, vimos anteriormente que as deficiências sentidas com respeito a problemas aparentemente de grande importância e visibilidade para os setores populares do eleitorado somente tendem a traduzir-se eleitoralmente de forma negativa dentre uma minoria de eleitores de estrato social mais elevado. Mas a principal dificuldade está em outro ponto: os dados mostram que, diante da pergunta direta sobre o desempenho do prefeito emedebista Saulo Pinto Moreira, que então exercia o cargo, a maioria dos emedebistas e dos "independentes" em todos os níveis de renda tendiam a julgar que ele fizera um bom governo, bem como a maioria mesmo dos *arenistas* nos dois níveis mais baixos de renda familiar – além de que a avaliação propriamente negativa, de que ele fizera um *mau* governo, era minoritária em todas as categorias de renda e de preferência partidária. Assim, o fato de os eleitores concordarem em tese em que é preferível investir em serviços básicos nos bairros do que em obras ornamentais no centro da cidade, de acordo com o tema arenista, não redunda na condenação efetiva da administração emedebista.

A explicação tem que ser buscada, portanto, em outra direção, e esta nos parece consistir no desgaste *de longo prazo* sofrido pelo MDB em Juiz de Fora. Será provavelmente correto atribuir tal desgaste ao exercício do poder no nível municipal, mas ele não tem necessariamente a ver com as condições da última administração emedebista ou especificamente da campanha de 1976; e os resultados desse ano representam não uma reviravolta, mas antes a cristalização de tendências que se vinham afirmando. Já vimos anteriormente alguns indícios da perda de capacidade de aliciamento por parte do MDB em Juiz de Fora. Ela se evidenciou, por exemplo, como observamos na Tabela VII, no fato de que o partido não conta com a maioria sequer relativa das preferências, em nenhuma das categorias de renda familiar, no numeroso grupo de eleitores que não se identifica com qualquer dos partidos antigos, grupo este que com toda probabilidade é constituído sobretudo de gente jovem. Vimos igualmente, aliás, na Tabela II, que a ARENA contava em 1976 em Juiz de Fora com a preferência majoritária de 40 por cento dos entrevistados em todas as faixas de idade, inclusive a mais jovem, diferentemente do que se pôde constatar em outras cidades em 1974. O desgaste que tais observações justificam presumir se torna patente, porém, quando nos voltamos para os dados das Tabelas XXV e XXVI.

Tais tabelas recorrem a uma pergunta de nosso questionário onde se indagava dos entrevistados o momento em que passaram a ter sua atual preferência partidária e cujas respostas foram classificadas nas seguintes categorias: desde a criação dos dois partidos, em 1965; entre 1965 e 1974; em 1974; na campanha de 1976. A Tabela XXV apresenta a relação entre as respostas obtidas e a preferência partidária de acordo com a renda familiar dos entrevistados, enquanto a Tabela XXVI mostra a relação entre elas e o voto para prefeito de acordo com a preferência partidária.

Tabela XXV – Juiz de Fora, 1976: preferência partidária e momento em que o entrevistado passou a tê-la, por renda familiar (%).

		RENDA FAMILIAR															
		Até 2 sal. min.				De 2 a 4 sal. min.				De 4 a 8 sal. min.				Mais de 8 sal. min.			
	Momento da Pref. part.	1965	Entre 65/74	1974	1976	1965	Entre 65/74	1974	1976	1965	Entre 65/74	1974	1976	1965	Entre 65/74	1974	1976
Pref. part.	ARENA	30	47	52	60	37	35	33	60	47	55	41	85	62	38	65	61
	MDB	56	44	44	15	51	55	48	24	39	35	30	7	27	59	30	17
	Nenhum	11	6	4	23	11	10	19	16	14	10	29	4	11	3	5	22
	NS, NR	3	3	0	2	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0
	(N)	(79)	(32)	(23)	(40)	(65)	(29)	(21)	(25)	(51)	(20)	(27)	(27)	(63)	(66)	(20)	(23)

Ambas são claríssimas. A primeira revela como cada nova leva de juiz-foranos que vieram a situar-se diante do sistema partidário a partir de 1965 dirigiram-se menos e menos para o MDB em *todos* os níveis de renda familiar, e como isso se deu de forma tal que a forte relação existente em 1965 entre renda familiar e preferência partidária (manifesta no decréscimo linear da proporção de emedebistas e no crescimento também linear da proporção de arenistas à medida que subimos nos níveis de renda entre os que declaram ter feito sua opção partidária naquele ano) simplesmente desaparece por inteiro entre os que se decidem em 1976, quando encontramos o amplo predomínio da ARENA nas diversas categorias. Mas isso não é tudo. Não apenas o MDB recrutou cada vez menos eleitores, tendo perdido para a ARENA no recrutamento de novos eleitores mesmo no ano da explosão nacional do partido, 1974, o que se pode ver pelas porcentagens da Tabela XXV e, com maior nitidez, pelos números entre

parênteses que indicam os totais das categorias na Tabela XXVI. Além disso, quando observamos nesta última tabela as proporções crescentes de emedebistas que desertam o partido em 1976 para votar na ARENA à medida que passamos dos recrutas antigos aos recentes, damo-nos conta de que tais recrutas parecem ser de "têmpera emedebista" cada vez menos firme. Tudo indica que, enquanto os contingentes majoritários dos primeiros emedebistas de Juiz de Fora incluíam boa parte de trabalhadores vinculados a uma certa tradição petebista, os novos adeptos do partido incluem maiores proporções de eleitores de condição social mais elevada, os quais, em certa medida, se veem atraídos pela sigla do MDB pelo que ela passa a representar de opção "católica" ou convencional em Juiz de Fora, donde a menor firmeza e estabilidade das identificações.

*Tabela XXVI- Juiz de Fora, 1976: voto para prefeito e momento em que o entrevistado passou a ter preferência partidária atual, de acordo com a preferência partidária (%).**

		Preferência partidária							
		ARENA				MDB			
		Momento de preferência							
		1965	Entre 65/74	1974	1976	1965	Entre 65/74	1974	1976
Voto	ARENA	73	72	77	79	1	2	6	11
para	MDB	1	0	0	0	78	69	67	67
prefeito	(N)	107	53	43	76	114	45	33	18

* As porcentagens não somam 100 devido à eliminação de categorias residuais quanto ao voto para prefeito.

Parece claro, portanto, que o emedebismo de Juiz de Fora vinha sendo superestimado. E um fator especial, à luz de nossos dados, parece ter concorrido singularmente para essa superestimação em anos recentes: a presença de Itamar Franco. Seria desnecessário destacar, com respeito às eleições legislativas de 1974, como a candidatura juiz-forana de Itamar Franco ao Senado carreia para o MDB votos que se dirigiriam em outras circunstâncias para a ARENA: os dados mostram que as proporções de *arenistas* que votam então em Itamar Franco oscilam entre 41 e 54 por cento nas diversas categorias de renda, sendo sempre maiores do que as porcentagens do candidato da ARENA, que apenas se aproxima da votação obtida pelo primeiro no nível superior de renda. Mas um efeito semelhante, ainda que naturalmente não tão acentuado, se pode apontar na atuação de

Itamar Franco mesmo na disputa da prefeitura de Juiz de Fora em 1972: os *arenistas* que lhe deram seus votos naquele ano correspondem, à medida que subimos nas categorias de renda familiar aqui utilizadas, a 25, 22, 27 e 24 por cento (contra respectivamente 29, 37, 28 e 43 por cento que votaram por Mello Reis, o candidato da ARENA.

Pois bem. Em 1976, afastado Itamar Franco da disputa direta, as altas proporções de arenistas que o apoiavam eleitoralmente passam a votar maciçamente na ARENA, como também revelam com clareza nossos dados. Assim, entre os contingentes "itamaristas" da ARENA de 1972 votam agora por Mello Reis proporções que variam entre nada menos de 76 e 95 por cento nos diversos níveis de renda familiar, e a ARENA retorna ao que corresponderia a suas dimensões "naturais". Para retomar os termos do dilema com que abrimos anteriormente o retrospecto da vida política da cidade, pelo menos ultimamente, ao que parece, Juiz de Fora não era tão oposicionista assim...

8. Conclusão

Repassemos rapidamente, para concluir, as diversas dimensões a que se dirigiu nossa análise. Se tomamos a questão da correspondência entre partidos e estrutura social, ou das bases sociais da identificação partidária, três conjuntos de observações parecem merecer destaque. Em primeiro lugar, um aspecto em que a análise aqui empreendida reitera verificações anteriores: não é simplesmente o mundo urbano como tal a sede das inclinações inconformistas e oposicionistas no atual quadro político brasileiro, mas antes o mundo urbano dos setores populares, sendo possível apontar a existência de fortes redutos governistas nos estratos mais altos da população dos grandes centros. Por certo, matizes e qualificações variadas se impõem quando se têm em conta diferentes aspectos dos dados. É este, porém, sem dúvida, o sentido da correlação encontrada entre a opção partidária e variáveis que expressam a posição sócio-econômica, tais como a renda familiar.

Em segundo lugar, essa constatação permite ressaltar o importante elemento de continuidade entre a forma dominante de distribuição social das preferências partidários que emerge em 1974 e a existente antes de 1964. Conjuga-se com ela a observação do peso dos adeptos do antigo PTB entre os emedebistas, sobretudo nos estratos inferiores de renda, outro

aspecto em que nossos dados corroboram observações de pesquisas anteriores. Parece bastante claro, agora, que as eleições legislativas de 1974, quando o MDB catalisou por primeira vez as preferências populares, representaram a retomada ou o reaparecimento de traços que marcaram com vigor crescente as lealdades político-partidárias no período populista pré-64 – e que mesmo depois já se o haviam feito presentes nas eleições de 1965 na Guanabara e em Minas Gerais, antes que a desorientação produzida pela alteração do quadro partidário e pelo excepcionalismo que caracterizou de diversas formas a vida brasileira nos anos subsequentes viesse exigir algum tempo para nova sedimentação das antigas tendências.

Finalmente, o terceiro conjunto de observações refere-se precisamente aos matizes que os dados impõem a esse quadro de nitidez e estabilidade das bases sociais da identificação partidária. Tais matizes surgem, por exemplo, nos interstícios compostos na estrutura social pela consideração do grau de educação formal dos eleitores em conjugação com as faixas de idade. Naturalmente, como assinalamos, a educação se encontra correlacionada com variáveis como renda familiar, e o nível educacional pode ser tomado como indicador de posição social geral. Apesar disso, seus efeitos tendem a ser peculiares por diversas razões, tais como:

a. A educação formal traduz-se imediatamente em graus diversos de sofisticação intelectual, de relevância direta para as opiniões e atitudes políticas;
b. Ela se articula de maneira relativamente complexa com as aspirações quanto a condições gerais de vida e com a avaliação do êxito na realização de tais aspirações, articulação esta que é condicionada pela idade dos eleitores;
c. Sobretudo no nível universitário, a experiência educacional tende a corresponder à exposição direta a um ambiente singularmente sensível politicamente, a qual tende a dar-se também em determinada faixa de idade.

Como quer que seja, nossos dados indicam que o impacto específico do nível educacional sobre o grau de conformismo ou inconformismo político assume formas algo sinuosas e instáveis. Na atualidade, contudo, parece predominar a tendência a que a educação opere como fator de conformismo político e de apoio ao partido do governo, tendência esta que, com exceção do setor universitário, se afirma de maneira especialmente

marcada entre os jovens. Isso representa, por ambos os aspectos, a inversão de tendências observadas no passado, e parece dever interpretar-se sobretudo como consequência de expectativas ocupacionais mais favoráveis para os setores educados da população criadas pela expansão econômica recente. Assim, feitas as devidas e importantes reservas quanto à parcela da juventude diretamente envolvida no clima político das universidades, o empenho politicamente desmobilizador que caracteriza o regime vigente parece ter tido razoável êxito junto aos jovens educados, substituindo, ao que tudo indica, cogitações sociais e políticas por preocupações de carreira pessoal em muitos deles.

Quando nos voltamos para os conteúdos associados à identificação partidária e para o problema de como se diferenciam nas diversas camadas sócio-econômicas, a primeira observação envolve nova ressalva quanto à proposição que vê o oposicionismo como apanágio dos estratos baixos urbanos. Com efeito, os dados mostram que, com referência às questões mais salientes do debate político-institucional corrente, os grupos mais numerosos a expressarem opiniões opostas ao autoritarismo do regime vigente encontram-se nas camadas superiores de renda, ou seja, o nível de mais de 8 salários mínimos de renda mensal, na classificação que aqui se fez da amostra de Juiz de Fora. É também nesse estrato superior, entretanto, que se encontram as maiores frequências de opiniões políticas caracterizadas por elitismo e suspeita frente aos setores populares. Outros aspectos dos dados sugerem que essa coexistência de opiniões que seria de esperar se repelissem (embora não sejam necessariamente contraditórias, pois liberalismo e "democratismo" não são histórica ou conceitualmente a mesma coisa) corresponde na verdade à coexistência de *núcleos* distintos de opiniões.

Por outras palavras, é nessas camadas sócio-economicamente favorecidas que se encontra o público diretamente alcançado pelo debate político-institucional, aquele que toma posição com respeito ao mesmo e dá consequência em termos partidários e eleitorais às posições tomadas. Embora estejam aí os maiores contingentes de arenistas, é aí que estão também os emedebistas não apenas mais atentos aos problemas político-ínstitucionais do país, mas também mais propensos a adotarem posições liberais e democráticas frente a tais problemas. É aí, em síntese, que a opção partidária feita pelos eleitores se mostra mais claramente ligada às opiniões políticas.

Por contraste, nos estratos sócio-econômicos menos favorecidos deparamos a identificação partidária determinada antes pelo que parece corresponder a imagens difusas dos partidos, aparentemente envolvendo como dimensão crucial a distinção, formulada sem muita nitidez na consciência dos eleitores, entre o "popular" e o "elitista". Indícios bastante claros, porém, permitem penetrar um pouco mais nos condicionantes e mecanismos que a ela se associam em tais estratos.

Primeiramente, não apenas a opção partidária se apresenta aí desvinculada das posições frente às questões político-institucionais em geral, mas merece destaque o fato de que ela não se relaciona sequer com as opiniões frente ao tema-chave de campanhas destinadas precisamente a obter aquiescência e apoio para o governo e o regime, as quais se diriam bem sucedidas pelo volume de reações favoráveis que suscitam. Em contraposição, ela se mostra excepcionalmente sensível, entre os estratos sócio-econômicos mais baixos, à percepção de certos problemas de mais imediata relevância do ponto de vista da vida cotidiana, tais como o problema das condições de assistência médica. A forma geral dos dados a respeito sugere que essa sensibilidade ocorre no caso de problemas que tenham ou adquiram circunstancialmente especial saliência e visibilidade no universo de problemas cotidianos, não bastando que se trate de questões que contrastem com os assuntos político-institucionais por figurarem num horizonte mais próximo ou imediato. Assegurada a importância do problema, entretanto, como aparentemente se dava em Juiz de Fora com a questão das condições de assistência médica, sua forte associação com a opção partidária entre os estratos baixos, em si mesma singular, reveste-se de significação peculiar por outro aspecto: diferentemente do que ocorre nos estratos altos, ela se mostra aí quase totalmente infensa à influência das posições mantidas com respeito a questões de outra natureza, tais como as que têm a ver com os êxitos do processo de desenvolvimento nacional cantados na propaganda governamental. Isso indica a existência de formas diversas de se processar a estruturação do universo político nos diferentes níveis da estrutura social, em cuja avaliação seria provavelmente necessário recorrer a critérios também distintos de coerência.

O que parece ter de comum aos diversos estratos sócio-econômicos a necessidade profunda de integração coerente do universo político é precisamente outro aspecto de nossos dados que cabe ressaltar. Com efeito, eles indicam que, nos estratos sócio-econômicos inferiores da mesma forma

que nos superiores, os eleitores atribuem ao partido com que se identificam as posições frente aos problemas que lhes parecem as mais meritórias a eles próprios – ainda que o menor grau de informação política de que dispõem os estratos baixos resulte em que tais atribuições com mais frequência deixem de corresponder, entre eles, às posições efetivamente assumidas pelo partido. Em termos concretos, a consequência disso parece ser que uma parcela apreciável de eleitores que "normalmente" apoiariam o partido de oposição acabem por apoiar de maneira estável o partido do governo: além de que mesmo as afinidades difusamente percebidas em que parece originar-se a preferência partidária entre os estratos baixos dependem, em última análise, de informação, as deficiências de informação em tais estratos combinam-se com a necessidade de coerência manifestada nas atribuições acima mencionadas para assegurar estabilidade às opções partidárias "errôneas" daí resultantes. De maneira geral, porém, dado que as imagens partidárias tendem a favorecer amplamente o partido de oposição aos olhos dos setores populares, essa busca de coerência parece ser antes um fator a emprestar consistência e estabilidade às simpatias populares por aquele partido.

Algumas ponderações finais ainda com respeito à questão da consistência e estabilidade do eleitorado. Ocorrências como a de Juiz de Fora, em que a política local muda de mãos como consequência de deslocamentos dos eleitores, dramatizam a importância do problema, em torno do qual, de resto, se lançam algumas das apostas fundamentais sobre a sorte do regime em vigor e do próprio processo político brasileiro. Os dados examinados revelam, em diversos aspectos, os obstáculos à maior estruturação ideológica e os horizontes relativamente estreitos das decisões político-eleitorais que parecem caracterizar amplas parcelas da população. Além disso, a análise do ocorrido em Juiz de Fora deixa patente o papel de grande relevo exercido por fatores de ordem personalista no condicionamento do comportamento eleitoral mesmo em centros urbanos de importância.

A perspectiva propiciada por observações como essas, leva a que se encarem com naturalidade flutuações aparentemente pouco suscetíveis de se explicarem cabalmente em termos de estrita racionalidade – flutuações nas quais se expressa, por exemplo, o fato de que um partido se desgaste no exercício do poder municipal e se torne presa fácil de *slogans* mudancistas independentemente da difusão de avaliações negativas de seu desempenho

administrativo ou de modificações profundas de sua imagem geral aos olhos do eleitorado. Será provavelmente necessário contar com que ocorrências desse tipo continuem vez por outra a comprometer os esforços de apreender o comportamento eleitoral pelo recurso a esquemas em que se articulem organicamente coisas como interesses materiais imediatos, de um lado, e, de outro, a retórica partidária sobre problemas institucionais – ou mesmo considerações estratégicas atentas para o que esta última pode conter de mistificador.

Contudo, este é sem dúvida somente um lado do que os dados indicam. O outro lado tem a ver com o conjunto de fatores que, apesar de tudo, *permitem refutar em bases sólidas a hipótese que pretenda ver os setores populares do eleitorado urbano brasileiro como um aglomerado amorfo e manipulável.* Alheios às complexidades maiores da realidade política, mas manifestando-se eleitoralmente de maneira autônoma face aos diagnósticos róseos dessa realidade que lhes pretendam impor; carentes de informação, mas capazes de fazer de um *non-issue* como o que tem a ver com as condições de assistência médica um fator importante de sua decisão eleitoral; deficientes na percepção das conexões mais sutis entre certos aspectos da retórica política e os problemas mais concretos de seu dia a dia, mas mantendo suas lealdades partidárias em boa medida à margem da percepção dos benefícios ou inconvenientes imediatos que lhes advém de uma administração partidária local; com frequência incapazes de caracterizar a posição de um partido ou outro diante de problemas específicos, mas sensíveis à possível afinidade entre as linhas que separam um PTB e uma UDN, de um lado, um MDB e uma ARENA, de outro; constatações dessa ordem permitem supor, com respeito aos setores em questão do eleitorado brasileiro, que será necessário algo mais do que a simples manipulação de siglas partidárias para assegurar sua aquiescência majoritária e estável.

Por certo, nada autoriza a ver todo o apoio ao MDB, num quadro em que MDB e ARENA são as opções impostas, como efetiva identificação com aquele partido. Além disso, ao contrário do que se deu com a implantação do bipartidarismo, que representou uma simplificação do quadro político favorável à afirmação mais clara de determinadas tendências, a volta esperada de um número maior de partidos significa maior complexidade e, em consequência, provável obscurecimento de certas linhas básicas de clivagem. Tudo indica, porém, a existência de

suficiente consistência do eleitorado para que o jogo partidário seja levado a ajustar-se a ele em qualquer processo político minimamente aberto e eleitoralmente sensível. A possibilidade de neutralizar os efeitos de tal tendência através de artifícios casuísticos suporia não apenas a imaginação para encontrar os artifícios adequados e renová-los sempre, mas também o controle continuado dos recursos necessários para impô-los.

CONCLUSÃO: EM BUSCA DA LÓGICA DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO

Fábio Wanderley Reis

É comum encontrar-se, na análise do processo político brasileiro das últimas décadas, a tendência a se considerar o eleitorado brasileiro como sendo, em sua grande maioria, politicamente amorfo e inconsistente, passível de ser manipulado por lideranças espúrias. Uma caracterização desse tipo está com frequência presente na avaliação do populismo vigente no país até 1964, associando-se a ela, por exemplo, a visão dos partidos políticos então existentes como agrupamentos politicamente "inautênticos", sem verdadeiras raízes na estrutura social e sem diferenciação ideológica nítida. Tais partidos se distinguiriam apenas, segundo essa visão, pelo maior ou menor êxito com que os restritos interesses privados em torno dos quais se organizavam revelavam-se capazes de atrair parcelas mais ou menos substanciais daquele eleitorado politicamente alheio e manipulável.

Esse diagnóstico da realidade política brasileira encontra guarida em setores diversos, apesar de fundar-se em perspectivas distintas nos diferentes casos. Seria possível encontrá-lo entre intérpretes apegados a um modelo "clássico" de política ideológica, em que os partidos se distribuiriam com clareza ao longo de um eixo esquerda-direita e atrairiam parcelas correspondentes de um eleitorado ideologicamente orientado. Mas ele se acha também envolvido num modelo idealizado da vida política perfilhado pelos mentores do regime autoritário vigente no país. Na mensagem dirigida pelo presidente Geisel ao Congresso no início de 1976, por exemplo, a autenticidade partidária aparece como algo a ser alcançado, no Brasil, num momento futuro em que tenhamos um eleitorado composto de cidadãos "conscientes, racionais e sociabilizados". O corolário disso, que pode ser visto como premissa subjacente a certos aspectos da atuação do regime inaugurado em 1964, é o de que na verdade ainda não se colocaria, no cenário brasileiro, o problema de dar expressão política consistente a demandas duradouras e estáveis do eleitorado, ou pelo menos de amplos setores dele, compostos como se acham de cidadãos presumivelmente não conscientes, não racionais e não sociabilizados.

Tendo lido os textos anteriores, o leitor estará provavelmente propenso a optar por uma caracterização mais matizada do eleitorado brasileiro. Ele terá em mente diversos aspectos em que o comportamento eleitoral e as identificações partidárias da população das quatro cidades estudadas revelam padrões e regularidades incompatíveis com o quadro descrito. Será possível, porém, pretender extrair das análises anteriores uma visão integrada da lógica subjacente ao processo político-eleitoral do país?

Que aconteceria se indagássemos aos diferentes setores que compartilham o diagnóstico esboçado quais são concretamente os traços do eleitorado brasileiro que se poderiam apontar no intuito de justificar tal diagnóstico? Dos que aderem ao modelo idealizado da vida política exemplificado pela mensagem do presidente Geisel, ouviríamos provavelmente respostas em que se destacariam traços como o baixo nível educacional da maior parte dos eleitores. Já em outros casos teríamos, provavelmente, menção de fatores que impedem diferentes frações do eleitorado, sobretudo seus estratos menos favorecidos, de atuarem com plena consciência de sua condição de membros de determinada classe social e de seus interesses enquanto tal. É certo que a primeira categoria de respostas contém também inequívoca alusão à questão da posição sócio-econômica ou de classe, já que o grosso das pessoas de baixo nível educacional se encontra nos estratos sócio-econômicos inferiores. Não cabe dúvida, porém, de que a expectativa dos que dariam tal resposta não seria a de que, na medida em que se superasse aquele fator de "inconsciência" ou "irracionalidade", as pessoas envolvidas viessem a dar expressão à sua condição de classe em seu comportamento eleitoral; ela seria antes a de que tais pessoas, frente às urnas ou diante de uma escolha entre partidos, viessem a guiar-se pela consideração esclarecida de valores supostamente consensuais, tais como "os verdadeiros interesses do país": o cidadão consciente e racional é também o cidadão "sociabilizado".

Implícitos em tais respostas hipotéticas temos dois modelos de explicação que, ademais de estarem presentes em interpretações da realidade política brasileira que se poderiam dizer de sentido comum, podem também ser postos em correspondência com modelos teóricos concorrentes existentes no campo da sociologia política e utilizados para a explicação das formas assumidas pela participação política. O primeiro deles é o conhecido como o modelo da "centralidade". Com este conceito se procura sintetizar uma série de dimensões relacionadas à posição social

global de um indivíduo, seja a dimensão econômica ou aspectos como o grau de experiência urbana e a amplitude da rede de interações e comunicações de que participa, seja aspectos de natureza intelectual e psicológica, como o grau de informação de que dispõe ou sua desenvoltura e segurança subjetiva nos contatos sociais. A proposição geral que tendem a sustentar os estudos de participação política que recorrem a esse modelo é a de que a participação é maior quanto mais "central" (mais favorável sócio-economicamente, mais "urbana" etc.) a posição de um indivíduo. O outro modelo é o conhecido como o modelo da consciência de classe, sustentando os estudos que "a participação política é maior quanto maior (mais intensa, mais clara, mais precisa) é a consciência de classe"[1].

O paralelismo de tais modelos com os dois padrões destacados de explicação para o suposto amorfismo do eleitorado brasileiro parece bastante claro. Pondo de lado o modelo da consciência de classe, onde tal paralelismo é óbvio, é um enfoque afim ao do modelo da centralidade que encontramos no recurso à educação como fator decisivo, pois esse enfoque supõe o indivíduo que se integra objetiva e subjetivamente ao sistema e que prescinde da mediação representada pela identificação com categorias como as classes sociais, a qual pode ser fator tanto de integração ao sistema quanto de hostilidade a ele. Seja como for, o ponto interessante reside na proposição que nos parece possível sustentar, a saber, a de que a lógica do processo político-eleitoral brasileiro melhor se desvenda em certa forma de se *combinarem* os dois modelos, e que uma parte da impressão da inconsistência ou amorfismo desse processo provém do que cada enfoque tem de unilateral.

Com efeito, se decompomos a noção de centralidade, vemos que ela envolve duas dimensões objetivas fundamentais: a dimensão "horizontal", correspondente à oposição entre o mundo rural ou semirural e o mundo dos grandes centros urbanos, e a dimensão "vertical", que corresponde à posição sócio-econômica dos indivíduos. A esses dois aspectos se superpõe a dimensão subjetiva do conceito, que diz respeito a abertura e

[1] Cf. PIZZORNO, Alessandro – "Introduzione alio Studio della Partecipazione Politica", *Quaderni di Sociologia,* XV, 3-4 (julho-dezembro de 1966), p. 261. Nesse artigo Pizzorno empreende a critica dos estudos de participação política que recorrem exclusivamente ao modelo da centralidade e propõe uma tipologia mais complexa de formas de participação, a qual tem em conta o modelo de consciência de classe como modelo alternativo. Veja-se também Lester W. Milbrath, *Political Participation* (Chicago: Rand McNally, 1965).

envolvimento psicológicos e ao correspondente controle de certo volume de informações. Os estudos que se valem da ideia de centralidade destacam a associação desta com a intensidade da participação política, sem se pronunciar sobre o sentido da participação em termos de pró-sistema ou antissistema, de conformismo ou inconformismo. Não obstante, o que propomos é que os dados relativos ao processo eleitoral brasileiro ganham consistência e padrão no que se refere à direção da participação eleitoral, bem como a sua intensidade, se atentamos para as diferentes dimensões da ideia de central idade tendo em vista tanto o papel causal que cumprem diretamente com relação à participação eleitoral quanto o condicionamento que exercem sobre as possibilidades de atuação do modelo de consciência de classe. Tentemos proceder didaticamente no esclarecimento dos aspectos concretos desta proposição.

Se tomamos as duas dimensões objetivas recém-distinguidas,damo-nos conta de que os limites extremos de posições altamente periféricas e altamente centrais correspondem respectivamente aos estratos baixos rurais e aos estratos altos urbanos. Seria talvez o caso de se supor que os representantes dessas posições extremas deveriam situar-se também em polos opostos no que diz respeito a opiniões e inclinações políticas, com os últimos exibindo alto grau de conservadorismo e apego ao *status quo* e os primeiros alto grau de insatisfação frente a um sistema que os marginaliza de diversas maneiras. Sabidamente, porém, tal suposição seria equivocada no que se refere aos estratos baixos rurais. Aí, a condição objetivamente marginal ou periférica se encontra com frequência associada, no plano psicológico, seja a uma atitude geral de deferência, seja a formas de lealdade pouco propícias a manifestações de inconformismo, formas estas que a inserção em estruturas de tipo clientelístico, por exemplo, não tende senão a reforçar. Nas áreas rurais ou semi-rurais, assim, seria de esperar que maiores frequências de inclinações inconformistas viessem a encontrar-se em níveis intermediários da estrutura social, suficientemente favorecidos sócio-economicamente para escapar às limitações intelectuais e psicológicas próprias da condição consistentemente marginal ou periférica, mas não a ponto de que os *vested interests* relativamente ao sistema existente prevaleçam de vez na determinação de suas opiniões ou seja, não tanto que estas sejam inteiramente determinadas segundo o modelo da consciência de classe. Tal modelo teria melhores condições de operar nas demais categorias que se podem distinguir os estratos altos rurais e os

diversos níveis da estrutura social urbana. Nestes, teríamos fatores diversos de centralidade objetiva – seja a posição sócio-econômica favorável ou os estímulos e a intensidade de comunicação próprios do meio urbano, ou ambos – produzindo resultados em termos de abertura psicológica e acesso a informação que contrastam em graus variados com a contrapartida subjetiva da condição de marginalidade consistente, e permitem, na medida correspondente, a determinação das opiniões e do comportamento político pela consideração do interesse próprio, isto é, segundo o modelo da consciência de classe. A qualificação contida na expressão "em graus variados" é importante, porém, pois mesmo o ambiente dos maiores centros urbanos não está isento da presença de marginalidade objetiva e subjetiva e de seu séquito de desinformação, deferência e conformismo.

Assim, a perspectiva proposta contrasta com o enfoque que contrapõe o amorfismo à "sociabilidade" por ler na evidência disponível que, à medida que se neutralizem os fatores de marginalidade subjetiva (cuja afinidade com a "inconsciência" a que alude por implicação a mensagem presidencial é bastante clara), teremos não a tendência à expressão de valores consensuais, mas antes a tendência à expressão dos interesses correspondentes a núcleos de interesses constituídos em torno das diversas posições na estrutura sócio-econômica, ou das diversas classes sociais. Mas ela contrasta também com o recurso puro e simples ao modelo da consciência de classe por reconhecer a existência e o vigor dos fatores de marginalidade subjetiva e de mecanismos que bloqueiam a tomada de consciência dos ingredientes não igualitários a comporem a estrutura social, mecanismos estes que atuam segundo os padrões previstos pelo modelo da centralidade.

Naturalmente, uma proposição como esta nos situa apenas no umbral de uma vasta área de problemas de interesse, dos quais não, podemos ocupar-nos adequadamente aqui. Mencionemos, porém, alguns, sem pretender esgotar a lista.

Um deles teria a ver com os fatores que respondem, uma vez ultrapassado certo patamar de deferência e conformismo, pelo maior ou menor grau de intensidade, clareza e precisão – para usar as expressões de Pizzorno – que a consciência de classe pode vir a adquirir, problema este que tem óbvias conexões com a questão tratada alhures no presente volume em termos do grau de estruturação ideológica. Outro, que se superpõe em parte ao anterior, refere-se à complexidade que, do ponto de vista de seus

efeitos sobre a operação do modelo de consciência de classe, podem adquirir as relações entre a componente objetiva da noção de centralidade, tomada em sua dimensão vertical, e sua componente subjetiva. Tal problema pode ser ilustrado com a ambiguidade de que se reveste, desse ponto de vista, a variável educação. Esta pode ser considerada tanto como expressão de posição sócio-econômica geral quanto como fator que apresenta relevância direta e especial para os ingredientes intelectuais e psicológicos que compõem a dimensão subjetiva da centralidade. Assim, se temos um incremento educacional, deve ele em princípio ser considerado como fator de tomada de consciência crítica de determinada condição ou como algo que expressa em si mesmo a modificação dessa condição, e que portanto favoreceria antes uma perspectiva orientada por aspirações de ascensão ou mobilidade pessoal e propensa ao conformismo?

Finalmente, um terceiro problema que se poderia mencionar diz respeito ao fato de que, enquanto a linguagem utilizada a propósito do modelo de consciência de classe tende a sugerir formas de participação e ação política que seriam típicas de movimentos sociais amadurecidos e aguerridos, em nosso caso se trata, afinal, da simples decisão de voto com respeito a partidos da natureza de ARENA e MDB. Não obstante, apreender a lógica do processo eleitoral significa destacar as estruturas e os padrões gerais a que corresponde e que nele se expressam, e o interesse do esforço nessa direção se prende, entre outras coisas, ao suposto de que a explicitação de tais estruturas redundará em captar, em alguma medida, precisamente a probabilidade de que venham a manifestar-se formas mais afirmativas e nítidas dos comportamentos envolvidos.

O Quadro I procura dispor graficamente as relações aqui sugeridas. Sem pretender, naturalmente, captar toda a multiplicidade de pormenores observados nos dados analisados – até porque não supomos que eles se integrem todos num conjunto coerente –, ele permite visualizar a articulação entre algumas das principais dimensões dos mesmos.

Comecemos pelos limites inferiores do sistema que o esquema proposto sugere, ou seja, aqueles que têm a ver com a fronteira mesma entre exclusão total e algum grau de participação. O zero absoluto corresponde aqui à condição de cidadania de segunda classe em que as pessoas se veem privadas do próprio direito formal ao voto. Os analfabetos são aqueles que mais obviamente se situam nessa condição, podendo assinalar-se que sua

exclusão tem consequências que vão além da privação da possibilidade de votar: como mostram os dados de Presidente Prudente, mesmo a identificação subjetiva com qualquer dos partidos declina de maneira desproporcional entre eles. Mas é de interesse igualmente ressaltar que os analfabetos não são os únicos nessa categoria. O complexo de fatores que compõem a é condição marginal contém outros mecanismos pelos quais novos contingentes das camadas sócio-econômicas inferiores da população são excluídos do sufrágio, tais como as dificuldades de outra ordem para manter regularizada a documentação exigi da do votante, que tendem a incidir diferencialmente nos diversos estratos. Por outro lado, congruentemente com a visão de que temos maior marginalidade no polo rural da dicotomia rural-urbano, os dados mostram que o efeito conjunto de analfabetismo e exigências burocráticas quanto a excluir da participação eleitoral é maior em Presidente Prudente, que melhor corresponde ao polo rural de nosso esquema e onde a proporção dos que não votam por qualquer razão alcança a 31 por cento da amostra (contra 22 por cento em Juiz de Fora, por exemplo).

Se vamos além e buscamos avaliar as consequências da condição periférica ou marginal do ponto de vista do conteúdo da participação, ou de como afeta o apoio a cada um dos partidos, a primeira indagação se refere aos efeitos, nesse sentido, da própria exclusão formal do direito de voto. Alguns dados de Juiz de Fora são especialmente elucidativos a esse respeito. Tomando a renda familiar em categorias que se dispersam desde aqueles que contam com um salário mínimo ou menos por mês até os que contam com mais de 20 salários mínimos, vê-se que as frequências dos que deixam de votar por qualquer razão diminuem quase linearmente de nada menos de 34 por cento entre os primeiros a 11 por cento entre os últimos. Isso contrasta agudamente com a variação dos votos arenistas, que crescem de 29 a 54 por cento entre as mesmas categorias, enquanto os votos emedebistas permanecem praticamente constantes ao redor da proporção média de 28 por cento. Tal padrão indica de maneira muito clara que a perda do sufrágio se dá sobretudo em detrimento do MDB, excluindo da participação contingentes significativos de eleitores potenciais daquele partido.

As coisas são mais complexas, porém, pois, além da exclusão formal do direito de voto, os traços intelectuais e psicológicos que se associam à posição periférica de setores dos estratos baixos tendem com frequência, na verdade, a resultar em maior incidência de *arenismo.* Começando pelo lado

rural ou semi-rural das cidades estudadas, isso se verifica em Presidente Prudente, como destaca Bolivar Lamounier, entre as camadas *muito* baixas do eleitorado, quer se trate de analfabetos, daqueles que se situam em posição especialmente desvantajosa do ponto de vista ocupacional ou dos que declaram não contar com serviços básicos em seus locais de residência: em todos esses casos, aumenta a taxa de arenismo, tal como ocorre nos níveis mais *altos* da estrutura social, entre empregadores e administradores. Mas o mesmo padrão deparamos também em Niterói, ou seja, no lado urbano de nosso diagrama, no que se refere às taxas igualmente altas de arenismo encontradas nas posições consistentes quanto aos níveis de renda e educação: quer se trate das posições consistentemente altas ou consistentemente baixas, as proporções de votos arenistas aumentam quando comparadas com as que se dão nas posições inconsistentes ou intermediárias – aumentam, vale dizer, nas posições extremas da estrutura social, como assinala Olavo de Lima Júnior.

Parece desnecessário insistir na ligação de tal incremento de arenismo nos níveis mais baixos com a carência de informação e o distanciamento psicológico em face ao mundo político que diversos aspectos dos dados examinados revelam existir no extremo inferior da estrutura social. Seria possível lembrar, por exemplo, a maneira pela qual a falta de informação condiciona, nos estratos mais baixos da população de Juiz de Fora, a ocorrência bastante frequente de uma imagem positiva da ARENA como sendo a favor do voto direto. Contudo, os dados de Niterói comprovam inequivocamente a ligação mencionada, pois mostram que a proporção de arenistas entre os eleitores de baixo nível educacional é tanto maior quanto maior o *desinteresse* pela política, enquanto precisamente o oposto se dá dentre a minoria arenista de nível educacional alto. À parte o alheamento e o erro puro e simples das informações de que dispõem os setores em questão sobre os partidos, é bastante claro que a explicação para o padrão observado se encontra na atitude de deferência que ajuda a compor a síndrome da marginalidade subjetiva. Nesta perspectiva, o fato mesmo de que tenhamos alto arenismo nos níveis sócio-econômicos mais altos se torna um fator favorável ao seu aparecimento também em certas áreas dos extremos inferiores.

As coisas são mais complexas, porém, pois, além da exclusão formal do direito de voto, os traços intelectuais e psicológicos que se associam à posição periférica de setores dos estratos baixos tendem com frequência, na

verdade, a resultar em maior incidência de *arenismo*. Começando pelo lado rural ou semi-rural das cidades estudadas, isso se verifica em Presidente Prudente, como destaca Bolivar Lamounier, entre as camadas *muito* baixas do eleitorado, quer se trate de analfabetos, daqueles que se situam em posição especialmente desvantajosa do ponto de vista ocupacional ou dos que declaram não contar com serviços básicos em seus locais de residência: em todos esses casos, aumenta a taxa de arenismo, tal como ocorre nos níveis mais *altos* da estrutura social, entre empregadores e administradores. Mas o mesmo padrão deparamos também em Niterói, ou seja, no lado urbano de nosso diagrama, no que se refere às taxas igualmente altas de arenismo encontradas nas posições consistentes quanto aos níveis de renda e educação: quer se trate das posições consistentemente altas ou consistentemente baixas, as proporções de votos arenistas aumentam quando comparadas com as que se dão nas posições inconsistentes ou intermediárias – aumentam, vale dizer, nas posições extremas da estrutura social, como assinala Olavo de Lima Júnior.

Parece desnecessário insistir na ligação de tal incremento de arenismo nos níveis mais baixos com a carência de informação e o distanciamento psicológico em face ao mundo político que diversos aspectos dos dados examinados revelam existir no extremo inferior da estrutura social. Seria possível lembrar, por exemplo, a maneira pela qual a falta de informação condiciona, nos estratos mais baixos da população de Juiz de Fora, a ocorrência bastante frequente de uma imagem positiva da ARENA como sendo a favor do voto direto. Contudo, os dados de Niterói comprovam inequivocamente a ligação mencionada, pois mostram que a proporção de arenistas entre os eleitores de baixo nível educacional é tanto maior quanto maior o *desinteresse* pela política, enquanto precisamente o oposto se dá dentre a minoria arenista de nível educacional alto. À parte o alheamento e o erro puro e simples das informações de que dispõem os setores em questão sobre os partidos, é bastante claro que a explicação para o padrão observado se encontra na atitude de deferência que ajuda a compor a síndrome da marginalidade subjetiva. Nesta perspectiva, o fato mesmo de que tenhamos alto arenismo nos níveis sócio-econômicos mais altos se torna um fator favorável ao seu aparecimento também em certas áreas dos extremos inferiores.

Quadro I – dimensões de "centralidade" e disposições político-eleitorais.

	RURAL	URBANO
POSIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA ALTA	— Atuação do modelo de consciência de classe: envolvimento e conservadorismo; arenismo alto.	— Atuação do modelo de consciência de classe: conservadorismo e arenismo altos; alta estruturação ideológica.
		— Minorias (ocasionalmente maiorias: Niterói) emedebistas liberais; alta estruturação ideológica.
	— Redução da marginalidade subjetiva, incongruências educação/renda, presença de algum inconformismo: redução dos níveis de arenismo, núcleos emedebistas entre segmentos ilustrados da classe média (Pres. Prudente).	— Minorias universitárias independentes ou emedebistas; alta estruturação ideológica. — Setores médios educados: indeterminação: carreira pessoal ou inconformismo, arenismo ou emedebismo (Niterói vs. Juiz de Fora).
		— Setores populares, atuação do modelo de consciência de classe: emedebismo alto; estruturação ideológica reduzida.
POSIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA BAIXA	— Marginalidade subjetiva, alheamento, desinformação: deferência e conservadorismo; arenismo alto (Pres. Prudente).	— Áreas especiais dos setores populares: marginalidade subjetiva, desinformação e deferência; ocasionalmente arenismo alto (Niterói).

CENTRALIDADE CRESCENTE →

CENTRALIDADE CRESCENTE ↑

Se deixamos a zona de fronteira entre participação e exclusão em que nos movemos até aqui, o aspecto a assinalar inicialmente se refere a posições que, na escala bidimensional de centralidade objetiva, podem ser vistas como um patamar relativamente incipiente de participação e envolvimento, mas ainda assim suficientemente distante da condição de marginalidade subjetiva para ocasionar o surgimento de certo grau de

inconformismo. Referimo-nos aos estratos intermediários do setor rural ou semi-rural de nosso diagrama, que se ilustram com o que Bolivar Lamounier designa como os "segmentos ilustrados" da classe média de Presidente Prudente, onde parecem concentrar-se os núcleos de penetração emedebista no ambiente maciçamente arenista daquela cidade. Os dados analisados por Lamounier indicam que esses redutos oposicionistas minoritários correspondem sobretudo a situações caracterizadas por certa incongruência entre o nível de escolaridade relativamente alto com que contam as pessoas e sua condição econômica, particularmente seu nível de renda, comparativamente insatisfatório. Por outro lado, Lamounier sugere que o padrão de distribuição social das preferências partidárias deparado em Presidente Prudente, com a penetração intersticial do MDB nessas posições da estrutura social, seria próprio das condições que caracterizam, de maneira mais geral, o que ele chama de "metrópoles periféricas", entre as quais se poderia incluir mesmo uma cidade do porte de Salvador. Apreciada à luz do uso aqui feito das noções de "central" e "periférico", essa sugestão acena com a possibilidade de se complicar a dimensão horizontal do esquema proposto, que passaria a incluir mais do que a mera oposição entre rural (ou semi-rural) e urbano.

O ponto seguinte a destacar diz respeito às variadas situações em que se daria a atuação do modelo de consciência de classe. Naturalmente, a pretensão de se apreender a consciência de classe através de dados como os que são aqui analisados defronta de imediato o velho problema da oposição entre classes como grupos sociais efetivos e os estratos que se possam distinguir ao se submeterem dimensões várias (escolaridade, renda familiar) a cortes mais ou menos arbitrários. Duas ponderações, entretanto, se podem fazer. Em primeiro lugar, a questão de saber até que ponto existe a possibilidade de se falar de classes sociais efetivas a respeito de certas categorias que se podem distinguir na estrutura social brasileira é precisamente uma das questões *substantivas* de interesse a que se dirigem estudos como os relatados no presente volume. Em segundo lugar, sem negar a importância da questão metodológica, mas sem pretender dirigir-se a ela, nossa suposição é apenas a de que a forma (ou a direção) de certas relações básicas, como as que se dão entre a identificação partidária e algumas das "posições sociais" arbitrariamente distinguidas nos textos anteriores, ganha significado e coerência se tais posições são vistas como a

tradução ou a expressão, embora defeituosa ou longínqua, de classes sociais subjacentes.

Se isso é aceitável, a primeira observação de cunho substantivo que cabe fazer reitera, por um aspecto, o que se acaba de dizer: nas diversas posições da estrutura social em que pretendemos encontrar a atuação do modelo de consciência de classe (setor rural alto, setores urbanos baixo e alto), tal pretensão se dirige especificamente à forma das relações deparadas entre posição social e opção partidária. Assim, é possível apontar alto arenismo nos estratos altos da população de Presidente Prudente. Igualmente, nas demais cidades se pode mostrar a clara correlação positiva (se prescindimos por um momento de algumas complicações a respeito da variável educação, a serem consideradas adiante) das preferências arenistas com indicadores de posição social tais como renda, ocupação e identificação subjetiva com determinada "classe", correlação esta que expressa o predomínio do MDB nos estratos baixos e da ARENA nos estratos altos.

Por certo, os dados não permitem dizer que as variações na opção partidária segundo as posições sociais podem ser sempre postas em correspondência com conteúdos ideológicos que manifestem o tipo de afinidade com cada posição particular que se esperaria da afirmação plena do modelo de consciência de classe. Ao contrário, o esquema geral de interpretação que aqui utilizamos, baseado na combinação do modelo da centralidade com o modelo da consciência de classe, nos leva a propor que os mecanismos associados à centralidade objetiva e subjetiva condicionam não somente a possibilidade de que atue ou não o modelo de consciência de classe (como no que se refere aos fatores que bloqueiam a manifestação desta na condição propriamente marginal), mas também o *grau* em que atuará. Por outras palavras, mesmo ultrapassado o limiar que separa a participação da exclusão absoluta, os fatores de centralidade "corrigem" – ou "entortam", se se preferir – a operação do modelo de consciência de classe. Assim, nas condições brasileiras, mais central a posição global (ou seja, mais urbana, mais alta), maior a possibilidade de "intensidade" e "clareza" da consciência de classe, e a vigência plena do modelo de consciência de classe dependeria, para os setores populares, da, eliminação dos resíduos de marginalidade subjetiva (acentuada precariedade do acesso a educação, hábitos de deferência, privatismo etc.) que acompanham sua condição objetiva.

Tal proposição se corrobora de maneira muito clara com os aspectos dos dados analisados que dizem respeito aos graus variados de estruturação ideológica encontrados junto a diferentes categorias da população das cidades estudadas. Se se toma a dimensão "vertical" de centralidade, correspondente à posição sócio-econômica, ela encontra confirmação não apenas no lado urbano de nosso esquema, como se mostra nos numerosos indícios de maior estruturação ideológica nas camadas altas do que nas baixas da população de Juiz de Fora; mesmo em Presidente Prudente, independentemente da natureza das questões de que se trate (questões políticas, de avaliação do desempenho sócio-econômico do governo ou relativas a serviços locais), é possível notar que a preferência partidária tende a estar mais claramente associada com as opiniões mantidas pelos eleitores entre os estratos sócio-econômicos mais favorecidos. Além disso, porém, existem indícios de que o mesmo tipo de efeito de centralidade crescente sobre a estruturação ideológica pode ser observado quando nos voltamos para a dimensão "horizontal" de centralidade. Se tomamos, por exemplo, as questões relativas à qualidade dos serviços locais, vemos que, no caso de Presidente Prudente, suas relações com a opção partidária são *maiores* nos níveis sócio-econômicos altos do que nos baixos, enquanto o oposto se verifica em Juiz de Fora, se damos o devido peso ao padrão aí observado quanto à questão da assistência médica. O mesmo ocorre com outro item que compartilha com as questões relativas aos serviços locais sua suposta maior relevância e sensibilidade para os setores populares, a saber, a avaliação do êxito do governo no combate à alta do custo de vida: enquanto em Juiz de Fora este é o único item de avaliação do desempenho governamental em que se notam correlações algo maiores com a opção partidária nos estratos baixos do que nos altos, em Presidente Prudente, ao contrário, este é o único item do conjunto em que a correlação é inequivocamente maior nos níveis altos do que nos baixos. Isso sugere claramente que as camadas inferiores de Presidente Prudente se revelam menos aptas do que as de Juiz de Fora para dar consequência em termos de opção partidária às opiniões e percepções sobre problemas que as afetam de maneira direta – como já se poderia supor pelos altos níveis de arenismo encontrados entre as primeiras.

Uma objeção se poderia fazer, a qual permite esclarecer alguns aspectos importantes. Com efeito, poder-se-ia pretender que os diferentes graus de estruturação ideológica ou de opiniões encontrados nas diversas

categorias não permitem inferências relativamente à intensidade da consciência de classe, já que muitas das questões através das quais se aferiram os graus de estruturação não contêm um nítido conteúdo de classe. Assim, por exemplo, é possível apontar o fato de que níveis supostamente equivalentes de estruturação ideológica se encontram, nos estratos altos de Juiz de Fora, tanto no caso da maioria de arenistas quanto no da minoria de emedebistas, e podemos mesmo encontrar maior incidência de opiniões liberais em tais estratos do que nas camadas baixas da população daquela cidade.

O primeiro comentário a tal objeção é o de que ela é certa quanto a um ponto relevante, a saber, o de que muitas das questões através das quais se procurou apreender as disposições do eleitorado das quatro cidades estudadas não são passíveis de se traduzirem inequivocamente em termos de classe ou de consciência de classe. Não haveria razão para se pretender, por exemplo, com referência às questões político-institucionais, que as camadas sócio-economicamente favorecidas da população brasileira devessem mostrar-se predominantemente a favor dos ingredientes autoritários do atual regime, sendo obviamente possível imaginar-se uma concepção esclarecida dos interesses de classe que incorpore, em tais camadas, opiniões liberais.

Não obstante, é importante lembrar que a tentativa, em nosso estudo, de captar as opiniões do eleitorado através do recurso a tipos diversos de questões originou-se precisamente do reconhecimento de que problemas de determinados tipos (os político-institucionais, em particular) se apresentavam distantes da consciência popular, sendo de esperar que esta se mostrasse mais sensível a problemas de outra natureza. Isso não permite ignorar ou negligenciar, entretanto, que o "grau", a "intensidade" e a "clareza" da consciência de classe irão crescer precisamente em função da medida em que exista a capacidade de integrar a definição dos problemas de diferentes níveis e a posição assumida com respeito aos mesmos, de sorte que se possa chegar a uma visão dos interesses gerais da classe que não apenas leve a que se *tenha* opiniões quanto aos diversos tipos de problemas, mas também oriente e permita fundar coerentemente tais opiniões. Como os dados mostraram em vários aspectos, essa capacidade existe em maior grau, em geral, nas camadas mais altas da população.

Apesar de tudo, os rudimentos dessa consciência, que tende a traduzir-se eleitoralmente em apoio ao partido de oposição, estão presentes nos estratos populares urbanos uma vez superado o patamar inferior de extrema marginalidade subjetiva. No plano dos dados, eles se mostram no que foi possível observar em Juiz de Fora com respeito às questões que envolviam a avaliação da capacidade política dos setores populares, onde a manifestação comparativamente confiante e afirmativa dos eleitores dos estratos baixos se contrapõe vivamente à atitude de deferência que encontramos em outros pontos. Eles se mostram, ainda nos dados de Juiz de Fora, na resistência a deixarem condicionar suas decisões eleitorais pelo esforço de manipulação simbólica representado pela propaganda governamental triunfalista, bem como na busca de coerência manifesta na projeção com frequência desinformada de determinadas posições ao partido preferido. Mas eles se mostram de maneira talvez especialmente nítida em alguns dados de Caxias do Sul analisados por Judson de Cew. Combinando cinco das diversas questões políticas constantes do questionário utilizado, de Cew distingue grupos que ocupam posições diversas ao longo de uma escala de "esquerda-direita" de acordo com as opiniões manifestadas a respeito de cada questão e o grau de congruência entre elas. Verifica ele que, para os 30 por cento da amostra que podem ser tomados como cor respondendo aos extremos de "esquerda" e de "direita", não apenas encontramos que a maior parcela de "esquerdistas" se situa entre os eleitores de nível escolar primário (apesar de que o mesmo se dê para os "direitistas", que são, porém, muito menos numerosos no total), como também é entre estes eleitores que encontramos a maior propensão dos "esquerdistas" a apoiarem o MDB (a despeito de que no nível universitário haja grande concentração de votos "esquerdistas" na categoria dos sem preferência entre MDB e ARENA, o que não pode ser visto necessariamente como um caso de menor coerência). O interesse disso é bastante claro se se dá ênfase ao fato de que a escala de "esquerda-direita" se refere a questões que supostamente interessam sobretudo aos estratos mais altos. Ainda que se tenha em conta que essa observação provavelmente se deve pelo menos em parte às condições peculiares de Caxias do Sul que Hélgio Trindade destaca (a tradição de disputa política acirrada e de dominação do PTB no período multipartidário), ela aponta para uma condição que não seria de todo implausível, à luz dos demais dados, pretender ver como o ponto a que se dirigem as tendências.

Os dados de Caxias do Sul recém-mencionados nos trazem ao último aspecto a considerar: a posição peculiar dos setores educados no que se refere ao esquema aqui proposto. Destacamos anteriormente a ambiguidade de que a educação formal se reveste com respeito às dimensões objetivas e subjetivas consideradas e aos efeitos esperados das relações entre tais dimensões. Pois bem: os dados sobre o papel daquela variável relativamente ao voto e à opção partidária singularizam-se precisamente por apresentarem certa fluidez. Assim, enquanto se pôde salientar, quanto aos dados de Juiz de Fora, a tendência ao aumento das preferências pela ARENA com níveis educacionais crescentes, o que se mostra como clara inversão de observações feitas em Belo Horizonte no ano de 1965, os dados de Niterói parecem repetir antes o padrão belo-horizontino, mostrando o incremento do apoio ao MDB e o declínio do apoio à ARENA à medida que se sobe nos níveis educacionais.

Parte desse contraste provavelmente se deve a problemas de ordem metodológica. Pode-se observar nos dados de Niterói que a decisão de excluir da análise diversas categorias de entrevistados, sobretudo um grande número de casos de eleitores de outros municípios – decisão que pode naturalmente justificar-se por razões diversas – aparentemente resultou em que os excluídos fossem principalmente pessoas dos níveis mais baixos de escolaridade, e podemos ver que as relações se invertem inteiramente nos casos de ocupação e renda familiar, que normalmente se mostram correlacionadas com escolaridade. Por outro lado, os pontos de convergência entre as diversas observações relativas à educação nas análises do presente volume são numerosos. Um deles corresponde, por exemplo, à intensificação de disposições inconformistas que tende a resultar de incongruências compostas por altos níveis educacionais e níveis de renda mais baixos, que se encontrou tanto em Presidente Prudente e em Niterói quanto na Belo Horizonte de 1965, corroborando ainda o que se observou, de forma algo diferente, em Juiz de Fora. Além disso, as análises que permitem considerar separadamente o nível universitário levam a ressaltar a constância do que ele tem de singular, sobretudo, em termos do quadro político atual, a tendência a uma certa polarização entre núcleos arenistas e núcleos sem identificação partidária: já que estes últimos deverão provavelmente considerar-se como núcleos independentes e de oposição mais radical ao regime, a tendência encontrada também reitera polarização semelhante entre conservadores e radicais observada, em 1965, entre os

belo-horizontinos de maior idade e de níveis mais à1tos de educação. Finalmente, o aspecto geral dos dados de Juiz de Fora, em que vemos o crescimento da ARENA e o declínio do MDB ao subirmos na escala educacional, corrobora-se nos dados analisados por Judson de Cew para Caxias do Sul: apesar de que os dois casos difiram pelo fato de que a relação mencionada não ganhe no grupo mais jovem de Caxias do Sul a intensificação de sua nitidez que se observa em Juiz de Fora, o padrão geral observado é claramente o mesmo.

Seja como for, a forma apresentada pelos dados em Niterói tem o interesse de reiterar a possibilidade de que a educação formal produza efeitos políticos opostos, possibilidade esta dramatizada pela nitidez do contraste entre suas consequências radicais e conformistas que se vê nas verificações de Belo Horizonte em 1965 e de Juiz de Fora em 1976. Se se pode supor, como autorizam ainda os resultados de outras pesquisas anteriormente mencionadas, que a tendência atualmente dominante corresponde à produção de maior conformismo pela educação, expressa nos dados de Juiz de Fora e Caxias do Sul; se a inversão de tendências que isso representa relativamente a 1965 pode ser atribuída à atuação, em diversas áreas, do regime instaurado em 1964; parece então razoável imaginar que muito do jogo político futuro se decidirá na expansão e instrumentalidade que venha a ter a aparelhagem educacional brasileira. Ela se mostra crucial não apenas nos níveis superiores, onde parece condicionar a procura de lugar no mercado ou a busca de soluções políticas, mas também nos níveis inferiores, onde pode condicionar de maneira importante a ultrapassagem do limiar da cidadania.

ANEXO I

Descrição dos procedimentos de amostragem utilizados na pesquisa sobre as eleições municipais brasileiras de 1976.

A pesquisa sobre as eleições municipais de 1976 foi realizada em Presidente Prudente (zonas urbana e rural), Juiz de Fora (zona urbana), Niterói (zona urbana) e Caxias do Sul (zonas urbana.e rural). Em cada um dos citados municípios, a população de análise era constituída pela totalidade das pessoas de 18 e mais anos residentes nas respectivas zonas estudadas de 23 de outubro a 14 de novembro de 1976. Os trabalhos de amostragem foram orientados por Eunice Pinho de Castro Silva.

1. Presidente Prudente (SP)

A população de análise foi estratificada segundo a zona de residência, urbana ou rural. O processo de amostragem adotado visava, nas primeiras etapas, selecionar domicílios e, na última etapa, selecionar um adulto em cada domicílio selecionado. Para a seleção de domicílios adotou-se amostragem equiprobabilística estratificada por zona.

Para a zona urbana, procedeu-se a uma amostragem por dupla etapa. Na primeira etapa, com os 138 setores censitários da zona urbana do município, formaram-se 85 Unidades Primárias de Amostragem, cada qual constituída por um ou mais setores censitários. Dessas 85 unidades foram selecionadas 30; com probabilidade proporcional ao tamanho (tamanho da U.P.A., dado pelo número de unidades para fins domiciliários registrado pelo censo de 1970). Na segunda etapa, para cada unidade primária selecionada era feita uma listagem detalhada dos domicílios existentes na época do levantamento. Aos domicílios então arrolados foi aplicada amostragem sistemática, com um intervalo tal que, considerando a probabilidade de seleção da unidade primária em que se localiza o domicílio e a,probabilidade de seleção do domicílio, obteríamos até a 2ª etapa uma amostra equiprobabilística de domicílios. O tamanho desejado da amostra era de aproximadamente 800 entrevistas e, portanto, de 800 domicílios. Assim, procedeu-se inicialmente ao sorteio de uma amostra de 1.200 domicílios, da qual foi selecionada uma subamostra sistemática de

810 domicílios. Com os 390 restantes foram constituídas 15 subamostras de tamanho 26, também pelo processo de amostragem sistemática, as quais iriam sendo tomadas por sorteio, caso necessário, de modo a assegurar a cada subamostra de reserva igual probabilidade de ser selecionada.

Para a zona rural, tomou-se como sistema de referencia o cadastro da "Casa da Lavoura" de Presidente Prudente, constituído de mapas de setores, com a relação dos nomes dos proprietários agrícolas em cada setor, num total de 1109 proprietários. A cada proprietário agrícola correspondia um conglomerado com um ou mais domicílios. Estimou-se que, em média, teríamos 2.9 domicílios para cada proprietário agrícola. Aplicou-se, então, o processo de amostragem por conglomerados, com etapa única: se um proprietário era sorteado, todos os domicílios pertencentes ao conglomerado que correspondia a esse proprietário eram considerados pertencentes à amostra de domicílios. Para a seleção de proprietários, aplicou-se ao cadastro da "Casa da Lavoura" amostragem sistemática, com um intervalo tal que daí resultasse uma fração de amostragem igual à fração global adotada na seleção de domicílios na zona urbana. Foi selecionada uma amostra com 71 proprietários, da qual foi inicialmente selecionada uma subamostra sistemática de 48 proprietários. Com os 23 restantes formaram-se 15 subamostras (de tamanho 1 ou 2) também pelo processo de amostragem sistemática, as quais iriam sendo tomadas por sorteio em concomitância com as subamostras de reserva para a zona urbana a elas correspondentes.

Em cada domicílio sorteado (quer por duas etapas, na zona urbana, quer por uma etapa, na zona rural), era sorteado, dentre os vários adultos residentes, um deles, por um processo que dava a cada um deles igual probabilidade de ser o adulto selecionado.

2 – Juiz de Fora (MG)

Para a seleção de residentes na zona urbana do município de Juiz de Fora, aplicou-se processo análogo ao adotado na zona urbana de Presidente Prudente. Com as duas primeiras etapas, foram selecionados 1.200 domicílios e, desses, uma subamostra inicial de 800 domicílios, sendo os 400 restantes subdivididos em subamostras sistemáticas mantidas como reserva e que iriam sendo tomadas por sorteio, de modo a assegurar a cada uma delas igual probabilidade de ser a subamostra selecionada.

3 – Niterói (RJ)

Na zona urbana do município de Niterói, o processo de seleção de adultos da população de análise foi análogo ao das zonas urbanas de Presidente Prudente e Juiz de Fora. Nas duas primeiras etapas foram selecionados 800 domicílios, dos quais foi tomada inicialmente uma subamostra de 600 deles. Com os 200 remanescentes foram formadas subamostras sistemáticas que constituíram as reservas para as ampliações eventualmente necessárias.

4 – Caxias do Sul (RS)

Planejou-se a seleção de 800 adultos da população de análise e, consequentemente, 800 domicílios sorteados dentre a totalidade dos domicílios de Caxias do Sul. Como sistema de referência para o sorteio da amostra de domicílios da zona urbana, dispunha-se da "Relação dos contribuintes com residência", lista fornecida pela Prefeitura Municipal, referente a 15 de outubro de 1976. Em cada linha dessa lista constava o endereço de uma residência. Para a seleção de domicílios da zona rural, dispunha-se "da lista de estabelecimentos cujos proprietários estavam inscritos no INCRA.

Foram selecionados domicílios das zonas urbana e rural, por um processo de amostragem equiprobabilístico, a uma etapa. A lista de estabelecimentos da zona rural foi considerada em sequência à da "Relação dos contribuintes com residência". Aos endereços assim ordenados foi aplicada amostragem sistemática, sendo selecionada uma amostra de 1.400 endereços. Dessa amostra foi inicialmente selecionada, por amostragem sistemática, uma subamostra de 700 endereços. Com os 700 restantes foram constituídas 35 outras subamostras de tamanho 20, as quais constituiriam subamostras de reserva para possíveis ampliações da amostra inicial. Dado que, na ordenação dos endereços, figuravam primeiramente os da zona urbana e depois os dos proprietários na zona rural, ao aplicarmos a amostragem sistemática estávamos implicitamente obtendo uma amostra estratificada de domicílios em que o critério de estratificação era zona urbana ou rural, com partilha proporcional, ou aproximadamente proporcional. Desta forma, tanto a subamostra de 700 endereços quanto as 35 outras que constituíam subamostras de reserva resultaram em amostras estratificadas por zona urbana e rural, com partilha proporcional, ou

aproximadamente proporcional. A seleção de adultos nos domicílios sorteados se processou como nas demais áreas pesquisadas.